

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

GRAZIANE ORTIZ RIGHI

***LEONEL BRIZOLA: O DEPUTADO FEDERAL DA GUANABARA  
E O GOLPE CIVIL-MILITAR  
(1962-1964)***

Porto Alegre  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Graziane Ortiz Righi

***LEONEL BRIZOLA: O DEPUTADO FEDERAL DA GUANABARA  
E O GOLPE CIVIL-MILITAR  
(1962-1964)***

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Carla Brandalise

Porto Alegre  
2015

## CIP - Catalogação na Publicação

Ortiz Righi, Graziane

Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964) / Graziane Ortiz Righi. -- 2015.  
185 f.

Orientadora: Carla Brandalise.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Leonel Brizola. 2. Pré-Golpe. 3. Radicalização Política. 4. Mobilização Popular. I. Brandalise, Carla, orient. II. Título.

GRAZIANE ORTIZ RIGHI

***LEONEL BRIZOLA: O DEPUTADO FEDERAL DA GUANABARA  
E O GOLPE CIVIL-MILITAR  
(1962-1964)***

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Carla Brandalise

Conceito Final: A

Aprovada em: 13 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Carla Brandalise (Orientadora)

---

Prof. Dr. Américo Freire (FGV)

---

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos (IFSUL-Charqueadas)

---

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (UFRGS)

Porto Alegre  
2015

*Na pessoa de Suzana Keniger Lisbôa, dedico este  
trabalho a todas(os) que lutaram e continuam  
lutando por um Brasil melhor.*

## AGRADECIMENTOS

Naturalmente uma pesquisa que requer muita dedicação e envolvimento, como uma dissertação, não é fruto do trabalho de apenas uma pessoa. Nesse espaço reservado aos agradecimentos externarei minha gratidão a todas e todos que de alguma forma contribuíram com a pesquisa e me apoiaram nas mais diversas formas. Serei mais objetiva possível, pois, afinal é um trabalho acadêmico e, infelizmente, a Academia é ainda um lugar de poucas demonstrações afetivas. Dessa forma, aqueles que merecem meu reconhecimento o farei da melhor forma possível e pessoalmente.

Às instituições financiadoras, FAPERGS e CAPES. Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Servidor, bolsistas, coordenadores e professores, aos quais devo meu amadurecimento intelectual a partir das disciplinas cursadas durante o Mestrado.

A minha orientadora Carla Brandalise, com a qual desenvolvo trabalho desde a graduação. Obrigada por ter aceitado orientar esta pesquisa, suas considerações e paciência. Ao professor Américo Freire por sua participação na banca, especialmente diante das adversidades de logística, bem como ao professor Charles Sidarta Machado Domingos os quais tenho certeza enriqueceram a pesquisa com suas considerações. À professora Marluza Harres que acompanha meu desenvolvimento acadêmico desde a banca de Trabalho de Conclusão de Curso e por sua contribuição na qualificação desta dissertação.

Ao professor Enrique Serra Padrós sou grata por todo apoio e considerações ao longo da pesquisa. E ainda por ter me proporcionado um trabalho para além da Universidade. Ao nosso grupo de trabalho/pesquisa/diálogos/encontros: Amanda, Chico, Jana, Paula, Samantha.

Devo um agradecimento muito especial a minha querida amiga Dilza Porto. Sua ajuda e solidariedade foram fundamentais para o projeto que deu origem a esta dissertação. Dilza, obrigada!

Tantas outras pessoas me ajudaram nesta longa jornada, cada uma a sua maneira: Letícia Melo, Everton Rocha, Davi dos Santos, Alessandra Gasparotto, Magda François, Lueci Silveira e minha amiga do colégio que retornou para a minha vida justo nesse momento tão importante, Francine Spinelli. Outros amigos me apoiaram para além das questões

acadêmicas: Robson, Samanta, Priscila, Vanessa, Wagner. Agradeço também a Laura que me apoiou em relação à docência, tornando a minha experiência em sala de aula mais fácil.

À Caroline Rosa, minha grande amiga ainda dos tempos da graduação. Carol, obrigada pela leitura da dissertação, mas principalmente por me ouvir e estar ao meu lado nos momentos mais complicados.

O Mestrado, além do crescimento intelectual, trouxe-me a Pati. Minha grande parceira. Com ela aprendi muitas coisas, dentre as quais, amar mais os animais. Obrigada por tudo.

Finalmente, meu agradecimento àquela que devo tudo na minha vida, que sempre batalhou para me dar oportunidades e me apoiou nas minhas escolhas. Minha mãe, Marlete de Fátima Ortiz Righi. Uma mulher forte que, assim como tantas outras nesse país, assumem sozinhas o papel de mãe e pai. Através do exemplo dela aprendi na prática o que era ser feminista.

Primavera  
2015

## RESUMO

No início da década de 1960, um dos mais emblemáticos políticos do cenário brasileiro mudava seu local de atuação: Leonel de Moura Brizola partia do seu estado natal, o Rio Grande do Sul, rumo à Guanabara para disputar o cargo de deputado federal pelo novo estado. Embora Brizola tenha obtido a maior votação da época, este período ainda é pouco estudado. Assim, esta pesquisa pretende analisar o papel político de Leonel Brizola nesta fase em que exerceu o cargo de deputado federal pela Guanabara. Nessa perspectiva, a pesquisa recairá sobre sua campanha eleitoral (1962) e sua atuação enquanto membro do parlamento (1963 até abril de 1964). Os anos 1960 foram marcantes para a história brasileira, porque foi deflagrado o golpe civil-militar de 1964. Brizola tinha uma atuação importante no cenário político nacional deste período, pois, embora fosse deputado federal, gozava de um prestígio nacional conquistado a partir da Campanha da Legalidade, em 1961, e da sua atuação frente ao governo do Rio Grande do Sul (1959-1963). O deputado era visto pelas forças golpistas como uma ameaça. A história do golpe e a história de Leonel Brizola dentro desse contexto se interligam; portanto, a presente dissertação aborda a trajetória política do petebista sul-riograndense sob a perspectiva de atuação num cenário de intensa mobilização social e política interrompida pela tomada do Estado pelas forças golpistas de 1964. Buscando resolver a problemática levantada utilizamos como fontes os Diários do Congresso Nacional, bem como, jornais de circulação na Guanabara e em Porto Alegre, quais sejam: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora* (versões do Rio de Janeiro e de Porto Alegre) e ainda o *Correio do Povo*. Analisou-se também o semanário *Panfletos*, publicação da Frente de Mobilização Popular.

Palavras-Chave: Pré-Golpe; Leonel Brizola; Radicalização Política, Mobilização Popular.



## ABSTRACT

In the beginning of the 1960's, one of the most emblematic politicians of the Brazilian scene was changing his place of action: Leonel de Moura Brizola was leaving his birth state, the Rio Grande do Sul, to the Guanabara intending to dispute the cargo of congressman by the new state. Even though Brizola had obtained the largest vote at the time, this period has still just a few studies. This dissertation intends to analyse the political paper of Brizola at that phase of his trajectory. In this perspective, the research will focus on his election campaign (1962) and his performance as congressman (1963 till April, 1964). The 1960's are a huge mark in the Brazilian history due to the civil-military coup d'état of 1964. Brizola had an important action in the national political scene of this period, thus, although he were a congressman, he enjoyed the national acknowledgment of his main role in the Legality Campaign (*Campanha da Legalidade*) in 1961 and his actions as the governor of Rio Grande do Sul (1959-1963). The congressman was seen by the pro-coup forces as a threat. The history of the coup and the history of Leonel Brizola within this context connect one to the other, therefore, the present dissertation will explore the trajectory of this member of the Brazilian Laborist Party (*Partido Trabalhista Brasileiro - PTB*) under the perspective of his performance in a scene of intense social and political mobilizations interrupted by the taken of the State by the pro-coup forces in 1964. Intending to solve the questions raised, we had used the National Congress Reports (*Diários do Congresso Nacional*) as well as newspapers that circulated in the Guanabara and in Porto Alegre, such as: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora* (versions of Rio de Janeiro and Porto Alegre) and also *Correio do Povo*. We also analysed the weekly *Panfleto*, publication of the Front of Popular Mobilization (*Frente de Mobilização Popular*).

Key-words: Pre-coup d'état; Leonel Brizola; Political Radicalization; Popular Mobilization.

## LISTA DE IMAGENS

Panfleto da campanha eleitoral.....	47
Anúncio de palestra de Leonel Brizola na TV-Rio.....	88
Anúncio de palestras de Leonel Brizola na Mayrink Veiga.....	95
Charge sobre o Plano Trienal.....	99
"Brizola: golpe na América Latina só com apoio dos Estados Unidos" .....	126
"Brizola tenta revidar a tapas insultos de Calmon na Câmara".....	130
"Brizola: - Esmurrei-o de frente; Nasser: - Êle me bateu à traição" .....	131
Charge sobre o Ministério da Fazenda .....	146
"Esquerda pede reformulação econômico-financeira" .....	147
"Brizola: govêrno está frente à opção" .....	149

## LISTA DE SIGLAS

Ação Democrática Popular (ADP)  
Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)  
Correio da Manhã (CM)  
Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)  
Frente de Mobilização Popular (FMP)  
Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)  
International Telephone Telegraph (ITT)  
Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)  
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)  
Jornal do Brasil (JB)  
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)  
Pacto de Unidade e Ação (PUA)  
Partido Democrata Cristão (PDC)  
Partido de Representação Popular (PRP)  
Partido Rural Trabalhista (PRT)  
Partido Socialista Brasileiro (PSB)  
Partido Social Democrático (PSD)  
Partido Social Progressista (PSP)  
Partido Social Trabalhista (PST)  
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)  
Partido Trabalhista Nacional (PTN)  
Superintendência de Política Agrária (SUPRA)  
União Democrática Nacional (UDN)  
Última Hora (UH)  
União Nacional dos Estudantes (UNE)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 RUMO À GUANABARA.....</b>	<b>30</b>
1.1 De Distrito Federal a estado: surge a Guanabara .....	37
1.1.1 Algumas considerações sobre a imprensa da Guanabara nos anos anteriores ao golpe.....	42
1.2 A campanha eleitoral.....	47
1.3 A vitória .....	66
<b>2 COM A PALAVRA O DEPUTADO: ATUAÇÃO DE LEONEL BRIZOLA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....</b>	<b>71</b>
2.1 Os embates parlamentares .....	77
2.2 A recusa ao Plano Trienal e a relação com San Tiago Dantas .....	96
2.3 Os caminhos em busca da Reforma Agrária .....	103
<b>3 MUDANÇA DE ESTRATÉGIA: AÇÕES PARA ALÉM DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....</b>	<b>116</b>
3.1 “A voz da libertação do povo”: Leonel Brizola e o rádio.....	132
3.2 O Levantes dos Sargentos e o pedido de Estado de Sítio .....	135
3.3 <i>Grupos de Onze</i> : a tentativa de resistência .....	138
3.4 Leonel Brizola, ministro da Fazenda? .....	145
3.5 O último ato: o comício da Central do Brasil.....	153
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>177</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2014 fez 10 anos da morte do político Leonel de Moura Brizola, personagem emblemático do início dos anos 1960. Essa década foi marcante para a história brasileira porque foi deflagrado o golpe civil-militar de 1964. Brizola tinha uma atuação importante no cenário político nacional desse período, pois, embora fosse deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, gozava de um prestígio nacional conquistado a partir da sua atuação frente ao governo do Rio Grande do Sul (1959-1963), e principalmente com a Campanha da Legalidade, em 1961.

O deputado era visto pelas forças golpistas como uma ameaça. A história do golpe e a história de Leonel Brizola dentro desse contexto se interligam. Assim, este trabalho pretende analisar seu papel político no período em que exerceu o cargo de deputado federal pela Guanabara. Nessa perspectiva, a pesquisa recairá sobre sua campanha eleitoral (1962) e sua atuação como membro do parlamento (1963 até abril de 1964).

O golpe de 1964 inaugurou uma ditadura civil-militar instruída pela Doutrina de Segurança Nacional,<sup>1</sup> dentro do contexto de Guerra Fria, que se valeu do Terrorismo de Estado como prática repressiva.<sup>2</sup> Além disso, o golpe e a consequente instauração da ditadura no Brasil devem ser compreendidos, também, sob a ótica dos regimes semelhantes que assolaram o Cone Sul latino-americano.<sup>3</sup> Muitos fatores devem ser considerados para a efetivação do golpe; dentre eles, a radicalização política das forças partidárias dos idos de 1960. Os setores conservadores e reformistas não aceitavam mais medidas conciliadoras e pressionavam o presidente João Goulart, que administrava um país em crise econômica e social, a ceder às suas propostas. O que verificamos neste contexto é um aumento da

---

<sup>1</sup> A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos Estados Unidos no pós-guerra, parte do princípio de que a nação, com seus valores, símbolos e deveres, estava ameaçada por forças subversivas. A DNS considera como inimigo qualquer forma de pensamento que procura contestar a realidade social. Segundo ela, há dois tipos de inimigos: o externo (que fica consignado quando uma nação invade a outra) e o interno, que agem nos movimentos sociais da classe trabalhadora, entre estudantes, intelectuais, Igrejas etc., promovendo a subversão da ordem e divulgando a necessidade de guerra revolucionária.

<sup>2</sup> Sobre as características da ditadura brasileira, ver: BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

<sup>3</sup> Sobre as semelhanças entre as ditaduras do Cone Sul e a revisão conceitual desses regimes, ver: PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

consciência política dos segmentos sociais desfavorecidos levando-os a reivindicarem antigas demandas sociais e políticas, ativadas em especial pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que este último na ilegalidade. Vivia-se numa conjuntura de agravamento do processo político com uma extrema polarização; todavia, aceitar que a radicalização dos setores reformistas também foi fator que levou ao golpe não qualifica a interpretação historiográfica, a qual defende que esses setores, do mesmo modo, planejavam um golpe de estado, ou que eles, na sua totalidade, não tinham apreço à democracia, assim como os setores conservadores. Portanto, não concordamos com a premissa de que o golpe de 1964 tratava-se de um contragolpe.<sup>4</sup>

Elemento de discordância é o fato de que as forças reformistas esboçaram pouca reação ao golpe.<sup>5</sup> Nas palavras de Toledo:

[...] a facilidade encontrada pelos golpistas na deposição de Goulart – surpreendendo civis e militares brasileiros e os órgãos de inteligência do governo norte-americano – revelou de forma meridiana a fragilidade política das esquerdas (2004, p. 43).

Afirmar que os reformistas levaram os setores conservadores a dar um golpe de estado é menosprezar a influência dos estadunidenses,<sup>6</sup> bem como esquecer as várias tentativas golpistas por parte das Forças Armadas ao longo da década de 1950 e em 1961, além de desconsiderar a participação da grande mídia e da própria Igreja Católica na ideologia anticomunista.<sup>7</sup> Em suma, em 1964 houve um amadurecimento do processo golpista.

Em relação aos estudos sobre Brizola, existem alguns trabalhos que analisam, desde os seus primeiros cargos políticos,<sup>8</sup> seu governo no Rio Grande do Sul, entre 1959 e 1963,<sup>9</sup>

<sup>4</sup> Um dos expoentes dessa tese é: SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

<sup>5</sup> Análises historiográficas buscaram problematizar essa aparente inércia dos setores reformistas diante da efetivação do golpe na madrugada de 1º de abril de 1964, especialmente a respeito do papel dos trabalhadores: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; CARVALHO, Yuri Rosa de. *“Se dez vidas tivesse, dez vidas daria”*: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1974). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Outras pesquisas ainda pretenderam reabilitar a imagem de João Goulart, extremamente negativa nas primeiras análises sobre o golpe: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006; GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007; FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>6</sup> Como bem demonstrado em obras como as de Carlos Fico (2008), e outras, impulsionadas pelas aberturas dos arquivos dos EUA no final da década de 90.

<sup>7</sup> Sobre o anticomunismo no Brasil ver RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998 e SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>8</sup> Sobre o início da carreira política de Leonel Brizola, ainda no Legislativo, representando o Rio Grande do Sul, ver: FERNANDES, Vinícius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de*

durante seu exílio<sup>10</sup> e após sua volta, em 1979, quando se fixou no estado do Rio de Janeiro; e, por fim, no tempo em que foi governador desse estado por dois mandatos (1983-1987 e 1991-1994).<sup>11</sup> Entretanto, o momento em que foi eleito deputado federal pela Guanabara, em 1962, obtendo a maior votação da época (cerca de 269 mil votos) e seu curto mandato, até o golpe de 1964, ainda é pouco estudado.

Nesse momento, Brizola detinha uma força política importante dentro da sua agremiação partidária, o PTB. Além disso, ele tornou-se, gradativamente, um dos líderes da esquerda nacionalista, que pressionava o presidente João Goulart, seu cunhado, a aprovar as Reformas de Base, caracterizando um momento de grande mobilização política e social. Podemos afirmar que o golpe de 1964 foi dado fundamentalmente para frear este movimento. A figura do então deputado ganhou destaque especialmente por suas atitudes radicais e pelas tentativas de enfrentamento, mesmo que em sua maior parte verbais, contra as forças golpistas, civis ou militares. Dentro dessa perspectiva, é importante compreender que sua campanha ao Congresso pelo estado da Guanabara, ao que tudo indica almejando concorrer à presidência em 1965, foi um fato político que amedrontou ainda mais os setores conservadores mobilizados contra as Reformas e o governo Goulart.

As evidências da ameaça que o líder do PTB representava para as forças conservadoras golpistas deve-se, entre outros fatores, à repressão sofrida pelos apoiadores de Leonel Brizola logo após 1º de abril. Junto com os comunistas, esses foram os primeiros perseguidos. Em documentos da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, especificamente das Seções de Ordem Política e Social (SOPS), órgãos da polícia política

---

Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

<sup>9</sup> Para este tema, ver: HARRIS, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do banhado do colégio*. Camaquã, RS. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002; QUADROS, Claudemir de. *As Brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003; MIRANDA, Samir Perrone. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006; ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e as forças subalternas das Forças Armadas brasileiras: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

<sup>10</sup> Sobre o exílio temos obras mais genéricas, mas que também tratam da situação de Leonel Brizola: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brizola e o Trabalho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; FREIRE, Américo. *Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal*. In: *Sociologia, problemas e práticas*, n° 64, 2010, p. 37-57; MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006; RODEGHERO, Carla Simone. *Brizola e Jango no exílio e a luta pela anistia*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

<sup>11</sup> SOUZA, Amaury de; LIMA Jr., Olavo Brasil de; FIGUEIREDO, Marcus. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1985; RIBEIRO, Darcy. *O livro dos Cieps. Governo Leonel Brizola. Um governo que faz escola*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986; SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

subordinados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que agiam nas delegacias do interior,<sup>12</sup> constam, frequentemente, como causa da prisão, a identificação com o Brizolismo ou com o Trabalhismo. Os componentes dos *Grupos de Onze*<sup>13</sup> também estavam entre os primeiros a serem reprimidos.<sup>14</sup>

Além disso, Leonel Brizola permaneceu monitorado pelo governo brasileiro, e até mesmo por agentes norte-americanos, especialmente durante seus primeiros anos de exílio no Uruguai, o que corrobora a afirmação de que o deputado da Guanabara era visto como forte inimigo das forças golpistas.<sup>15</sup> Diante desse quadro, estudar os momentos anteriores ao golpe de 1964, por meio da trajetória do político gaúcho, é fundamental para compreender os motivos que levaram ao episódio da madrugada de 1º de abril. Pretendemos, ainda, problematizar sua atuação nessa conjuntura, tendo em vista que Brizola é constantemente apresentando pela historiografia como uma força radical que instigou os setores golpistas.<sup>16</sup>

Embora o trabalho privilegie um recorte cronológico dentro da trajetória política do líder petebista, cabe apresentar, resumidamente, sua biografia até o período cronologicamente definido pela pesquisa. A história de vida de Leonel Brizola geralmente é representada enfaticamente por seus apoiadores como a de um menino pobre que enfrentou dificuldades e tornou-se um grande político brasileiro. Esse recurso foi utilizado especialmente durante suas campanhas eleitorais pós-exílio. O cientista político João Trajano Sento-Sé faz uma análise geral das biografias sobre Brizola, da qual destacamos:

O que confere densidade à *persona* pública de Brizola, tal como veiculada em suas biografias, são os feitos como ator político, suas escolhas e projetos. Não existem traços de personalidade ou tensões psicológicas. Há, ao contrário, uma sucessão de iniciativas que se encadeiam em direção ao grande desenlace, que evidentemente estaria por vir. Há um componente épico em sua trajetória, tal como construída nas biografias sobre ele produzidas. Sua figura pessoal revela um caráter excepcional apenas pela obstinação e austeridade. Estas são condições de possibilidade para a

<sup>12</sup> Estes documentos estão localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

<sup>13</sup> Os *Grupos de Onze Companheiros* ou *Comandos Nacionalistas* foram um movimento encabeçado por Leonel Brizola, com intenção de pressionar o presidente João Goulart a implantar as Reformas de Base, principalmente a reforma agrária. Através da rádio Mayrink Veiga, Brizola convocava a população a formar os grupos. Houve adesão importante, principalmente no Rio Grande do Sul, devido ao prestígio do deputado, e também no Rio de Janeiro. O nome do grupo refere-se à paixão nacional: o futebol. Os “grupos dos onze companheiros”, como também foram conhecidos, após a instalação do golpe civil-militar sofreram inúmeras perseguições. Esse assunto será aprofundado no Capítulo III.

<sup>14</sup> Sobre a repressão a esses componentes, ver o trabalho de Taiara Souto Alves que, ao analisar o perfil dos civis julgados pelas auditorias militares, constatou um elevado número de participantes dos *Grupos*: ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos Tribunais*: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes à Lei de Segurança Nacional (1964-1978). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

<sup>15</sup> Sobre o controle das ações de Leonel Brizola no exílio por agentes norte-americanos, ver: AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia"*: Diário da CIA. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

<sup>16</sup> Um dos textos que aponta diretamente essa perspectiva: FERREIRA, Jorge. *A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.



ascensão via trabalho e estudo, entendido como bens públicos e, portanto, acessíveis – ou assim deveriam ser, diria ele – a todos os brasileiros (SENTO-SÉ, 1999, p. 62, *grifo do autor*).

Partimos, então, para algumas informações biográficas, buscando não incorrer em apologias tão frequentes em relatos sobre sua vida. No dia 22 de janeiro de 1922, nasceu o filho do casal de pequenos agricultores - Oniva Moura e José Oliveira Santos Brizola - no distrito de Cruzinha (na época, pertencente a Passo Fundo, atualmente integra o município de Carazinho), Leonel Itagiba de Moura Brizola. O pai do menino morreu pouco após seu nascimento; era soldado maragato e foi assassinado em uma emboscada. Brizola costumava atribuir à sua origem um peso importante na formação de seu perfil político (SENTO-SÉ, 1999, p. 61).

O nome escolhido, Leonel, era uma homenagem do pai ao comandante maragato Leonel Rocha. O segundo nome, Itagiba, que consta na certidão de batismo, foi suprimido com o passar dos anos. Segundo Tentardini (2013, p. 19), quando Brizola seguiu para estudar em Viamão, na Escola Técnica de Agricultura (ETA), aos 14 anos, foi emitida uma portaria da prefeitura de Carazinho autorizando a retirada de 60 mil réis para efetuar a compra das passagens para o deslocamento até a cidade, na qual o nome Itagiba já não figurava.

Apesar das dificuldades financeiras, procurou manter-se nos estudos. Frequentou o Ginásio Agrícola Senador Pinheiro Machado, também em Viamão, e, após alguns meses, foi transferido para a ETA, em maio de 1936, onde estudou por três anos. Retornando à capital, após um período vivendo em Passo Fundo, começou a trabalhar como jardineiro na Divisão Municipal de Praças e Jardins. Completou o primário no Colégio Rosário, que, na época, era gratuito, e o científico no tradicional Colégio Júlio de Castilhos, ambos em Porto Alegre, fazendo um intervalo para prestar serviço militar. Em 1945, entrou na Escola de Engenharia, atualmente ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Foi a partir do seu ingresso no Ensino Superior que iniciou seu envolvimento com o Trabalhismo - que estava se formando através da figura de Getúlio Vargas - integrando a Ala Moça do PTB, em agosto de 1945. Nas eleições seguintes, em janeiro de 1947, Brizola foi indicado pelo partido para ser candidato a Deputado Constituinte. Elegeu-se com 3.839 votos, aos 24 anos (BRAGA, 2004, p. 27).

Nessas eleições, o recém-formado PTB também apresentou candidato ao governo estadual: Alberto Pasqualini.<sup>17</sup> Embora não tenha sido eleito, ficou à frente do candidato da

---

<sup>17</sup> Para aprofundar-se sobre a história do político Alberto Pasqualini, ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 e SILVA, Roberto Bitencourt da. *Alberto Pasqualini:*

coligação do Partido Libertador (PL) e União Democrática Nacional (UDN), Décio Martins da Costa. Na capital, o petebista conseguiu ultrapassar o candidato vencedor pelo Partido Social Democrático (PSD), Walter Jobim. No pleito para a Assembleia Legislativa, a situação foi muito favorável ao PTB: elegeu 23 cadeiras, superando a bancada pessedista. Quanto ao Senado Federal, garantiu a terceira vaga rio-grandense, com Salgado Filho (CÁNEPA, 2005, p. 117-119).

As lideranças do PTB desejavam que Leonel Brizola se tornasse um referencial entre os estudantes, para que esses se ligassem ao partido, buscando dividir as bases do PCB que era forte entre o movimento estudantil. Assim, o jovem deputado atuou frente às demandas dos estudantes, visto que ainda era um deles. Diplomou-se engenheiro somente em 1949.

Nesse período, conheceu sua futura esposa nas reuniões da Ala Moça do PTB, Neusa Marques Goulart, com quem se casou em maio de 1950. Neusa era de família rica, estancieira, e irmã do reconhecido político petebista João Goulart, que, na época, também era deputado estadual pelo Rio Grande do Sul. Um dos padrinhos de casamento foi Getúlio Vargas, que estava em plena campanha para a presidência da República. Da união, nasceram três filhos: José Vicente, João Otávio e Neusa Maria Goulart Brizola, todos nascidos em Porto Alegre.

Ainda em 1950, iniciou sua campanha para a reeleição à Assembleia, sendo o mais votado,<sup>18</sup> com 16.691 votos, tornado-se o líder da bancada petebista na Casa (TENTARDINI, 2013, p. 49). Após um ano do seu segundo mandato, Brizola foi indicado pelo partido a concorrer pela prefeitura de Porto Alegre, entretanto foi derrotado pelo candidato da Frente Democrática (formada por PSD, UDN e PL), Ildo Meneghetti, que se tornaria um grande rival nas urnas.

Todavia, sua chegada ao poder executivo não tardou a chegar: em 1953, foi convidado pelo governador Ernesto Dornelles a assumir a pasta da Secretaria de Obras Públicas. Sua administração foi marcada por melhorias na rede hidráulica, obras para acesso à região sul do estado, além de reforma no Aeroporto Internacional Salgado Filho e o início da construção da nova sede do Colégio Estadual Júlio de Castilhos. Leonel Brizola ficou na Secretaria por dois anos, saindo para concorrer nas eleições de outubro de 1954 à Câmara dos Deputados.

Nessa altura, Brizola já era presidente do diretório municipal do PTB e foi eleito com uma votação expressiva. Contudo, seu objetivo real era o executivo de Porto Alegre.

---

trajetória política e pensamento trabalhista. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

<sup>18</sup> Sobre a atuação de Leonel Brizola e seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ver: BRAGA, Kenny; SOUZA, João; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (Coord.). *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

Começara, então, a estruturação do partido visando às novas eleições. Assim, seguindo uma rotina política de não completar seus mandatos, elegeu-se prefeito de Porto Alegre no dia 3 de outubro de 1955. Aos 33 anos, foi prefeito de uma das capitais mais importantes do país, à época. Sua administração encontraria boa base na Câmara Municipal; o PTB elegeu oito vereadores. Durante seu mandato, realizou obras de saneamento básico, urbanização e melhorias na educação, sem grandes mudanças estruturais internas.<sup>19</sup> Sua administração à frente da capital gaúcha gabaritou-o como o melhor candidato do PTB ao governo estadual.

Assim, em 1958 elegeu-se governador do Rio Grande do Sul. À época já era um dos líderes do PTB gaúcho, mas foi com a chegada ao Palácio Piratini e com sua administração reformista que consolidou as bases para tornar-se um dos líderes nacionais da esquerda. Foi nesse momento, também, que colocou em prática algumas das suas principais bandeiras que o acompanhariam ao longo da sua trajetória política. As palavras de Mercedes Cánepa (2005, p.261) resumem a centralidade do governo brizolista naquele período:

O Brizola que assume o Governo do Estado do Rio Grande do Sul em janeiro de 1959 não é o mesmo que, em janeiro de 1963, já eleito deputado federal pela Guanabara, passa o governo às mãos de Ildo Meneghetti, eleito governador pela oposição ao Governo Brizola. No espaço desses quatro anos, e como reflexo das profundas transformações no seio da sociedade brasileira em geral e da sociedade gaúcha em particular, transformam-se, a um só tempo, o governador e a política rio-grandense.

Em agosto de 1961, após o anúncio da saída de Jânio Quadros da presidência, Brizola chegou a imaginar que se tratava de um golpe de estado e, desse modo, foi um dos primeiros a entrar em contato com o ex-presidente, demonstrando-lhe apoio e abrigo para refugiar-se em Porto Alegre, caso fosse preciso. Entretanto, o governador foi informado de que realmente Jânio tinha renunciado por vontade própria (FELIZARDO, 2003, p. 21). Diante disso, e sabendo da resistência dos Ministros Militares para a posse do vice-presidente constitucionalmente eleito, Brizola iniciou a Campanha da Legalidade contra o golpe dos militares. No decorrer dos fatos, conclamou as tropas legalistas do Exército e logrou de seu prestígio com os setores subalternos da instituição<sup>20</sup> para que respeitassem a Constituição. Criou a *Rede da Legalidade* constituída por várias rádios, inclusive de outros estados, que

<sup>19</sup> Com relação ao governo de Leonel Brizola na prefeitura de Porto Alegre, não há estudos mais aprofundados; entretanto, há algumas biografias que a abordam o tema de forma periférica: AGUIAR, Ricardo Osman G. *Leonel Brizola: uma trajetória política*. Rio de Janeiro: Record, 1991; KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS, 2004; LEITE FILHO, FC. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

<sup>20</sup> Sobre a relação de Leonel Brizola com os setores subalternos das Forças Armadas, ver: ROLIM, César Daniel. *Leonel Brizola e as forças subalternas das Forças Armadas brasileiras (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

transmitiam seus pronunciamentos. Seu apelo foi atendido e o povo tomou a Praça da Matriz, em Porto Alegre, em prol da posse de João Goulart. A Campanha também contou com o apoio de outros nomes, como o governador de Goiás, Mauro Borges, mas a atuação de Brizola ganhou maior destaque. Os trabalhos historiográficos sobre a Campanha da Legalidade são quase unânimes ao apresentar a centralidade do governador gaúcho na resistência à tentativa de golpe. Portanto, após esse episódio, Leonel Brizola ganhou reconhecimento nacional.

Amostra dessa popularidade foi o recebimento de título de cidadão honorário de diversas cidades brasileiras, incluindo São Paulo e Recife; além de homenagens concedidas por associações nacionais, como a Associação Nacional de Imprensa (AIB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Dado importante foi que ele recebeu diversas homenagens da população do Rio de Janeiro quando visitou o estado, por sua atuação durante a Legalidade (LAMEIRA, 2012, p. 100). Percebe-se que o eleitorado guanabarrino já estava ambientando com Brizola, o que nos leva a supor que, nessa ocasião, nascia uma simpatia pelo político sul-riograndense. Em suma, após a crise de 1961, a esquerda brasileira presenciou o surgimento de um novo líder, ao lado dos já consagrados – como Luiz Carlos Prestes, por exemplo – enquanto a direita alertava-se para mais um opositorista.

Entretanto, o desfecho da Campanha da Legalidade não agradou o governador, que acusava a saída pelo parlamentarismo como um golpe branco. Insistiu com Jango para que este não aceitasse essa condição; contudo, sua posição foi vencida e o parlamentarismo adotado, causando um desgaste entre os dois líderes petebistas, que ficou evidente com a ausência de Brizola à posse de Jango. Durante os meses que se seguiram, o governador gaúcho reafirmava constantemente que a saída negociada representava um golpe, uma vez que, nos termos da Constituição de 1946, o vice-presidente tinha os direitos legais para assumir a presidência do país, não havendo nenhum impeditivo para sua posse. Enquanto candidato a deputado federal, em 1962, essa foi uma de suas maiores defesas: acabar com o parlamentarismo para reinstaurar a democracia plena ao país.

As encampações de empresas estadunidenses realizadas durante o governo brizolista também geraram muita discussão. Essas medidas estavam inseridas numa política de modernização do estado diante da precariedade dos serviços prestados por empresas de capital estrangeiro, assim:

[...] pode-se aventar que a presença destes aspectos técnicos, relacionados ao planejamento e à administração pública estadual, encontra-se associada a um contexto nacional de crescente racionalização da gestão governamental. Este processo de modernização da atividade estatal ganhou formas a partir do segundo

governo de Getúlio Vargas, sendo incrementado durante a presidência de Juscelino Kubistchek (MIRANDA, 2006, p. 91).

Além desse aspecto, deve ser levado em consideração o viés nacionalista empreendido pelo político sul-riograndense que se opunha ao controle econômico externo, especialmente em setores considerados estratégicos. Sua proposta política era baseada na maior intervenção do Estado na regulamentação da economia; investimentos estatais para obras de infraestrutura e atitude crítica quanto ao papel do capital estrangeiro (MIRANDA, 2006, p. 95). Nesta perspectiva, a primeira a ser encampada foi a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG), empresa subsidiária da *Bond and Share*, já no primeiro semestre de 1959. O problema de abastecimento elétrico foi assunto tratado por Brizola desde a época que fora deputado estadual, em 1947. Em umas das sessões da Assembleia ele chamou a atenção para os frequentes cortes de energia na região do 4º Distrito de Porto Alegre, onde ficava localizada a grande maioria das indústrias da capital (BRAGA, 2004, p. 34). A segunda encampação ocorreu em fevereiro de 1962, no setor de comunicação, com a retomada do serviço pelo poder público da Companhia Telefônica Nacional (CTN), subsidiária da *International Telephone & Telegraph Corporation* (ITT). Pelos motivos levantados acima, Miranda (2006, p.77) defende que as encampações realizadas durante a administração brizolista não foram apenas produto “de arroubos individuais decorrentes de radicalização política”.

Brizola também deu os primeiros passos para uma Reforma Agrária no estado, com a desapropriação de uma fazenda no município de Sarandi e do Banhado do Colégio, em Camaquã. Foi durante seu governo que ocorreu a organização do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), em 1960. Segundo Marluza Harres (2011, p. 100), a questão da terra só começou a ser tratada especialmente nos dois últimos anos de seu mandato, diante do contexto nacional:

[...] de politização da questão agrária, com movimentos de defesa da conquista da terra pelas massas rurais, movimentos inclusive urbanos, pressionando por uma reforma agrária, também assumida como meta pelo próprio governo federal, ao defender as Reformas de Base.

A autora demonstra que a questão da Reforma Agrária não deveria ser tratada apenas como uma medida subversiva, tendo em vista que ela estava inserida num contexto maior, que a compreendia como necessária para o avanço do capitalismo no país. Esse discurso fazia parte, inclusive, da doutrina estadunidense através das diretrizes da *Aliança para o*

*Progresso*,<sup>21</sup> dentre as quais constavam incentivos financeiros destinados a mudanças para combater a fome e a pobreza da América Latina, evitando o avanço do comunismo.<sup>22</sup> Harres destaca, ainda, que não foi somente no Rio Grande do Sul que se iniciou um processo de reforma: havia esforços em São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Em suma, a questão agrária estava em pauta; logo, não se tratava apenas de uma medida brizolista. O impeditivo, no caso sul-riograndense, girava em torno do alto conservadorismo dos setores rurais, que não pretendiam ceder a nenhum avanço reformista.

Mercedes Cánepa (2005, p. 280), que defende a divisão do governo de Leonel Brizola em duas fases,<sup>23</sup> também destaca a atenção dada pelo governador à questão agrária. Segundo a autora, “diante do quadro nacional e sentindo-se apoiado também fora do Estado, o governador parte para a radicalização de algumas posições políticas anteriormente mais atenuadas”, entre elas a Reforma Agrária.

Ainda durante sua campanha eleitoral ao governo estadual, Brizola intensificou a questão de melhorias na educação como projeto político. Segundo Viviana Cemin (2010), esse tema permeou o passado político do governador desde quando era deputado, chegando ao período em que atuou no executivo municipal. No governo do estado, tomou medidas como destinações de impostos e fundos para a educação, além de uma maior intervenção estatal, com o objetivo de acompanhar o desenvolvido econômico que o governador pretendia para o Rio Grande do Sul. Instituiu, assim, a campanha “*Nenhuma criança sem escola*”, partindo para uma rápida expansão das escolas, especialmente no interior, conhecidas como as “brizoletas”.

Leonel Brizola, influenciado pelo pensamento positivista originário da sua formação política, defendia o acesso à educação como suporte para melhorar as condições de vida dos setores mais humildes da população. Essa política de incentivo à educação era ponto forte dentro da administração brizolista, tendo em vista o alto número de presenças do então

---

<sup>21</sup> A *Aliança para o Progresso* foi criada em agosto de 1961, por teóricos da CEPAL, por representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Divulgada durante a reunião da organização da OEA, tratava-se de um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Contudo, desde a sua fundação foi denunciada pela esquerda latino-americana como uma das medidas imperialistas dos EUA. Brizola esteve presente na comitiva do Brasil que participou da Conferência de Punta Del Este quando o plano da *Aliança* foi divulgado. Para aprofundar esse assunto, ver: RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>22</sup> É importante esclarecer que esses recursos não eram destinados ao estado do Rio Grande do Sul, porque o governador não os aceitava. Aliás, Brizola era contrário à formação da *Aliança para o Progresso*. Esses investimentos foram realizados em outras regiões, a Guanabara, por exemplo, administrada por Carlos Lacerda alinhado à política norte-americana (MOTTA, 2001, p. 178).

<sup>23</sup> Para a autora, a primeira fase inicia-se com a posse em 1959 e vai até agosto de 1961, anterior a Campanha da Legalidade. Enquanto a segunda, inicia-se em 25 de agosto de 1961, data da renúncia de Jânio Quadros, até o final do seu governo (CÁNEPA, 2005, p. 262).

governador nas inaugurações das escolas.<sup>24</sup> Miranda analisa o uso da trajetória pessoal do governador gaúcho como fator importante para as suas decisões políticas:

O passado sofrido de jovem pobre de Carazinho que consegue chegar à Capital e, através dos estudos e do trabalho, alcança ascensão social e ingressa na política, constitui uns dos pontos explorados por Brizola em seu princípio de carreira. A construção de sua imagem como *self-made man* apresenta-se carregada por este aspecto “épico” de sua trajetória. Este elemento contribui para o entendimento do seu discurso político e da importância que devotava à educação e ao trabalho como elementos transformadores – o que constituía um fator de identificação popular (MIRANDA, 2006, p.76, grifo do autor).

Em 31 de janeiro de 1963, quando encerrou seu mandato,<sup>25</sup> Brizola havia se tornado um político de alcance nacional, ao ponto de concorrer a deputado federal por outro estado. Fato peculiar é que o candidato petebista ao governo do Rio Grande do Sul, Egídio Michaelson, não saiu vitorioso do pleito. Embora não seja nosso objetivo analisar o porquê de tal resultado, apresentamos algumas considerações: o estado gaúcho encontrava-se em crise econômica; Brizola, devido às suas medidas reformistas no campo, havia perdido o apoio do PRP, que decidira aliar-se ao PSD, de Ildo Meneghetti; essas mesmas medidas assustaram ainda mais os setores conservadores, que uniram forças contra Michaelson; o PTB sul-riograndense tinha sofrido duas dissidências importantes nos últimos anos: Loureiro da Silva e Fernando Ferrari<sup>26</sup> abandonaram o partido. Somado a esses fatores, havia um tradicional revezamento entre o PTB e o PSD no governo do estado. Por fim, a campanha centrou-se no PTB de um lado e do outro, uma grande coligação oposicionista (PSD, PL, UDN, PRP, PDC, PSP), que uniu forças para derrubar o trabalhismo. Dificultando ainda mais o cenário para o PTB, o recém-criado MTR apresentou candidato, Fernando Ferrari, gerando ainda uma divisão entre os votos trabalhistas (CÁNEPA, 2005, p. 296-297). Sem sombra de dúvidas, esse capítulo da história política do Rio Grande do Sul merece um aprofundamento historiográfico. Aqui apenas levantamos algumas hipóteses.

Não obstante, podemos sustentar que esses fatores demonstram que Brizola atingira um nível de popularidade que até mesmo os problemas internos do seu estado não foram

---

<sup>24</sup> Sobre os usos políticos dessas medidas incentivadoras na educação, ver: CEMIN, Viviana. *Nem só de pão vive o homem: a construção de escolas no governo Brizola a partir das fotografias da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini (1959-1963)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

<sup>25</sup> Para ter um contraponto em relação ao governo de Leonel Brizola, ver: BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2007. A autora busca problematizar o teor reformista de sua administração.

<sup>26</sup> Para maiores informações sobre a saída de Fernando Ferrari, ver: BOMBARDELLI, Maura. *Por um Trabalhismo Autêntico: a cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador no Rio Grande do Sul (1959-1960)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

suficientes para manchar sua imagem junto ao eleitorado guanabarrino. Leonel Brizola parecia, naquele momento, estar acima dessas questões. É essa fase da sua trajetória política que iremos analisar com maior profundidade.

Em termos metodológicos, a pesquisa buscou fontes que poderiam contribuir para a solução dos problemas levantados, dentre elas: Diários do Congresso Nacional e a imprensa escrita. No que se refere à imprensa, foram consultados os matutinos *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* - de circulação na Guanabara<sup>27</sup> - e *Correio do Povo* e *Última Hora* - jornais de destaque no Rio Grande do Sul.<sup>28</sup> Optamos por esses periódicos por serem de grande circulação e aceitação dos leitores na época.<sup>29</sup> Ainda no campo da imprensa escrita, consultamos o jornal *Panfleteo*,<sup>30</sup> publicação da Frente de Mobilização Popular (FMP).<sup>31</sup>

A pesquisa não tem como objetivo direto analisar o posicionamento dos jornais frente às ideias de Leonel Brizola, apesar de termos conhecimento de que cada órgão de imprensa, em geral, constitui um veículo direcionado de formação de opinião pública.<sup>32</sup> Assim, apresenta-se como um estudo sobre a História na imprensa, ou seja, os jornais como fonte empírica, e não como objeto de análise em si.

Embora em diversas situações a mídia se defina como imparcial, nela se expressa a visão, o recorte e a opinião dos jornalistas e, essencialmente, dos empresários proprietários dos meios de comunicação. Portanto, considerando essa observação, analisamos os jornais

---

<sup>27</sup> Estes jornais estão digitalizados e disponíveis no sítio da Fundação da Biblioteca Nacional, setor Hemeroteca Digital Brasileira, no seguinte link: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acerca das citações, optamos por manter a grafia original.

<sup>28</sup> Estes jornais estão disponíveis no acervo de imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, localizado em Porto Alegre.

<sup>29</sup> É importante destacar que os jornais analisados não trataram exclusivamente da campanha de Leonel Brizola com suas estratégias políticas ou suas propostas eleitorais, pois, obviamente, não era este o objetivo das publicações. Não cabia a eles fazer propaganda política dos candidatos. Foi possível encontrar notícias sobre os atos de Brizola, que, de forma indireta, estavam relacionados à sua campanha eleitoral. A falta de divulgação da campanha nos jornais selecionados, como panfletos apresentando propostas, por exemplo, foi uma opção do governador gaúcho, que priorizou o rádio como veículo propulsor de suas ideias, como demonstraremos no Capítulo I.

<sup>30</sup> Jornal de divulgação e porta-voz da FMP, criado em fevereiro de 1964, teve apenas sete números publicados, pois foi extinto após o golpe de estado. O superintendente do jornal era Paulo Schilling, e o diretor responsável, Max da Costa Santos. Contava com os seguintes redatores: Tarso de Castro, José Silveira, Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Demistocles Batista, Fernando Gabeira, Sérgio Magalhães, Adão Pereira Nunes, Paulo Alberto Monteiro de Barros e Álvaro Pinheiro Pinto (SZATKOSKI, 2008, p. 15-16). As edições digitalizadas do *Panfleteo* foram gentilmente encaminhadas pelo professor Jorge Ferreira (UFF), ao qual agradeço a disponibilidade, e foram consultadas em CD-ROM.

<sup>31</sup> A FMP surgiu em 1962, com o objetivo primordial de pressionar o presidente da República e o Congresso Nacional a adotar um programa que implantasse as Reformas de Base o mais rápido possível. Caracterizava-se por ser um grupo extraparlamentar de nível nacional, que reunia partidos políticos, sindicalistas (CNTI, PUA, CGT, CONTEC), Ligas camponesas, União Nacional dos Estudantes (UNE) e organizações de subalternos das Forças Armadas. Atuavam por meio de manifestos, passeatas e comícios. Seus principais mentores foram Leonel Brizola e Sérgio Magalhães (DELGADO, 2011, p. 216-221).

<sup>32</sup> Os jornais *Correio do Povo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, se posicionavam, em geral, contrários às ideias de Leonel Brizola, enquanto a *Última Hora* apoiava o trabalhista.



supracitados sob a perspectiva da suspeição, como afirma Cláudio Elmir (2012, p. 78). A imprensa como qualquer fonte, deve ser analisada criticamente; para tal, é necessário contextualizar sua produção e conhecer seu público alvo. Por estarmos cientes dessas necessidades, buscamos incorporar jornais com abordagens e posicionamentos diferentes. Tânia Regina de Luca (2005, p. 139) acrescenta considerações sobre o uso da imprensa pelo historiador:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.

As renovações no estudo da História Política não poderiam dispensar a imprensa que, cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder (LUCA, 2005, p. 128). Como a pesquisa privilegia essencialmente aspectos políticos, o uso da imprensa se torna fundamental. Devemos perceber que a notícia é uma escolha do jornalista, logo:

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa [...]. A importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura do passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário (LUCA, 2005, p.140).

Jean-Noël Jeanneney (1996, p. 224), da mesma forma, trabalha a relação da imprensa com a política. Afirmar que:

[...] o estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas.

O autor ainda retrata a influência do espectro político sobre a imprensa, o que, nesta pesquisa torna-se pertinente:

Se alguém alegar que isso foge ao político *stricto sensu*, eu retrucaria, a partir da minha experiência, que sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de um rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido, reunido, com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo político (JEANNENEY, 1996, p. 224-225).

Ainda sobre essa temática, o autor traz à tona o questionamento sobre a influência da mídia sobre a opinião pública e quais são os meios de que o Estado, os governantes, os partidos políticos e os grupos de pressão dispõem para coagir a imprensa escrita, falada ou televisiva. Assim, sustenta que a imprensa desempenhou um papel na evolução dos comportamentos políticos – e, mais incisivamente, dos votos.

Outra autora a tratar o jornal como fonte é Christa Berger (1996). Ela afirma que há muitas possibilidades de se acerrar do jornalismo como objeto de estudo. Enquanto problemática textual tem-se tanto a leitura dos conteúdos ideológicos como das estruturas narrativas ou das estratégias de discurso que aí se manifestam. Já de uma perspectiva sociológica, são enfatizadas as estruturas de poder. Ambas possibilitam conclusões interessantes, mas são apreensões parciais e, na verdade, frustram a pergunta pela totalidade do jornal.

Além da imprensa escrita, utilizamos como fontes os Diários do Congresso Nacional,<sup>33</sup> especialmente para a pesquisa do capítulo II. Analisamos precisamente os meses de fevereiro de 1963 a abril de 1964. Cabe ressaltar que o deputado Brizola licenciou-se da Casa ao longo do segundo semestre de 1963 - assunto que será abordado adiante - assim, o volume de intervenções diminuiu no decorrer da legislatura.

Por Leonel Brizola ter utilizado muito o rádio, especialmente a Rádio Mayrink Veiga,<sup>34</sup> como meio de comunicação com seus apoiadores, empreendemos diversas tentativas para acessar o acervo sonoro da rádio; todavia, não obtivemos sucesso. Em comunicado com o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, acessamos o *Catálogo do Acervo Sonoro da Rádio Mayrink Veiga* e pudemos verificar que os áudios preservados não contribuiriam com a nossa pesquisa. Assim, devido a falta desse tipo de fonte, que colaboraria essencialmente para a dissertação, buscamos suprir essa lacuna com os jornais supracitados.

Os pronunciamentos de Brizola no rádio constituíam uma prática recorrente em sua trajetória política, desde seu governo no Rio Grande do Sul, e que permaneceu durante sua campanha para a Guanabara e ao longo do seu mandato como parlamentar. O uso do rádio possibilitava-lhe um alcance maior entre as classes populares, que era a maioria do seu

---

<sup>33</sup> Os Diários do Congresso Nacional encontram-se online no sítio da Câmara dos Deputados: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>. Acerca das citações, optamos por manter a grafia original.

<sup>34</sup> Fundada no Rio de Janeiro em 1926 e fechada em 1965 pela ditadura civil-militar, justamente por ter participado da Cadeia da Legalidade em 1961, foi líder de audiência na década de 1930 e reduto de grandes nomes do rádio, como Carmem Miranda e Noel Rosa. A rua onde a rádio foi instalada recebeu o nome de Mayrink Veiga. Foi, ao lado da Rádio Nacional, uma das duas mais importantes emissoras do período, que ficaria conhecido como a "Era do Rádio". MOREIRA, Sônia Virgínia. A porção carioca do rádio brasileiro. In: *Revista USP*, n. 56. São Paulo, 2002-2003, p. 42-47.

eleitorado,<sup>35</sup> pois nem todos sabiam ler. Além disso, a capacidade de oratória e o carisma de Brizola ficavam ainda mais evidentes nos pronunciamentos orais.

No que se refere ao emprego do conceito de carisma, devemos compreender que serve para caracterizar uma forma peculiar de poder (BOBBIO, 2007, p.149). Para o autor, o conceito embasa-se na existência de líderes cuja autoridade se baseia não no caráter sagrado de uma tradição nem da legalidade ou racionalidade de uma função, mas num dom, isto é, na capacidade extraordinária que eles possuem. Segundo Weber (2004, p.164), o carisma é uma qualidade considerada extracotidiana, que não pode ser “aprendido” ou “inculcado”, somente “despertado” e “provado”.

Bobbio (2007, p. 149) também se alinha a essa característica ao afirmar a existência de líderes cuja autoridade se baseia não no caráter sagrado de uma tradição nem da legalidade ou racionalidade de uma função, mas num dom, isto é, na capacidade extraordinária que eles possuem. Podemos inferir, mesmo sabendo que é considerado um tema polêmico, que se trata de uma vocação ou até mesmo de uma predestinação, ou seja, nasce-se carismático. Há ainda uma intransferibilidade, pois muito dificilmente o líder carismático transfere a lealdade de seus liderados a um sucessor ou herdeiro (SENTO-SÉ, 1999, p. 250). Brizola não conseguiu fazer um sucessor na prefeitura de Porto Alegre nem passar o governo do Rio Grande do Sul, em 1962, ao candidato petebista Egydio Michaelen.

Aquele que é caracterizado como carismático possui uma associação de dominação de adeptos onde há uma relação comunitária de caráter emocional, ou seja, o quadro administrativo do senhor carismático não é um grupo de “funcionários profissionais”, e muito menos ainda tem formação profissional. Nesse sentido, a dominação carismática opõe-se estritamente tanto à dominação racional, especialmente a burocrática, quanto à tradicional, especialmente a patriarcal e patrimonial, ou a estamental (WEBER, 2004, p. 159-160), é algo emocional. Para o autor, ainda:

O portador do carisma assume as tarefas que considera adequadas e exige obediência e adesão em virtude de sua missão. Se as encontra, ou não, depende do *êxito*. Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa (WEBER, 2009, p.324, grifo do autor).

---

<sup>35</sup> Uma evidência dessa afirmação são os dados de uma pesquisa realizada pelo *Jornal do Brasil* para intenção de votos à presidência da República no pleito eleitoral de 1965. A publicação em questão apresentou, hipoteticamente, os candidatos; eram eles: Leonel Brizola, Juscelino Kubistchek, Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Carvalho Pinto. Nesta pesquisa, Leonel Brizola obteve os melhores resultados entre os pobres: “embora com ínfima penetração na classe rica (4%), o governador do Rio Grande do Sul elimina essa desvantagem com os votos da classe pobre, na qual obtém sozinho quase tanto (37%) quanto os Srs. Juscelino Kubistchek (23%) e Carlos Lacerda (16%) reunidos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 e 16 de julho de 1962, p. 59.

Um exemplo dessa relação foi na circunstância da formação dos *Grupos de Onze* ou *Comandos Nacionalistas*, no final de 1963. Inúmeras pessoas nem sabiam ao certo quais eram os objetivos dos *Grupos*, mas ainda sim os formavam, pois era um pedido de Brizola, isto é, havia uma relação de lealdade entre o líder carismático e seus apoiadores. Por outro lado, essas pessoas se organizaram para além da fidelidade, elas realmente acreditavam nas propostas brizolistas, as quais os beneficiariam. Como a Reforma Agrária,<sup>36</sup> por exemplo. Szatkoski (2003), que analisou a formação dos *Grupos*, afirma que Brizola poderia ser classificado como um mito, uma referência de incorporação de amplos valores humanos em uma mesma pessoa por meio de sua liderança, que influenciava a todos que viam nele a verdade.

A formação dos *Grupos de Onze* significou um momento de destaque na trajetória de Leonel Brizola, pois através do seu prestígio e da sua oratória foi possível formar os *Comandos*. Esses foram tratados com destaque pela mídia e por aqueles que tomaram o Estado em 1964, visto que comparavam os *Grupos* a células comunistas ou focos de guerrilha. A associação dos grupos ao comunismo (mesmo não sendo), o imaginário criado pela imprensa e a liderança de Brizola - que nesse momento se encontrava no período de maior radicalização política - contribuíram para a perseguição aos adeptos dos *Comandos Nacionalistas* no pós-golpe. Este evento de apoio dos correligionários de Brizola evidencia a sua capacidade estratégica e o seu prestígio, uma vez que o líder petebista fez um pedido às massas e foi atendido por elas. Há uma consagração como um líder carismático, numa esfera nacional, algo que vinha, desde a sua eleição para a Guanabara, se consolidando.

Ainda de acordo com Weber (2004, p.166), o carisma é um fenômeno inicial típico de dominações religiosas (proféticas) ou políticas (de conquista) que, no entanto, cede aos poderes do cotidiano logo que a dominação está assegurada e, sobretudo, assim que assume caráter de massa. A partir deste pressuposto, Sento-Sé (1999, p. 251) afirma que o líder carismático, em Weber, tanto pode ser o demagogo como pode ser o fundador de impérios e nações. Ele pode levar as massas à ruína, mas é, igualmente, o canal pelo qual as massas se sentem contempladas pelo arranjo político parlamentar.

No entanto, a forma como é tratado o termo dominação em Weber tem sido recontextualizado ao longo dos anos, pois o autor não levava em consideração a interpelação. Para Weber, que obviamente pensava no seu contexto, a dominação se dava de cima para baixo sem levar em consideração a vontade das massas. Entretanto, o que caracteriza um líder

---

<sup>36</sup> A formação dos *Grupos* no Rio Grande do Sul se deu principalmente na área rural onde a demanda pela Reforma Agrária era latente.

carismático é sua capacidade de traduzir as demandas dessa massa, ou seja, há uma recepção por parte dos ouvintes ao discurso do líder. Assim, as demandas partem da população havendo uma inversão de poder, qual seja de baixo para cima. Essas novas interpretações levam em consideração o papel das massas, não as deixando apenas como algo inerte, capaz de ser manipulado a qualquer momento por alguma liderança, seja ela carismática ou não. Em suma, a ação das massas não é menosprezada.

Outro aspecto chave do carisma é a oratória “natural” que corrobora a vontade das massas, e esta era uma característica marcante de Leonel Brizola. Já mencionamos que os pronunciamentos do político gaúcho eram seu ponto de destaque, sua fala era contagiante na medida em que havia uma aproximação com o povo, considerando que o petebista falava a linguagem daqueles que o escutavam, mesmo quando se valia de um vocabulário erudito - devido, em parte, a sua formação acadêmica. Porém, o que distinguia Brizola era sua capacidade de traduzir os anseios e necessidades da população para uma linguagem acessível, gerando, de tal forma, uma identificação entre orador e plateia, ou neste caso, eleitores.

Finalmente, esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro deles, *Rumo à Guanabara*, abordará essencialmente a campanha eleitoral de Leonel Brizola, em 1962. Apresentaremos ainda uma interpretação sobre os possíveis motivos e as negociações que levaram o ex-governador a concorrer pelo antigo Distrito Federal. No que se refere ao recém-criado estado da Guanabara, fez-se necessário aprofundarmos essa mudança organizacional, juntamente com seu cenário político.

O segundo capítulo, *Com a palavra o deputado: atuação de Leonel Brizola na Câmara dos Deputados* trata dos primeiros meses de seu mandato como deputado federal. Tomou posse em 1º de fevereiro de 1963 e foi cassado em 10 de abril de 1964. Esse capítulo terá como recorte cronológico os meses de fevereiro a junho de 1963. Optamos por essa cronologia por compreendermos que o mandato de Brizola pode ser dividido em dois momentos: nos primeiros meses, o deputado ainda agia dentro dos limites do seu mandato, ou seja, através da sua ação na Câmara. Num segundo momento, o cenário político nacional ganhou maior agitação, e assim, o petebista partiu para realizações além do Congresso Nacional. Buscou-se compreender sua forma de atuação para realização de suas propostas e estratégias políticas, além de identificar seus aliados políticos dentro do Congresso e de qual maneira se dava a relação com seus pares. As movimentações em torno da Reforma Agrária ganharam fôlego neste período. Assim, apresentamos os caminhos que pretendiam sua aprovação.

Quanto ao terceiro capítulo, *Mudança de estratégia: ações para além da Câmara dos Deputados* analisa a segunda fase do mandato de Leonel Brizola, que compreende os meses de julho de 1963 até abril de 1964, quando se dá sua cassação. Neste período, o deputado da Guanabara atuou intensamente na Frente de Mobilização Popular – que produziu o jornal *Panfleto*, também analisado nesta pesquisa - formou os *Grupos de Onze Companheiros* ou *Comandos Nacionalistas* e intensificou sua participação no rádio. Por último, buscamos apresentar sua participação naquele que seria o último grande ato do governo Goulart: o comício da Central do Brasil.

## 1 RUMO À GUANABARA

Em 1962, conforme definido na Constituição de 1946, os governadores só poderiam candidatar-se a cargos parlamentares, sem se desincompatibilizar das funções do executivo estadual, se a candidatura ocorresse em outro estado que não aquele no qual exercia a chefia do governo (VERSIANI, 2007, p. 81). Brizola não se candidatou a nenhum cargo pelo Rio Grande do Sul porque não queria abandonar o posto de governador (CÁNEPA, 2005, p. 352). Por isso, visualizou uma boa estratégia para dar continuidade a sua carreira política e manter-se no executivo até o final do mandato: a partir de um convite, decidiu que iria concorrer pelo PTB do Paraná ao cargo de deputado federal. Setores dessa sessão regional pretendiam ter, em seus quadros, um político popular, que pudesse angariar votos para a legenda (BATISTELLA, 2014, p. 258). Em troca, garantiriam a possibilidade de cem mil votos já que, no estado, havia uma expressiva colônia gaúcha.<sup>37</sup> Além disso, conforme Lopes (2013), Brizola poderia se candidatar a outro estado sem a necessidade de transferir o domicílio eleitoral, pois a Lei Agamenon, de 1945, previa essa possibilidade, evitando futuros impeditivos legais. Entretanto, havia outra possibilidade.

Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), José Gomes Talarico, então secretário da comissão executiva do PTB do Rio de Janeiro, contou que o partido já vinha há algum tempo buscando alternativas para enfrentar Carlos Lacerda, da UDN. Mesmo antes da formação do estado da Guanabara, o partido buscava se “caracterizar como força antagônica à UDN e anti-Lacerda”.<sup>38</sup>

Embora nosso foco seja o líder petebista Leonel Brizola, é necessário aprofundarmos o papel do PTB na política brasileira, porque as ações do nosso objeto se davam dentro do âmbito trabalhista e este, por sua vez, também estava inserido em um campo político de atuação com outros agentes. Assim, os postulados teóricos de Pierre Bourdieu acerca do *campo político* tornam-se necessários. O campo político para o autor:

[...] é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários,

---

<sup>37</sup> FREIRE, Américo (Coord.). *Conversando sobre política*: José Talarico. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 112.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 111.

conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores” devem escolher [...] (BOURDIEU, 2009, p. 164).

O campo político pode ser entendido como um campo de forças e um campo de lutas. Durante o momento de radicalização política do PTB, algumas de suas lideranças entram nesse campo de luta contra seus próprios partidários e contra seus opositores, numa demonstração de força para aprovação das reformas de base.

Para compreender as tomadas de posição política, programas, intervenções, discursos eleitorais dentre outros, é importante não só conhecer as pressões dos laicos (a “base”), de quem os responsáveis por tais tomadas de posição são os mandatários, mas também o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo (BOURDIEU, 2009, p. 172). Essa luta que opõe os profissionais no campo político:

Assume, pois a forma de um poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de prever e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos (as administrações do Estado) (BOURDIEU, 2009, p. 174).

Os agentes por excelência dessa luta seriam os partidos políticos, e a maneira como atuam objetiva, para fora do campo propriamente dito, convencer a maior quantidade possível de “profanos”, aumentando, assim, seu capital político através da legitimação que esses últimos lhes conferem: quanto maior a base, melhores são as condições de investimento no jogo político. Nesse sentido, a aproximação do PTB com o PCB (“profano”) em determinados momentos demonstra o intuito de aumentar a sua base política.<sup>39</sup>

A luta interna no campo político é, portanto, contrabalançada pela necessidade que têm os agentes de mobilizar fora do campo. Assim, as pressões internas no seio do próprio PTB, que era o partido da situação, demonstram esta luta pelo poder, onde, em casos mais extremos, podem levar a cisões internas, como a de Fernando Ferrari, já citada anteriormente.

Para Berstein (2003, p. 61), o campo político pertence à esfera do discurso e das representações especulativas, enquanto o partido aparece como “o lugar onde se opera a mediação política” e que:

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação

<sup>39</sup> Desde 1947, após a definição da Guerra Fria e quando o PCB foi novamente proibido, parte do eleitorado comunista no meio operário se encaminhou para o PTB. Tanto que, durante o período de maior radicalização petebista, os dois partidos ensaiaram uma maior aproximação, contrapondo-se à condição anticomunista do PTB da época de sua fundação. Entretanto, essa característica refere-se essencialmente ao PTB do Rio Grande do Sul. Como veremos, o PTB fluminense mantinha o anticomunismo mais evidente.



política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exhibe maior ou menos fidelidade ao modelo que pretende exprimir.

Dessa forma, compreende-se a alteração gradual de posicionamento político do PTB, que foi assumindo uma postura nacionalista e reformista, culminando na sua radicalização no período pré-golpe.

De acordo com os postulados teóricos de Giovanni Sartori (1982, p. 94-97), partido é uma unidade significativa de análise, bem como o sistema partidário é seu desdobramento mais abrangente. O partido pode ser encarado como um sistema e a questão é como essa unidade partido pode ser articulada ou desarticulada. Assim, internamente, os partidos podem apresentar *fração*, a categoria geral, não especificada; *facção*, relacionada a um grupo de poder específico; e *tendência*, entendida como uma série configurada de atitudes. Essas partes de um todo ou separam-se ou assumem posições políticas diferentes dentro do mesmo partido, o que acabou acontecendo com o PTB no momento de sua radicalização: embora nem todos partidários concordassem com esta postura, o partido manteve-se à frente da política nacional reformista.

Como Leonel Brizola começaria a atuar no campo político petebista do Rio de Janeiro, como um todo e, especificamente, o da Guanabara, esclareceremos algumas premissas sobre o trabalhismo fluminense. O partido era controlado por Lutero Vargas, filho de Getúlio Vargas, desde os anos 1950, quando se atentou para o fato de que a agremiação deveria ser comandada por alguém da família ou ligado a ela por afinidades pessoais, objetivando, desse modo, o personalismo característico do partido desde a sua fundação. A ascensão de Lutero como primeiro nome do PTB fluminense acompanhou a escalada nacionalista e reformista da agremiação na década de 1950. Para Maria Celina D'Araújo (1996, p.74), o PTB, de forma geral, firmou-se como um partido controlado por pequenos grupos que davam liberdade de atuação parlamentar para seus correligionários desde que esses se ativessem às questões nacionais. Nesta perspectiva, Lutero Vargas era um dos nomes que controlavam o partido, juntamente com João Goulart, Leonel Brizola e Ivete Vargas.

Devido à importância política da cidade do Rio de Janeiro, e, posteriormente, do estado da Guanabara, as decisões e lideranças provenientes daquele espaço geográfico atuavam como uma espécie de “caixa de ressonância”<sup>40</sup> da política nacional brasileira. Sob

---

<sup>40</sup> Expressão usada por Marly Motta (2000).

esse aspecto, o jornalista Francisco Pedro do Couto,<sup>41</sup> analisando a campanha ao governo da Guanabara, em 1960, levantou uma hipótese importante sobre novas lideranças trabalhistas. Para o jornalista, o então candidato Sérgio Magalhães representava uma ameaça à liderança de João Goulart no PTB e poderia tornar-se um nome para concorrer às eleições presidenciais de 1965, tendo em vista que Leonel Brizola estava impedido devido ao grau de parentesco com Jango, e que naquele momento o partido não tinha um sucessor natural para o executivo federal.

Dado que corrobora a interpretação do jornalista foi a importante votação de Sérgio Magalhães naquelas eleições estaduais: Magalhães foi o segundo mais votado. Apresentar bons índices eleitorais no estado considerado o “centro nervoso, centro político” do país poderia significar a “superação de Jango” a nível nacional (FERREIRA, M, 1998, p. 107-108). Portanto, podemos aferir que além da liderança de Lutero Vargas, havia outras forças políticas capazes de ameaçar a supremacia personalista do PTB fluminense.

Outro aspecto de relevância sobre petebismo do Rio de Janeiro está relacionado a sua principal bandeira desde a sua fundação: o anticomunismo. Contudo, após a cassação do PCB e o fortalecimento da UDN, caracterizado como antigetulista, o “comunismo e udenismo foram as principais forças que mobilizaram a competição dentro do PTB carioca, uma seguindo a outra, e depois as duas em conjunto, a partir de fins da década de 50” (D’ARAÚJO, 1996, p.62). Em síntese, o Partido Trabalhista Brasileiro da Guanabara na eleição de 1962 era marcado pela luta nacionalista e antilacerdista.

Diante do cenário eleitoral, os dirigentes do PTB guanabarinino perceberam a necessidade de convidar alguém de fora do estado com forte cacife político para tentar quebrar a supremacia udenista. A ideia era trazer algum governador petebista em final de mandato, situação em que se enquadrava Leonel Brizola. Inicialmente, o primeiro nome pensando tinha sido o governador do Ceará, José Parsifal Barroso; entretanto, o partido considerou que ele tinha assumido um comportamento pouco coerente com as diretrizes do PTB, com uma postura conservadora após chegar ao governo, fato que provocou seu descarte.<sup>42</sup>

Talarico, segundo seu depoimento, propôs, então, o nome de Brizola; consultou Lutero Vargas e, posteriormente, Goulart. Nenhum se opôs. Partiu, então, para o Rio Grande do Sul

---

<sup>41</sup> Francisco Pedro do Couto trabalhou no *Correio da Manhã* de 1954 até o fechamento do periódico. É jornalista especializado em análises políticas e eleitorais, escreveu livro e artigos sobre o tema. O depoimento faz parte do livro: FERREIRA, Marieta (Coord.). *Crônica política do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>42</sup> FREIRE, Américo (Coord.). *Conversando sobre política: José Talarico*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 112.

para convidar o governador gaúcho, mas ele, como citado acima, estava comprometido com o PTB paranaense. O secretário insistiu e apresentou uma proposta de apoio à campanha de Leonel Brizola na qual ele próprio abriria mão da sua candidatura a deputado federal; oferecia, também, o apoio de dez a quinze deputados estaduais petebistas em torno do nome do político sul-riograndense e o apoio de alguns candidatos de outros partidos, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que viria coligar-se ao PTB nas eleições.

Outra interpretação acerca da indicação de Brizola pelo PTB do Rio de Janeiro é feita pelo jornalista Rogério Coelho Neto.<sup>43</sup> Segundo o jornalista, a morte de Roberto Silveira, em 1961, forte nome do PTB fluminense, alterou o cenário político do estado: “o candidato a deputado federal em 1962 para puxar voto pelo PTB do Rio de Janeiro, não teria sido o Brizola”, mas sim Roberto Silveira (FERREIRA, 1998, p. 205-206). Portanto o convite para Brizola concorrer pela Guanabara, além da busca de uma liderança capaz de enfrentar a força política udenista, que comandava a ex-capital federal, teria sido uma saída encontrada para a morte de Roberto Silveira.

Fato é que, após as negociações com José Talarico, a candidatura de Leonel Brizola contou com o apoio de cerca de 25 deputados estaduais, apresentando uma campanha bem elaborada, ou, nas palavras de Talarico: uma “candidatura praticamente concretizada”.<sup>44</sup> Aliado ao suporte que o PTB da Guanabara ofereceu a Brizola, Talarico observou que o sucesso das urnas se deu, também, em virtude do discurso brizolista durante a campanha, que soube agregar os temas que estavam em pauta, ou seja, dialogando com as demandas dos eleitores.<sup>45</sup>

A opção de Leonel Brizola pela Guanabara, de certa forma, acalmou disputas internas do PTB do Paraná. Segundo Batistella (2014, p. 261), quando o nome do governador gaúcho foi anunciado durante convenção estadual, ocorreu um grande descontentamento de Antônio Annibelli, principal líder petebista nas regiões oeste e sudoeste do Paraná - justamente onde havia migrantes vindos do Rio Grande do Sul - o que levaria a disputa de votos entre os futuros candidatos. Annibelli, inclusive, ameaçou gerar uma dissidência no partido. Desse modo, a desistência de Brizola evitou um impasse no PTB paranaense.

---

<sup>43</sup> Rogério Coelho Neto foi jornalista do *Diário do Comércio e Jornal do Brasil*, onde trabalhou na sucursal de Niterói durante o início dos anos 1960. Atuou também como assessor de imprensa do governador Roberto da Silveira, além de outros. O depoimento faz parte do livro: FERREIRA, Marieta (Coord.). *Crônica política do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>44</sup> TALARICO, José *apud* FREIRE, Américo (Coord.). *Conversando sobre política: José Talarico*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 113.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 114.

Enfim, levando-se em consideração os aspectos levantados, podemos resumir as eleições de 1962 na Guanabara da seguinte forma:

Um bom indicador do vigor dos tradicionais componentes do campo político carioca foi o lançamento da candidatura do ex-governador gaúcho, Leonel Brizola, a uma vaga na bancada federal da Guanabara nas eleições de 1962. Menos do que a indicação de representantes no Congresso Nacional, o que então mobilizou o eleitorado carioca foi a disputa entre esses dois políticos [Brizola e Lacerda] que polarizavam o cenário nacional (MOTTA, 1999, p. 23-24).

Sobre a motivação de Leonel Brizola concorrer pela Guanabara, Motta defende que isso se devia ao intuito pessoal de medir forças com Carlos Lacerda - considerado o maior opositor das chamadas forças progressistas e nacionalistas. Os embates entre eles ocorriam desde quando ambos estavam na Câmara dos Deputados, em 1955. Brizola pelo Rio Grande do Sul e Lacerda pelo Distrito Federal. Acreditamos que a escolha feita pelo governador sul-riograndense de concorrer pela Guanabara foi tomada diante de todas as circunstâncias apresentadas acima, pois uma decisão política de tal importância é avaliada por vários aspectos e decidida em consonância com o partido político.

Embora a convenção do PTB para decidir os candidatos que concorreriam ao pleito de outubro só ocorresse no dia 02 de agosto,<sup>46</sup> as negociações sobre a candidatura do gaúcho já estavam definidas, o que enseja o fato de tratar-se de “carro-chefe” da campanha eleitoral do PTB no estado. Dessa forma, após as referidas negociações, Leonel de Moura Brizola se apresentou como candidato a deputado federal pela Guanabara, afirmando que a decisão de concorrer ao Congresso foi dos seus correligionários de partido. Em entrevista declarou que:

[...] as eleições de sete de outubro poderão constituir a chave de uma solução pacífica para a crise atual se ensejarem ampla renovação do Congresso, porque os problemas do país só deixarão de existir quando se realizarem as reformas de sua estrutura interna e forem eliminados os efeitos do processo espoliativo.<sup>47</sup>

No que se refere ao financiamento da campanha eleitoral de Leonel Brizola para o parlamento e a do seu sucessor ao governo estadual, o jornal *Correio da Manhã* fez denúncias sobre a origem do dinheiro que seria utilizado, numa clara tentativa de desqualificar e questionar as ações do ainda governador do Rio Grande do Sul:

No meio de toda a crise – chacinas, saques, ameaças ao regime – o Sr. Leonel Brizola manteve suficiente calma para não dormir no ponto e perder uma de suas últimas oportunidades à frente do governo gaúcho: arranjou 4,5 bilhões de cruzeiros para a campanha eleitoral de seu Estado. A história desse arranjo é triste: o governo federal fez economias forçadas com a finalidade de deter o déficit orçamentário. O dinheiro economizado será gasto agora pelo sr. Brizola fartamente. Pretende êle

<sup>46</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1962, p. 10.

<sup>47</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1962, p. 4.

eleger seu sucessor e tentar uma candidatura a deputado por qualquer Estado. Tem dinheiro para isso, muitos bancos à disposição. E tem suficiente audácia para se beneficiar de qualquer situação. E é esse homem quem prega revolução no país. E é esse homem que considera ilegal o regime. Quatro bilhões e meio não lhe bastam. Quer mais. Quer tudo. O mais grave é que encontrou alguém que lhe dá tudo. E continuará a dar mais até que a nação acabe com a generosidade dos cunhados e peça contas a ambos de todo o vandalismo que estão semeando.<sup>48</sup>

A nota destacou a associação entre os petebistas Jango e Brizola com o objetivo de demonstrar que essa cumplicidade era nociva ao país. Acerca da projeção nacional do governador do Rio Grande do Sul, embora se argumente que ele teria decidido concorrer pela Guanabara para ganhar maior destaque nacional e, futuramente, concorrer à eleição presidencial, José Talarico defende outra hipótese: “ele já estava projetado, desde a hora em que assumiu a liderança do movimento pela posse do Jango, ele tinha se tornado a grande figura do PTB”.<sup>49</sup> Marly Motta (2004), quando analisa o sucesso da votação também afirma que o candidato vindo de fora do estado já possuía expressão no quadro político nacional. Todavia, não deve ser menosprezado o fato de a Guanabara ser, em grande parte, ressonância da política brasileira. Por mais que tenha perdido centralidade com a mudança da capital federal, suas movimentações políticas ainda repercutiam em todo o país. Leonel Brizola estar situado naquela região o fortalecia politicamente.

Nos primeiros dias de julho, um indício da relevância nacional que Brizola apresentava foi sua colocação na intenção de votos do eleitorado entre possíveis candidatos à presidência da República, numa pesquisa realizada em São Paulo e divulgada pelo *Jornal do Brasil*,<sup>50</sup> embora tivesse obtido baixa porcentagem dos votos.<sup>51</sup> Dias depois, foi divulgada nova pesquisa, pelo mesmo jornal, realizada com eleitores cariocas. Numa lista de “cinco políticos de prestígio nacional, o governador Leonel Brizola reuniu maior preferência popular”.<sup>52</sup> Superou Juscelino Kubistchek – que liderara as pesquisas nos últimos quatro meses - Carlos Lacerda, Jânio Quadros e Carvalho Pinto.<sup>53</sup> Na reportagem há uma foto sua com a seguinte legenda: “O Sr. Leonel Brizola é hoje, durante a segunda crise política em menos de um ano, o líder popular do maior número de cariocas”.<sup>54</sup>

<sup>48</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1962, p. 6.

<sup>49</sup> TALARICO, José *apud* FREIRE, Américo (Coord.). *Conversando sobre política*: José Talarico. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 115.

<sup>50</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1962, p. 69.

<sup>51</sup> A notícia informa que a pesquisa foi realizada na capital paulista e na região do ABC. Nos dois casos, Brizola, juntamente com Carlos Lacerda, não atingiu 5% das intenções de votos.

<sup>52</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 e 16 de julho de 1962, p. 1.

<sup>53</sup> Brizola obteve 27% das intenções de votos, enquanto Kubistchek teve 22%. Carlos Lacerda apresentou um índice de 20%. Carvalho Pinto 19% e por fim, Jânio Quadros com 7%. Indecisos: 5%. Fonte: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 e 16 de julho de 1962, p. 59.

<sup>54</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 e 16 de julho de 1962, p. 59.

## 1.1 De Distrito Federal a estado: surge a Guanabara

Segundo Sarmiento (2008), havia duas propostas de reorganização para a cidade do Rio de Janeiro após a transferência da capital para Brasília, que ocorreria em abril de 1960. Essas discussões começaram a ser debatidas após julho de 1958. Uma delas previa a transformação da antiga capital em território federado, mantendo o controle político do governo federal sobre a região, além da maior possibilidade de interferência na dinâmica das forças políticas locais e, conseqüentemente, nas eleições presidenciais de 1960 e 1965. Outra proposta visava a fusão da cidade com o estado do Rio de Janeiro. Essa alternativa agradava as bases udenistas, que viam a possibilidade de resolver impasses da seção fluminense do partido, ampliar sua base representativa e afastar-se de uma possível marginalização do governo federal, ainda em mãos dos adversários políticos pessedistas e petebistas. Ambas propostas não eram unânimes, e essa situação agradava ao governo federal, que, diante do impasse, via a possibilidade de nomeação de um interventor que atuasse decisivamente na condução do próximo pleito eleitoral, fortalecendo as bases para a volta de Juscelino Kubitschek à presidência em 1965. Era natural que houvesse disputas e longos debates em torno da nova organização da cidade do Rio do Janeiro considerando sua importância política, tanto em âmbito regional, quanto nacional:

Por ser um campo político fortemente polarizado e de marcante participação eleitoral, a definição do estatuto político-institucional da cidade do Rio de Janeiro logo provocou a formulação de estratégias pelos principais partidos. Era evidente que o controle político sobre a terra carioca, mesmo desprovida da condição de sede do poder federal, representaria um enorme capital político. A fase da redefinição dos destinos do antigo Distrito Federal foi também um período em que os principais operadores políticos ensaiaram seus lances futuros e alinhavaram apostas sobre uma mesa de jogo ainda indefinida (FREIRE; SARMENTO, 1999, p. 310).

Por fim, foi aprovada a Lei nº 3.752, na madrugada do dia 12 de abril de 1960, que previa a criação do novo estado da Guanabara, resolvendo o impasse. A lei foi sancionada pelo Presidente da República em 14 de abril e ficou conhecida como a Lei San Tiago Dantas. Ela previa, também, a indicação de um governador provisório e a realização de eleições para o governo estadual e a Assembleia Constituinte, composta por trinta cadeiras, em 03 de outubro de 1960. Em termos de arrecadação, a mudança gerou grandes perdas, enquanto que a influência política da ex-capital federal também sofreu impacto; porém, ainda mantinha destaque no cenário nacional.

A criação do novo estado foi na verdade resultado de lutas travadas pela elite carioca para realizar um antigo sonho: conquistar a autonomia política e afastar a influência do governo federal. Assim, se o fato de não ser mais capital podia deixar saudades, tornar-se estado da Guanabara representava conquistar um novo *status* na federação. Além disso, as elites cariocas imediatamente se mobilizaram nas esferas jurídica, cultural e política para conquistar um novo lugar: o Rio como capital cultural do país (FERREIRA, M, 2000, p. 11-12).

O escolhido por Juscelino Kubitschek como governador provisório foi o chefe da Casa Civil da Presidência, José Rodrigues Sette Câmara. A Lei San Tiago Dantas também estabelecia a formação do primeiro Poder Legislativo do novo estado: seria composto pela Câmara de Vereadores do ex-Distrito Federal, formada por 50 membros eleitos em 03 de outubro de 1958, para um mandato de quatro anos. Após a promulgação da nova Constituição, os deputados constituintes e os vereadores da antiga Câmara Distrital Federal comporiam a nova Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara (ALEG) até o final de seus mandatos, em 31 de janeiro de 1963.

A Constituição Estadual foi promulgada em 27 de março de 1961. Nela ficou definida o impedimento da integração dos vereadores do ex-Distrito Federal à Assembleia Legislativa, contrariando a lei San Tiago Dantas. Desse modo, na legislatura de 1960 a 1963, a ALEG foi composta apenas pelos 30 deputados constituintes, e só a partir da segunda legislatura, de 1963 até 1967, passou a ter 55 deputados, o equivalente a um para cada vinte mil eleitores do estado habilitado no pleito anterior.<sup>55</sup>

A eleição que definiria os deputados constituintes e o primeiro governador da Guanabara foi marcada por um clima de politização (contou com a participação de quase um milhão de eleitores) e polarização. Ademais, o debate assinalou-se pelo teor nacional. Ao que se refere ao Poder Legislativo, nomes das diversas correntes políticas e ideológicas foram eleitos, como Roland Corbisier,<sup>56</sup> Lutero Vargas, Temístocles Cavalcanti e Aliomar Baleeiro, por exemplo (FREIRE; SARMENTO, 1999, p. 314). A configuração final dos deputados ficou a seguinte: nove da UDN, seis do PTB, quatro do PSD, dois do PSB, dois PSP, dois do PR, dois do PRT, dois do PTN e um do PDC. Quanto à corrida ao executivo, sagrou-se

---

<sup>55</sup> Dados retirados do sítio da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro: <http://www.alerj.rj.gov.br/>.

<sup>56</sup> Roland Corbisier assumirá a vaga de Leonel Brizola quando esse afastar-se oficialmente da Câmara em agosto de 1963. Paulista, advogado por formação. Na década de 1930, identificou-se com a Ação Integralista Brasileira. Filiou-se ao PTB em 1960. Com extenso currículo na vida pública, inclusive foi diretor-executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de 1956 a 1960. Entretanto, elegeu-se apenas uma vez deputado federal, como suplente. Sendo cassado após o golpe de 1964. Disponível em: Sítio da Câmara dos Deputados, [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122331&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122331&tipo=0)

vitorioso um político já conhecido do eleitorado carioca: Carlos Frederico Werneck de Lacerda.

Carlos Lacerda, que também era jornalista, participou de momentos marcantes da história brasileira: em 1954, travou dura campanha contra Getúlio Vargas, gerando uma grave crise, que levou ao suicídio do presidente; em 1955, participou da conspiração que visava impedir a posse do recém-eleito Juscelino Kubitschek; e em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, apoiou os ministros militares na ação contra a posse do vice-presidente João Goulart. Por essas ações, ficou conhecido como “o demolidor de presidentes”.

Iniciou sua militância identificado com o comunismo, mas acabou sendo expulso do partido em 1939, após escrever um artigo intitulado “A exposição anticomunista” para a revista *O Observador Econômico e Financeiro*, no qual se posicionou contrário ao partido e ao Movimento Comunista Internacional; após sua saída tornou-se um fervoroso anticomunista. Diante do contexto da ditadura do Estado Novo, caracterizou-se também como um feroz antigetulista. Assim, em 1945, filiou-se à UDN e, em 1947, elegeu-se vereador do Distrito Federal, pelo mesmo partido. Sua atuação como jornalista foi sempre forte a ponto de fundar, em 1949, o jornal *Tribuna da Imprensa*, veículo utilizado como porta-voz dos ideários udenistas. Em outubro de 1954, conquistou a vaga de deputado federal pela capital do país, com a maior votação da cidade do Rio de Janeiro (159.707 votos), sendo reeleito em 1959, quando novamente obteve votação expressiva. Renunciou ao cargo quando chegou ao governo do novo estado da Guanabara.<sup>57</sup>

A eleição de 1960 mostrou-se muito importante para os cariocas, pois foi a primeira vez em que o eleitorado escolheria, por via direta, o seu governante. Desse modo, durante sua campanha, Carlos Lacerda queria preservar o lugar especial que a Guanabara tinha na federação, reafirmando o papel do novo estado como “vitrine da nação”. Sua intenção era fortalecer as bases para concorrer à presidência nas eleições de 1965:

O espaço político que a posição de governador desse estado ímpar lhe garantia não podia ser perdido, já que representava uma vantagem em relação a candidatos de outras regiões. A Guanabara era ainda o mais importante palanque eleitoral do país (MOTTA, 2000, p. 99).

Para isso, precisava convencer o eleitorado da sua capacidade administrativa, já que sua experiência política provinha do legislativo. Para atingir esse objetivo, garantia que seu governo se basearia em conhecimento técnico e não em políticos, e nem burocratas. Confirmando uma promessa de campanha, Lacerda implementou um governo “técnico”,

---

<sup>57</sup> Para aprofundar a trajetória política de Carlos Lacerda, ver: MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidente*. 2ª ed. São Paulo: Códex, 2002.



construído com base em critérios de impessoalidade, neutralidade e racionalidade. Isso gerou indisposição com suas bases e com o legislativo estadual, pois não nomeava aliados políticos, mas sim profissionais tecnicistas. Outro fator que favoreceu a vitória de Lacerda foi o sucesso eleitoral de Jânio Quadros, apoiado pela UDN naquelas eleições. O candidato carioca soube utilizar a seu favor a importância de se eleger um governador do mesmo partido do presidente, ao argumentar que isso evitaria a continuação da “perseguição” do governo federal sobre o Rio de Janeiro.

Além de Lacerda, que contou com o apoio dos pequenos partidos PR, PL, PDC e PTN, concorreram também Ângelo Mendes de Moraes,<sup>58</sup> pelo PSD, Sérgio Magalhães,<sup>59</sup> do PTB coligado ao PSB, e Tenório Cavalcante,<sup>60</sup> do PST coligado ao PSP, que acabou surpreendendo quanto ao número de votos alcançados. Segundo Motta (2004, p. 142), ocorreu uma divisão do eleitorado de esquerda entre Magalhães e Tenório, o que acabou favorecendo a vitória de Lacerda, mesmo que apertada, pois o candidato do PST tirou votos petebistas nas áreas mais populares: “Tenório conquistou mais da metade dos seus 222.659 votos na Penha, Irajá, Madureira, Pavuna, Anchieta, Jacarepaguá, Inhaúma, Realengo, Campo Grande e Santa Cruz, áreas que costumavam votar nos candidatos trabalhistas”.

A política, nos primeiros anos da Guanabara, estruturou-se, em grande parte, devido ao papel de Carlos Lacerda:

[...] o forte viés personalista do governador, que chamava a si a responsabilidade das decisões administrativas, era reforçado pela sua equipe de governo, ‘técnica’ e ‘despolitizada’. Sob pretexto de por fim à ‘politicagem’, a composição do seu secretariado raramente resultou da disposição de incorporar quadros da UDN ou de prestigiar a ALEG (MOTTA, 2000, p. 29).

<sup>58</sup> Entusiasmado com a possibilidade de realmente eleger-se governador, Mendes de Moraes não aceitaria a proposta de renunciar em favor do candidato petebista e consolidou-se como postulante oficial do PSD para o pleito na Guanabara (SARMENTO, 2008, p. 89).

<sup>59</sup> Sérgio Magalhães era pernambucano, fundador da Frente Parlamentar Nacionalista e político capaz de polarizar os debates com Lacerda. Apesar de sua aceitação por parte das principais lideranças pessedistas cariocas, Sérgio não conseguiria contar com o apoio formal da legenda do PSD na campanha. (SARMENTO, 2008, p. 89). Sobre a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN): era um movimento suprapartidário, organizado no Parlamento, que objetivava levar o Congresso Nacional a aprovar projetos de lei cujo conteúdo fosse nacionalista e reformista. Agregou deputados e senadores de diferentes partidos políticos. Seus trabalhos começaram ainda na década de 1950 e se estenderam até o início dos anos 1960. (DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v.27, 1994).

<sup>60</sup> Migrante alagoano, Natalício Tenório Cavalcanti se instalara no município de Duque de Caxias em 1927. Iniciou sua carreira política elegendo-se vereador no município de Nova Iguaçu em 1936. Em 1945, filiou-se à UDN, sendo eleito, em 1947, para a Assembleia Constituinte do estado do Rio de Janeiro e, em 1950, para a Câmara dos Deputados. Afastou-se da UDN nas eleições de outubro de 1958. Sua candidatura ao governo da Guanabara pelo PST ancorava-se na percepção da rejeição dos setores populares a Lacerda e do espaço aberto pela desagregação das bases populares do PTB aliado a um discurso nacionalista e anticomunista. Informações retiradas de MOTTA, 2004, p. 135; e SARMENTO, 2008, p. 91-92. Para maior aprofundamento da trajetória política de Tenório Cavalcanti, ver: BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

Esse perfil centralizador de Carlos Lacerda dificultava sua relação com a Assembleia Legislativa, sendo acusado de mostrar-se indisposto a negociar, não realizando articulações políticas. Outro fator de desestabilização foi a decisão da Assembleia Constituinte de não incorporar os antigos vereadores do Distrito Federal à nova casa legislativa. Assim, alguns nomes do PSD, que o governo contava entre seus prováveis aliados, foram retirados do cenário político. Pode-se afirmar que a polarização entre esquerda e direita foi a tônica do debate político carioca nos primeiros anos de 1960, em consonância com o cenário nacional.

O governo Lacerda ficou marcado por grandes reestruturações urbanas e pela crítica por remoção de algumas favelas da zona sul da cidade, sendo taxado de não gostar de pobres. Foi dessa época a criação da Cidade de Deus. Em síntese:

Educação, urbanização e habitação foram as áreas mais beneficiadas, e que até hoje, não por acaso, dão a Lacerda um lugar privilegiado na memória carioca. Contando com recursos externos e, principalmente, com receitas oriundas do aumento de impostos, o governador investiu tanto na construção de escolas, quanto de adutoras (Guandu), viadutos e túneis (Rebouças e Santa Bárbara) e parques (Aterro do Flamengo), firmando, assim, a imagem do administrador ‘tocador de obras’. (MOTTA, 2005, p. 4)

Embora o Rio de Janeiro tivesse perdido o posto de capital do país, o governo federal mantinha constante observação sobre a região; em parte devido a sua importância política, mas também porque nela estava um dos principais rivais políticos do presidente João Goulart, ou seja, Lacerda. Segundo Freire e Sarmiento (1999, p. 315), o executivo federal assumiu uma “estratégia da ameaça”, levando a um clima de hostilização e confrontação indireta. Todavia, esse posicionamento governista também era uma consequência das provocações e da constante oposição que Carlos Lacerda empreendia contra o presidente, tema que será levantando ao longo da dissertação.

As eleições seguintes, que ocorreram ainda durante o governo lacerdista, evidenciaram as dificuldades que o udenista vinha enfrentando com o legislativo. A nova composição da Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara (ALEG), eleita em 07 de outubro de 1962, também não favoreceu a montagem de uma sólida maioria governista. Foi justamente nessa eleição que se elegeu como deputado federal Leonel de Moura Brizola. Nela também foi definida a escolha de 55 deputados estaduais, 21 deputados federais, dois senadores e o vice-governador.

Enfim, de Distrito Federal, o Rio de Janeiro passou a estado da Guanabara, com a mudança da capital do país para Brasília. Séculos como a principal cidade do Brasil, a mudança de *status* político afetou os cariocas. Todavia, o novo estado não perderia facilmente sua condição de maior palanque eleitoral do país, permanecendo uma forte presença do

governo federal e da política nacional. Foi justamente nesse novo cenário político e organizacional que Brizola atuou nos anos anteriores ao golpe, consolidou sua projeção nacional e construiu bases sólidas para sua volta do exílio.

### **1.1.1 Algumas considerações sobre a imprensa da Guanabara nos anos anteriores ao golpe**

Embora tenhamos analisado jornais da Guanabara e de Porto Alegre, o maior volume de informações foi coletado da imprensa guanabarina. Dessa forma, torna-se pertinente apresentar um breve histórico sobre tais publicações para, assim, compreender melhor a maneira como divulgavam as notícias referentes a Leonel Brizola.

No início dos anos 1960, havia muitos periódicos de circulação no Rio de Janeiro. Eram cerca de 16 jornais comerciais diários, entre matutinos e vespertinos, com as mais diversas tendências políticas. Citamos alguns: *Última Hora*, *O Globo*, *Tribuna da Imprensa*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Dia* e *A Noite*, mas os dois principais jornais matutinos do período eram o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* (ABREU, 2002, p. 17-18). Segundo João Amado (2008, p.68), o *Correio* e o *JB* eram os jornais de maior prestígio intelectual nesse período, sendo que o *Jornal do Brasil* conquistou esta posição a partir de sua reforma, em fins da década de 1950.

Após um processo de modernização iniciado na década de 1950 no Rio de Janeiro, o jornalismo político-literário identificado com uma tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, que valorizava a crônica mais opinativa e livre foi dando espaço ao jornalismo empresarial que privilegiava a informação (transmitida “objetiva” e “imparcialmente” na forma de notícia) e que separava (editorial e graficamente) o comentário pessoal e a opinião. Essa mudança foi influenciada pelo jornalismo norte-americano.

Na estruturação da notícia também ocorreram alterações; passou-se de um texto prolixo e menos objetivo para o método *lead*, que apresentava um parágrafo introdutório, que deveria responder às seguintes perguntas: quem? fez o quê? quando? onde? como? e por quê? (RIBEIRO, 2003, p. 148-149). Assim, os textos jornalísticos visavam apenas à informação, à notícia com textos mais curtos, sem análises da situação. Essas mudanças estavam de acordo com o perfil de vida acelerada dos leitores, que tinham pouco tempo para ler notícias longas. Houve também uma mudança na parte gráfica das publicações, objetivando uma apresentação

mais organizada e padronizada. Neste aspecto, o *Jornal do Brasil* foi um dos jornais com maiores inovações gráficas.

No âmbito político, antes da reformulação, os jornais eram explicitamente associados a determinados grupos ou ideologias políticas. Após a modernização, esse posicionamento continuou a existir, mas de uma forma velada, sob o manto da neutralidade:

[...] todos, em graus variados, adotaram as técnicas modernas como armas de luta política. O que não significa que interesses econômicos (ligados diretamente ao mercado) não tenham igualmente impulsionado as mudanças. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade (RIBEIRO, 2003, p. 156).

Ainda sobre esse aspecto político da imprensa, de forma geral, outra fonte adverte:

É improvável que a imprensa possa abandonar, em algum momento, sua condição de instrumento político. Na medida que noticia um fato, mesmo sem defendê-lo ou criticá-lo, funciona como uma caixa de ressonância de posições políticas ou ideológicas, através da repercussão que dá ao episódio. Em determinadas conjunturas, esse processo se inicia na escolha da pauta a ser coberta (LAURENZA, 1998, p. 99).

Embora os jornais estivessem passando por uma mudança de financiamento, com o maior incentivo do setor publicitário, ainda assim necessitavam dos apoios políticos que, por sua vez, representavam os interesses de determinados seguimentos da sociedade. No início dos anos 1960, era evidente que havia proposições reformistas e conservadoras. Todavia, a grande mídia, que detinha maior poder de influência, estava imbuída do liberalismo econômico e se identificava com as propostas da UDN. Assim, era quase unânime em não apoiar o avanço reformista que o presidente João Goulart visava implantar. As palavras de Werneck Sodré (1983, p. 410) resumem a situação da imprensa naquele momento:

Em março de 1964, com tudo rigorosamente articulado, no exterior e no interior, deflagrou a preparação publicitária que anunciaria as ações militares: toda a grande imprensa, articulada, em coro, participou dessa preparação psicológica, como o rádio e a televisão. Os editoriais do *Correio da Manhã*, nos últimos dias de março, – aqui à guisa de exemplo – foram esclarecedores até nos títulos: “Basta!” e “Fora!”, indicando ao presidente João Goulart a saída, como se fora ele, não o mandatário do povo, mas empregado relapso.

Por outro lado, essa modernização acabou gerando uma concentração de periódicos e uma homogeneização da notícia, que não correspondia àquela imparcialidade pregada na sua gênese. A gradativa diminuição de jornais ocorreu especialmente com a popularização da televisão nos anos 1970, pois o novo veículo acabou direcionando os recursos financeiros

publicitários, privados ou públicos (AMADO, 2008, p. 66). Esse influxo publicitário também ocorreu no início dos anos 1960 devido à crise política e econômica pela qual passava o país.

No entanto, essa onda modernizante não eliminou alguns traços arcaicos das empresas midiáticas brasileiras, como o clientelismo, a chantagem e a corrupção, atrelados aos imperativos de ordem política. A imprensa nacional não conseguia exercer a premissa do liberalismo de fiscalizar as ações do governo, pois quase sempre esteve atrelada a personagens políticos. Em decorrência do perfil dos grandes conglomerados jornalísticos pertencerem e serem dirigidos por grupos familiares, que formavam “verdadeiras dinastias”, a administração dessas empresas vivia uma dualidade entre o modernismo e o arcaísmo e entre a impessoalidade e racionalidade, contrapondo com práticas oligárquicas e patriarcais. Reflexo da configuração do campo político brasileiro (RIBEIRO, 2002, p. 13-14).

O *Jornal do Brasil* foi criado em 1891, por Rodolfo Sousa Santos e Joaquim Nabuco. Após passar por alguns proprietários, foi comprado pelo empresário Ernesto Pereira, que reformulou o jornal buscando um novo público, incorporando como novidades colunas literárias e artísticas. Na década de 1930, após passar quatro meses fechado devido algumas objeções à candidatura de Getúlio Vargas, o periódico passava por dificuldades econômicas e a solução encontrada foi transformá-lo num “boletim de anúncios”: as primeiras páginas eram exclusivamente compostas por classificados. Foi nessa época que recebeu o apelido pejorativo de “jornal das cozinheiras” porque anunciava muitos pedidos de emprego para domésticas.

Posteriormente à morte de Ernesto Pereira, sua esposa assumiu o comando e reformulou a publicação com sucesso, contando com a ajuda de alguns jornalistas. Essas mudanças estavam inseridas no contexto de modernização da imprensa nos anos 1950, abordada anteriormente. Nesse período, sua receita provinha da publicidade, mas também dos anúncios classificados, centrados, sobretudo, no mercado de trabalho, de moradia e de automóveis (RIBEIRO, 2002, p. 11).

O grande nome dessa reestruturação no *JB* foi Jânio de Freitas. Ele “inovou o estilo de escrever jornal; em poucos meses, o *Jornal do Brasil* dobrou a tiragem e bateu o *Correio da Manhã*” (AMADO, 2008, p. 78). Já na década de 1960, sob a direção de Alberto Dines (que permaneceu após o golpe de 1964), se especializaram na cobertura de temas políticos, economia e esportes. Segundo Amado (2008, p.88):

[...] pode-se concluir que, com a chegada de Alberto Dines ao *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1962, iniciou-se um processo de modernização do jornal, dentro de uma lógica empresarial, e, em paralelo, uma inflexão à direita, num ambiente de crescente polarização política que culminou com o golpe de 1964.

Anos depois, em edição comemorativa ao centenário do periódico (em 1991), vários artigos foram publicados contando a história do *Jornal do Brasil*. O texto dedicado aos anos 1960 e 1970 foi assinado por Zuenir Ventura, no qual o jornalista afirmou que o *JB* nem sempre esteve certo em suas decisões, como no caso do apoio ao golpe de 1964 e que se, posteriormente, criticou a derrubada da democracia, por outro lado continuava apoiando o regime nas diretrizes econômicas (MATHEUS & BARBOSA, 2008, p. 117).

Embora essa afirmação não tenha sido feita em um editorial, que marcaria um posicionamento mais incisivo do jornal, o fato de ter sido publicada em uma edição histórica depreende uma *mea culpa* do *Jornal do Brasil*. Por outro lado, ainda no artigo de Ventura (1991), buscou-se com maior empenho construir uma imagem do jornal como resistente à ditadura após seu endurecimento. Todavia, segundo Eduardo Chammas (2008, p. 28), “é possível afirmar que o *JB* hesitou bastante em se colocar contra o movimento militar e, mesmo quando o fez, foi dentro de determinados limites e em circunstâncias específicas”.

O *Correio da Manhã* surgiu em 1901. Fundado por Edmundo Bittencourt, era diário e matutino, caracterizando-se por seu posicionamento de oposição, combativo e crítico aos poderes estabelecidos da república. Saiu de circulação no dia 08 de julho de 1974. Foi um jornal de grande receptividade entre as camadas populares e também na pequena burguesia urbana.

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1983), o jornal passou por três fases: a primeira, de 1901 até 1923, quando Pedro Leão Veloso (Gil Vidal) esteve à frente da redação; a segunda fase, de 1923 a 1962, comandada por Pedro da Costa Rego, Antônio Callado e Luiz Aberto Bahia; e, por fim, a terceira fase, de 1963 até o seu fechamento (em 1974), quando Niomar Moniz Sodré Bittencourt – segunda esposa de Paulo Bittencourt - assumiu o jornal.

Durante a década de 1930, o jornal passou por uma reformulação mudando o perfil de seu público leitor, visando um público de maior poder aquisitivo, devido a interesses publicitários. Nesse período, Paulo Bittencourt, filho do fundador do *Correio*, assumiu o controle do jornal. Durante o Estado Novo, manteve-se na oposição ao governo, “aliás, quase toda a imprensa brasileira. Todos eram contra a censura e a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda” (ANDRADE, 1991, p. 64). O periódico ficou conhecido pela publicação da entrevista com José Américo de Almeida, em fevereiro de 1945, ex-aliado de Getúlio Vargas, que fez duras críticas ao ditador. Essa entrevista marcou o enfrentamento à censura e foi importante na queda de Vargas.

Após a redemocratização, em 1945, aliou-se à UDN, pois se identificava com as classes médias conservadoras e com o pensamento liberal do partido, assumindo um perfil

antivarguista, o que, num futuro próximo, derivaria também para objeções ao trabalhismo. No período do pré-golpe de 1964, o jornal, que se identificava com as classes médias conservadoras e o ideário liberal, manteve uma linha editorial de oposição ao presidente João Goulart, publicando os famosos editoriais “Basta!”<sup>61</sup> em 31 de março, e “Fora!”<sup>62</sup> em 1º de abril de 1964, defendendo a deposição imediata do presidente.

Nesse momento, ficou evidente o posicionamento contrário ao governo, o que já vinha sendo demonstrado, gradativamente, ao longo dos últimos anos com duras críticas à pessoa de João Goulart, ao seu governo e a Leonel Brizola, tratando-o como uma das pessoas que exercia forte influência sobre o presidente. Após a tomada do poder pelas forças golpistas de 1964, saudou sua vitória. Entretanto, o apoio à dita “revolução” foi abalado apenas três dias após o ocorrido. Em um editorial de 04 de abril de 1964 - intitulado *Terrorismo, não!*<sup>63</sup> - o *Correio* criticou as medidas violentas tomadas pelos governadores Carlos Lacerda (GB) e Adhemar de Barros (SP). Essas denúncias ganharam volume e o jornal acabou se tornando uma referência na oposição à ditadura. Inclusive, após a decretação do Ato Institucional nº 5, alguns de seus jornalistas e diretores foram presos; fato semelhante ocorreu no *Jornal do Brasil* (ABREU, 2002, p.15).

---

<sup>61</sup> Aqui apresentamos trechos do editorial: “[...] Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o Sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da república e resolver os problemas da nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor. É admissível que o Sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para isto, o Sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que ‘está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de lavá-la à guerra civil. A nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica [...] os poderes Legislativo e Judiciário, as classes armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime. O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, p. 1.

<sup>62</sup> Aqui apresentamos trechos do editorial: “A nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao Sr. João Goulart senão a de entregar o governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao Sr. João Goulart: saia. [...] O Sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da república, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos últimos pronunciamentos e seus últimos atos [...] Nós, do CORREIO DA MANHÃ defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do Sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O Sr. João Goulart deve entregar o governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país. A nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1º de abril de março de 1964, p. 1.

<sup>63</sup> Aqui apresentamos trechos do editorial: “A vitória da nação, em virtude do afastamento do Sr. João Goulart, não pode ser maculada com a onda de arbitrariedade e de violências que a Polícia da Guanabara – a SA que nós já havíamos denunciado quando foi organizada – vem cometendo de ontem para hoje desrespeito ostensivo a todas as garantias constitucionais. [...] O que se passa no estado da Guanabara é semelhante ao que passa em São Paulo. O Sr. Ademar de Barros se julga com o direito de nomear interventores para os órgãos e de ameaçar o Congresso. [...] O país não recua nesta hora que dará um passo à frente para a consolidação de um regime social e político que conquistou através de uma grande luta pela democracia” (ANDRADE, 1991, p. 311).

## 1.2 A Campanha Eleitoral



Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Seção: Arquivos da Repressão – Cartazes apreendidos pelas Polícias Políticas/ POP (1935-1979). Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/panfletos.htm>



O pleito eleitoral na Guanabara, em 1962, ficou centrado na disputa entre o PTB, que apresentou uma estratégia mais audaciosa com a incorporação de Leonel Brizola e a UDN, encabeçada por Carlos Lacerda, que pretendia concorrer à presidência em 1965 e que, por esse motivo, partiu para uma manobra política de diálogo, contrariando sua postura de pouca afeição a negociações. Novamente, o cenário político carioca se desenhava para os tradicionais componentes: nacionalização, polarização e personalização (MOTTA, 2001, p. 190). Para Versiani (2007, p. 70), essa disputa se desenrolava pela rivalidade entre as correntes políticas comprometidas com o governo Goulart e as de oposição. A primeira corrente identificava-se com as forças de apoio ao trabalhismo e às Reformas de Base, que tinham como símbolo Brizola, enquanto a segunda corrente era formada pelos correligionários das forças liberais e de oposição aos herdeiros políticos de Getúlio Vargas, que encontravam no governador da Guanabara, Carlos Lacerda, seu maior representante.

Motta aponta, ainda, outro indício dessa nacionalização: a indicação de dois candidatos ao Senado de fora da Guanabara:

Pela UDN, Lacerda não precisou de muito esforço para convencer o então governador da Bahia, Juracy Magalhães, a se candidatar a uma das vagas no Senado. Essa cadeira senatorial, representando a antiga capital federal e efetivo centro político do país, significava, indiscutivelmente, a conquista de um importante cacife político, ainda mais quando se anunciava que o PTB indicaria Brizola ou San Tiago Dantas para a disputa. A recusa de ambos os políticos, que preferiram concorrer à Câmara dos Deputados - San Tiago Thiago por Minas Gerais, e Brizola pela Guanabara - acabou levando à indicação de Aurélio Viana, então deputado federal pelo PSB de Alagoas e ativo integrante da Frente Parlamentar Nacionalista. Ostentando um perfil político nacionalista e esquerdista, o deputado alagoano iria conferir à disputa para o Senado num tom claramente ideológico: do lado da UDN, um “reacionário”; do lado do PTB, um “comunista” (MOTTA, 2001, p. 181- 182).<sup>64</sup>

Segundo Guilherme Lopes (2013), uma das estratégias de campanha de Leonel Brizola foi a realização de comícios, embora em menor quantidade. Alguns deles ocorreram antes mesmo da oficialização da sua candidatura. Os comícios de maior destaque foram os realizados dias 07 de setembro no Largo do Machado, zona sul da Guanabara, e o do dia 05 de outubro, em Bangu, zona oeste. Para o autor (2013, p. 42):

Os comícios foram um grande instrumento da AST na promoção da candidatura de Brizola, pois, mesmo impossibilitado de ir à Guanabara fazer campanha [devido a seus compromissos como governador], os candidatos da coligação falavam em seu nome e a ele sempre faziam referências. Além disso, os jornais conservadores faziam questão de sempre manter o nome de Brizola de forma negativa nos noticiários, o que acabou gerando efeito contrário.

<sup>64</sup> Os outros dois candidatos ao Senado eram Gilberto Marinho do PSD, político experiente do antigo Distrito Federal e Antônio Mourão Filho, do PST. Notícia do *Correio da Manhã*, de 02 de outubro de 1962 informou que setores dentro do PTB apoiaram Mourão Filho, apresentando-o como companheiro de chapa de Aurélio Viana (AST).

Em linhas gerais, a plataforma de campanha de Brizola se pautava por questões nacionais como as Reformas de Base, a realização do plebiscito para a confirmação do parlamentarismo, ou a escolha pelo presidencialismo,<sup>65</sup> e a aprovação da Lei de Remessa de Lucros, que controlaria o envio excessivo de altas quantias para o exterior. A data do referendo foi ponto recorrente durante a campanha eleitoral de Leonel Brizola: objetivava pressionar o Congresso Nacional a aprovar o plebiscito para o mesmo dia das eleições, por vezes de forma muito radical, o que deixava a imprensa conservadora mais preocupada.

Ao longo do ano de 1962 as ações de Brizola foram repetidamente comentadas nas páginas dos jornais cariocas *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*: seja por sua função à frente do governo sul-riograndense - quando havia desapropriado terras para uma incipiente reforma agrária; por suas atitudes de relevo nacional, como na influência da escolha de Francisco Brochado da Rocha como Primeiro Ministro;<sup>66</sup> pela pressão que exerceu para realização da consulta plebiscitária para a escolha do novo regime governamental;<sup>67</sup> e, por fim, por sua campanha a deputado federal pela Guanabara.

Os periódicos cariocas analisados tratavam o governador gaúcho como uma figura que exercia forte influência no governo de João Goulart, apresentando-o, por vezes, como parte integrante deste governo. Dessa forma, suas atitudes mais reformistas realizadas durante sua administração no Rio Grande do Sul eram sempre vinculadas ao governo federal com o objetivo de desqualificar a atuação de Jango. Exemplo está na edição de 05 de julho de 1962 do *Correio da Manhã*, em que classificam Jango de irresponsável por estar patrocinando todos os excessos demagógicos de seus familiares. Referiam-se ao governador, especialmente o *Jornal do Brasil*, como tendo atitudes subversivas que incitavam a desordem. A relação familiar entre o governador gaúcho e o presidente da República foi várias vezes motivo de críticas por parte dos opositores que, em algumas situações, tentaram impugnar a candidatura de Brizola.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> Brizola queria a volta do presidencialismo, pois acreditava que a solução parlamentarista adotada em 1961 se tratava de um “golpe branco”.

<sup>66</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1962, p. 3.

<sup>67</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1962, p. 3.

<sup>68</sup> O advogado Vitor do Espírito Santo entrou com um requerimento no Tribunal Regional Eleitoral impugnando a candidatura de Leonel Brizola, segundo o *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1962, p. 3. O mesmo advogado, em 25 de setembro, entrou novamente com pedido no Tribunal Superior Eleitoral, mesmo o TRE já tendo registrado a candidatura. O também advogado Luiz Mendes de Moraes Neto (candidato a deputado federal pelo PDC) entrou com pedido de impugnação alegando o parentesco do governador gaúcho com o presidente da República. No pedido, ele afirma: “antes de tudo o Sr. Leonel Brizola, protegido pelo seu cunhado, presidente João Goulart, é uma ameaça ao regime e inimigo declarado das instituições”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1962, p. 14. Esses dois últimos pedidos de impugnação também foram divulgados em Porto Alegre: “Impugnada a candidatura de Brizola na Guanabara”, *Correio do Povo*. Porto Alegre, 28 de agosto de 1962, p. 7. Outro pedido veio do ex-interventor do Rio de Janeiro, na época de Getúlio Vargas, o Sr. Asdrubal

No dia 17 de julho, foram divulgadas análises no *Jornal do Brasil* sobre a campanha eleitoral. O jornal tece críticas às frentes adotadas por Brizola afirmando que ele pretendia transformar a próxima eleição em posições extremadas. A publicação sugeria que a campanha brizolista era inaceitável porque “apela para o radicalismo sob todos os aspectos demagógicos, para trazer mais aflição ao aflito. No caso, o aflito é o povo, que deseja ouvir uma palavra de esperança dos políticos e não uma mensagem de desespero”.<sup>69</sup> Segundo o jornal, Leonel Brizola cairá em um radicalismo negativo. Nessa mesma data, houve informações de que o governador gaúcho e San Tiago Dantas,<sup>70</sup> também candidato do PTB, por Minas Gerais, iriam percorrer o país pela renovação do Congresso “em defesa dos candidatos representativos das aspirações populares”.<sup>71</sup>

Brizola era chamado de líder nacionalista<sup>72</sup> e, em suas declarações, reafirmava essa condição ao defender que o país necessitava de um governo nacionalista,<sup>73</sup> frequentemente, alegava que parte dos problemas brasileiros devia-se à espoliação internacional.<sup>74</sup> Esse tipo de declaração ia ao encontro das encampações realizadas no Rio Grande do Sul, da sua objeção à *Aliança para o Progresso* e do apoio à lei de controle de remessas de lucros ao exterior proposta por João Goulart.

Em julho de 1962, estava em discussão a escolha do novo Primeiro Ministro após a renúncia de Tancredo Neves, em 26 de junho, e o veto das bancadas udenistas e pessedistas ao nome de San Tiago Dantas. O *Jornal do Brasil* afirmava que Leonel Brizola havia sugerido o nome de Francisco Brochado da Rocha<sup>75</sup> para disputar o cargo, mostrando sua influência no executivo federal.

---

Geyer quem deu entrada a um pedido de impugnação à candidatura de Leonel. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1962, p. 3. Também divulgado no *Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 de agosto de 1962, p. 14. Em setembro também ocorreram pedidos de impugnação com a justificativa que petebista era comunista. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1962, p. 4. Esses casos também foram noticiados no *Correio da Manhã*.

<sup>69</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1962, p. 6.

<sup>70</sup> Carioca, advogado. Integrou a Ação Integralista Brasileira, mas acabou se afastando em 1938. Atuou como assessor pessoal de Vargas durante seu segundo governo (1951-1954). Filiou-se ao PTB em 1955 e 1958 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais. Foi ministro das Relações Exteriores no governo Goulart durante o parlamentarismo, era homem de confiança do presidente. Em outubro de 1962, foi reeleito deputado federal. Com a volta do presidencialismo, assumiu o Ministério da Fazenda quando tentou implantar, ao lado de Celso Furtado, o Plano Trienal. Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB).

<sup>71</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1962, p. 10.

<sup>72</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1962, p. 8.

<sup>73</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1962, p. 14.

<sup>74</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1962, p. 5.

<sup>75</sup> Gaúcho, formado em Direito, tinha extensa carreira política: fora Secretário de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (1946); deputado constituinte em 1947; consultor-geral da República no governo Nereu Ramos; em 1959, assumiu a Secretaria de Segurança Pública no governo Brizola, sendo transferido, no ano, seguinte para a Secretaria do Interior e Justiça. Membro do PSD. Morreu poucos dias após sua renúncia ao cargo de primeiro ministro. Fonte: DHBB.

Contudo, segundo reportagem do mesmo jornal, esse declarou que “não procurou influir na formação do novo gabinete”, pois se desinteressava “pelas práticas desse regime” e considerava “que estamos mesmo vivendo numa espécie de ilegalidade consentida”.<sup>76</sup> Ainda de acordo com o jornal, foi convidado por João Goulart a participar dos entendimentos da formação do novo governo. Podemos inferir, a partir das declarações de Leonel Brizola, que, naquele momento, não havia vantagem em demonstrar sua participação na escolha do novo Primeiro Ministro porque ele não concordava com o sistema parlamentarista. Buscava, antes, pressionar o Congresso Nacional a marcar a data do referendo para escolher o novo regime governamental.

Auro de Moura Andrade<sup>77</sup> foi o nome sugerido por João Goulart após a negativa do Congresso a San Tiago Dantas. Na votação em que Andrade foi eleito, o PTB votou contra (FERREIRA, 2008, p. 24). Larissa Cestari (2013, p. 57) defende que Jango nomeou Auro de Moura Andrade para forçar um impasse, tendo em vista que o presidente do Senado era apoiado pela UDN e pelo PSD. Dessa forma, os setores reformistas, especialmente através dos sindicatos, convocariam greve geral ocasionando mais um desgaste ao parlamentarismo.

Porém, Andrade renunciou antes da posse, por incompatibilidade com Goulart sobre a indicação do ministério. Além disso, sua eleição tinha causado insatisfação junto a líderes sindicais, e, como previa Jango, foi organizada uma greve geral em todo o país. A situação gerou nova instabilidade no governo. Desse modo, o nome de Brochado da Rocha voltou à tona e, por fim, em 10 de julho, foi aprovado pelo Congresso Nacional como Primeiro Ministro, não sem críticas a sua escolha, sempre acusado de ser aliado ao gaúcho. Um exemplo é a reprodução da fala do deputado federal Raul Brunini<sup>78</sup> em que afirma que a associação de Brochado da Rocha com o petebista deixa claro “o esquema esquerdista comunizante no Brasil”.<sup>79</sup> O *Jornal do Brasil* define Brochado como um homem honrado, mas sem experiência política “e ainda mais: entrosado, definitivamente, no esquema do Sr. Leonel Brizola, que a Câmara não cessa de criticar e combater”.<sup>80</sup>

Ao assumir o cargo, o novo *premier* solicitou ao Congresso delegação de poderes ao governo para legislar sobre o monopólio da importação de petróleo e derivados; o comércio

---

<sup>76</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1962, p. 3.

<sup>77</sup> Paulista, formado em Direito. Participou da Revolução Constitucionalista em 1932. Foi deputado constituinte de São Paulo pela UDN. Em 1950, elegeu-se deputado federal. Desligou-se da UDN, passando pelo PDC, PTB e PTN, pelo qual se elegeu senador, em outubro de 1954. Em 1962, era Presidente do Senado pelo PSD. Apresentava posicionamento opositor ao presidente João Goulart. No golpe de 1964, ainda era o presidente do Senado, sendo ele quem declarou vaga a presidência da República, em 02 de abril. Fonte: DHBB.

<sup>78</sup> Deputado pela UDN e aliado de Carlos Lacerda.

<sup>79</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1962, p.7.

<sup>80</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 e 16 de julho de 1962, p.4.

de minérios e materiais nucleares; o controle da moeda e do crédito; o Estatuto do Trabalhador Rural; os arrendamentos rurais; as desapropriações por interesse social e a criação de um órgão executor da política de reforma agrária (FERREIRA, M, 2008, p. 25). As medidas reformistas foram rechaçadas pelos políticos conservadores e empresários, enquanto as lideranças sindicais e os setores nacionalistas exigiam medidas mais concretas do governo, incluindo a realização do referendo no dia 07 de outubro, junto com as eleições. Esse último ponto também foi constante durante a campanha eleitoral de Brizola.

Em determinada ocasião, Brizola, de forma bastante enfática, pronunciou-se sobre o assunto, o que concedeu a chamada de capa: *“Brizola prega plebiscito em outubro ou a subversão”*. Segundo o jornal, esse pronunciamento foi transmitido pela Rádio Nacional<sup>81</sup> do Rio de Janeiro e transcrito pela publicação, no qual o candidato:

[...] ameaçou o Congresso Nacional com um levante popular, se não votar no plebiscito [...]. Na opinião do Sr. Leonel Brizola, a iniciativa de um golpe deflagraria a guerra civil, mas de curta duração. Definiu a situação do Brasil afirmando: - Deram um autêntico golpe para que fosse mantida essa ordem de coisas, para manter o processo de espoliação de nosso povo, para manter o latifúndio e o martírio de nossa gente.<sup>82</sup>

Nesse mesmo pronunciamento, segundo a publicação, o líder petebista fez críticas a Carlos Lacerda e ao embaixador americano Lincoln Gordon, alegando, inclusive que o governador da Guanabara pregava abertamente a guerra civil. Além disso, convocou os trabalhadores a fazerem greve geral caso ocorresse um golpe.<sup>83</sup> Cabe aqui destacar que a expressão golpe era frequentemente utilizada tanto pela mídia quanto pelo próprio Brizola, com a diferença do viés ideológico do “golpe”: a imprensa conservadora noticiava a possibilidade de um golpe da direita ou da esquerda; enquanto o deputado da Guanabara afirmava o risco de um golpe da direita.

Na edição do *Correio da Manhã* a chamada referente ao pronunciamento foi mais enfática: *“Brizola prega a violência e diz que o Congresso deveria estar fechado”*. Segundo o jornal, o candidato ao parlamento convocou as forças armadas a lutar contra aqueles que não desejavam a volta do presidencialismo, apresentando um discurso radical. Na publicação, há, na íntegra, o pronunciamento, o que nos permite sua análise. Leonel Brizola iniciou sua fala chamando atenção para a crise que o país vivia, com o povo passando por dificuldades; para

<sup>81</sup> A rádio surgiu em maio de 1933, mas ganhou impulso a partir de 1936. Foi estatizada por Getúlio Vargas em 1940, completando o ciclo de consolidação e apogeu da rádio. Foi a criadora do Repórter Esso, durante a II Guerra Mundial. Nos anos 60, gozava ainda de grande prestígio. A rádio funciona até os dias atuais.

<sup>82</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 e 03 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>83</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 e 03 de setembro de 1962, p. 3.

ele, isso ocorria porque viviam em um “regime que não funciona, inepto e inútil”. Como era comum em seus pronunciamentos, numa tentativa de aproximação com o público, ele convocou a população para se inteirar da crise: “para que encarem e que tomem posição sobre as graves questões com que nos defrontamos nestes dias que estamos vivendo”. Afirmou que não queria ser ditador, respondendo às críticas que especulavam sobre uma tentativa de golpe da esquerda. Contudo, apontou para a possibilidade de golpe militar: “dentro, inclusive, dos quartéis andam os eternos golpistas” e ainda para a conspiração norte-americana que se desenvolvia:

[...] aqui há gente disposta a lutar contra o golpe americanista, entreguista, como fizeram na Argentina. Quando tentarem fazê-lo, terão muito trabalho, pois o povo vai reagir, vai lutar. Atenção trabalhadores e estudantes. Ouçam: Diante de qualquer tentativa desta gente que ameaça com o espantinho do comunismo fica estabelecido entre nós a reação imediata e violenta, com forças e armas ao nosso alcance.<sup>84</sup>

A partir desse trecho, identificamos a confiança que o líder tinha nas forças reformistas. Brizola acreditava que havia união e disposição para a luta, muito ainda sob o efeito do que acontecera em 1961 quando foi possível, inclusive através da pressão popular, manter Jango no poder, mesmo com limitações.

Em determinado momento, demonstrou a radicalidade de seu posicionamento quando conclamou aos deputados: “devolvam direitos que roubaram ao presidente. Devolvam por bem, pois, caso contrário, nós iremos buscá-los”. Com certeza são palavras impactantes, mas que podem ser consideradas mais um jogo de oratória do que realmente uma ação concreta contra o Congresso.<sup>85</sup> De acordo com a chamada da notícia, o governador gaúcho realmente afirma que o Congresso deveria estar fechado: “Se o Congresso dependesse de mim, por exemplo, já não estaria funcionando. Quem atenta contra Lei Magna do país precisa ser castigado, ser responsabilizado”. Seguiu com as duras críticas ao legislativo:

O Congresso com todos os poderes funciona como tirano, feitor do povo brasileiro, para manter o latifúndio, processo de espoliação contra o povo. Se quisessem, já teriam decidido sobre as reformas de base com a mesma seriedade com que votaram aquele regime espúrio. Lesaram, impedindo o presidente constitucional que exercesse os seus poderes, concedidos pelo povo.<sup>86</sup>

<sup>84</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1962, p. 14.

<sup>85</sup> No dia 6 de janeiro de 1963, 11.531.030 eleitores, de um eleitorado de 18 milhões, votaram no plebiscito. O resultado determinou a volta ao presidencialismo, por 9.457.448 votos contra 2.073.582. KORNIS, Mônica. *Parlamentarismo: sim ou não?* In: *A trajetória política de João Goulart*. Sítio do CPDOC/FGV.

<sup>86</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1962, p. 18.

O pronunciamento de Leonel Brizola gerou grande repercussão no *Jornal do Brasil*. Chamaram-no de revolucionário; o jornal mostrava receio pela situação.<sup>87</sup> No mesmo dia, no *Correio da Manhã*, foi noticiado um pedido de sua prisão preventiva. O jornalista Antônio Porto Sobrinho entrou com o pedido de uma ação penal na Procuradoria Geral do Estado contra o candidato por ter infringido a Lei de Segurança Estadual.<sup>88</sup> O *Jornal do Brasil* também noticiou pedido de prisão para o governador gaúcho: “O procurador-geral da justiça da Guanabara, Sr. Batista Cordeiro Guerra, denunciará hoje o governador Leonel Brizola ao Tribunal de Justiça como incurso na Lei de Segurança Nacional, em consequência de seus pronunciamentos na televisão, considerados por êle subversivos”.<sup>89</sup>

Em Porto Alegre, o pronunciamento também ganhou destaque. Na sessão do dia 03 de setembro na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre, o assunto foi tratado pelo vereador Marques Fernandes, do PSD, que “manifestou sua surpresa e indignação ante às manifestações do governador Leonel Brizola”. Em sua declaração, afirmou que:

Está criando no país um clima de intranquilidade e propício à desordem e, porque não dizer, à própria sobrevivência do regime democrático, que tanto amamos e lutamos pela sua preservação. [...] cabe-nos tomar posição decisiva contra tal situação e contra tão estranho e surpreendente pronunciamento [...] que a Casa manifeste sua repulsa a qualquer tentativa de fechamento do Congresso Nacional ou a que atos isolados ou coletivos possam prejudicar a ação dos Srs. deputados federais e senadores da República.<sup>90</sup>

Por outro lado, a bancada petebista saiu em defesa do governador gaúcho. O vereador Lúcio Marques alegou que as notícias sobre o pronunciamento eram fruto de intrigas da imprensa lacerdista, “a mesma que levou ao suicídio o presidente Vargas”.<sup>91</sup> Em resposta, o udenista Alpheu Barcelos informou que não lera nos jornais as ameaças de Brizola, mas sim escutara pela rádio Mayrink Veiga, ou seja, da própria boca dele. Ao retomar a palavra, Lúcio Marques defendeu as eleições do dia 07 de setembro, mas criticou o atual parlamento. Esse debate evidencia a divisão ideológica do cenário político sul-riograndense: de um lado petebistas, e de outro os anti-petebistas, representados pela Ação Democrática Popular (ADP), formada pelo PSD, UDN, PL, PRP, PDC.<sup>92</sup>

O *Correio do Povo* também trouxe informações sobre a repercussão do pronunciamento. Segundo o jornal, líderes da UDN e do PSD informaram que estavam em

<sup>87</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1962, p. 6.

<sup>88</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1962, p. 4; *Correio do Povo*. Porto Alegre, 05 de setembro de 1962, p. 16.

<sup>89</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>90</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 04 de setembro de 1962, p. 10.

<sup>91</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 05 de setembro de 1962, p. 10.

<sup>92</sup> A ADP era uma coalizão anti-PTB, que congregou os partidos conservadores na eleição de 1962 para o governo do estado, contra o bloco popular-progressista.

alerta, pois o governo estaria prestes a sair da legalidade dentro de um esquema do qual o pronunciamento de Leonel Brizola era um dos primeiros indícios.<sup>93</sup> Há grande reportagem sobre a fala do governador, sempre com críticas e utilizando informações de jornais cariocas como *O Globo* e *Correio da Manhã*. Replicam o editorial deste último periódico, intitulado “*O possesso*”, no qual afirmaram que as declarações de Brizola eram subversivas, iam contra as autoridades constituintes do Estado e atacavam a disciplina militar. E que, portanto, somente “um possesso pode ter a audácia de falar, gritar, berrar assim”.<sup>94</sup>

Os debates acerca das últimas declarações do governador sul-riograndense chegaram à Assembleia Legislativa do estado. Segundo o *Correio do Povo*, a sessão do dia 04 de setembro foi praticamente exclusiva sobre esse tema, em um embate entre os opositoristas de Brizola e seus correligionários. Paulo Brossard (PL) classificou o momento de subversivo, encabeçado pelo candidato da Guanabara, que estava cometendo crimes contra a ordem jurídica, contra a Lei de Segurança e contra o Código Eleitoral. Mencionou que o caso estava sendo divulgado em todo o país e que, embora o petebista tenha se apresentando como governador do Rio Grande do Sul, ele não representava mais o estado e estaria abandonando seu governo para “insuflar a desordem, a baderna, o caos”.<sup>95</sup> Por fim, alegou que Brizola queria instaurar uma ditadura.

O deputado Getúlio Marcantonio (PL) também apontou críticas ao discurso de Brizola, pois o governador gaúcho julgava os parlamentares pelos altos salários, mas ele também era candidato ao Congresso Nacional. Condenava o fato dos parlamentares pouco frequentarem as sessões, sendo que ele próprio, enquanto líder político do Rio Grande do Sul, também se encontrava ausente do seu posto. O deputado disse, ainda, que o então candidato da Guanabara sempre se considerou lutador pela legalidade, mas que no momento pregava a ilegalidade.

Na contramão das acusações, o deputado Milton Dutra (PTB) saiu em defesa de Brizola alegando que a revolução que este pregava não era a das armas, mas sim de atitude, de ideias, e que não se tratava de subversão pedir a realização de um plebiscito. Lamaison Pôrto (PSP) alegou que os deputados que condenavam Brizola eram os mesmos que aclamavam Carlos Lacerda que é, segundo ele, “o maior agitador nacional que pregava o golpe e que pregou o golpe às antevésperas da renúncia do Sr. Jânio Quadros”.<sup>96</sup> Foram apresentadas

---

<sup>93</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 05 de setembro de 1962, p. 22.

<sup>94</sup> *Idem*, p. 22.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>96</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 05 de setembro de 1962, p.14.



apenas essas duas declarações favoráveis ao candidato a deputado, enquanto as críticas ganharam maior destaque pelo jornal *Correio do Povo*.

A ADP endereçou telegrama ao presidente João Goulart desaprovando as manifestações do governador sul-riograndense. No telegrama, acusavam o cunhado de Jango de subverter a ordem, agir contra as leis e incitar a implantação de uma ditadura.<sup>97</sup> Enfim, como ficou evidente, as declarações feitas pelo líder gaúcho durante a semana da pátria ganharam atenção no jornal de Porto Alegre. Desde o dia 04 até por volta do dia 07 de setembro apareceram em suas páginas cerca de 20 referências ao caso, na maioria das vezes, com críticas à radicalidade do então candidato ao Congresso Nacional.

Brizola, de volta ao Rio Grande do Sul, após campanha na Guanabara, falou com a imprensa gaúcha e se defendeu das críticas. Comunicou que lamentava por seu discurso ter sido tão deturpado, que jamais preconizou golpes, nem o fechamento do Congresso. Para ele, o Brasil vivia em uma ilegalidade consentida desde agosto de 1961, porque a emenda à Constituição foi votada em pleno Estado de Sítio. Contudo, reconheceu que foi agressivo na sua fala, mas não deixou de criticar o jornal *Correio da Manhã*, classificando-o de agressivo por seus duros editoriais.

Percebemos, aqui, um indício característico do governador gaúcho de enfrentamento com a mídia, que percorreu toda sua trajetória política. Ainda sobre seu esclarecimento à imprensa, ele afirmou que somente as eleições não resolveriam o problema do país, sendo necessária a realização do plebiscito.<sup>98</sup> Assim, alegava que seu pronunciamento não era subversivo, que subversivos são aqueles que procuram sustentar e manter esta ordem que, para ele, era fruto de um golpe. Reafirmava, ainda, a necessidade de o Congresso aprovar a votação da consulta popular para solucionar a crise de autoridade.<sup>99</sup>

Como medida para acalmar a situação, o governador gaúcho emitiu nota “a pedido” no *Correio do Povo*. Com o título *Esclarecimentos ao povo gaúcho* criticou a imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo acusando-as de deformar suas palavras e intenções. Afirmou que jamais pregou subversão da ordem muito menos a não realização das eleições em 07 de outubro. Para Brizola, a não concretização do plebiscito manteria a crise institucional e o agravamento dos problemas sociais e econômicos que assolavam o país. Dessa forma, “tal procedimento, além de ser um ato de crueldade, acentua a intransigência, a insensibilidade, o conteúdo antidemocrático e até mesmo a tirania que vem caracterizando a maior parte dos

---

<sup>97</sup> *Idem*, p. 07.

<sup>98</sup> Brizola confiava na vitória do presidencialismo.

<sup>99</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11 de setembro de 1962, p. 7.

atuais deputados e senadores”.<sup>100</sup> Encerrou o texto reafirmando a necessidade da consulta plebiscitária ocorrer juntamente com as eleições. Essa nota publicada no Rio Grande do Sul visava a acalmar a situação gerada com seus pronunciamentos radicais que estariam, em certa medida, prejudicando as eleições do PTB no estado.

Em meio a essa crise, o Congresso Nacional não tinha aprovado as solicitações iniciais encaminhadas por Brochado da Rocha quando assumiu o cargo de Primeiro Ministro. Em agosto, este pediu nova delegação de poderes ao executivo visando à efetivação do plebiscito para 07 de outubro. Novamente, o poder legislativo negou o pedido levando à sua renúncia do gabinete, em 14 de setembro. Em resposta, o Comando Geral dos Trabalhadores decretou greve geral; assim, sob pressão do movimento sindical, das esquerdas e dos militares nacionalistas, o parlamento decidiu antecipar o *referendum* para 06 de janeiro de 1963 (FERREIRA, J, 2008 p. 359).

Da mesma forma que as declarações radicais de Brizola estariam prejudicando seus correligionários no Rio Grande do Sul, elementos dentro do partido em âmbito nacional não concordavam com todas as bandeiras levantadas pelo político gaúcho, inclusive o próprio presidente João Goulart. Alguns petebistas, como Almino Afonso,<sup>101</sup> Elói Dutra, Clemens Sampaio e Ivete Vargas concordaram com a aprovação da Emenda Capanema-Valadares, que fixou o plebiscito para o dia 06 de janeiro de 1963.<sup>102</sup> Segundo publicação, Jango criticou suas as atitudes.<sup>103</sup> Ao comentar a escolha da data, Brizola expôs que houve reconhecimento do Congresso de que suas teses e princípios estavam acertados, e que o fato de não ter sido aprovado para o dia 07 de outubro foi questão de “ vaidade, teimosia e capricho”, mas, ainda assim, concordou com a bancada do PTB em seguir a orientação nacional do partido, mesmo contra sua opinião.<sup>104</sup> Fato é que no dia 6 de janeiro de 1963, 11.531.030 eleitores, de um

---

<sup>100</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12 de setembro de 1962, p. 16.

<sup>101</sup> Almino Monteiro Álvares Afonso nasceu em Humaitá (AM), de família rica e tradicional na política. cursou a Faculdade de Direito na USP com intensa mobilização estudantil. Filou-se ao PSB e pelo partido concorreu à Câmara Municipal de São Paulo. Todavia, em 1958 abandonou suas atividades profissionais em São Paulo e retornou a Manaus para disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados pelo Amazonas, agora pelo Partido Social Trabalhista (PST), sagrando-se vitorioso. Eleito, ingressou na Frente Parlamentar Nacionalista. Ainda em 1959, ingressou no PTB. Em março de 1961, Almino Afonso tornou-se líder da bancada do PTB na Câmara. Em outubro de 1962, reelegeu-se deputado federal pelo Amazonas. Participava do Grupo Compacto do PTB. Fonte: DHBB.

<sup>102</sup> O Projeto do deputado Gustavo Capanema (PSD-MG) previa originalmente a institucionalização do parlamentarismo. Entretanto, diante da pressão social que solicitava a antecipação do plebiscito, Capanema, o então senador Juscelino Kubistchek e o líder do PSD, Amaral Neto, articularam a aprovação da Emenda do senador mineiro Benedito Valadares (PSD). A Emenda pretendia antecipar o referendo para 06 de janeiro de 1963 e estabelecia o prazo de 90 dias para a aprovação de uma emenda constitucional regulamentando o sistema escolhido pelos eleitores na consulta. Assim, após negociações políticas, no dia 15 de setembro, por 169 a 83 votos foi aprovado o projeto que antecipava o *referendum* (MELO, 2009, p. 138).

<sup>103</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 18 de setembro de 1962, p. 22.

<sup>104</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 19 de setembro de 1962, p. 16.

eleitorado de 18 milhões, votaram no plebiscito. O resultado determinou a volta ao presidencialismo, por 9.457.448 votos contra 2.073.582.<sup>105</sup>

Ainda sobre a decisão do Congresso Nacional em realizar o plebiscito em janeiro, o *Correio da Manhã* afirmou que Leonel Brizola saiu derrotado, pois o candidato defendia a efetivação do referendo para o mesmo dia das eleições.<sup>106</sup> Contudo, o desenrolar do impasse acabou sendo uma vitória para aqueles que eram contrários ao parlamentarismo, incluindo o líder sul-riograndense, porque a previsão inicial era a de que João Goulart administrasse o país durante todo o seu mandato sob esse regime, ou seja, até 1965. O *referendum*, inicialmente, estava agendado somente para nove meses antes do final do atual período presidencial. Nessa perspectiva, a realização da consulta popular era a chance de derrubar o atual sistema político, fato que realmente se concretizou.

Cabe destacar que além do empenho empreendido por Leonel Brizola para a antecipação da consulta popular, o próprio João Goulart foi o maior entusiasta para a derrubada do parlamentarismo. Como avaliou Demian de Melo (2009, p. 103), o presidente habilmente construiu uma frente com políticos das mais diversas orientações, como os governadores Magalhães Pinto (UDN/MG), Juraci Magalhães (UDN/MG) e, também, Juscelino Kubitschek (PSD). Houve ainda articulações entre oficiais nacionalistas que realizaram pronunciamentos pela antecipação do referendo e um encontro entre governadores realizado em junho.

Somado a esses elementos, devemos frisar as duas greves gerais de 1962, pois além de terem sido mobilizações em prol do desgaste do sistema parlamentar, demonstraram o poder das esquerdas nas ruas: a primeira delas, visando prioritariamente a nomeação de um gabinete nacionalista (julho) – o que já indicava a insatisfação ao regime político –, e a outra, que reivindicava a antecipação do plebiscito (setembro). Nas duas ocasiões obtiveram sucesso, o que contribuiu para a confiança dos setores reformistas. Todavia, essa força mobilizatória da esquerda mostrou-se insuficiente no advento do golpe.

O PTB da Guanabara juntamente com o PSB – aliado na coligação Aliança Socialista Trabalhista (AST) – marcou para agosto e setembro cerca de 50 comícios com a presença de Leonel Brizola e Francisco Julião,<sup>107</sup> os quais, embora fossem os mais criticados pela grande imprensa, estavam dentre as principais lideranças dos setores reformistas naquele momento. Logo, suas presenças geravam maior apelo popular para os comícios. Somente em 25 de

---

<sup>105</sup> KORNIS, Mônica. Parlamentarismo: sim ou não? In: *A trajetória política de João Goulart*. Sítio do CPDOC/FGV.

<sup>106</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1962, p. 1.

<sup>107</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1962, p. 3.

agosto, a AST registrou as candidaturas dos deputados federais, dentre elas, a do governador gaúcho.<sup>108</sup>

Leonel Brizola também fazia comentários sobre a campanha na Guanabara, defendendo que estaria ocorrendo em clima de violência e falta de garantias. Acusava o governo Lacerda de apoiar excessivamente seus candidatos, usando da máquina pública na campanha. As denúncias do governador gaúcho não eram fruto de mera perseguição. Marly Motta (2004, p. 146) afirma que vencer na Guanabara era um desafio a Lacerda, que se envolveu na campanha de maneira direta e pessoal. Por outro lado, a historiadora ressalta que o executivo federal também apoiava os candidatos do PTB no estado. Quando Brizola criticava Carlos Lacerda, insinuava que este tentava criar o mesmo clima de insegurança gerado em agosto de 1954 e anterior à renúncia de Jânio Quadros e que, além disso, estava prestigiado e fortalecido pelas classes e grupos econômicos, pela Embaixada norte-americana e pela maioria dos grandes jornais.<sup>109</sup>

Ao longo de sua campanha, fez denúncias de que poderes econômicos influenciavam a campanha de alguns candidatos. A partir dessas acusações, o Ministro da Justiça anunciou que iria divulgar os valores investidos nas campanhas eleitorais nos próximos dias.<sup>110</sup> Na contramão da informação, o deputado estadual da Guanabara, Amaral Neto, denunciou que Leonel Brizola desviou dinheiro do governo do Rio Grande do Sul para financiar sua campanha.<sup>111</sup> Entretanto, o governador gaúcho continuou com as acusações em seu pronunciamento pela rádio, ocorrido no dia 02 de setembro, também divulgado pelo jornal *Correio da Manhã*. Na mesma publicação, a coluna *Mundo Político* criticou o petebista por esquecer-se de comentar sobre os gastos da campanha do PTB e da sua própria campanha que, segundo o periódico, era bem cara.<sup>112</sup>

Essas delações de influência econômica na campanha não eram infundadas. Em trabalho clássico sobre o golpe de 1964, René Dreifuss (1981, p. 329) constatou o investimento de recursos nas campanhas de políticos identificados com a ideologia liberal por parte do complexo IPES/IBAD. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) era uma organização que reunia a elite empresarial nacional e, também, internacional criada em 1959. Enquanto o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1962, também reunia empresários, inicialmente do Rio de Janeiro e São Paulo, mas, logo em seguida, agregou as

---

<sup>108</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1962, p. 20.

<sup>109</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11 de setembro de 1962, p. 7.

<sup>110</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1962, p. 6.

<sup>111</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1962, p. 7.

<sup>112</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1962, p. 6.

classes produtoras de outros estados. O referido autor informa que foi justamente durante a campanha para as eleições de 1962 que o complexo influenciou mais incisivamente, especialmente com recursos financeiros, sendo que a maior parte deles advinha de empresários e do governo norte-americano. Ainda segundo o pesquisador, também havia outras formas de apoio:

[...] as formas diretas de contribuições se estenderiam desde ajuda financeira imediata ao candidato ou partido até o fornecimento de outras necessidades materiais dispendiosas, como transporte, tempo de rádio e televisão, espaço de jornal e material de propaganda (cartazes, panfletos). Indiretamente a elite orgânica contribuía para a campanha de seus candidatos, criando um clima político favorável da mídia, proporcionando a eles e sua ideias extraordinária projeção, bem como suprimindo-os de ajuda intelectual, isto, é modelos de discursos bem preparados para pronunciamentos públicos e outras formas de intervenção no Congresso.

A influência eleitoral do complexo IPES/IBAD foi tão evidente que, em maio de 1963, foi instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados para apurar a origem dos recursos e a atuação política dos Institutos. O autor da CPI foi o deputado Paulo de Tarso (PDC/SP), que contou com a presidência de Peracchi Barcellos (PSD/RS) e, posteriormente, Ulysses Guimarães (PSD/SP). A vice-presidência ficou a cargo do PTB, primeiro com Rubens Paiva (SP) e, em seguida, Bocayuva Cunha (RJ). A relatoria coube à UDN, com Laerte Vieira (SC) e Pedro Aleixo (MG).<sup>113</sup> Os trabalhos foram concluídos em dezembro do mesmo ano.

O relatório considerou que o IBAD, especificamente, iniciou suas “atividades eleitorais” a partir de março de 1962 e confirmou sua ajuda financeira, através de programas de rádios e televisão, publicação de revista, “arrendamento” da linha editorial de jornal,<sup>114</sup> edição de livro e compra de veículos. Entretanto, não foi possível averiguar de onde vinham esses recursos, pelo menos durante aquela CPI, pois dirigentes da Instituição tinham queimado todos os documentos contábeis visando preservar os beneficiários das doações, segundo depoimento de Arthur Junqueira à Comissão (SILVA, 2007, p. 28). Apesar da investigação, João Goulart decretou, em 31 de agosto de 1963, a suspensão das atividades do IBAD por três meses e determinou sua dissolução no decorrer desse prazo.

<sup>113</sup> Os outros deputados que compunham a CPI são: Aducto Cardoso (UDN/GB), Franco Montoro (PDC/SP), Afonso Celso (PTB/RJ), Geremias Fontes (PDC/RJ), Anísio Rocha (PSD/GO), Getúlio Moura (PSD/RJ), Arnaldo Cerdeira (PSP/SP), João Dória (PDC/BA), Arnaldo Nogueira (UDN/GB), José Alkmim (PSD/MG), Benedito Cerqueira (PTB/GB), José Aparecido (UDN/MG), Benedito Vaz (PSD/GO), José Richa (PDC/PR), Bento Gonçalves (PSD/MG), Lenoir Vargas (PSD/SC), Broca Filho (PSP/SP), Magalhães Melo (UDN/PE), Burlamaqui de Miranda (PSD/PA), Manuel Taveira (UDN/MG), Cantídio Sampaio (PSP/SP), Nilo Coelho (PSD/PE), Elói Dutra (PTB/GB), Régis Pacheco (PSD/BA), Emílio Gomes (PDC/PR), Temperani Pereira (PTB/RS). Fonte: Diário do Congresso Nacional, 14 de dezembro de 1963, p. 9937-9963.

<sup>114</sup> O IBAD “arrendou” a linha editorial do jornal carioca A Noite, por 90 dias, que passou a apoiar candidatos da Ação Democrática Parlamentar e da Ação Democrática Popular, além de intransigente defesa da democracia (SILVA, 2007, p. 27).

O presidente do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, Ivan Hasslocher (dono da agência de publicidade Promotion), depôs à CPI em setembro, porém seu depoimento não auxiliou no avanço das investigações. O empresário informou que o Instituto reunia 98 financiadores, todos pertencentes à classe produtora, e que teriam gasto cerca de Cr\$ 1 bilhão na campanha eleitoral. No relatório final, Pedro Aleixo lamentou que não foi possível identificar os financiadores do Complexo e concluiu que em torno de 250 deputados federais receberam ajuda (SILVA, 2007, p. 32-33). É importante frisar que ao longo da investigação houve críticas de que comissionados teriam sido beneficiados por esses recursos e que, por isso, atravancavam o desenvolvimento das investigações.

As eleições estaduais de 1962 realmente ganharam a atenção dos Estados Unidos. Vicente Silva (2008, p. 190-191) defende que o pleito serviria como porta de entrada para as medidas estadunidenses, previstas na *Aliança para o Progresso*, num nível estadual, buscando, assim, maior êxito. Sob esse aspecto, além dos incentivos financeiros através do IPES/IBAD, o programa forneceria os meios para concretizar essa influência. O autor apresenta documento produzido pelo governo estadunidense no qual apontava diretrizes da *Aliança* e da política externa entre os dois países. De acordo com o documento, o governo norte-americano temia que, com as eleições de outubro, o PTB ganhasse mais força no parlamento, diminuindo a oposição a Goulart. Por isso, recomendava-se o apoio a nomes alinhados aos pressupostos do livre mercado. Resumidamente, naquele momento das eleições, a iniciativa dos Estados Unidos era de eleger um Congresso centrista e moderado visando ao desenvolvimento; obviamente, dentro da lógica do capital internacional sob a égide estadunidense. De forma geral, os objetivos foram atingidos, considerando que o parlamento manteve uma configuração conservadora, mesmo havendo um crescimento da bancada petebista.

Por outro lado, ao que se refere especificamente às eleições na Guanabara, embora o IPES/IBAD tivesse influenciado vários nomes importantes do cenário político estadual, o resultado final não foi o esperado, devido especialmente à vitória de Leonel Brizola e Eloy Dutra, figura desagradável à elite do complexo, por ele constantemente denunciado. Apresentamos alguns nomes que receberam apoio do IPES/IBAD: Juracy Magalhães (UDN), Lopo Coelho (PSD), Juarez Távora (PDC), Raul Brunini (UDN) e o líder udenista Carlos Lacerda (DREIFUSS, 1981, p. 333).

Marly Motta (2001, p. 178) também apresenta a influência de recursos norte-americanos no governo de Carlos Lacerda na Guanabara. Devido ao forte anticomunismo do governador, seu acesso a empréstimos externos das agências internacionais, geralmente dos

Estados Unidos, era facilitado. Dentre as medidas adotadas pelo governo norte-americano para conter o avanço comunista no continente após a Revolução Cubana (1959) estava a criação de um Fundo Especial Interamericano para o Desenvolvimento Social a ser aplicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em projetos de reforma agrária, habitação, educação e saneamento básico; além da formação da *Aliança para o Progresso*.

Sobre as declarações de Brizola e Lacerda ao longo da campanha, o jornal *Correio do Povo* sintetizou que, enquanto o primeiro atentava contra o Congresso, o segundo investia contra o executivo federal, e ambos atribuíam a preparação de um golpe ao setor político,<sup>115</sup> de direita ou de esquerda. O governador gaúcho acusava o carioca de influenciar no pleito eleitoral da Guanabara a ponto de apresentar representação contra ele no Tribunal Regional Eleitoral do estado sob a alegação de que a conduta do governador carioca interferia na campanha, viciando o processo eleitoral.<sup>116</sup>

Uma das estratégias utilizadas por Lacerda no pleito eleitoral era impedir a aproximação entre PTB e PSD, tanto no âmbito regional, quanto nacional. Com esse objetivo, apoiou o candidato pessedista Lopo Coelho para o cargo de vice-governador, embora a UDN já tivesse lançado o nome de Mário Martins para o mesmo cargo. Desse modo, o governador guanabarinense colocava Kubistchek, seu provável adversário nas eleições presidenciais de 1965, em situação conflitante: “ou apoiava o candidato do PSD, seu partido, e causava dificuldades à aliança que vinha tecendo com o PTB [...] ou ‘traía’ o PSD da Guanabara e embarcava na candidatura de Eloy Dutra” (MOTTA, 2001, p. 181). Este era o candidato do PTB. Apoiando Lopo Coelho, Lacerda também ganharia apoio dos candidatos a deputados estaduais pessedistas, o que poderia viabilizar maioria governamental na Assembleia Estadual após a eleição.

Dando continuidade às críticas a Leonel Brizola, o *Correio da Manhã* apresentou, em várias ocasiões, a situação eleitoral no Rio Grande do Sul, que naquele momento não era favorável ao PTB, com a provável vitória do PSD no governo do estado. O jornal utilizava esse quadro para desqualificar a administração do líder petebista destacando a “tradição” do partido de não conseguir fazer sucessores no estado, como ocorreu na prefeitura de Porto Alegre quando Leonel fora prefeito (ou da derrota de João Goulart para Fernando Ferrari na disputa da vice-presidência nas eleições de 1960),<sup>117</sup> afirmando que o governador não fizera

---

<sup>115</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 05 de setembro de 1962, p. 16.

<sup>116</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1962, p. 4; *Correio do Povo*. Porto Alegre, 19 de setembro de 1962, p. 16.

<sup>117</sup> Cumpre destacar que Fernando Ferrari fazia parte de uma dissidência do PTB, portanto, também era identificado com o trabalhismo.

sucesso no Rio Grande do Sul e, por isso, teria ido concorrer pela Guanabara.<sup>118</sup> Sobre a sua ida para outro estado, Paulo Brossard, do Partido Libertador (PL), afirmou: “constitui uma verdadeira felicidade o fato do Sr. Leonel Brizola ter escolhido outro campo para a sua nefasta atividade eleitoral, pois graças a sua ausência a campanha política vem se desenvolvendo no Rio Grande do Sul em perfeita harmonia sem a menor preocupação de qualquer ordem”.<sup>119</sup>

Por esses dias surgiram notícias diretamente relacionadas à sua campanha, como a realização de comício, publicado no jornal pelo comitê eleitoral. Também há informe de um almoço em sua homenagem, por iniciativa de um grupo de jornalistas, escritores e artistas plásticos, no qual o orador oficial foi o jornalista Paulo Silveira, da *Última Hora*.<sup>120</sup> Este, durante seu discurso, chamou o candidato a deputado federal de “líder nacional da legalidade” e reconheceu que a homenagem era uma resposta aos editoriais que muitos jornais publicavam contra Leonel Brizola.<sup>121</sup>

Há notícia sobre a possibilidade de o líder petebista ser convidado por elementos ligados ao PTB para comparecer a comícios de propaganda à candidatura de José Raimundo para a prefeitura de Belo Horizonte,<sup>122</sup> o que demonstra o destaque que Brizola estava recebendo dentro do partido no âmbito nacional. Todavia, dias depois, o mesmo jornal informava que os petebistas mineiros, ao saberem da ida de Leonel Brizola para Belo Horizonte, recusaram seu apoio, pois ele não teria o que acrescentar à campanha que se desenvolvia com normalidade e, ao contrário, só traria violências e provocações.<sup>123</sup> Esse tipo de situação demonstra a ambiguidade que a imagem do governador gaúcho gerava dentro do partido, confirmando a premissa de que havia duas correntes principais no interior da agremiação: uma moderada, inspirada em João Goulart, e outra radical, sob a liderança de Leonel Brizola.<sup>124</sup>

As críticas às declarações de Brizola continuavam. No *Jornal do Brasil* destacamos a seguinte passagem sobre as comemorações da Semana da Pátria:

---

<sup>118</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1962, p.6.

<sup>119</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 07 de setembro de 1962, p. 4.

<sup>120</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1962, p.3.

<sup>121</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>122</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1962, p. 6.

<sup>123</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1962, p. 6.

<sup>124</sup> Sobre as correntes de influência dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, o recente trabalho de Alessandro Batistella – influenciado pela obra clássica de Miguel Bodea (1992) - defende que o PTB, desde a sua fundação, pode ser dividido em cinco alas internas: *sindicalista*; *pragmático-getulista*; *doutrinário-trabalhista*; *pragmático-reformista* (ou reformistas moderados) e *reformista radical* (ou esquerdista). Segundo o autor, as últimas duas alas são representadas principalmente por João Goulart e Leonel Brizola, sucessivamente (2014, p. 50-51).



Desfilam amanhã as Fôrças Armadas do Brasil e não as Fôrças Imaginárias do Governador Leonel Brizola. Êsse (sic) político inquieto e inconformado, que procura refazer, no Estado da Guanabara, uma carreira demagógica já não mais tolerada pelo povo do Rio Grande do Sul, fala em nome das Fôrças Armadas, pregando o golpe. Tem o Sr. Brizola uma procuração das Fôrças Armadas para representá-las? Esta pergunta pode ser respondida por outra. Pode o governador gaúcho falar em nome do povo brasileiro?<sup>125</sup>

A publicação alegou que Leonel Brizola estaria fazendo apologia ao fechamento do Congresso Nacional e incitação à rebelião; no entanto, nem sempre apresentam trechos dos pronunciamentos onde o trabalhista teria feito tais afirmações, à exceção da publicação do dia 02 de setembro, pelo *Correio da Manhã*, citado anteriormente. Praticamente todas as vezes que aparecem referências ao candidato ao Congresso nas publicações midiáticas daquelas semanas, são para comentar seus pronunciamentos, geralmente com críticas, acusando-o de atentar contra as liberdades democráticas e de fazer pregação subversiva.

Em resposta a críticas feitas por Brizola aos deputados federais, acusando-os de estarem ausentes das sessões do Congresso Nacional, o deputado Milton Brandão (PSP-PI), em discurso na Câmara justificou que os deputados estavam em campanha eleitoral, por isso suas faltas. Divulgou ainda informações sobre o mandato do governador sul-riograndense, enquanto este fora deputado federal pelo seu estado, em 1955, mostrando que o petebista solicitava muitas licenças e apresentava poucos requerimentos.<sup>126</sup> O deputado do Piauí tentava desqualificar a imagem do líder esquerdista utilizando essas informações, insinuando que ele não tinha moral política para fazer tais críticas.

Ao final de setembro, foi publicado o “santinho” de campanha de Brizola, com a divulgação do seu número para votação: 512.<sup>127</sup> Também foi realizado convite ao povo carioca para visitar uma exposição sobre as realizações de Leonel à frente do governo gaúcho, na busca de fazer propaganda política para o candidato<sup>128</sup>. Foram executados, ainda, convites para pronunciamentos de Leonel Brizola na rádio Mayrink Veiga, que transmitiria, da Praça da Taquara, na Guanabara, o comício da vitória.<sup>129</sup>

No período que antecedeu às eleições, João Goulart procurou restabelecer a aliança PTB-PSD, mesmo enfrentando a ala mais radical do seu partido. Em reportagem sobre o assunto, o *Correio da Manhã* enfatizou a negativa de Brizola em retomar o acordo.

<sup>125</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 de setembro de 1962, p. 6.

<sup>126</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1962, p. 12. Este episódio também ganhou destaque no *Correio do Povo*. Porto Alegre, 14 de setembro de 1962, p. 7.

<sup>127</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1962, p. 3.

<sup>128</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1962, p. 15; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1962, p. 10.

<sup>129</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 02 de outubro de 1962, p. 12.

Afirmavam que o presidente iria continuar nas negociações mesmo que para isso tivesse “que enfrentar a obstinada oposição do seu cunhado Leonel Brizola”.<sup>130</sup>

Ao aproximar-se o período das eleições, o comitê do candidato a deputado federal divulga nota nos jornais analisados fazendo um alerta:

O Comitê Central da candidatura Leonel Brizola, 512, alerta o povo da Guanabara que tem informação segura de que está preparada uma onda de boatos, intrigas e difamação contra o nosso candidato. Pensam eles que com essas atitudes indignas poderão prejudicar a candidatura vitoriosa de Leonel Brizola junto aos eleitores da Guanabara.<sup>131</sup>

Em mais outra situação, o *Correio da Manhã* manteve sua campanha negativa contra Leonel Brizola, chamando-o de mentiroso em reportagem intitulada “*A última mentira*”:

[...] o Sr. Leonel Brizola, encerrando a sua campanha, revelou a chapa em que iria votar aqui no Rio. Seus candidatos para senador, vice-governador, deputado federal e deputado estadual, seriam é claro, os seus correligionários de partido e de ‘ideias’. Acontece, entretanto, que o governador do RS não é eleitor da Guanabara. Vai votar no seu estado, onde teve receio de candidatar-se. Encerrou, assim, com uma mentira, a série de conceitos falsos e de ataques sem fundamento, que vinham pregando aos que ainda acreditam nas suas fanfarronas demagógicas.<sup>132</sup>

No dia da eleição foi apresentada nova denúncia envolvendo o seu nome. O mesmo jornal afirmou que o diretor regional da Empresa Correios e Telégrafos da Guanabara, Dalmo Macedo Gaspar, enviou carta a todos os funcionários da repartição indicando candidatos para votarem, dentre eles, Leonel Brizola.<sup>133</sup> Ainda neste dia, o *Jornal do Brasil*, em uma análise sobre as eleições, afirmava que a disputa na Guanabara seria entre PTB e UDN e que Brizola seria o mais votado no seu partido.<sup>134</sup> Durante reportagem sobre os novos governadores, o jornal avaliava que o governador sul-riograndense deixava “o governo com amplo prestígio no plano nacional, em consequência da sua atitude durante os acontecimentos de agosto-setembro de 61”.<sup>135</sup>

<sup>130</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1962, p. 7.

<sup>131</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 1962, p. 4; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06 de outubro 1962, p. 3. O anúncio também foi divulgado no dia das eleições, 07 de outubro, pelos dois jornais.

<sup>132</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06 de outubro 1962, p. 6.

<sup>133</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de outubro 1962, p. 2.

<sup>134</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1962, p. 4.

<sup>135</sup> *Idem*, p. 5.

### 1.3 A vitória

A partir do dia 09 de outubro, começaram as primeiras prévias das eleições, apontando Brizola como um dos mais votados.<sup>136</sup> Durante a apuração, ocorreram fatos curiosos: alguns eleitores trocaram o nome de Leonel por Manoel na hora de escrever na cédula. No entanto, os presidentes das juntas apuradoras consideraram o voto, pois os votantes colocavam o número de Brizola, 512. Em um dos casos, o eleitor escreveu Mané.<sup>137</sup> Essa troca de nomes pode sugerir que, embora o líder petebista fosse conhecido nacionalmente, o fato dele estar participando pela primeira vez de um pleito eleitoral na Guanabara, tornava-o, em algumas situações, menos próximo dos eleitores. Outro fato inusitado ocorreu devido a uma confusão gerada pelo próprio partido durante a campanha: o PTB veiculou anúncios pedindo o voto para Brizola e Badger da Silveira, também candidato do partido no estado do Rio de Janeiro, gerando dúvidas nos eleitores. Ao final das eleições, o gaúcho recebeu cerca de 60 mil votos no estado do Rio, que tiveram de ser anulados (LOPES, 2013, p. 36). No dia 11 do mesmo mês, segundo estatísticas, ele já era considerado eleito.<sup>138</sup>

Numa análise sobre as eleições, o *Jornal do Brasil*, no “Caderno Especial”, afirmou que havia contradições na esquerda, pois estados que apresentavam tendências esquerdistas, como Pernambuco e Rio Grande do Sul, tiveram baixos resultados nas eleições. Para o jornal, o sucesso da esquerda esteve mais evidente na Guanabara:

[...] a abertura para a esquerda ficou restrita à votação dada pelos cariocas ao Sr. Leonel Brizola. Não há como negar o matiz esquerdista de sua consagração eleitoral, que por enquanto está servindo de biombo para a derrota no RS, mas não conseguirá escondê-la completamente, depois que todos os resultados estiverem computados. A força revelada pelo Sr. Brizola no Rio foi de tal ordem que canalizou até os votos comunistas ortodoxos, destinados ao Sr. Marco Antônio Coelho, que representa a nova geração de dirigentes comunistas brasileiros.<sup>139</sup>

A eleição no Rio Grande do Sul também ganhou destaque no *Correio da Manhã*, que trouxe notícia sobre o fato da derrota do PTB, na figura de Brizola, no estado.<sup>140</sup> Ao final do mês, evidenciamos mais uma tentativa de desqualificar o recém-eleito deputado federal: em reportagem intitulada “*Não vai perder tempo na Câmara*”, o jornal afirmava que o petebista, a partir de seu pronunciamento no rádio, deixou entrever que tinha pouco interesse pela

<sup>136</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1962, p. 1.

<sup>137</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1962, p. 4.

<sup>138</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de outubro 1962, p. 14.

<sup>139</sup> *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1962, p. 65.

<sup>140</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 de outubro 1962, p. 16.

Câmara, assegurando que o povo não o elegera para que ele gastasse seu tempo falando “V. Exa. prá lá, V. Exa. pra cá”. O jornal dizia, também, que o gaúcho nunca fora muito do diálogo, mas sim do monólogo e que não possuía condições para o debate com alguns deputados - a nota é da sucursal de Porto Alegre.<sup>141</sup> Fato é que, durante o ano de 1963, ele pouco compareceu às sessões na Câmara Federal.<sup>142</sup>

Num panorama acerca da situação do PTB na Guanabara, pode-se afirmar que foi justamente com a eleição e a vinda de Leonel Brizola para o estado que o partido começou a adquirir autonomia. O partido saiu fortalecido das eleições: teve grande vitória para a Câmara dos Deputados com a votação recorde do deputado (269.383 votos ou 26,4%) – o mais votado do país –, e a eleição de poucas cadeiras para a UDN. Guilherme Lopes (2013, p. 44) nos apresenta alguns dados que elucidam sobre o contingente eleitoral de Leonel Brizola:

Ele teve mais da metade de todos os votos da coligação do PTB com o PSB, e com um quociente eleitoral de 46.129 votos, levou consigo oito candidatos da AST. Dentre eles, Breno da Silveira, o único do PSB, eleito com 8.801 votos, e Benedito Cerqueira, o eleito menos votado da coligação, com 3.527 votos. Em termos de comparação, Hamilton de Lacerda, o último da lista da UDN, foi eleito com 7.334 votos. Para ter noção da votação expressiva de Brizola, é como se pouco mais de ¼ dos cariocas tivessem votado nele. O segundo deputado mais votado foi o udenista Amaral Neto, com 123.383 votos, com menos da metade dos votos de Brizola.

Sobre a expressiva votação de Brizola, José Talarico, secretário da comissão executiva do PTB, afirmou que passou por situações constrangedoras dentro do partido, pois algumas lideranças estaduais do PTB na Guanabara ficaram desconfortáveis ao obterem votação bem menor do que a do candidato oriundo de outro estado. Para ele, a votação recorde de Brizola deveu-se às bandeiras levantadas pelo candidato, que iam muito além das fronteiras estaduais, mas que visavam medidas de âmbito federal:

Estava em pauta no Congresso, por exemplo, a Lei de Remessa de Lucros, estava em pauta a reforma agrária [...] e ele enfocou, dentro dos princípios que defendia, dentro de princípios nacionalistas, a usurpação das empresas estrangeiras no Brasil, a exploração que o Brasil sofria. Aquelas suas palestras na Mayrink Veiga a respeito desses aspectos todos, tudo isso motivou muito o eleitorado.<sup>143</sup>

O quadro eleitoral na Câmara dos Deputados ficou assim: dez deputados do PTB, seis da UDN, dois do PSD, um do PSB, um do Partido Democrata Cristão (PDC) e um do Partido Social Trabalhista (PST) (VERSIANI, 2007, p. 76). Abaixo, uma tabela com a relação dos deputados federais eleitos em outubro de 1962:

<sup>141</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de outubro 1962, p. 20.

<sup>142</sup> Trataremos especificamente desse assunto ao longo dos capítulos II e III.

<sup>143</sup> TALARICO, José *apud* FREIRE, Américo (Coord.). *Conversando sobre política*: José Talarico. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 114.

Aliança Socialista Trabalhista (AST)		União Democrática Nacional (UDN)	Frente Popular (FP)		Partido Democrata Cristão (PDC)
PTB	PSB		PSD	PST	
Leonel de Moura Brizola	Breno Dhália da Silveira	Fidélis dos Santos Amaral Neto	Antônio de Pádua Chagas Freitas	Marco Antônio Tavares Coelho	Juarez Távora
Sérgio Nunes de Magalhães Júnior		Adauto Lúcio Cardoso	Nélson de Souza		
Eloy Ângelo Coutinho Dutra		Eurípedes Cardoso de Menezes			
Antônio Garcia Filho		Aliomar de Andrade Baleeiro			
Waldir de Melo Simões		Arnaldo de Castro Nogueira			
Benjamin Miguel Farah		Hamilton de Lacerda Nogueira			
Max José da Costa Santos					
Max José da Costa Santos					
Rubens Bernardo Carneiro da Cunha					
Jamil Amiden					
Benedicto Serqueira					

Fonte: Versiani, 2007.

#### Sobre a configuração da bancada federal guanabarina, tinha-se a seguinte análise:

Dos 21 deputados eleitos, apenas sete não tinham um mandato anterior na cidade. Em termos gerais, pode-se identificar uma dupla origem da votação desses novatos na vida parlamentar carioca: a expressão que possuíam no quadro político nacional, como Brizola, ou a conquista do eleitorado de esquerda, como o deputado Marco Antônio, da Frente Popular, que recebeu apoio explícito do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Já em relação aos outros 14 deputados, pode-se observar que tinham, em comum uma sólida carreira política anterior, a maior parte deles com atuação no antigo Distrito Federal (MOTTA, 2001, p. 193).

No Senado, Juracy Magalhães (UDN) ficou apenas com o terceiro lugar, perdendo para Aurélio Viana, da coligação Aliança Socialista Trabalhista, sendo o mais votado, e para Gilberto Marinho (PSD), que foi reeleito. No âmbito estadual, o vice-governador escolhido foi o petebista Eloy Dutra (47%), que derrotou o pessedista Lopo Coelho (39%), candidato de Lacerda; o terceiro candidato, Mário Martins (PL), fez 4% dos votos (MOTTA, 2004, p. 160). No legislativo estadual, onde o partido de Brizola apresentava maus resultados, também obteve vitória: José Talarico candidatou-se a deputado estadual para fortalecer a legenda e, com o apoio do PSB, que conquistou 3 cadeiras, conseguiram maioria na Assembleia Legislativa, dificultando a administração lacerdistas. Embora a UDN tivesse eleito 14 deputados contra 13 do PTB, a oposição a Lacerda estava mais organizada. O legislativo da Guanabara, em 1962, ficou marcado pela fragmentação partidária, pois abrigava 11 partidos.

Demian de Melo (2009, p. 143) também apresenta dados sobre as eleições gerais de 1962 a partir de uma perspectiva mais ampla:

As esquerdas tiveram importantes vitórias nestas eleições. Segundo declarou à época Luiz Carlos Prestes, 17 dos 409 deputados federais eleitos pertenciam ao PCB – naturalmente inscritos em outras legendas. Na Guanabara a coligação Aliança Trabalhista-Socialista (PTB-PSB e clandestinamente o PCB) ficou em primeiro lugar, com 408.602 votos, contra os 241.879 dados à UDN do governador Carlos Lacerda. Concorrendo para a Assembleia estadual, o líder comunista do CGT, Hércules Correa, foi o terceiro mais votado da Guanabara. O líder ferroviário comunista, Demistóclides Batista (o “Batistinha”), foi eleito para a Câmara Federal do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foi eleito Miguel Arraes (Partido Social Trabalhista), e o PTB duplicou sua bancada federal, tendo tido um crescimento considerável no Nordeste, fortalecendo a Frente Nacionalista na Câmara Federal.

Enfim, a partir das análises apresentadas podemos observar que o veículo utilizado, prioritariamente, por Leonel Brizola para apresentar suas propostas não foram os jornais, pois encontramos poucas notas publicadas a pedido do candidato ou do seu comitê. O que verificamos foi a cobertura por parte dos periódicos sobre os seus atos de campanha que, em verdade, pronunciavam-se mais sobre assuntos de interesse nacional do que exclusivamente estadual. Assim, é possível concluir que a campanha, e o consequente mandato, visavam a consolidar a projeção nacional do governador gaúcho e, de fato, a campanha também ganhou a tônica do seu discurso nacionalista em contraposição a Carlos Lacerda e a UDN. Observamos também, que sua campanha eleitoral se mostrou bem estruturada, com uma base forte de apoio, fruto do sucesso da aliança com o Partido Socialista Brasileiro.

De modo que utilizamos exclusivamente jornais como fonte, ainda que tivesse havido uma busca com o intuito de diversificá-las e contrapô-las, a análise dos periódicos foi pertinente para compreendermos o papel que a imprensa teve no período imediatamente anterior ao golpe de 1964. Ficou evidente que os periódicos analisados nessa pesquisa, a exceção da *Última Hora*, não eram apoiadores de Brizola e, dessa forma, suas publicações eram tendenciosas, sempre privilegiando as críticas ao candidato e ressaltando seu discurso tido como radical por algumas pessoas, amedrontando, assim, as classes conservadoras. Entretanto, perceber essa falta de imparcialidade nos jornais estudados não pode nos levar a afirmar que eles “manipulavam as massas” sem essas questionarem o que estavam lendo. Claro que a imprensa exerce influência nas decisões dos leitores, mas não é o único fator determinante na escolha de um candidato. Um exemplo claro foi o fato de que, mesmo com a imprensa guanabarina tecendo duras críticas a Leonel Brizola, sua votação foi a maior da época, com a ressalva de que o público leitor do *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* não eram seus principais eleitores.

No próximo capítulo, abordaremos os primeiros meses do recém-eleito deputado federal. Demonstraremos quais pontos foram mais recorrentes durante os primeiros meses de mandato, inserindo-os nos debates internos da Casa, bem como um dos principais motes da trajetória política de Brizola: o nacionalismo. Ademais, trataremos sobre o debate gerado em torno das negociações para aprovação de um projeto de Reforma Agrária que agradasse os diversos interesses políticos representados na Câmara dos Deputados naquela conjuntura, tendo como norte o desempenho político do gaúcho.

## **2 COM A PALAVRA, O DEPUTADO: ATUAÇÃO DE LEONEL BRIZOLA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

O ano de 1963 inaugurou a 42ª legislatura da Câmara dos Deputados e a 5ª legislatura após o fim da ditadura do Estado Novo. Era um período de experiência democrática ainda em consolidação, no qual agravavam-se as evidências da sua fragilidade. O Congresso Nacional refletia o momento de mobilização popular que assolava o país. Contudo, estava, em geral, na contramão de muitas das reivindicações sociais, visto que se caracterizava pelo número significativo de legisladores conservadores representantes da elite nacional. Nas eleições de 1962, estavam em disputa 409 vagas na Câmara dos Deputados, que ficaram distribuídas da seguinte forma: 118 ocupadas pelo PSD, 116 pelo PTB e 91 pela UDN; as outras 84<sup>144</sup> cadeiras ficaram divididas entre os partidos menores (AZEVEDO; RABAT, 2012, p. 27). René Dreifuss caracterizou o Congresso Nacional do início dos anos 1960 deste modo:

O Congresso, embora fosse um foco de representação oligárquica, transformava-se no *forum* onde reivindicações populares ganhavam expressão. O controle do Congresso se fazia essencial para o bloco nacional-reformista e, em particular, para o Executivo, a fim de implementar o seu ambicioso programa de reformas. Porém as forças políticas conservadoras e reacionárias tentavam manter o controle do Senado e da Câmara de Deputados para bloquear a aprovação de legislação conducente a substanciais reformas nacionais. O congresso se transformou em um crucial campo de batalha (DREIFUSS, 1981, p. 319, *grifo do autor*).

O Partido Trabalhista Brasileiro aumentou de 66 para 116 a quantidade de cadeiras na Câmara dos Deputados, reduzindo, assim, o número de mandatos dos partidos mais à direita do espectro político<sup>145</sup> - a UDN e o PSD - e disputando com este o lugar de maior partido nacional (FERREIRA, 2005, p. 328; DELGADO, 1989, p. 234). Enquanto isso, a próspera aliança entre os dois maiores partidos da Câmara dos Deputados, que teve seu auge principalmente no governo de Juscelino Kubistchek, começou a dar sinais de instabilidade, com maior intensidade no final de 1963, dificultando a governabilidade de João Goulart. À medida que o partido petebista adquiria um perfil reformista, o pessedista sentia-se

<sup>144</sup> PSP - 22; PDC - 20; PTN - 11; PST - 8; PR - 5; PRP - 4; PSB - 4; MRT - 4; PL - 3; PRT - 3. Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22 de março de 1963, p. 4.

<sup>145</sup> De acordo com Angela de Castro Gomes, o período de 1945 a 1964 pode ser caracterizado pela dominância de três grandes partidos na cena política nacional: o Partido Social Democrático (PSD), que ideologicamente ocupava o centro político; a União Democrática Nacional (UDN) à direita; e, finalmente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que ocupava uma posição de esquerda, especialmente após a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947 (GOMES, 2007, p. 55).



desconfortável com a situação, devido essencialmente à sua ligação com grupos conservadores hegemônicos dentro do partido; nitidamente, havia um conflito de interesses entre as duas agremiações fundadas por Getúlio Vargas. Destarte, gradativamente este aproximava-se da UDN, conforme vemos a seguir:

Durante cerca de quinze anos (1945 a 1960), PTB e PSD, sob hegemonia do segundo, atuaram unidos ao nível da política nacional. Essa aliança, entretanto, não apresentou uma linha de continuidade e não perdurou inalterável até 1964. Na segunda metade dos anos cinquenta, suas bases começaram a ser solapadas e no início da década de sessenta já não mais existia, pelo menos sob a forma institucional que até então caracterizava (DELGADO, 1989, p. 296).

O PTB chegou ao Congresso Nacional em 1963 marcado pelo reformismo; no seu interior, podiam-se observar duas linhas de orientação, uma mais conciliatória, na qual os expoentes eram o presidente João Goulart e seu braço direito San Tiago Dantas, e outra mais radical, com a liderança de Leonel Brizola ao lado do *Grupo Compacto*<sup>146</sup> do partido. As duas correntes visavam o mesmo objetivo, as Reformas de Base, mas divergiam quanto aos meios para desencadeá-las.

A principal discussão na Câmara dos Deputados durante o governo Goulart foi a Reforma Agrária. Jorge Ferreira (2005) aponta que a maioria das forças políticas representadas no Congresso concordava com a proposta de legislação que alterasse o modelo fundiário, avaliada como necessária para o desenvolvimento do país; assim, aceitavam reformulações, desde que moderadas e com limitações. Por outro lado, as esquerdas preconizavam uma Reforma Agrária mais incisiva e com reais alterações do *status quo*. Tal posicionamento era vislumbrado como radicalismo. O cerne do impasse girava na forma de indenizar os proprietários:

O conflito entre as esquerdas e os conservadores girava, sobretudo em torno de como implementar a reforma agrária. Para as esquerdas, as alterações na estrutura agrária não poderiam acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição, sob o risco de se tornarem, como se dizia na época, uma “negociata rural”. O PSD, maioria no Congresso, concordava em ressarcir com títulos da dívida pública e, avançando para o perfil conservador do partido, aceitava que o princípio das desapropriações por interesse social atingisse o latifúndio improdutivo ou inadequadamente cultivado. No entanto, para os grupos e partidos organizados na Frente de Mobilização Popular, qualquer proposta que incluísse indenizações era inaceitável (FERREIRA, 2005, p. 339).

---

<sup>146</sup> A partir de 1958 novos políticos incorporaram-se ao PTB e assumiram posições contrárias e mais à esquerda em relação a João Goulart. O *Grupo Compacto* defendia, dentro do PTB, um programa mais à esquerda, voltado para a defesa das Reformas de Base. Foram recrutados especialmente na ala jovem do partido. Aliaram-se à política de outros partidos, co-responsabilizando-se pela formação da Frente Parlamentar Nacional (DELGADO, 2011, p. 184-185).

Essa situação era tão sintomática que os três principais partidos representados no Congresso Nacional apresentaram propostas diferentes de Reforma Agrária, o que aprofundaremos ao longo do capítulo.

No que diz respeito à bancada guanabarina na Câmara, a qual Leonel Brizola representava, podemos defini-la, em linhas gerais, com um perfil nacionalista pragmático:

Composta por parlamentares que assumem compromissos com determinadas plataformas políticas e econômicas, independente de seus vínculos partidários. São deputados que via de regra, posicionam-se publicamente a favor ou contra os principais acontecimentos políticos nacionais e que, nos parece, não deixariam de atrelar-se a legendas maiores ou menores se as circunstâncias do ser “vivido” político demonstrassem ser a opção mais estratégica, do ponto de vista eleitoral ou da análise política do momento (VERSIANI, 2007, p. 78, grifo do autor).

Brizola seguia essa linha nacionalista e, assim como o PTB do início dos anos 1960, era nacional-reformista. Desde a sua fundação por Getúlio Vargas, a bandeira partidária era a do nacionalismo, visando a fortalecer os projetos governamentais através, por exemplo, da implantação de empresas estatais (DELGADO, 2001, p. 184). Identificado com esses princípios, o gaúcho, então estudante de engenharia, filiou-se ao partido.

Com base na bibliografia podemos, de forma geral, definir três linhas nacionalistas para o país: o viés nacional-populista, empreendido através do projeto de governo de Vargas; a segunda, referindo-se ao nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek, promovido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB);<sup>147</sup> e, por fim, a nacional-reformista, que se deu com a ascensão do grupo janguista dentro do PTB, dentre eles Leonel Brizola. Essa última linha nacionalista denota uma inflexão ideológica sobre o conceito:

O nacionalismo enquanto movimento político deixou de ser uma reflexão voltada para o desenvolvimento econômico de tipo burguês para ser a ideologia das esquerdas, incluindo trabalhistas, socialistas e comunistas, devido à sua preocupação claramente reformista e social (ROLIM, 2010, p. 76).

Angela de Castro Gomes (2007, p. 71) também defende que o nacionalismo petebista se acentuou com a ascensão de Goulart. Após a curta, mas intensa passagem do estancieiro gaúcho pelo Ministério do Trabalho, em 1953, evidenciou-se um novo ideário do partido “liderado por uma nova geração de políticos, francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas, entre as quais estavam a extensão

<sup>147</sup> O ISEB foi fundado oficialmente em julho de 1955. Era composto por intelectuais e técnicos da administração pública do Rio de Janeiro e São Paulo. Objetivava estudar e debater temas ligados aos problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil. Para ver mais sobre esse assunto: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997; ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 2).

da legislação trabalhista ao campo e a reforma agrária”. Ademais, esse momento marcou a história do PTB também por outro motivo: Vargas apoiava fielmente seu ministro, tornando-o, assim, seu herdeiro político.<sup>148</sup> Assim, sua gradativa transformação de nacionalista em, também, reformista acompanhava o contexto de construção do nacional-reformismo, que surgiu após a compreensão de que o nacional-desenvolvimentismo<sup>149</sup> do governo Juscelino Kubitscheck não atingia todas as classes sociais, diferentemente do que afirmavam os membros do ISEB, formuladores da doutrina (DOMINGOS, 2014, p. 45).

O auge desse nacionalismo-reformista se deu quando Goulart chegou ao posto máximo da República brasileira: a presidência, em janeiro de 1963 após o retorno do presidencialismo. A despeito das forças contrárias a essa forma de governo, Dreifuss (1981, p. 130) defende que o governo janguista estava apoiado pelas classes trabalhadoras, bem como a pequena e média burguesia industrial local e o setor agrário, que produzia gêneros alimentícios para o mercado interno. Esses setores seriam beneficiados por esse avanço, portanto, alinhavam-se a Jango sob essa perspectiva. E cobravam do presidente quando este aparentemente afastava-se da política nacionalista.

Este novo viés do nacionalismo brasileiro, e latino-americano num todo, era marcado essencialmente pelo anti-imperialismo. A Revolução Cubana havia alertado para o imperialismo estadunidense demonstrando-o como um entrave para o desenvolvimento nacional. Outro elemento a ser confrontado era a elite rural, que produzia visando o mercado externo, preocupando-se apenas com seus lucros. Para a ideologia reformista, a solução era uma economia autossustentável, voltada para o consumo interno, ficando, assim, independente do capitalismo internacional (MOREIRA, 1998, p. 4). Nesse sentido, o latifúndio agrário-exportador associado ao imperialismo norte-americano era o principal inimigo dos nacionais-reformistas. Portanto:

Não bastava mais apenas o país se desenvolver economicamente, se os resultados desse desenvolvimento não melhorassem as condições de vida do povo brasileiro. Povo, neste momento, se torna o elemento definidor do nacionalismo, haja vista que a nação já fora construída. Agora, era chegada a hora de se reformar o que tinha sido realizado (DOMINGOS, 2010, p. 84).

---

<sup>148</sup> Leonel Brizola também se denominava herdeiro de Getúlio Vargas. O controle do PTB era algo extremamente difícil, pois se tratava de um partido carismático e centralizado. Nesse sentido, entre 1954 e 1964, o PTB ficou marcado pela competição entre lideranças, surgindo propostas de um “novo e verdadeiro”, opondo-se a um “velho e fisiológico” trabalhismo (GOMES, 2007, p. 75). Acreditamos que Brizola era o principal líder da ala mais radical do PTB e visava a medir forças com João Goulart para, dessa forma, tornar-se o maior nome dentro da legenda.

<sup>149</sup> A ideologia do nacional-desenvolvimentismo visava que o Brasil ultrapassasse o estágio do subdesenvolvimento. Seus pilares eram: desenvolvimento, nacionalismo, liderança do processo de desenvolvimento, capitais estrangeiros e papel do Estado e da iniciativa privada no desenvolvimento (ABREU, 2007).

Leonel Brizola foi um dos principais expoentes dessa vertente nacionalista ao lado de outros líderes de “apelo carismático e ideologicamente discrepante de figuras políticas populares”, tais como: Francisco Julião, Mauro Borges, Neiva Moreira, Sérgio Magalhães, Almino Afonso, Miguel Arraes e Max da Costa Santos. Havia ainda intelectuais renomados como Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Paulo Freire e Josué de Castro “que foram de certo modo ‘comandantes’ ideológicos, mas sem um exército político efetivo subjacente a suas declarações” (DREIFUSS, 1981, p. 131, grifo do autor).

Com relação a Brizola, ele concordava com os pressupostos básicos do nacional-reformismo, mas ia além deles e, diferentemente de João Goulart, adotava uma estratégia mais radical e audaciosa. Ademais, o ex-governador do Rio Grande do Sul também recorreu ao simbolismo do *povo*, assim como o PCB, demonstrando que ele era o principal prejudicado com a espoliação internacional e o latifúndio, responsáveis pela existência daquilo que ele caracterizava de “*antipovo*”:

Uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até os negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Esta minoria é que chamamos de antipovo, de antinação.<sup>150</sup>

Em suma, para Leonel Brizola o nacional-reformismo era, acima de tudo, a defesa da soberania nacional ao buscar que os recursos financeiros se mantivessem no país para resolver, ou, ao menos, amenizar, os problemas sociais dos mais pobres. Durante seus pronunciamentos, e nos textos do jornal *Panfleto*, a palavra *povo* era frequentemente utilizada como um recurso de aproximação com o público, mas principalmente para que seus interlocutores se reconhecessem como tal e, assim, houvesse a formação de uma identidade.

Desde a sua campanha, Brizola retomava a questão do nacionalismo e não foi diferente durante sua atuação no Congresso Nacional. Apresentamos um exemplo quando do pronunciamento do deputado guanabarino acerca da participação do capital estrangeiro na indústria farmacêutica:

Trata-se de saúde de nosso povo, da base, justamente das necessidades essenciais, particularmente das camadas mais humildes, das camadas mais abandonadas de nossa população. Os grupos econômicos estrangeiros e os brasileiros a eles associados vêm somando esses lucros fabulosos influenciando na nossa vida e carregando do nosso país os frutos do nosso trabalho, determinando a inflação, o empobrecimento e mais do que isso, a degradação do nosso povo.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> *Panfleto*, 17 de fevereiro de 1964, p. 2.

<sup>151</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 27 de março de 1963, p. 934.

Brizola afirmava que a situação do mercado farmacêutico era antinacional e antissocial. Ao criticar o governo federal, apontava-o como negligente na situação, pois foi perdendo a capacidade de fiscalização, gerando uma desnacionalização da indústria. Por fim, anunciou que Unírio Machado,<sup>152</sup> o deputado que relatou a situação da indústria farmacêutica, seria taxado de comunista.<sup>153</sup> Essa situação denota quanto o discurso nacionalista estava integrado às suas preposições.

Devemos atentar para a observação que Brizola fez em relação ao deputado Unírio Machado: este seria taxado de comunista por denunciar a espoliação internacional na indústria farmacêutica. O nacionalismo também era defendido pelo PCB e, por isso, os opositores dessa política frequentemente associavam os nacionalistas aos comunistas, o que, numa conjuntura anticomunista, tornava-se pernicioso para os nacionais-reformistas. O pronunciamento de Roland Corbisier (PTB/GB) no parlamento transparece a situação.

Ele afirmou que nem todos aqueles que preconizavam a política nacionalista eram comunistas, e que, na verdade, havia uma confusão entre nacionalismo e comunismo. O deputado, pretendendo demonstrar o equívoco, citou como exemplo as últimas eleições na Guanabara, em que o comunista Luiz Carlos Prestes apoiou alguns candidatos, que não chegaram a 30 mil votos, enquanto Leonel Brizola e Sérgio Magalhães, representantes do nacionalismo petebista, obtiveram altos índices eleitorais. Logo, segundo Corbisier, foram votos nacionalistas e não comunistas. Para defender sua tese, o petebista cita a trajetória do ex-governador gaúcho:

O Sr. Brizola, que se declarava no rádio e na televisão, não comunista. Que chegava mesmo a negar o aspecto, o caráter ideológico da luta que estamos travando, sustentando a tese de que o problema não era ideológico porque era um problema de nativismo e de patriotismo. O Sr. Leonel Brizola, defendendo essa posição e lutando apenas pela reforma agrária e contra o que êle chama de “processo espoliativo”, teve quase trezentos mil votos.<sup>154</sup>

Em síntese, compartilhamos da interpretação de Rolim (2009, p. 1) que define a atuação de Leonel Brizola sob determinados aspectos relacionados ao nacional-reformismo: oposição ao imperialismo estadunidense associado à oligarquia rural; defesa do controle da economia pelo Estado; defesa de um projeto político de emancipação nacional em relação às

---

<sup>152</sup> Magistrado por formação ingressou na política em 1947 pelo PTB do Rio Grande do Sul. Foi deputado federal pelo mesmo estado de 1954 até 1969, quando teve seu mandato cassado pela ditadura. Com a fundação do PDT, filiou-se ao partido. Publicou o livro “Indústria da doença”, sobre as atividades da indústria farmacêutica. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122593&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122593&tipo=0)

<sup>153</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 27 de março de 1963, p. 936.

<sup>154</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 15 de dezembro de 1963, p. 1046.

imposições do capital financeiro internacional; e, ainda, defendia a aproximação com os setores subalternos das Forças Armadas.

## 2.1 Os embates parlamentares

Neste subcapítulo, pretendemos analisar as manifestações de Leonel Brizola dentro da Câmara dos Deputados, tal como o debate que desenvolveu com a oposição e com seus pares. Devido à projeção do deputado da Guanabara no cenário nacional, em diversas ocasiões suas atitudes foram comentadas durante as sessões parlamentares, mesmo quando não estava presente.

Às vésperas da posse dos novos deputados, as negociações internas dos partidos estavam mobilizadas para definir as novas lideranças. No caso do PTB, a disputa se deu entre Bocayuva Cunha,<sup>155</sup> que compunha o *Grupo Compacto*, e Temperani Pereira,<sup>156</sup> que contava com o apoio de Brizola. Foi necessária a escolha, pois o ex-líder Almino Afonso deixou o cargo para assumir o Ministério do Trabalho.<sup>157</sup> Ao final, Cunha saiu vitorioso desta disputa<sup>158</sup> e Leonel Brizola foi escolhido como vice-líder do partido ao lado de dois deputados, também ex-governadores, Chagas Rodrigues (Piauí) e Gilberto Mestrinho (Amazonas), ambos alinhados ao setor reformista.

Na mesma reunião que visava definir o nome do líder petebista na Câmara, Brizola se pronunciou contra a permanência da Ranieri Mazzilli<sup>159</sup> na presidência da Casa (reeleito pela

<sup>155</sup> Luís Fernando Bocayuva Cunha nasceu no Rio de Janeiro, oriundo de família tradicional na política. Formou-se engenheiro em 1946. Todavia, desenvolveu carreira profissional no jornalismo, contribuindo para o *Correio da Manhã* e, posteriormente, tornando-se diretor do jornal *Última Hora*. Seu primeiro cargo político foi o de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, elegendo-se em 1958. Integrou a Frente Parlamentar Nacionalista e o Grupo Compacto. Ocupou a vice-liderança do PTB na Câmara em 1959 e em 1961, ainda no governo Jânio Quadros. Foi favorável ao reatamento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a União Soviética e apoiou a Revolução Cubana. Em suma, no seu segundo mandato centrou-se na defesa das teses nacionalistas e da reforma agrária. Fonte: DHBB.

<sup>156</sup> Armando Temperani Pereira era gaúcho de Santa Maria. Advogado por formação ingressou na política em 1950 como vereador de Porto Alegre. Em 1954, elegeu-se deputado estadual pelo Rio Grande do Sul e, na eleição seguinte, ficou de suplente para a Câmara Federal, sendo que em 1959 assumiu o cargo. Em junho de 1961, tornou-se vice-líder de seu partido e da maioria na Câmara dos Deputados. Em novembro de 1961, votou a favor do reatamento das relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a União Soviética, e, em 1962 apoiou a posição assumida pelo Brasil de contrariedade à exclusão de Cuba da OEA. Foi membro da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Fonte: DHBB.

<sup>157</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1963, p. 6.

<sup>158</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1963, p. 16.

<sup>159</sup> Pascoal Ranieri Mazzilli esteve no Congresso desde 1951, quando eleito deputado federal pela primeira vez, cargo que manteve até 1967. Nascido em Cancode (SP), atuou como jornalista e coletor fiscal. Assumiu a presidência da Câmara em 1959; ainda nesse ano, fez o curso da Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de

6ª vez), decisão já acertada anteriormente entre os partidos, inclusive o próprio PTB.<sup>160</sup> Para justificar sua posição, lembrou os fatos de 1961 quando Mazzilli assumiu a presidência apoiando os Ministros Militares contra a posse de João Goulart. A investida do líder petebista foi apoiada pela bancada gaúcha e alguns de outros estados, no entanto o partido não levou o debate adiante.

Segundo o *Correio da Manhã*, essa restrição à escolha de Ranieri tinha ficado apenas no âmbito do PTB, “não encontrando a mínima repercussão em nenhuma das outras agremiações partidárias”.<sup>161</sup> Acreditamos que a anuência ao nome do deputado devia-se ao poder do PSD. O partido era a maioria na Câmara e, somente com seu apoio, era possível aprovar projetos; nesse sentido, não era interessante enfrentar os pessedistas. A atitude de Leonel Brizola demonstrava sua forma de agir através do enfrentamento, mesmo que isso lhe causasse dificuldades dentro do jogo político. Mazzilli tinha ficado do lado oposto do ex-governador durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, e isso Brizola não aceitava.

Os principais temas envolvendo o representante da Guanabara eram a sua campanha pela aprovação da Reforma Agrária sem pagamento de indenização; bem como a questão da pressão que Brizola exercia junto à população contra o Congresso Nacional, objetivando justamente a reforma. A oposição era contrária à estratégia de pressionar o parlamento e até mesmo setores moderados do PTB não concordavam com as medidas do correligionário.

Podemos observar a objeção da oposição à pressão feita ao Congresso durante exposição do deputado Floriano Rubim (PTN/ES). Este afirmou que, assim como o deputado da Guanabara, queria que as propostas para as reformas fossem votadas o quanto antes, entretanto, não estava disposto a ouvir preleções como se fosse um “escolar, um irresponsável, um menino de escola, a receber pitos, observações e repreensões de um mestre-escola”.<sup>162</sup> Na continuidade de seu pronunciamento, solicitou aos líderes partidários da maioria presteza na votação das reformas para por fim àquele estado de exaltação, liderado por homens que usavam as reformas mais como efeito demagógico do que patriótico.<sup>163</sup>

---

Janeiro. Desde então, foi reeleito anualmente presidente da Câmara em seis eleições sucessivas, cargo que deixaria em fevereiro de 1967. Assumiu a Presidência da República interinamente em momentos cruciais: durante a crise da posse de João Goulart, em 1961; e, posteriormente - após o golpe de 1964 até a posse do general Humberto Castelo Branco - em 15 de abril daquele ano. Fonte: DHHB. Segundo Dreifuss (1981, p. 333), Ranieri Mazzilli recebeu recursos do complexo IPES/IBAD para a sua campanha em 1962 e, portanto, representava os interesses ideológicos desses grupos no Congresso Nacional.

<sup>160</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1963, p. 12.

<sup>161</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 1963, p. 12. A edição da *Última Hora*, de 02 de fevereiro de 1963 também abordou a questão.

<sup>162</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 16 de abril de 1963, p. 1349.

<sup>163</sup> *Idem*.

A estratégia de Leonel Brizola também não agradava os setores das Forças Armadas, principalmente dos altos postos. De acordo com relato de Anísio Rocha (PSD/GO), durante reunião entre generais,<sup>164</sup> teria sido debatida a ação de “agitadores”, dentre eles Brizola. Os generais os acusavam de tentarem desmoralizar o Ministro da Guerra, Amauri Krueel, para forçar a sua saída. O deputado pessedista referiu-se ao ex-governador sul-riograndense como “representante do povo que apregoa em algumas estações de televisão, de rádio e da imprensa o fechamento do Congresso”.<sup>165</sup>

O deputado Armando Falcão<sup>166</sup> também condenava a política de pressão e defendia que esse tipo de ação se esboçava contra a liberdade e contra a soberania do Congresso no cumprimento dos seus deveres fundamentais perante a nação brasileira.<sup>167</sup> No seu ponto de vista, enquanto naquele momento, o que levava pressão ao legislativo era a Reforma Agrária, meses atrás havia sido a convocação do plebiscito pela manutenção ou não do parlamentarismo e que, embora todos soubessem da necessidade de reforma, existiam aqueles que se aproveitavam da situação para pregar a Revolução.

A partir do pronunciamento de Falcão e o conseqüente debate, evidenciamos a tensão vivida na Câmara dos Deputados no contexto anterior ao golpe. Sérgio Magalhães, um dos principais representantes da esquerda, respondeu ao orador assegurando que revolucionários eram aqueles que queriam a reforma via violência, e não os que pretendiam aprovar pacificamente as reformas, esses eram reformistas. Visando a destacar uma possível influência comunista entre os petebistas, Armando sugeriu que correligionários do esquerdista apontavam como exemplo para o país a Revolução Cubana e faziam alusão ao progresso que teria acontecido nos países socialistas.

Ao longo do debate, outro ponto recorrente em disputa entre governistas e oposição surgiu: a definição de democracia. Segundo Sérgio Magalhães, enquanto houvesse miséria e alto custo de vida no país, não era possível falar em democracia plena. Nesse sentido, ele e seus companheiros preconizavam medidas básicas visando a fortalecer o regime democrático, mas que só poderiam ser tomadas através de reformas estruturais as quais necessitavam de

---

<sup>164</sup> O deputado Anísio Rocha não cita nominalmente os generais.

<sup>165</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 07 de junho de 1963, p. 3026.

<sup>166</sup> Nascido em Fortaleza, advogado. Atuava no Congresso Nacional desde 1951 quando assumiu o mandato de deputado federal pelo PSD do Ceará. Cargo que manteve até 1971, já pela ARENA. Afastou-se apenas em 1959 para assumir o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122401&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122401&tipo=0) Segundo Dreifuss (1981, p. 333), Armando Facão recebeu recursos do complexo IPES/IBAD para a sua campanha em 1962 e, portanto, representava os interesses ideológicos desses grupos no Congresso Nacional.

<sup>167</sup> Esta e as próximas referências situam-se no Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 21 de março de 1963, p. 760-761.



alterações constitucionais. Antes de encerrar sua intervenção, o petebista garantiu que emendas na Constituição “deverão atingir profundamente os interesses dos latifundiários e os interesses das empresas imperialistas que têm inúmeros representantes nesta casa do Congresso”.<sup>168</sup>

Cumpra observar que essa concepção de democracia não representava a totalidade de pensamento dentro do PTB. Gabriel Onofre (2012, p. 12), que analisou a atuação política de San Tiago Dantas durante a formação da Frente Progressista, afirmou que a noção de democracia do então ministro baseava-se numa concepção liberal, preocupada com a defesa das liberdades individuais e econômicas. Acrescentava, ainda, que o pensamento político de Dantas não representava uma visão conservadora, pois o petebista também se engajava na defesa dos direitos sociais, inclusive defendendo a maior participação do Estado em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país.

No Comício da Central do Brasil, em março de 1964, João Goulart também explanou sobre seu entendimento acerca da democracia. O presidente defendeu que seu governo estava comprometido com a democracia e, como chefe da nação, esse era seu dever. Buscava interpretar e conquistar os anseios populares através do caminho do entendimento e da paz. Foi mais além ao criticar a noção de democracia dos setores conservadores, do qual divergia:

A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício. Ainda ontem eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores de lá, que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo.<sup>169</sup>

A partir do pronunciamento de Magalhães e da fala de Goulart, compreendemos que a concepção de democracia para esses grupos, incluindo Brizola, estava baseada no bem-estar social. Desse modo, se o Brasil enfrentava sérios problemas estruturais prejudicando a maioria da população, sua democracia ainda era frágil; portanto, era preciso melhorá-la, alterar suas bases, inclusive por meio de emendas constitucionais. O historiador Marcelo Badaró (2005, p. 15) também questiona o regime democrático dos idos dos anos 1960:

Não se toma em conta também que aquela democracia era restrita até mesmo para os parâmetros daquilo que às vezes é adjetivado como democracia ‘burguesa-representativa-liberal’. O PCB não possuía registro legal, a estrutura sindical era

<sup>168</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 21 de março de 1963, p. 760.

<sup>169</sup> Discurso de João Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964. In MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 80.

herdada da ditadura varguista, a polícia política também era uma permanência daquela fase e mostrava-se cada vez mais especializada e atuante.

Entendemos que, embora aquele período ainda não representasse uma democracia absoluta - acordando com os pontos levantados por Badaró - ainda assim presenciemos algumas características democráticas, principalmente ao compararmos com o início do século XX, durante a República Velha. Bem ou mal, entre 1945 e 1964 tínhamos eleições diretas, sem evidências de fraudes, por exemplo. Dessa forma, acreditamos que a democracia brasileira do início dos anos 1960 caminhava para a construção de bases sólidas, seja através da intensa mobilização por direitos sociais, distribuição de renda ou pela exigência de maior participação política. Desse modo, o golpe de Estado de 1964 interrompeu justamente essa pretensa consolidação democrática, deixando um hiato de, no mínimo, 21 anos. De acordo com Caio Navarro de Toledo (2004, p. 15):

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (do campo e da cidade); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Entretanto, frisamos que não negamos o discurso agressivo e audacioso que Leonel Brizola apresentava, causando por vezes a desestabilização da situação e levantando questionamentos sobre seu apreço pelo processo democrático. Provavelmente no campo político, empresarial e militar havia leituras que apontavam as ações de Brizola dentro dos limites legais e que seu teor mais radical enquadrava-se num tom de blefe político ou retórica discursiva para mobilizar sua base eleitoral. Porém, para outros setores desses grupos, principalmente os setores médios contaminados pelo alarme do anticomunismo, Brizola podia encarnar a ameaça à estabilidade da precária democracia brasileira. Desse modo, o anticomunismo de Brizola e sua defesa por um capitalismo nacionalista não eram considerados.

Todavia, mesmo com seu perfil combativo, os acontecimentos nos mostraram que os propósitos do petebista encontravam-se muito mais no campo do debate do que em uma efetiva possibilidade de ação, haja vista o desenrolar dos fatos após a madrugada de 1º abril. Naturalmente, não é possível afirmar sobre as reais intenções de Brizola à época ou até aonde ele pretendia chegar; porém, sabemos que, na prática, o líder reformista, assim como a esquerda, não tinha um plano concreto de ataque ou de defesa, pois caso o tivesse teria sido posto em prática contra o golpe conservador.

Em suma, consideramos que as ações de Leonel Brizola se tratavam muito mais de um radicalismo discursivo do que prático. As atitudes do ex-governador gaúcho dialogavam com as reivindicações da grande massa e, se comparada com grupos que pretendiam uma Revolução propriamente dita, ou seja, a alteração do sistema capitalista, seu discurso não pode ser encarado como extremamente radical. A luta de Brizola dava-se, essencialmente, pela adoção das reformas estruturais, as quais não podem ser encaradas como alienadas a um contexto de reformulação social. Marcelo Badaró (2005, p. 14) é ainda mais enfático em relação às reformas:

[...] as reformas propostas não eram radicais, embora a retórica às vezes fosse, pois a reforma agrária – a principal reforma de base proposta – foi uma tarefa cumprida pelos governos burgueses na maior parte do mundo e o que se propunha no parlamento, sem encontrar espaço para negociação com a maioria, era apenas garantir condições para a indenização em prazo mais largo (sequer a expropriação) dos latifundiários. A Reforma Universitária concentrava-se em democratizar a gestão das instituições e ampliar o acesso, tarefas já cumpridas em outros países da América Latina desde o início do século XX. Já o controle da remessa de lucro poderia ser parte de um plano econômico de qualquer governo menos comprometido com os interesses das multinacionais, sem significar necessariamente um fechamento do mercado.

O que Brizola defendia era o avanço no reconhecimento de algumas questões sociais básicas para diminuir a desigualdade social e a concentração de renda existente no Brasil. Seu projeto, com ênfase em reformas importantes, ficava dentro do campo capitalista. Não se questionava a propriedade privada nem se defendia o ataque ao capital. Corroborando a argumentação de Badaró, a Reforma Agrária era medida defendida até pela *Aliança pelo Progresso*, certamente com um projeto distante de qualquer postura revolucionária. A questão fundamental esteve colocada em como gerir o capitalismo fazendo com que este não fosse um entrave para o desenvolvimento de uma economia nacional e o fortalecimento de uma burguesia nacional.

Retomando o debate na Câmara, Armando Falcão acusou Leonel Brizola de fazer campanha contra o regime democrático do país e de ser seguidor do “ditador Fidel Castro, que quer chefiar no Brasil uma revolução semelhante à cubana”.<sup>170</sup> Adauto Cardoso (UDN/GB) também interveio na discussão e afirmou que Brizola teria dado um prazo de 45 dias para que a aprovação das reformas fosse votada pelo Congresso Nacional, o que foi duramente criticado pelo orador. Este alegou que não preconizava uma revolução sangrenta, nem solução cubana, mas que o povo brasileiro aguardava da Câmara e do Executivo decisões.

---

<sup>170</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 21 de março de 1963, p. 761.

Percebe-se que o líder petebista não eximia do governo federal a responsabilidade pelas reformas. Embora houvesse a necessidade de aprovação legislativa para qualquer projeto do executivo, ele pretendia o protagonismo do governo para a efetivação das reestruturações diante de um Congresso conservador. Completou sua intervenção com uma advertência:

Quanto aos dias futuros, cabe-me ainda oferecer mais esta afirmativa: como eu, muitos brasileiros não aceitarão mais uma ordem jurídica que, ao invés de nos impulsionar para a humanidade, para a civilização, se constitua numa submissão. Se os caminhos normais, os caminhos pacíficos, os caminhos que rogamos e pedimos sejam tornados a tempo forem negados, teremos o direito de procurar outros caminhos, aqueles que estiverem ao nosso alcance, não sei quais sejam, mas que existem, existem.<sup>171</sup>

Novamente Brizola tensionou a situação dando argumentos para a oposição acusá-lo de antidemocrático, mesmo que suas “ameaças” não passassem de retórica. O próprio Armando Falcão afirmou que o ex-governador gaúcho ameaçava a Casa e que não pregava caminhos pacíficos dentro das instituições, mas sim subversão e revolução. Concluiu que a revolução levaria à guerra civil porque “ninguém vai conseguir jogar o povo brasileiro contra as instituições democráticas sem encontrar pela frente a resistência precisamente da maioria desse mesmo povo”.<sup>172</sup>

Como mencionamos anteriormente, a estratégia utilizada por Leonel Brizola de pressionar o Congresso não era aprovada até mesmo por alguns setores dentro do seu partido. Em diversos momentos, constatamos a tensão interna que havia em torno dessa questão e que, por vezes, gerava divergências. Durante sessão parlamentar, em abril de 1963, a deputada paulista Ivete Vargas externou problemas internos do PTB, dentre eles o apoio ou não à pressão ao Legislativo. Ao avaliar o problema da espoliação nacional, a ela expôs que alguns políticos não conseguiam mais fascinar uma multidão que começava a cansar de esperar. Segundo o seu entendimento, o povo não queria discussão nem demagogia, e sim solução. A solução seria a votação das Reformas de Base. Acrescentou ainda:

[...] alguns sustentam a tese de que é necessário haver pressões sobre esta Casa. Outros, afirmam que cruzarão os braços diante das pressões. O congresso só tem um dever e esse dever, presente a cada um de nós, reclama e exige que superemos posições políticas, vaidades, ambições políticas, para sermos dignos da expectativa do povo brasileiro. [...] É hora de união, mas alguns se esquecem e mesmo dentro do partido do presidente, certos auxiliares imediatos da sua confiança criam problemas para o presidente João Goulart, atritando-os com as seções estaduais.<sup>173</sup>

<sup>171</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 21 de março de 1963, p. 761.

<sup>172</sup> *Idem*.

<sup>173</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 17 de abril de 1963, p. 1399.

A sua fala relacionava-se diretamente a adversidades envolvendo o ministro Almino Afonso, visto que ele queria indicar nomes de outros partidos para cargos técnicos, enquanto o PTB paulista, representado por Ivete, defendia que as indicações deveriam ser petebistas. Para a deputada, o ministro estava criando problemas para o presidente e para ele próprio. Cabe aqui ressaltar que o PTB de São Paulo seguia uma linha quase independente em relação aos outros estados e num perfil mais conservador.<sup>174</sup> Bocayuva Cunha, na qualidade de seu líder na Câmara, repreendeu-a por ter trazido essa questão em palanque, sendo que deveria ser tratada internamente na bancada, afirmando, ainda, que tal atitude serviria de instrumento e estímulo para a oposição. Ele recebeu apoio de correligionários.<sup>175</sup> Essa situação denota as adversidades internas do partido, especialmente entre suas regionais.

Após o envio da proposta de Reforma Agrária pelo governo federal ao Congresso Nacional, o tema da pressão ao poder legislativo recebeu maiores proporções e, com isso os agentes, políticos contemporâneos ao período foram quase unânimes ao classificar o início da década de 1960 como radical. Importante frisar que esse rótulo era usado tanto pelos setores conservadores, como pelos reformistas.

A atuação radical de Leonel de Brizola, abordada ao longo dessa dissertação, gradualmente ganhou centralidade à medida que se aproximava do golpe, e, de certo modo, sua atuação política, dentro ou fora da Câmara, era motivo de polêmica. Entendemos que estar “sob os holofotes” era um de seus objetivos; entretanto, consideramos que havia uma supervalorização da sua imagem e da efetiva influência na política nacional, aliado ao excessivo julgamento radicalista. Acerca dessa questão, o deputado Tenório Cavalcanti (PSP), ao discorrer sobre a situação nacional e intervir pela Reforma Agrária, mesmo sem alteração na Constituição, argumentou que se o mesmo pronunciamento fosse enunciado pelo gaúcho, ele seria taxado de revolucionário: “se então fôsse êste discurso feito pelo Sr. Leonel Brizola, estaria S. Exa. pregando a revolução? Estarei eu pregando a revolução ao pedir que se faça aquilo que podemos fazer, mesmo sem a reforma da Constituição? Mas, mesmo sem reformas, não se faz porque não se quer”.<sup>176</sup> Esse tipo de intervenção indica que havia uma vigilância excessiva em torno do deputado da Guanabara. Independente das suas ações, já estava estereotipado como radical.

---

<sup>174</sup> As características gerais do partido foram parcialmente abordadas no primeiro capítulo, contudo para ver mais sobre o PTB de São Paulo, consultar: BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo – 1945/1964). In: *Lua Nova*: revista de cultura e política, n. 17. São Paulo: 1989.

<sup>175</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 17 de abril de 1963, p. 1400.

<sup>176</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 21 de abril de 1963, p. 1670.

Para além da questão da Reforma Agrária e da pressão sobre o Congresso, o próprio mandato de Leonel Brizola foi posto em dúvida pela oposição. Assim como ocorreu durante a campanha eleitoral, quando houve tentativas de impugnar sua candidatura, nas primeiras sessões da 42ª legislatura, questionou-se a sua elegibilidade. O deputado José de Carvalho Sobrinho<sup>177</sup> (PSP-SP) assegurou que o petebista não poderia ser empossado, pois quando se candidatou e recebeu o diploma para assumir no Congresso Nacional ainda era governador do Rio Grande do Sul. O deputado da Guanabara lembrou a Casa da sua votação expressiva, buscando demonstrar a legitimidade da sua eleição: “cerca de 300 mil brasileiros que me honraram com sua confiança [...]. Com isso cassará o ilustre deputado, a Câmara ou o poder Judiciário os direitos destes milhões [sic] de brasileiros?”.<sup>178</sup>

Ainda nesse debate, o ex-governador do Rio Grande do Sul demonstrou que tinha pressa para buscar a resolução dos problemas estruturais nacionais ao se opor ao fechamento da Casa para o período de férias. Argumentava que, enquanto o Congresso Nacional estivesse fechado, a população continuaria sofrendo e considerava inaceitável que existissem cerca de 200 ou 300 processos de Reforma Agrária engavetados. Assumiu, portanto, um compromisso: estar presente na Casa. Todavia, como desenvolveremos futuramente, Brizola não cumpriu com sua palavra, visto que praticamente abandonou o parlamento no o segundo semestre de 1963. Apreendemos, após a primeira participação do político gaúcho na nova legislatura, que sua estratégia seria a do embate e da demarcação de posição para atingir seu principal objetivo: a aprovação das Reformas de Base.

Assim como Brizola enunciava suas objeções à Câmara e a alguns deputados, a oposição também não o poupava do debate. Grupos mais conservadores no interior do PSD e da UDN, com exceção da ala *Bossa Nova*,<sup>179</sup> representavam dura oposição ao deputado da Guanabara, defrontando as críticas brizolistas. No que se refere ao último, o partido tinha dois pilares básicos: o anti-getulismo e o anticomunismo. João Goulart era reconhecido para além do PTB como o principal herdeiro político de Getúlio Vargas e seu governo era visto como uma porta de entrada para os comunistas. Portanto, nada mais natural que o partido empreendesse forte contestação ao executivo.

---

<sup>177</sup> Segundo Dreifuss (1981, p. 333), Carvalho Sobrinho recebeu recursos do complexo IPES/IBAD para a sua campanha em 1962 e, portanto, representava os interesses ideológicos desses grupos no Congresso Nacional. O que explica em parte sua oposição a Brizola.

<sup>178</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 03 de fevereiro de 1963, p. 557-558.

<sup>179</sup> *Bossa Nova* era uma ala mais moderada da UDN. Surgiu a partir da Convenção Nacional do partido em abril 1961. Defendia algumas medidas nacionalistas, como as leis antitruste e de remessa de lucros, além de apoiar uma Reforma Agrária comedida (BENEVIDES, 1981).

Maria Benevides (1981) certificou que, após a definição pelo presidencialismo, em janeiro de 1963, as divergências dentro da UDN foram intensificadas. A ala *Bossa Nova*, que tinha Magalhães Pinto como principal expoente, era favorável ao CGT e às Reformas de Base (inclusive com alterações na Constituição visando a Reforma Agrária),<sup>180</sup> havia se aproximado da ala jovem do PSD e de setores menos radicais do PTB. Do outro lado, estavam os ortodoxos, a chamada *Banda de Música*, sob a liderança de Carlos Lacerda, que não apoiavam mudanças na Constituição e eram contrários ao voto dos analfabetos, por exemplo.

A primeira corrente foi derrotada na Convenção Nacional do partido em abril de 1963. Na ocasião, ficou definido a oposição categórica ao projeto de Reforma Agrária proposto pelo governo, inclusive com troca de integrantes da Comissão Parlamentar que avaliava o projeto federal. Até aquele momento, participavam da Comissão Bilac Pinto, presidente do partido, e Adauto Cardoso, líder no Congresso, ambos aceitavam negociar propostas de emenda constitucional; foram substituídos por Aliomar Baleeiro e Ernani Sátiro, contrários à *Emenda Constitucional n° 1* (LEIBRUNER, 2007, p. 87). No encerramento da Convenção, aquele fez uma conclamação às Forças Armadas para intervir no país e impedir o processo revolucionário que estava em curso, segundo a ótica udenista (BENEVIDES, 1981, p. 125).

O que chama a atenção é a mudança de posição de Magalhães Pinto. De ter uma ideologia de diálogo até com setores moderados do PTB, passou a outra, que o colocou como protagonista nos acontecimentos da madrugada de 1° de abril de 1964. Uma hipótese que levantamos acerca dessa mudança de posicionamento está relacionada ao seu desejo de ser o candidato da UDN às eleições presidências de 1965. O governador de Minas disputava com Lacerda essa possibilidade; desse modo, podemos sugerir que ele optou por uma posição golpista, pretendendo apoiar-se nos setores mais conservadores udenistas, que, às vésperas do golpe, estavam fortalecidos, e assim, talvez, receber apoios para uma futura candidatura.

De qualquer forma, a sua atitude nos dá o tom complexo dos idos de 1960. Se por um lado havia a mobilização de setores golpistas há algum tempo, por outro, vemos que nomes dispostos à aprovação das reformas, nos últimos meses do governo janguista optaram pelo golpe, talvez, levados pela inflexão à esquerda de João Goulart. Em suma, não podemos afirmar que todos os agentes políticos de alcance nacional, em 1963, tinham suas posições definidas, mas é inegável que se vivia um momento de dramática instabilidade.

Acerca da divergência entre Leonel Brizola e deputados da UDN, a crítica de Amaral Neto, já na sessão de posse, norteia os debates que viriam. O representante udenista afirmou

---

<sup>180</sup> Todavia, é necessário ressaltar que esse posicionamento foi alterando-se à medida que se intensificou a radicalização ideológica do período.

que não reconhecia autoridade moral no ex-governador gaúcho, pois esse teria usado recursos públicos na sua campanha eleitoral, além de ser fazendeiro e parente de latifundiário – numa clara alusão ao presidente João Goulart. Segundo o crítico, a bancada udenista considerava que “êste tipo de política que vem sendo feita, êsse tipo de agitação e essa forma de se fazer o Brasil resvalar da democracia para a ditadura”<sup>181</sup> resultava da forma como atuava o petebista. Essa intervenção dá o tom de uma sessão que foi marcada por calorosos debates.

Na interpretação do *Correio da Manhã*, o caráter tumultuado da sessão foi de responsabilidade de Brizola, chamando-o de “vedete” pela agitação que produziu no plenário, quando ameaçou, com a convocação extraordinária do Congresso Nacional, para resolver o problema da Reforma Agrária.<sup>182</sup> Segundo a publicação, ele deu um ultimato ao Congresso para aprovarem as Reformas em 45 dias, ou ele procuraria outros meios para viabilizá-las. Acrescentou, ainda, não acreditar que os representantes eleitos pelo povo fariam quaisquer mudanças essenciais ao país. O *Correio*, seguindo sua linha opositora ao gaúcho, posicionou-se contra as declarações do deputado. Inclusive a manchete da reportagem deixou isso evidente: “*Autodeterminação do Congresso*”.<sup>183</sup>

Na cobertura da *Última Hora* foi publicada uma entrevista com Brizola onde novamente temos a confirmação de que seu afastamento do Congresso Nacional foi uma estratégia traçada antecipadamente e não apenas um rompante:

[Brizola declarou] Que esperará pouco tempo pela votação dessas leis básicas, e na hipótese de encontrar insensibilidade do Congresso, não ficará nêle por muito mais tempo, mas, ao contrário, procurará outros caminhos e outros meios, pois não pode suportar o sofrimento do povo e o analfabetismo de seus filhos, enquanto outras categorias esbanjam dinheiro e felicidade.<sup>184</sup>

Como enunciamos anteriormente, Brizola atuou intensamente opondo-se às férias parlamentares.<sup>185</sup> Visando a denunciar a situação, o político sul-riograndense se pronunciou na televisão, nos jornais impressos e na própria Câmara, onde asseverou: “apêlo que faço com humildade porque o nosso povo está esperando de nós as decisões que desesperadamente reclama para sobreviver em face da crise que o está esmagando”.<sup>186</sup> Ou seja, considerava acintosa essa situação diante das necessidades que enfrentava parte da população do país.

<sup>181</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 03 de fevereiro de 1963, p. 559.

<sup>182</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1963, p. 12.

<sup>183</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1963, p. 6.

<sup>184</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1963, p. 4.

<sup>185</sup> De acordo com a consulta nos Diários do Congresso, foi possível constatar que os recém-eleitos e reeleitos parlamentares tomaram posse em 1º/02/1963, contando com auxílio financeiro para deslocamento até o Distrito Federal, e, após, entravam em férias até 15/03/1963 quando efetivamente davam início aos trabalhos da nova legislatura.

<sup>186</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 04 de fevereiro de 1963, p.567.



Cabe aqui um adendo: nesse momento, além de continuar a utilizar o rádio como forma de divulgação de suas ideias, também incorporava a televisão como meio de comunicação, situação que gerou muitas críticas dos seus opositores, que questionavam sobre a origem dos recursos financeiros para subsidiar suas incursões televisivas. Abaixo apresentamos um exemplo de anúncio na imprensa em que há convite para assistir ao pronunciamento brizolista pela televisão:



Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1963, p. 2.

Durante outra participação televisiva, a fala de Brizola gerou polêmica e, conseqüentemente, ganhou cobertura da mídia. O *Correio da Manhã* resumiu o episódio com a seguinte chamada: “Pregação de Brizola é vista como verdadeiro chamamento ao golpe”.<sup>187</sup> Para o periódico, o ex-governador desmoralizava o Legislativo com o intuito de “facilitar” um golpe de Estado. Especulava-se que poderia ser cassado, o que, segundo o jornal, seria vantajoso para ele, pois seria “esta a forma mais segura para dar início ao rastilho revolucionário que deseja desencadear no país”.<sup>188</sup>

Em resposta à fala de Brizola, lideranças da UDN na Câmara buscaram aprovar nota de repúdio ao pronunciamento. A estratégia udenista foi duramente condenada pelo jornal *Última Hora*, apoiador do deputado da Guanabara, que estampou na sua capa a seguinte manchete: “Enquanto isto, na área legislativa, os ‘gorilas’ da UDN, tendo à frente os Srs. Bilac Pinto e Pedro Aleixo, tentavam conseguir do Sr. Ranieri Mazzilli uma nota de condenação ao último pronunciamento do Sr. Brizola”.<sup>189</sup> A reportagem informou que os parlamentares citados solicitaram ao presidente da Câmara que censurasse publicamente o

<sup>187</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1963, p. 12.

<sup>188</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 1963, p. 12.

<sup>189</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1963, p. 1.

petebista por causa de seus pronunciamentos na televisão, em que condenava a ajuda de custo recebida pelos deputados. Todavia, não obtiveram sucesso. O líder do PTB também se posicionou contrário à nota:

O líder do PTB, Bocayuva Cunha, consultado pelos líderes udenistas se recusou com argumentos a assinar a nota das lideranças. Objetivou que a linha do Sr. Brizola não representa o pensamento da bancada, nem por isso, entretanto, poderia condená-lo por seus métodos de ação.<sup>190</sup>

A afirmação de Cunha é significativa, quando menciona que a linha adotada por Brizola não representava o posicionamento da bancada petebista. Acreditamos que possa haver duas suposições a esse respeito. O deputado da Guanabara atuava de forma autônoma em relação às determinações partidárias dentro do Congresso e, devido a esse comportamento, Bocayuva procurava apaziguar os entendimentos intrapartidários buscando, assim, dar continuidade à linha conciliatória de Goulart - tendo em vista que era o representante maior do governo federal no Legislativo. Entretanto, é possível constatar que o líder da bancada petebista, ao analisar sua carreira política, também apresentava um perfil mais reformista (participava do *Grupo Compacto*, por exemplo). Dessa forma, consideramos que, naquele momento, devido à posição que ocupava, via-se imbuído de relativizar as atitudes radicais do líder petebista.

Por outro lado, o *Correio da Manhã* continuou a oposição ao ex-governador gaúcho destacando o quanto era inaceitável a campanha que o deputado empreendia contra o Congresso. Chamou suas atitudes de “antidemocrática e revolucionária” e de “investidas demagógicas e mal intencionadas”.<sup>191</sup> O periódico acrescentou que o presidente da Câmara iria falar em defesa do Congresso Nacional que tem sido “alvo das mais agressivas acusações do Sr. Leonel Brizola”.

Além de ter criticado o recesso de fevereiro e os gastos iniciais dos deputados, quando efetivamente iniciou-se a nova legislatura, Brizola pressionava para a urgência na organização das Comissões Parlamentares alegando que a demora para as suas formações constituíam críticas ao funcionamento da Casa. Aduauto Cardoso (UDN/GB), perguntou ao presidente da Câmara se já havia recebido mensagem do Executivo relativa às Reformas de Base. Recebeu uma negativa como resposta. O que o udenista desejava mostrar era que, diferentemente do que o petebista alegava, a formação de Comissão para debater as reformas dependia, também, do governo federal e não apenas do Legislativo. Encerrou seu aparte ponderando que esse tipo

---

<sup>190</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1963, p. 4.

<sup>191</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1963, p. 6.

de informação não era veiculado por Leonel nas suas propagandas de rádio ou de televisão.<sup>192</sup> Contudo, lembramos que a constituição de Comissões para debater propostas de lei ou emendas na Constituição Federal não dependia necessariamente de um pedido do Executivo, ou seja, havia sim autonomia legislativa quanto a essas decisões.<sup>193</sup>

Ao exemplo do que aconteceu durante a campanha eleitoral, frequentemente se buscava associar a imagem de Brizola com a de João Goulart. Acerca desse tema, o presidente se pronunciou afirmando que o “cunhado” - termo utilizado pelo *Correio da Manhã* - não falava em nome do governo federal. Entretanto, a reportagem ressaltava que, enquanto este exigia que o Congresso votasse a favor do plebiscito, Jango não se manifestava; na tentativa de estabelecer vínculo entre ambos, o jornal também lembrava que o deputado sempre utilizava rádios ou televisões do governo federal para se pronunciar.<sup>194</sup> Percebe-se, portanto, que a linha editorial do *Correio* tentava aproveitar todas as possibilidades para explicitar uma suposta trama em que o presidente e o deputado da Guanabara agiam de comum acordo seguindo um roteiro quase maquiavélico.

Outra situação utilizada pela imprensa para demonstrar a influência de Brizola no governo federal foi a escolha de João Caruso<sup>195</sup> como o novo superintendente da Superintendência de Política Agrária (SUPRA). Segundo o *Correio da Manhã*, essa escolha foi uma vitória de Leonel Brizola, tendo em vista que Caruso tinha sido Secretário de Agricultura no governo brizolista.<sup>196</sup> A SUPRA foi uma autarquia criada pelo governo Goulart em 11 de outubro de 1962 e visava o planejamento, a promoção e a execução da reforma agrária (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 163). Além disso, foi imbuída de ajudar os trabalhadores e seus representantes a formarem associações ou sindicatos rurais, mantendo-os, assim, próximos do governo federal. De acordo com Leibruner (2007), este último objetivo foi atingido satisfatoriamente, pois houve uma maior organização e institucionalização do movimento camponês, inclusive com a formação de federações estaduais e a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Nesse sentido, o presidente colocava

---

<sup>192</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 23 de março de 1963, p. 827.

<sup>193</sup> “Art. 67 - A iniciativa das leis, ressalvados os casos de competência exclusiva, cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”. Fonte: BRASIL. Constituição. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946.

<sup>194</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1963, p. 2.

<sup>195</sup> João Caruso era político experiente, por quatro vezes foi deputado estadual pelo PTB representando o Rio Grande do Sul. Aliado político de Brizola, atuou na campanha eleitoral desse para o executivo gaúcho em 1958 – momento em que também exercia o cargo de presidente estadual do PTB. Durante a administração brizolista, assumiu, primeiramente, a pasta do Interior e Justiça, em seguida, a de Obras Públicas e, por fim, a Secretaria de Agricultura, na qual atuou no projeto de construção de escolas rurais (NATIVIDADE, 2013, p. 43).

<sup>196</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1963, p. 2.

em prática a tática utilizada no passado quando foi ministro do Trabalho e manteve grande parte dos sindicatos urbanos sob sua influência; agora fazia o mesmo para a área rural.

Melissa Natividade (2013, p. 43) informa que outros órgãos passaram para a administração da SUPRA, tais como, o Serviço Social Rural (SSR), o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), o Conselho nacional da Reforma Agrária e o Estabelecimento Rural de Tapajós. Com essa reestruturação, o governo pretendia programar medidas preparatórias para as reformas através de condições políticas e institucionais. Portanto, a SUPRA tinha um papel importante no executivo federal, por isso, o enfoque na indicação de um aliado brizolista no comando do órgão.

Essa escolha geraria mais conflito. Em abril de 1963, o deputado Amaral Neto acusou o superintendente da SUPRA de usar influência na Guanabara a favor de Leonel Brizola. A denúncia referia-se precisamente a ordens dadas a seu subordinado – diretor do Serviço Social Rural da Guanabara – para que doasse dinheiro ao ex-governador gaúcho. A UDN, por meio de Neto, sugeriu a abertura de CPI para investigar a denúncia. Brizola defendeu-se e declarou que quem acusava deveria apresentar provas, criticou o partido udenista declarando que sempre usava o recurso da CPI para criar tumulto, confusão e lançar suspeitos.<sup>197</sup> Devido à instabilidade em torno da escolha de Caruso e da pressão dos grupos conservadores, o petebista acabou por demitir-se, em junho de 1963, após novas acusações de incentivo aos conflitos no campo e de ter decretado a desapropriação de fazendas ocupadas no Rio de Janeiro. João Goulart nomeou, então, João Pinheiro Neto, ex-ministro do Trabalho durante o parlamentarismo e de fácil acesso aos pessedistas (NATIVIDADE, 2013, p. 44).

Em fevereiro o PTB, por meio do seu líder, deu um passo para a realização das reformas estruturais: o deputado preparou-se para colocar sob exame do Congresso proposição que visava a tornar mais flexível o mecanismo processual das emendas constitucionais, de maneira a facilitar o caminho das reformas.<sup>198</sup> Nessa mesma linha, Leonel Brizola sugeriu emenda constitucional, já adotada no Rio Grande do Sul, que visava a permitir a qualquer deputado ou senador requerer, transcorridos 30 dias da apresentação de um projeto, a sua colocação na Ordem do Dia para discussão, votação e tramitação até a redação final. Solicitou, ainda, a Cunha emenda constitucional sobre o voto dos analfabetos e das praças de pré.<sup>199</sup> Era natural que se empenhasse para conseguir o direito de voto dos analfabetos e os subalternos das Forças Armadas, pois gozava de enorme prestígio junto

---

<sup>197</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 19 de abril de 1963, p. 1524.

<sup>198</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1963, p. 4.

<sup>199</sup> De acordo com a hierarquia militar, praças de pré são de soldados a subtenente ou suboficial, enquanto de segundo tenente até marechal são oficiais (ROLIM, 2009, 164).

desses setores. Havia ali um grande setor de apoio, especialmente para quem tinha pretensões nacionais.

Neste contexto foi utilizada como estratégia política a formação das Frentes Parlamentares, que abrigavam políticos oriundos de vários partidos. Essa foi uma prática comum, desde o governo Juscelino Kubistchek, solidificada a partir dos anos 1960. Segundo Lucilia Delgado (1989, p. 221-236), “as frentes suprapartidárias potencializaram a realização da cidadania dos trabalhadores levando-os a adquirir maior capacidade de pressão sobre o Congresso Nacional”.

Uma das mais abrangentes era a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), de caráter reformista. Iniciou-se ainda sob a administração de Juscelino Kubistchek e teve seu momento de maior peso político no governo Jango. Ela surgiu como alternativa a falta de programas ou composição ideológica nos seus partidos de origem. A FPN transformou-se em advogada de defesa das manifestações, greves e reivindicações dos movimentos sociais, junto ao poder Legislativo, pois os políticos integrantes da *Frente* assumiram, muitas vezes, a função de porta-vozes de organizações como o CGT, o Pacto de Unidade e Ação (PUA),<sup>200</sup> as Ligas Camponesas e a UNE (DELGADO, 1989, p. 239). O quadro diretivo daquele ano foi definido da seguinte forma: Sérgio Magalhães (PTB-GB), na presidência; Ferro Costa, Adail Barreto, Leonel Brizola e Aurélio Viana, como vice-presidentes. Neiva Moreira<sup>201</sup> também era um dos dirigentes.<sup>202</sup> O partido com maior representação na Frente era o PTB.

Em longo pronunciamento na Câmara, proferido em 27 de março de 1963, Leonel Brizola retomou a questão ideológica que perpassava o mundo naquele contexto de Guerra Fria: o anticomunismo. O deputado defendia-se das frequentes acusações de subversivo e alegava que “subversivos foram chamados os abolicionistas”.<sup>203</sup> Interveio em nome de Goulart ao afirmar que o presidente não tinha relação com os comunistas e provocou: “consideramos [...] nesta época, que combater o comunismo – para muitos indústria rendosa –

---

<sup>200</sup> O Pacto de Unidade e Ação foi uma organização intersindical de trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários criado em 1961. Atuou principalmente no Rio de Janeiro, na luta pelas Reformas de Base e na antecipação do plebiscito. Era considerado ilegal pelo Ministério do Trabalho. Após o golpe de 1964, foi extinto e teve seus principais líderes, Osvaldo Pacheco e Rafael Martinelli, presos. Fonte: CPDOC.

<sup>201</sup> José Guimarães Neiva Moreira nasceu no Maranhão, de família com tradição na política do estado. Trabalhou como jornalista nos Diários Associados, passando pelos jornais *Diário da Noite* e *O Jornal*, e pela revista *O Cruzeiro*. A carreira política começou em 1950 como deputado estadual no estado de origem. Em 1954, chegou à Câmara dos Deputados. Em 1956, tornou-se vice-líder da minoria e do PSP, tendo sido também um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Reelegeu-se na eleição seguinte atuando favoravelmente à Revolução Cubana, a Política Externa Independente. Fonte: DHBB.

<sup>202</sup> *Última Hora*, Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1963, p. 4.

<sup>203</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 05 de abril de 1963, p. 1240.

é quase um ato de covardia. Combater o capitalismo, isso sim é um ato para o qual requer muita coragem”.<sup>204</sup> Por fim, demonstrou sua insatisfação com a política:

Se eu quisesse acomodar-me, como tantas vezes afirmo, neste clube amável que é a política brasileira, vivendo as suas vantagens, para mim seria muito fácil, mas prefiro seguir os mandamentos da minha consciência, certo que a despeito dos sacrifícios que nos aguardam é esse o caminho autêntico para a prestação de serviços ao nosso povo.<sup>205</sup>

João Mendes (UDN/BA) condenou a frase de Brizola sobre ser covardia combater o comunismo. Segundo o deputado, “tamanho disparate só poderia caber na boca de quem tem presente no espírito a constante da subversão: subversão em tudo, subversão da ordem democrática instituída, subversão do sentido das palavras”.<sup>206</sup> O udenista alegou que o comunismo entrava no Brasil sem pedir licença, inclusive em setores importantes do governo – sua afirmação recebeu apoio do plenário. A exceção do país seria o governo da Guanabara. Ortiz Borges<sup>207</sup> interferiu para defender seu partido, argumentando que era petebista e contrário ao comunismo e, portanto, o deputado da UDN deveria citar os nomes dos comunistas infiltrados no governo federal.

Mendes tinha um papel importante na oposição ao governo João Goulart e, conseqüentemente, a Brizola, tendo em vista que era o líder da Ação Democrática Parlamentar (ADP), uma frente suprapartidária que agregava parlamentares anticomunistas, formada em 1961, e que chegou a contar com cerca de 150 congressistas, em sua maioria da UDN e PSD (SOUZA, 2014, p. 1). Segundo Dreifuss (1981, p. 320), a ADP era a mão do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional; operava como uma frente política, além de ser o canal ideológico da elite orgânica no parlamento e diante da opinião pública.

Em outra ocasião, o tema do anticomunismo também foi levantado e de forma mais candente relacionando-se diretamente a Brizola. Estudantes de Direito da Universidade Mackenzie divulgaram manifesto sobre a situação do país e nele atacaram o representante guanabarinense. De acordo com o texto, “os ataques do Sr. Leonel Brizola ao poder legislativo e às gloriosas Forças Armadas nacionais, na pessoa do excelentíssimo general Antônio Carlos Muricy, comandante da guarnição de Natal, nos tem levado à conclusão de que fazem parte de

<sup>204</sup> *Idem*, p. 1240-1241.

<sup>205</sup> *Idem*, p. 1241.

<sup>206</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 03 de abril de 1963, p. 1127.

<sup>207</sup> Ney Ortiz Borges, nascido no Rio Grande do Sul, formado em Direito. Iniciou a carreira política como vereador por Porto Alegre (1955-1959), posteriormente eleito deputado estadual por seu estado natal (1959-1963). Ambos os mandatos pelo PTB. Em 1963 chegou ao Congresso Nacional. Na ocasião tornou-se vice-líder do PTB e também ocupou a liderança do governo João Goulart. Teve seu mandato cassado em 1964. Com a volta do pluripartidarismo filiou-se ao PDT. Disponível em: Sítio da Câmara dos Deputados.

[http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122292&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122292&tipo=0)

um plano comunista para tomar o poder”. Segundo os estudantes, o pretexto de reformular a Constituição para realizar as Reformas de Base era, na verdade, uma tentativa de mudança para legalizar o direito dos comunistas e dos traidores da pátria a “matarem covardemente democratas dormindo”.<sup>208</sup>

De acordo com Rodrigo Patto de Sá Motta (2002), a segunda grande onda anticomunista no Brasil ocorreu no início da década de 1960, devido a fatores externos e internos. A Revolução Cubana de 1959 colocou a América Latina na pauta da Guerra Fria e sob a ótica estadunidense. Os EUA se mobilizaram e tomaram medidas para impedir que o exemplo cubano fosse seguido por outros países; nesse sentido, organizaram operações repressivas, ações de propaganda anticomunista e ajuda financeira (a *Aliança para o Progresso* foi a principal delas).

No âmbito nacional, Sá Motta ainda defende que o crescimento das organizações de esquerda como o próprio PCB, a Ação Popular, as Ligas Camponesas e a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), e as propostas reformistas do governo ajudaram a aumentar o sentimento anticomunista no país. O PTB, diferentemente da sua origem, vinha apresentando uma aproximação com o PCB, a ponto de candidatos comunistas usarem a legenda trabalhista. O anticomunismo, nesse contexto, já havia se manifestado fortemente na tentativa de impedir a posse de João Goulart, em 1961; posteriormente, durante o seu governo algumas decisões contribuíram para intensificar essa postura ideológica, a saber: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS<sup>209</sup> e a negativa do governo brasileiro de expulsar Cuba da OEA. A respeito de Leonel Brizola, Sá Motta (2002, p. 253, grifo do autor) afirma que as “posturas radicais contribuíram para a elevação da ‘temperatura’ política” e que o deputado tornou-se um dos principais expoentes do lema “reformas na lei ou na marra”, atraindo, assim, a atenção dos anticomunistas que identificavam nele o mais provável candidato ao papel de “Fidel” brasileiro.

Como já abordado na introdução deste trabalho, Leonel Brizola sempre demonstrou ter forte empatia com as massas, devido especialmente ao seu carisma e à sua boa oratória, traços fundamentais para o desenvolvimento da Campanha da Legalidade, por exemplo. Apresentamos abaixo trecho de pronunciamento proferido na Câmara que demonstram esses traços:

O povo precisa sair às ruas, precisa ir à greve, precisa exigir para que vote a reforma agrária, para que o Executivo em colaboração com o Congresso resolva construir,

<sup>208</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 28 de maio de 1963, p. 2701.

<sup>209</sup> Sobre este assunto, ver: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na Imprensa Gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.

espargir escolas por esse interior distante para que nenhuma criança neste país fique sem direito assegurado de aprender a ler e educar-se.<sup>210</sup>

Como o próprio Brizola e seus apoiadores afirmavam, qualquer medida que pretendesse alguma reforma era vista pelos setores dominantes como comunista e ter ideias comunistas, naquele contexto, era fator complicador. Contudo, tanto ele quanto João Goulart estavam longe dessa doutrina; o que eles preconizavam era uma situação mais justa dentro da lógica capitalista, embora compreendessem o quanto isso era difícil de ser concretizado. Não foi por acaso que, após a volta do exílio, ele se inspirou politicamente na socialdemocracia europeia do final dos anos 1970.<sup>211</sup> Finalmente, em paralelo à sua atuação dentro da Câmara dos Deputados, dirigia-se aos eleitores através do rádio e da televisão. Ou seja, procurava uma conexão direta com os cidadãos (simpatizantes ou não). O convite para acompanhar seus pronunciamentos era veiculado através dos jornais, eram as chamadas notas “a pedido”, prática que vinha desenvolvendo desde seu governo no Rio Grande do Sul. As notas foram publicadas em todos os periódicos consultados para esta pesquisa, sendo a *Última Hora* o mais utilizado. Abaixo apresentamos um exemplo dessas notas:



Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1963, p. 3-6-8.

Por meio desse comunicado, é possível observar que a pauta dos assuntos em destaque, basicamente, era acerca do nacionalismo. Brizola criticava a política financeira adotada pelo governo; como já mencionamos anteriormente, o deputado da Guanabara defendia uma economia independente do mercado internacional. Embora fosse uma medida governamental, a nota destaca San Tiago Dantas, já denotando as divergências entre os dois políticos. O Plano Trienal também ganhava destaque, pois Brizola acusava-o de seguir a

<sup>210</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 05 de abril de 1963, p.1241.

<sup>211</sup> Sobre este assunto, ver: COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 121-145.



cartilha de arroxo internacional. Associado à questão econômica, temos o embate ao imperialismo estadunidense, através do tema das encampações, que, no caso, envolvia diretamente o político guanabarino devido às suas ações no governo do Rio Grande do Sul. No próximo subcapítulo, trataremos seu do posicionamento contrário ao Plano Trienal, destacando que ele não era o único opositor do plano econômico do governo, que tinha como base partidária o próprio PTB.

## 2.2 A recusa ao Plano Trienal e a relação com San Tiago Dantas

Leonel Brizola e San Tiago Dantas representavam linhas de ações bem distintas dentro do PTB; enquanto o primeiro empenhava-se de forma mais radical, o segundo mantinha uma linha de negociação e conciliação, a exemplo de João Goulart. Não por acaso, Dantas era um dos maiores nomes no governo janguista. Gabriel Onofre (2012, p. 84) defende que este corresponderia a uma espécie de lado “direito” de Jango, enquanto aquele seria seu lado “esquerdo”. Considerando este cenário, os dois petebistas protagonizavam diversas críticas um ao outro, algumas delas divulgadas pela imprensa.

Ao analisarmos o jornal *Panfleteo*, vimos o quanto Brizola e seu grupo atacavam o *modus operandi* de Dantas; das sete edições publicadas, três delas denunciam forte crítica ao Ministro da Fazenda. Em reportagem na edição de 24 de fevereiro de 1964 – de página inteira – o periódico apresentou a trajetória política de San Tiago Dantas num tom irônico e fortemente depreciativo, desqualificando as ações do petebista devido a sua origem abastada e ao fato de ter-se filiado, mesmo que momentaneamente, à Ação Integralista Brasileira (AIB). A linha editorial do periódico condenava a Frente Única (expressão usada para se referir à Frente Progressista), proposta pelo ministro, e sua intenção de pagar indenização às empresas norte-americanas estatizadas por Brizola.<sup>212</sup>

Um dos pontos de maior divergência entre o deputado guanabarino e San Tiago foi o Plano Trienal, formulado pelo Ministro do Planejamento, o economista Celso Furtado, juntamente com o Ministro da Fazenda. Sua elaboração iniciou ainda na fase do Parlamentarismo,<sup>213</sup> no final do gabinete Hermes Lima; e esse plano econômico fazia parte da plataforma de João Goulart que, finalmente, em janeiro, assumiria os plenos poderes

---

<sup>212</sup> *Panfleteo*, Rio de Janeiro, 02 de março de 1964, p. 30-31.

<sup>213</sup> O Plano foi divulgado para a imprensa em 31 de dezembro de 1962 (FIGUEIREDO, 1993, p. 91).

presidenciais. Em linhas gerais, previa duas etapas de desenvolvimento: a primeira dizia respeito a medidas de curto prazo que visavam a manutenção do crescimento econômico e a contenção do processo inflacionário; após a estabilização da inflação o país estaria pronto para a segunda etapa, qual seja, a implementação das Reformas de Base (MOREIRA, 2011, p. 232).

Em termos de estratégia econômica, o Plano estava inserido numa política econômica elaborada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) que visava à adoção de políticas de substituição de importações para, assim, desenvolver os países atrasados economicamente e dependentes do mercado internacional. Seu principal mentor, Celso Furtado, havia participado da CEPAL em 1949, no Chile. Segundo Cássio Moreira (2011, p. 233):

Conforme seu principal elaborador, o Estado deveria assumir um papel determinante de regulador e de promotor do desenvolvimento, tendo na continuidade do processo de substituição de importações do setor de bens intermediários e de capital a referência fundamental para esse processo e, assim, superar a dependência tecnológica e financeira.

O Plano previa uma taxa de inflação não maior do que 25% em 1963, com uma redução para 10% até 1965. Ao mesmo tempo, pretendia assegurar um crescimento anual de 7% na renda nacional, correspondente a 3,9% per capita (FIGUEIREDO, 1993, p. 92). Todavia, para alcançar esses números o governo tomou medidas impopulares, como restrições salariais, limitação do crédito e cortes nas despesas governamentais, como, por exemplo, extinção dos subsídios à importação do trigo e do petróleo, o que aumentaria ainda mais o custo de vida da população, haja vista a já galopante inflação que diminuía o poder de compra. Em contrapartida, o governo esperava aliviar o sacrifício imposto aos trabalhadores, aumentando a tributação dos ricos. O primeiro passo foi executar uma lei de reforma fiscal votada pelo Congresso em fins de 1962 (SKIDMORE, 1969, p. 291).

A resolução da dívida externa também era fator essencial para estabilizar a economia. Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014, p. 145) apresentam essa condição como objetivo básico do Plano, ao lado da busca do apoio político dos setores conservadores, no momento de transição do parlamentarismo para o presidencialismo. Em busca de solução para a dívida externa, San Tiago Dantas visitou os Estados Unidos, em março de 1963. Contudo, os acordos firmados em Washington não foram favoráveis ao Brasil: dos 398 milhões de dólares concedidos em forma de empréstimos, apenas 84 milhões poderiam ser utilizados imediatamente. Sendo ainda que, desse valor, 30 milhões deveriam ser reservados para garantir o acordo de compensação à ITT, ficando a outra parcela hipotecada pela promessa de

reembolsar os acionistas da American & Foreign Power Company (AMFORP). Empresas essas expropriadas por Leonel Brizola quando estava à frente do governo do Rio Grande do Sul (MONIZ BANDEIRA, 1978, p. 94).

Sobre a visita de Dantas, o deputado Pereira Nunes (PSP/RJ), durante sessão na Câmara, criticou as exigências que os americanos fizeram para conceder o empréstimo e, numa posição nacionalista, afirmou que o Brasil sofreu e sofria com a espoliação internacional. Ao encerrar seu pronunciamento, proferiu uma frase audaciosa: “os imperialistas que tanto nos sugaram que esperem pelos seus dividendos”.<sup>214</sup>

Quanto aos objetivos do Plano, pode-se afirmar que amplos setores da sociedade estavam de acordo. Todavia, as formas para alcançar tais metas desagradavam alguns. Mesmo assim, inicialmente, Goulart conseguiu o apoio de setores empresariais que concordaram com as restrições de crédito, mas que, em troca exigiam, o controle do aumento salarial. De acordo com Argelina Figueiredo (1993, p. 102), num primeiro momento, o governo teve apoio de três entidades patronais: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Outras entidades, como as Associações Comerciais (AC), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação das Indústrias do Estado da Guanabara (FIEGA) mostravam-se contrárias.

Enquanto isso, grupos de esquerda só viriam a se pronunciar em final de janeiro. O PCB desferiu um forte ataque ao Plano Trienal através de Luiz Carlos Prestes. No início de fevereiro, o CGT também disse não o apoiaria. Sob o posicionamento do Comando, deve-se considerar a ação do Ministro do Trabalho, Almino Afonso. Esse, ao chegar ao ministério, procurou montar uma rede de lideranças sindicais mais combativas e de sua confiança, desarticulando antigas lealdades “pelegas”; dessa forma, teria um sindicalismo mais radical, que pressionaria Goulart em prol das reformas, e que manter-se-ia aliado às decisões do Ministro. Quanto a esse caso, Afonso, que chegara a representar uma força contrária a Jango e Brizola dentro do PTB e do movimento sindical (D’ARAÚJO, 1996, p. 152), opunha-se a essa política econômica do governo; portanto, o CGT também não o aprovou.

Quanto a Brizola, era veemente contra a estratégia econômica federal. Ao pronunciar-se na Câmara dos Deputados, afirmou que o Plano se omitia com relação ao processo de espoliação da economia brasileira:

Considero que o Plano Trienal tem esse grande mérito de conseguir o princípio do planejamento. Mas como um programa de investimentos, eu o considero falho, e

---

<sup>214</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 19 de março de 1963, p. 669.

muito mais do que tímido, em face das necessidades e das aspirações do nosso povo. Agora, se preocupa se usar o Plano Trienal como slogan para encobrir uma política econômico-financeira permanente. Essa política, sim, no meu modo de ver é não apenas anti-social, antinacional, porém, mais do que isso, pernicioso ao nosso país.<sup>215</sup>

Em audiência no rádio, acusou San Tiago Dantas de congelar os salários e falar manso com os “tubarões”<sup>216</sup> – alusão aos grandes empresários e ao FMI.<sup>217</sup> O próprio ministro, em entrevista à *Última Hora*, considerou infundadas as objeções à política financeira do governo, notadamente por seu correligionário, deputado Leonel Brizola.<sup>218</sup> Durante a instável relação dos dois políticos, o primeiro cunhou as expressões “esquerda negativa” e “esquerda positiva”.<sup>219</sup>

Sobre as divergências entre os líderes petebistas acerca do Plano, a imprensa não deixava passar em branco. Em charge publicada no *Correio da Manhã*, evidenciamos a tentativa de Leonel Brizola e Sérgio Magalhães em enforcar/derrubar Dantas, alicerçado num cilindro, que representava o Plano Trienal, sugerindo sua fragilidade devido à falta de apoio e bases sólidas, conforme segue:



Fonte: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1963, p. 12.

<sup>215</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 23 de março de 1963, p. 828.

<sup>216</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1963, p. 6.

<sup>217</sup> O Ministro da Fazenda tinha tomado uma série de medidas para estabilizar a moeda seguindo a cartilha estadunidense para, assim, negociar novos empréstimos e reestabelecimento da dívida brasileira (BANDEIRA, 1978, p. 89). Esse foi o principal objetivo da viagem de Dantas até Washington.

<sup>218</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1963, p. 1.

<sup>219</sup> Essas expressões e as tratativas em torno da formação da Frente Progressista serão abordadas no Capítulo III.

Para Gabriel Onofre (2012, p. 104), o ministro da Fazenda era visto como um adversário por Brizola e seu grupo, devido a sua posição econômica moderada, que priorizava o combate à inflação, à negociação com os EUA e ao cumprimento dos acordos internacionais; essas medidas eram inaceitáveis para os setores mais radicais do PTB. De janeiro a março o Plano se desenvolveu, no entanto, a inflação não reduzia<sup>220</sup> e as pressões começaram a surgir de todos os lados. Os trabalhadores exigiam aumento salarial, especialmente os funcionários públicos; a restrição de créditos enfraqueceu o apoio inicial de alguns empresários. Nesse sentido, a partir de abril, o pacote econômico começou a dar sinais de esgotamento. O fato é que nenhum setor estava disposto a abrir mão dos seus interesses em prol de compensações futuras. Novas medidas de João Goulart acentuaram o esgotamento do Plano Trienal:

Ainda em maio, autorizou o reajuste salarial do funcionalismo público em 70%. Também cedeu às pressões da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que pleiteava um reajuste nos preços do aço de 20%. A implosão completa do plano trienal ocorreu quando as montadoras de automóveis exigiram a expansão do crédito para a venda de veículos. Se não fossem atendidas, fechariam as fábricas, provocando processo de demissão em massa. Goulart aceitou essas condições, que beiravam uma chantagem política. Diante de tais atitudes do presidente, o FMI concluiu pela incapacidade do governo de controlar a inflação. Os bancos internacionais e o governo norte-americano recuaram nas negociações para refinanciamento da dívida (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 159).

Em suma, o governo não resistiu às pressões dos setores conservadores e dos reformistas mais radicais, atreladas ao insucesso econômico do Plano – em medida devido à falta de colaboração – e acabou por abrir mão do Plano Trienal. Moniz Bandeira (1978, p. 98) resume a situação derradeira do governo:

As medidas adotadas de acordo com o receituário do FMI, longe de sustar a inflação, aceleraram a alta do custo de vida, não tendo Goulart condições para conter nem os salários nem os preços, que disparavam. A crise social aprofundou-se no redemoinho da inflação e corroe o prestígio do Governo, acossado tanto pela direita quanto pela esquerda.

Além da questão do Plano Trienal, que acirrou os ânimos entre San Tiago Dantas e Leonel Brizola, a compra das subsidiárias da Bond & Share (AMFORP) e da International Telephone Telegraph (ITT) pelo governo brasileiro, tornou a relação entre os petebistas ainda mais conturbada.<sup>221</sup> O assunto foi pauta importante no primeiro semestre de 1963, e o

---

<sup>220</sup> “Os preços continuavam a subir mais depressa do que fora preconizado pelo Plano Trienal, que previa para todo o ano de 1963 um aumento de 25%. Somente em março, o índice de preços subiu 9%, causando um aumento para os primeiros três meses de 16%” (SKIDMORE, 1969, p. 295).

<sup>221</sup> Com relação a ITT, referia-se também à indenização que a empresa norte-americana cobrava do governo brasileiro devido a encampação que Leonel Brizola efetuou no Rio Grande do Sul.

presidente da República demonstrou o interesse da sua administração ao tratá-lo em sua mensagem ao Congresso Nacional em março:

O governo se propõe a enfrentar o complexo problema da nacionalização das empresas de Serviço Público, notadamente de Energia Elétrica e Telecomunicações. A solução, no caso destes últimos serviços, foi já encaminhada pelo código de Telecomunicações. O desenvolvimento do setor energético, vital para o país, tem dependido em forma crescente do Governo Federal para o seu financiamento. A nacionalização das empresas sob controle de grupos estrangeiros deverá ser feita para assegurar o desenvolvimento equilibrado deste setor e manter o espírito da legislação que criou a Eletrobrás.<sup>222</sup>

Goulart privilegiava a resolução deste impasse porque estava sendo pressionado pelo governo dos Estados Unidos a tomar uma decisão favorável aos interesses externos. Em documento oficial do governo norte-americano que elencava políticas de curto prazo dos Estados Unidos para o Brasil, analisado por Vicente Silva, comprova-se tal situação:

Qualquer outra assistência em larga escala ao Brasil ligada a um programa de estabilização deve ser considerada somente após o Brasil ter dado certos passos significativos e positivos, tanto econômicos quanto políticos, e deverá ser escalonado de acordo com a performance brasileira sob tal programa. Pré-condições específicas devem incluir satisfatória resolução do caso ITT, uma clara posição da administração brasileira em remediar os defeitos da atual lei de remessa de lucros, e uma postura pública de colaboração com a Aliança para o Progresso ao lado das necessárias medidas de estabilização econômica.<sup>223</sup>

O deputado guanabarrino era veemente contrário a essa transação, alegando que o Brasil compraria empresas poucas valorizadas e obsoletas a altos custos. Em sua declaração ao rádio e à televisão, disse que a negociação<sup>224</sup> entre San Tiago Dantas e o governo estadunidense constituía um crime de lesa-pátria e, caso o governo Goulart insistisse nesta negociação, assumiria uma posição de discordância insanável.<sup>225</sup> Brizola, inclusive, compunha a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara destinada a examinar a concessão de serviços públicos dessas empresas. Somente em junho, após muita pressão, o governo federal suspendeu a compra até a questão ser debatida pelo Congresso, aprovando ou não a negociação.<sup>226</sup>

San Tiago Dantas compareceu à Câmara dos Deputados para esclarecer dúvidas sobre as transações em questão e sobre as medidas do Plano Trienal. Nessa ocasião, Brizola o

<sup>222</sup> GOULART, João. Mensagem ao Congresso Nacional, 1963, p. 13.

<sup>223</sup> U.S. Short Term Policy Toward Brazil, memorando de autor não informado endereçado aos vários integrantes do National Security Council Executive Committee, Washington DC, 11/12/1962 *apud* SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 198-199.

<sup>224</sup> A negociação foi realizada pessoalmente por Dantas durante sua viagem aos EUA.

<sup>225</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1963, p. 14.

<sup>226</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 1º de junho de 1963, p. 4.

interpelou e afirmou que a lei brasileira determinava que se encampassem as concessionárias. O deputado defendeu a retomada dos serviços e a desapropriação dos bens, de acordo com a legislação: “é inaceitável que nos submetemos a uma legislação estrangeira”;<sup>227</sup> por fim, reclamou ainda do valor que o Brasil iria pagar pela nacionalização dessas empresas.

Em sessão na Câmara, Neiva Moreira discorreu longamente sobre a influência dos interesses externos no desenvolvimento do Brasil, apontando para as declarações do embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, que, diante do Congresso do seu país, informou que havia forte infiltração comunista nos movimentos operário e estudantil no Brasil.<sup>228</sup> Bocayuva Cunha também se pronunciou contrário a essas acusações, inclusive sugerindo que esse deveria ser considerado *persona non grata*.<sup>229</sup> Na interpretação de Brizola, o estadunidense desrespeitava a condição de país soberano do Brasil. Mais uma vez, o deputado se posicionou diante dessa negociação:

[...] daí nossa posição de inconformidade com o procedimento do governo brasileiro, através de sugestões que hoje sei do próprio Ministro San Tiago Dantas, procurando resolver esta questão marginalmente, através de negociação espúria pelo Banco do Brasil.<sup>230</sup>

Diante dessa situação, Goulart criou uma Comissão Interministerial para decidir o justo preço e a forma de pagá-lo, composta por San Tiago Dantas (ministro da Fazenda); general Amaury Kruehl (ministro da Guerra); Hélio de Almeida (ministro da Viação e Obras Públicas); Antônio Balbino (ministro da Indústria e Comércio) e Eliezer Batista (ministro de Minas e Energia). Naquela altura, segundo Almino Affonso (2014, p. 348-351), as vendas das empresas americanas se tornaram condição ao reescalonamento da dívida externa, por isso, o Brasil foi levado a aceitar acordos pouco vantajosos ao país. Ficou assim resolvido, em abril de 1963, que o governo brasileiro pagaria 135 milhões de dólares à empresa norte-americana, dos quais 75% deveriam ser reinvestidos em empresas que não fossem de utilidade pública no Brasil e os restantes 25% seriam pagos em dólares.

O embate entre os petebistas recebeu destaque da imprensa em várias ocasiões. Em reportagem intitulada “*Dissidência com resposta de San Tiago a Leonel Brizola*”, o *Correio da Manhã* informou que o ministro da Fazenda respondeu às críticas de Brizola. De acordo com a publicação, Dantas alegou que o gaúcho defendia uma posição falsa para o trabalhismo e “que o deputado pela Guanabara deseja é que continue perdurando o efeito da inflação e que

<sup>227</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 13 de junho de 1963, p. 3288.

<sup>228</sup> O presidente João Goulart reuniu-se com representantes da Frente Parlamentar Nacionalista, inclusive Brizola, para debaterem sobre o caso. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1963, p. 4.

<sup>229</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 19 de março de 1963, p. 672.

<sup>230</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 20 de março de 1963, p. 704.

o povo permaneça cada vez mais pobre e sacrificado para que êle possa dar expansão a esse tipo de liderança que não reflete o sentimento partidário”.<sup>231</sup> Percebe-se que as divergências entre essas duas lideranças petebistas marcavam duas linhas diferentes de ação dentro do partido, embora ambas buscassem objetivos semelhantes. Aliado a essa questão, acreditamos que havia, também, a disputa de poder interno na agremiação. Como já dissemos em outras ocasiões, o PTB era um partido marcado pelo protagonismo de seus líderes carismáticos. Dessa forma, identificamos uma disputa por influência política dentro da agremiação entre os dois políticos, associada às suas concepções desenvolvimentistas diferentes.

### 2.3 Os caminhos em busca da Reforma Agrária

A permanência da concentração de terras em poucas mãos era um dos principais fatores que contribuía para o atraso do desenvolvimento econômico do país. Deixava-o mais vulnerável ante os interesses do capital internacional, pois relegava à pobreza e ao isolamento “as populações rurais que, até a década de 1950, representavam cerca de 70% da população total do país”, assim, “o latifúndio impedia o alargamento do mercado interno e o processo de industrialização” (GRYNSZPAN; DEZEMONE, 2007, p. 214). Por isso, desde a segunda metade dos anos 1950, quando se deu início o debate sobre as reformas estruturais, variados setores da sociedade concordavam com a necessidade da Reforma Agrária; entretanto, o ponto de divergência girava em torno da forma pela qual essas reformas seriam alcançadas e, principalmente, entre os diferentes projetos agrários existentes. Ademais, os proprietários rurais, que atravancavam as reestruturações, não estavam dispostos a abrir mão de seu *status quo*.

Nesse sentido, um marco importante foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, em novembro de 1961, no qual participaram cerca de 1.800 pessoas entre militantes de esquerda, políticos, camponeses e trabalhadores rurais. O Congresso foi convocado pela ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) fundada em 1954 e controlada pelos comunistas. Contou com a presença de representantes das Ligas Camponesas e do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), entre outros. Ao final, o encontro ficou conhecido pela divulgação da consigna

---

<sup>231</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de março de 1963, p. 21.



“reforma agrária na lei ou na marra”. Segundo Luiz Costa (2010), os três principais temas debatidos durante o Congresso foram: a legislação trabalhista no campo, o reconhecimento sindical e a reforma agrária. Esteve presente no encontro João Goulart, que discursou no último dia de debates, dando maior legitimidade ao Congresso. A presença do presidente, segundo a imprensa, fazia parte da estratégia governista de apoio à ampliação de sindicatos rurais para de tal modo fortalecer a pressão ao legislativo pretendendo a implementação da Reforma Agrária.<sup>232</sup>

O tema da Reforma Agrária foi o mais debatido, mas discutiu-se, também, sobre as diversas formas de luta que estavam sendo efetivadas no campo, das quais se destacavam duas frentes. A primeira delas, defendida pelo PCB e pela Ação Popular, entendia que a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais contribuiria para a politização do homem do campo e, conseqüentemente, intensificaria sua participação, facilitando, assim, a Revolução Socialista. Enquanto a segunda defendia a luta imediata pela Reforma Agrária, representada pelas Ligas Camponesas e a POLOP. A primeira estratégia de mobilização foi a vitoriosa; todavia, o tom da Declaração dos Princípios do Congresso foi de radicalização:

As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país reunidas em seu I Congresso Nacional vêm por meio desta declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com as medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da Nação, cujo objetivo é adiar, por mais algum tempo, a liquidação da propriedade latifundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil.<sup>233</sup>

O documento previa também a imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 141 da Constituição Federal e seu parágrafo 16.<sup>234</sup> Esse dispositivo deveria ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social fossem feitas mediante título do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos. Essa alteração foi o principal tema abordado por Leonel Brizola enquanto esteve na Câmara dos Deputados. Participou inclusive da Comissão Especial para dar parecer à *Emenda Constitucional n° 1*

<sup>232</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1961, p. 12.

<sup>233</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1961, p. 5.

<sup>234</sup> O artigo expressava o seguinte: Artigo 141 – “A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes”. Para a nossa discussão, o relevante é o § 16 – “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização”. BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)

(que versava pela forma de indenização nos casos de desapropriação por interesse social). A partir destas informações podemos compreender que o discurso radical do deputado não destoava de outros setores da esquerda naquele contexto. Suas decisões a respeito da questão agrária durante o governo do Rio Grande do Sul, em certa medida, puseram em prática o que os movimentos sociais preconizavam, qual seja, a implementação da Reforma Agrária.

Em março de 1963, após o plebiscito foi dado o primeiro passo pelo presidente João Goulart em prol da aprovação da Reforma Agrária. Na sua Mensagem ao Congresso Nacional, apontou como dever de seu governo “promover a implantação de uma justa Reforma Agrária”.<sup>235</sup> Para tal, era necessário “consagrar em emendas constitucionais e leis ordinárias as reformas por que anseia a nação, como exigência do nosso próprio desenvolvimento”.<sup>236</sup> A mensagem, na verdade, apenas cumpriu a função de comunicar às lideranças partidárias o anteprojeto de Reforma Agrária que o governo federal desejava, pois neste anteprojeto previa-se o pagamento de desapropriações com títulos da dívida pública, o que necessitaria de alteração na Constituição. Assim, nesse primeiro momento, o governo não encaminhou oficialmente o projeto, uma vez que tal proposta poderia ser classificada como inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. De certa forma, o governo federal pretendia sondar a reação do legislativo e indicar que, num futuro próximo, pretendia encaminhar o projeto de Reforma Agrária sob as perspectivas já indicadas (NATIVIDADE, 2013, p. 93).

A estratégia governista ganhou chamada de capa no *Última Hora*: “Primeiro passo para a reforma agrária pacífica: Jango pede ao Congresso reforma da Carta Magna”.<sup>237</sup> Frisamos que a proposta federal de Reforma Agrária pretendia, além dos avanços sociais nacionais, cumprir as exigências estadunidenses como contrapartida para aprovar empréstimos. Portanto, até mesmo os Estados Unidos compreendiam a necessidade de uma reforma rural no Brasil para, assim, fortalecer o capitalismo. Contudo, o pretendido pelos norte-americanos não era o mesmo almejado pelos camponeses brasileiros.

Segundo Leonilde Medeiros (1982, p. 118), a Reforma Agrária proposta pelo governo previa, além da redistribuição de terras, outros fatores que visavam a estender os padrões capitalistas de produção ao campo, sendo eles: isenção do pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada pelo trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação; não se poderia privar de terras

---

<sup>235</sup> GOULART, João. Mensagem ao Congresso Nacional, 1963, p. 10. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential>

<sup>236</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>237</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 21 de março de 1963, p. 1.

para trabalhar, ou privar de trabalho, o trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade a não ser com justa indenização; isenção do pagamento de renda sobre a terra, sob qualquer forma, ao trabalhador que auferisse dela rendimento igual ou superior ao salário mínimo, a ser fixado regionalmente; desapropriação, com pagamento ao longo prazo, de todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos que não estivessem sendo utilizadas ou o estivessem para outros fins, com rendimentos inferiores à média estabelecida regionalmente. Essa necessidade em transformar o campo brasileiro em um modo mais rentável e alinhado ao desenvolvimento capitalista ficou expressa no comunicado presidencial ao Congresso Nacional:

A estrutura agrária predominantemente no país constitui enorme entrave ao nosso progresso econômico e social. Em um país de terra tão abundante e grande excedente de mão-de-obra, não se compreende que continuemos a viver em permanente escassez de oferta de produtos agrícolas. Subutilizamos terra, mão-de-obra e às vezes também o capital, pela irracionalidade das formas de organização da produção. Grande parte da população do campo está submetida a precárias condições de vida sem que se lhe dê a oportunidade de usar a sua capacidade de trabalho em benefício próprio.<sup>238</sup>

O recebimento do anteprojeto governista no Congresso Nacional pode ser definido, em linhas gerais, da seguinte forma: a UDN era contrária a mudanças na Constituição, o que na verdade era um discurso para amenizar sua oposição à Reforma Agrária, com exceção da ala moderada do partido, a chamada “Bossa Nova”, favorável às reformas; o PSD, de grande base ruralista, também era contrário ao anteprojeto do Executivo, mas aceitava negociar “uma Reforma Agrária” que não prejudicasse os latifundiários; por fim, o PTB aceitava, mas os setores mais radicais, ao qual se incluía Leonel Brizola, não concordavam em negociar com os partidos de centro.

Durante a sessão que repercutiu o recebimento do anteprojeto presidencial, o deputado Aliomar Baleeiro,<sup>239</sup> da UDN, coincidiu com Brizola e se declarou disposto a assinar a emenda constitucional. Esse é mais um indício de que variados setores políticos compreendiam a necessidade da Reforma Agrária e, como já mencionamos, o que os

<sup>238</sup> GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1963, p. 10-11. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/presidential>

<sup>239</sup> Aliomar de Andrade Baleeiro, advogado e jornalista, nasceu na Bahia onde iniciou na carreira política, desde 1946 como deputado federal constituinte pela UDN. Assim como Leonel Brizola, concorreu pela Guanabara nas eleições de 1962; antes disso, já havia sido eleito deputado constituinte de recém-criado estado. Renunciou em 25 de novembro de 1965 ao mandato de deputado federal para exercer o cargo de Ministro do STF. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts\\_deputados\\_biografia?pk=122106&tipo=0](http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=122106&tipo=0). Segundo Dreifuss (1981, p. 333), Baleeiro recebeu recursos do complexo IPES/IBAD para a sua campanha em 1962 e, portanto, representava os interesses ideológicos desses grupos no Congresso Nacional.

diferenciava eram os projetos existentes. Leonel, em seu pronunciamento na Câmara, defendeu:

O primeiro passo para a recuperação do agricultor brasileiro será dar-lhe terras. Sem dar propriedade ao nosso agricultor, ao nosso lavrador, ao nosso camponês, não apenas não será possível realizar essa recuperação como não existirão condições para realizá-las. (...) se não forem encontrados por caminhos normais [as reformas] teremos o direito de procurar outros caminhos àqueles que estiveram ao nosso alcance, não sei quais sejam, mas que existem, existem.<sup>240</sup>

No jornal *Última Hora*, presenciamos as primeiras impressões após o envio da proposta de Jango: “Partidos já estudam mensagem da reforma agrária”.<sup>241</sup> Ainda segundo a publicação, o PSD constituiu comissão que examinaria a proposição governamental e que apresentaria sugestões e emendas. Atuando fora do ambiente institucional, Brizola pronunciou-se através dos rádios de forma enfática, dando um ultimato ao Congresso Nacional para aprovarem as reformas em 45 dias, ou ele procuraria outros meios de fazer sem o Congresso.<sup>242</sup> Com a vantagem de sabermos o desenrolar dos fatos, evidenciamos que Brizola não tinha os recursos que alegava ter para aprovar as reformas fora do Congresso; assim, sua pressão se dava muito mais no aspecto retórico do que prático, ou, como afirmou Caio Navarro de Toledo (2004, p. 23), “tratava-se de um radicalismo verbal”.

Aqui podemos creditar o radicalismo de Leonel Brizola a uma inércia do Legislativo, que realmente buscava atravancar a aprovação das Reformas. Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014) defendem que o impasse gerado no Congresso poderia ser evitado caso os setores radicais do PTB aceitassem o diálogo com os outros partidos. Entretanto, PSD e UDN, que eram contrários às alterações na Constituição, também não estavam abertos a concessões. Parte do partido pessedista até concordava com emendas constitucionais, mas que não prejudicassem as indenizações dos latifundiários. Portanto, não é plausível culpabilizar apenas esses setores mais radicais pela falta de entendimento. Por outro lado, ameaças desse tipo feitas por Brizola tornaram-se “armas” nas mãos daqueles que articulavam o golpe e precisavam construir redes de apoio e sustentação ao regime de exceção.

De qualquer forma, seus opositores não aceitavam a atitude desafiadora do deputado federal e viam em sua fala uma ameaça, mesmo que ela não tivesse reais chances empíricas. Fato é que o pronunciamento causou muita contestação:

Um discurso de três horas pronunciado no interior do Cinema Planalto na cidade satélite de Taguatinga, pelo Sr. Leonel Brizola, está provocando viva reação não só nos setores da oposição liberal como junto à própria direção da Câmara dos

<sup>240</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 21 de março de 1963, p. 4.

<sup>241</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22 de março de 1963, p. 4.

<sup>242</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1963, p. 6.

Deputados. Em reunião informal, de que participaram os Srs. Ranieri Mazzilli, Amaral Peixoto, Herbert Levy, Bilac Pinto, Martins Rodrigues, Tancredo Neves, Oleira Brito e Armando Falcão, estudou-se o pronunciamento do Sr. Brizola como peça de um processo de pregação revolucionária, que se vai agravando e aprofundando.<sup>243</sup>

Por outro lado, temos a opinião do colunista do *Última Hora*, Paulo Francis. Esse denunciou que o IBAD faria de tudo contra a Reforma Agrária, inclusive com fortes investimentos financeiros. Alegou, ainda, que Brizola provavelmente protestaria contra a manobra, mas que devido a esta atitude seria chamado de subversivo e ignorante.<sup>244</sup> Fora editoralista e colunista político do jornal desde 1961, cargo que ocupou até o golpe. Foi sua primeira experiência com política, pois até então era crítico de teatro. Na publicação, assinava a coluna: *Paulo Francis informa e comenta*. O jornalista, naquela época, apresentava uma postura à esquerda<sup>245</sup> e nutria certo apreço aos pensamentos brizolistas.

O colunista via no representante da Guanabara um dos nomes para encabeçar as mudanças estruturais nacionais como alternativas políticas ao país. Contudo, flertava também com Miguel Arraes especialmente a partir de 1964, quando viu no governador pernambucano a real possibilidade de concorrer à presidência em 1965, considerando o impedimento legal de Goulart e Brizola. Paralelamente cobrava uma postura mais radical do governo janguista, esperando sua aliança efetiva com as classes populares (BATISTA, 2011, p. 36-39).

Paulo Francis, assim como Brizola, afirmava em suas colunas que aquele Congresso Nacional conservador não votaria as reformas; chegou a declarar em determinado momento que pretendia compor um *Grupo de Onze*. A simpatia em relação às atitudes de Brizola lhe gerou problemas internos no jornal, pois Samuel Wainer não gostava das duras críticas que o deputado da Guanabara empreendia contra Goulart (eram amigos próximos), além do deputado tê-lo insultado publicamente em diversas ocasiões. O jornalista chegou a ser demitido do periódico por algumas horas. Entretanto, Wainer voltou atrás em sua decisão (FONSECA, 2001, p. 53).

Em outra coluna, já no dia 31 de março de 1964, Francis desenhou corretamente o quadro golpista que estava armado contra João Goulart: acenou a liderança de Carlos Lacerda,

<sup>243</sup> Esta citação é do jornalista Carlos Castello Branco, que atuava no periódico *Jornal do Brasil* na época do golpe. Seu livro é fruto de suas colunas jornalísticas e foi um dos primeiros trabalhos acerca do golpe de 1964. CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964: agonia do poder civil*. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1975, p. 138.

<sup>244</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 28 de março de 1963, p. 3.

<sup>245</sup> O jornalista, que manteve por bom período uma ideologia de esquerda, após o gradativo afrouxamento da ditadura, assumiu uma postura conservadora, a qual manteve até o final de sua vida. Para detalhes biográficos de Paulo Francis, ver: NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis: polemista profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

de Castelo Branco, a influência norte-americana, através dos recursos para o IBAD, especialmente, e, ainda, a interferência dos latifundiários contrários às Reformas. Mencionou o papel predominante da imprensa golpista que alimentou o sentido anticomunista. Ao final, julgou que o mandato do presidente seria defendido pelas armas ou pela greve geral, demonstrando novamente que a esquerda acreditava na sua força de mobilização.<sup>246</sup>

O relato de Francis, escrito contemporaneamente aos fatos, evidencia que a influência do IBAD na política nacional já era conhecida, mesmo sendo negada pelos setores conservadores. Outro fato a destacar é o reconhecimento do papel que Leonel Brizola exercia no combate às forças conservadoras. Porém, uma coisa é agir com dureza, mas dentro dos limites do embate político constitucional; outra, é agir com acusações de golpista ou comunista. Entretanto, os udenistas acusavam o deputado da Guanabara de fomentar um golpe. Esse tipo de acusação atesta a polarização do período. Retomando a citação anterior, comprovamos essas acusações:

[..] os udenistas, é claro, são os mais impressionados com o teor das palavras do sr. Brizola, segundo eles transmitidas por uma cadeia de dezenas de estações de rádio com o fito de provocar um levante popular, possivelmente com cobertura militar, contra as instituições democráticas. Alguns udenistas admitem que tal perspectiva se caracterizaria a partir de 15 de abril, aparentemente o termo final do prazo dado pelo sr. Brizola ao Congresso para que vote as chamadas reformas de base. (CASTELLO BRANCO, 1975, p. 138)

O envio do anteprojeto do Executivo gerou amplo debate no Parlamento. Nesse sentido, Leonel Brizola pediu uma reforma constitucional, pois, segundo ele, o Congresso deveria por iniciativa própria aprovar a emenda necessária para abrir caminho à Reforma Agrária. Afirmou que, através das suas viagens pelo país, tinha “procurado ser um intérprete das aspirações populares fazendo com que chegue a esta Casa o clamor público que é uma realidade”<sup>247</sup> e acrescentou:

Quando se degradam os nossos concidadãos porque têm fome; quando oito milhões de crianças não têm escolas; quando milhões de famílias reclamam um pedacinho de terra para morar; quando morrem brasileiros de todas as idades especialmente crianças por todos os recantos do território nacional vitimados pela subnutrição, pelo pauperismo. Quando em nossa Capital novinha em folha, linda, como todos nós a apreciamos vivem milhares de marginais. Quando o marginalismo atingiu a própria área do Planalto Central antes inteiramente desabilitada onde foi feita a nova cidade e onde agora existem 160 mil favelados. É natural, Senhor Presidente, que não apenas um cidadão brasileiro, mas muitos procurem por ressaltar a gravidade da situação. Com esforço vou cumprir este dever, aproveitando as oportunidades que tenho de transportar os clamores populares para dentro desta Casa, numa tentativa

<sup>246</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 31 de março de 1964 *apud* BATISTA, 2012, p. 116.

<sup>247</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 26 de março de 1963, p. 869.

de fazer com que esta cúpula invertida que sobreposta está a êste edifício as lágrimas das massas sofredoras (muito bem, palmas).<sup>248</sup>

Como já apontamos, o anteprojeto do Executivo previa o pagamento das desapropriações com títulos da dívida pública e isso iria de encontro à Constituição; portanto, ele não poderia ser formalmente submetido à apreciação do Congresso. Necessitava ser antecedido de uma emenda constitucional, ficando sua circulação restrita apenas aos líderes partidários. Segundo Figueiredo (1993, p. 115), dois pontos causaram maiores divergências entre as forças políticas: o arrendamento compulsório e a indenização com títulos da dívida pública sujeitos a apenas 10% de correção para compensar a inflação.

Visando a resolver o entrave, ao final de março de 1963, o PTB, representado pelo seu líder na Câmara, apresentou o projeto de *Emenda Constitucional n°1*, que permitia a desapropriação de terras sem indenização prévia em dinheiro.<sup>249</sup> Era uma tentativa de reafirmar a mensagem enviada por João Goulart ao Congresso Nacional. O projeto era muito semelhante ao do governo e ainda incluía uma nova proposta polêmica: as desapropriações baseadas em interesse social poderiam ocorrer, também, em áreas urbanas. Todavia, antes de ser submetida a plenário, a emenda proposta por Bocayúva devia ser avaliada por uma Comissão Parlamentar formada por 11 membros.<sup>250</sup> Na ocasião de apresentação da emenda, Cunha esclareceu que o partido lutava por uma Reforma Agrária democrática, aceitável e inadiável, e completou:

O PTB pretende que a Casa adote, para a tramitação desta proposição que vai permitir a execução da reforma agrária, aquelas mesmas normas lá observadas pela Câmara quando da votação do Ato Adicional que instituiu o nefasto regime parlamentar (muito bem, muito bem).<sup>251</sup>

Nelson Carneiro rebateu a ironia: “se o parlamentarismo foi tão nefasto por ter sido votado às pressas, como tanto se assolou, por que vamos votar também às pressas uma reforma agrária que pelo mesmo motivo pode ser ‘nefasta’? Eu protesto contra o ‘nefasto’ (muito bem)”.<sup>252</sup> Sérgio Magalhães, buscando desviar a polêmica e reafirmar o encaminhamento de Cunha, declarou que a posição do PTB era antigolpista e revolucionária,

<sup>248</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 26 de março de 1963, p. 869.

<sup>249</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1963, p. 4.

<sup>250</sup> A Comissão foi criada em 25 de abril para discutir a emenda na Constituição que altera o processo de desapropriação. *Correio da Manhã*, de 26 de abril de 1963. Compunham a Comissão: três oposicionistas da UDN (Aliomar Baleeiro, Ernani Sátiro e Pedro Aleixo); três membros da ala de centro do PSD (Martins Rodrigues, líder do partido na Câmara, Ulysses Guimarães e Gustavo Capanema); e Arnaldo Cerdeira, membro de um pequeno partido, o PSP. O PTB tinha três membros da ala radical, Bocayuva Cunha, Brizola e Doutel de Andrade. E o PDC era representado pelo deputado nacionalista e favorável às reformas Plínio de Arruda Sampaio (FIGUEIREDO, 1993, p. 116-117).

<sup>251</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 04 de abril de 1963, p. 1168.

<sup>252</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 04 de abril de 1963, p. 1168.

mas que não deveria ser confundida com uma postura antidemocrática. Finalizou reafirmando a necessidade de aprovação das reformas o quanto antes, seguindo na mesma linha de atuação de Leonel Brizola: a pressão.

Desejamos as transformações necessárias, com urgência, sem maiores delongas porque o povo brasileiro assim o exige e não pode mais esperar, que esta Casa se desvie [...] para discussões que não venham concorrer para a solução dos nossos problemas.<sup>253</sup>

O próprio Leonel Brizola apresentou projeto de Reforma Agrária ao Legislativo, que seguidamente foi encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças, em 17 de abril de 1963. De acordo com os Diários do Congresso, o projeto “dispõe sobre a reforma agrária, e estabelece as condições de sua execução”.<sup>254</sup> Contudo, houve questionamentos quanto a sua constitucionalidade. O deputado Ivan Luz defendeu que o projeto era inconstitucional porque previa reforma na Constituição.<sup>255</sup>

Em entrevista coletiva, Brizola abordou vários assuntos daquele momento, dentre eles: suas divergências com San Tiago Dantas por causa da sua política financeira (segundo ele era contra os princípios da Carta Testamento de Vargas), e sua posição contrária ao anteprojeto de Reforma Agrária do PSD, o qual deveria ser retirado por que: “é a própria anti-reforma... sua apresentação é como um golpe anti-legislativo”.<sup>256</sup> Concluiu, finalmente, considerando legítima qualquer pressão popular sobre o Congresso. Quanto às relações com Jango, declarou:

Êle é o Presidente da República, eu sou o deputado federal; êle é presidente do PTB, eu sou um membro; o elo entre nós é um documento básico, a Carta de Vargas, em relação à qual procuro seguir uma conduta irrepreensível. Tôda e qualquer divergência que não incide nas afirmações da carta-testamento, ou no programa do PTB, devem ser consideradas ocasional, natural e secundária.<sup>257</sup>

Brizola exercia sua pressão também internamente na Câmara. Criticou que a Comissão Especial, formada para dar parecer à *Emenda Constitucional n° 1* e que ele próprio integrava, ainda não havia se reunido: “ela não [se] reuniu no dia imediato à sua formação, por motivos independentes, inteiramente, da minha pessoa, por que por mim, ela teria se reunido”.<sup>258</sup> Denunciou também que a ADP estava articulando uma base de um terço dos legisladores, percentual mínimo de votos necessário para aprovar ou vetar qualquer alteração na

<sup>253</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 04 de abril de 1963, p. 1169. Durante essa citação de Sérgio Magalhães o udenista Brito Velho o interrompeu, advertindo-o de que a Câmara não estava se desviando da votação sobre a Reforma Agrária.

<sup>254</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 17 de abril de 1963, p. 1376. A íntegra do projeto encontra-se em anexo.

<sup>255</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 27 de abril de 1963, p. 1843.

<sup>256</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1963, p. 16.

<sup>257</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>258</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 03 de maio de 1963, p. 2007.



Constituição; ou seja, inviabilizaria a aprovação da Reforma Agrária no legislativo e sua institucionalização na Constituição. Defendendo a oposição, Ultimo Carvalho informou que a Comissão não havia se reunido porque aqueles estavam organizando a pauta dos trabalhos. O debate encerrou-se com Leonel Brizola sendo acusado de alarmista, de fazer pregação subversiva e defender o fechamento do Congresso - acusações de Magalhães Melo (PR/PE).

Em maio de 1963, a Comissão Parlamentar rejeitou a proposta do PTB por sete votos a quatro.<sup>259</sup> Na ocasião, Brizola reforçou seu posicionamento contrário à interferência internacional no Brasil, que ia além de questões econômicas, perpassando, também, questões políticas:

O problema da reforma agrária, no meu modo de entender, como também os problemas das reformas estruturais, de modo geral – reforma da nossa estrutura econômica-social, tanto em nosso país quanto nesta desditosa América Latina não pode ser analisado, nem estudado, nem compreendido senão ao longo do fenômeno básico dominante [...] refiro-me ao processo de espoliação econômica”. [...] O nosso país, Sr. Presidente, sempre foi um país espoliado, desde os tempos coloniais. A (ilegível) por outros países europeus, principalmente a Inglaterra, e ultimamente passamos a ser submetidos à espoliação da poderosa economia norte-americana. Após a segunda guerra, então, ficamos nós, brasileiros, nós latino-americanos, quase que inteiramente prisioneiros da absorvente economia norte-americana. Nossa economia, as economias latino-americanas, ficaram como verdadeiros presos de guerra, uma espécie de fundo de caudal, área de extração através da qual se vem fazendo a transferência das rendas locais e, com isso, a descapitalização de todo o Continente.<sup>260</sup>

Logo, avaliamos que o deputado da Guanabara entendia que, para alcançar as reformas estruturais, além de mudanças internas, era necessária a desvinculação da influência internacional, especialmente a estadunidense. O projeto de Reforma Agrária trabalhista seguiu para votação na Câmara e, em 17 de outubro de 1963, foi reprovado. A essa altura, Leonel Brizola praticamente não comparecia no Congresso Nacional. Segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014, p. 166):

Da maneira como os trabalhistas apresentaram a proposta, sobretudo com o acréscimo da área urbana, sabia-se que o projeto seria recusado. A UDN passou a adotar o lema ‘A Constituição é intocável’. O PSD seguiu as orientações de sua Convenção Nacional, ocorrida em 1962: aceitava a reforma agrária, desde que ocorresse apenas em terras improdutivas e as indenizações se fizessem por títulos da dívida pública, corrigidos integralmente pelos índices da inflação.

Em contrapartida, o PSD também apresentou proposta de reforma agrária. Em linhas gerais o projeto previa indenizações aos proprietários, pagas com títulos da dívida pública,

<sup>259</sup> A reunião ocorreu dia 13 de maio de 1963. Votaram contra: Gustavo Capanema, Martins Rodrigues, Ulysses Guimarães, Pedro Aleixo, Aliomar Baleeiro, Ernani Sátiro e Arnaldo Cerdeira. Votaram a favor: Plínio Sampaio (relator), Bocayuva Cunha, Leonel Brizola e Douzel de Andrade. Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 18 de junho de 1963, p. 3364.

<sup>260</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 18 de junho de 1963, p. 3368.

mas com correção de 30% a 50% da inflação, e essas desapropriações seriam apenas em terras improdutivas, o que significava ter mais de 50% de terras sem cultivo (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 169). Segundo o periódico *Correio da Manhã*, Leonel Brizola apresentava oposição à proposta, que contava com apoio de parte da UDN. O *Correio* informou que o deputado “só dá uma semana para o Congresso aprovar a lei agrária”, e, segundo o jornal, essa atitude eloquente dele mostrava presunção.<sup>261</sup>

Assim como os outros dois grandes partidos do Congresso Nacional, a UDN também propôs sua Reforma Agrária, o chamado projeto Milton Campos. Diferentemente dos outros dois projetos, esse não solicitava alteração na Constituição e por isso, destoava muito das intenções do PTB e até dos setores mais progressistas do PSD. Por isso, a aliança PTB-PSD se restabeleceu brevemente permitindo que, em 07 de agosto de 1963, fosse derrubada a proposta udenista (FIGUEIREDO, 1993, p. 123). No momento em que a esta chegou ao Congresso, Sérgio Magalhães condenou o texto, principalmente, porque previa indenização em dinheiro. Para o petebista e aliado de Brizola, era necessário que houvesse uma mudança estrutural: “desenvolvimento econômico significa, acima de tudo, a modificação da estrutura agrária, política, social e econômica”.<sup>262</sup>

O fato de terem sido enviados projetos de reforma agrária de diferentes espectros políticos reafirma a consciência que os agentes políticos tinham da necessidade de reestruturação social do país, visando a fortalecer o sistema capitalista. Da mesma forma que os protagonistas daquele período compreendiam essa urgência, também conheciam os entraves que levariam a um acordo satisfatório entre conservadores e reformistas. O congressista Peixoto da Silveira (PSD/GO) analisou a situação como perigosa para a recente democracia brasileira, o que de fato concretizou-se:

Mas as divergências aparecem quando discutem as formas para modificar o atual contexto agrário. [...] Transbordando do Congresso, estão incitando brasileiros na perspectiva de uma luta fraticida. Luta que só poderá agravar ainda mais as dificuldades que agilizem tôdas as classes, das cidades e dos campos. [...] Esse período tão acirrado e violento pode tornar-se a luta, que corriam riscos de naufrágios as instituições vigentes. Estaria em perigo a sobrevivência do regime democrático.<sup>263</sup>

Brizola, várias vezes, destacou o papel de João Goulart na luta pela aprovação das reformas, especialmente a agrária; desta forma, em pronunciamento na Câmara, defendeu que cabia ao presidente a iniciativa das Reformas de Base e que, para atingir tal objetivo, Jango

<sup>261</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1963, p. 6.

<sup>262</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 21 de junho de 1963, p. 3564.

<sup>263</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 11 de maio de 1963, p. 2235-2236.

havia enviado dois anteprojotos, um de emenda constitucional, e outro, de legislação ordinária. Em consonância com essa a atitude, o deputado informou que passou a fazer proposições concretas ao seu líder Bocayuva e a intervir intensamente nas reuniões da Comissão.<sup>264</sup>

O ex-governador do Rio Grande do Sul referia-se a várias propostas de iniciativa própria como: a inclusão de um dispositivo que institua à propriedade familiar, o chamado mínimo vital; a isenção de impostos para as operações das reformas; a criação da Justiça Agrária para dirimir os conflitos e litígios; a reforma legislativa, dando mais responsabilidades aos deputados e senadores individualmente; por fim, pedia a inclusão de voto aos analfabetos, através de emenda constitucional.<sup>265</sup>

O tema da educação sempre foi muito sensível para o PTB e, particularmente, para o ex-governador do Rio Grande do Sul. A respeito dessa questão, apresentou proposta para o país, de acordo com as melhorias que havia realizado durante sua administração,<sup>266</sup> inclusive apresentando dados bastante concretos. Seu plano pretendia construir 100 mil novas escolas primárias para 12 milhões de novas matrículas e colocar em exercício 220 mil novos professores e auxiliares. O texto da proposta foi apresentado com o título “Esquema básico para o Plano Nacional de Escolarização”.<sup>267</sup>

As alterações realizadas no campo da educação pelo governo Brizola foram trazidas a plenário por Ortiz Borges, um dos seus principais aliados. O deputado gaúcho defendeu os avanços dessa área durante a gestão brizolista, afirmando que as medidas foram exemplo de boa administração, pois contou com a construção de 5.537 escolas, não apenas nas cidades, mas também no interior. Ressaltou ainda, que as obras foram realizadas com dinheiro brasileiro, e não estrangeiro. A oposição, através de Amaral Neto, rechaçou os elogios do petebista gaúcho alegando que as escolas construídas por Brizola se assemelhavam a “barracos” e também questiona a nomeação de 24 mil professoras que seriam apenas numerosas, mas não qualificadas; segundo o deputado, “muitas mal sabem ler e escrever”.<sup>268</sup>

É possível evidenciarmos a defesa das pautas brizolistas por seus correligionários. Mesmo que essa estratégia não fosse unânime dentro do partido, ainda sim havia um cuidado por parte da bancada petebista, principalmente a sul-riograndense a qual Brizola mantinha maior influência, de apoiar o deputado da Guanabara. O mesmo raciocínio cabe à oposição:

---

<sup>264</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 04 de maio de 1963, p. 2065-2066.

<sup>265</sup> Os projetos encontram-se anexados.

<sup>266</sup> As políticas educacionais desenvolvidas por Leonel Brizola durante seu governo já foram brevemente apresentadas no primeiro capítulo.

<sup>267</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 04 de maio de 1963, p. 2068.

<sup>268</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 22 de março de 1963, p. 792.

ao mencionar alguma medida proposta por Leonel Brizola, a oposição agia duramente buscando desqualificá-la.

Como foi possível perceber, a questão da Reforma Agrária foi intensamente debatida ao longo do primeiro semestre de 1963, todavia, sem praticamente nenhum avanço. Leonel Brizola, ciente da incapacidade do Legislativo em aprovar a Reforma Agrária dentro dos preceitos que ele julgava necessários, afastou-se institucionalmente do Congresso Nacional, rumando para uma ação de mobilização popular e pressão aos poderes Legislativo e Executivo federal desde as ruas. Foi durante o segundo semestre de 1963 que Brizola convocou a formação dos *Grupos de Onze*; publicou junto com outros companheiros da Frente de Mobilização Popular o jornal *Panfleto*; intensificou seus pronunciamentos na Rádio Mayrink Veiga e participou ativamente de comícios por todo o Brasil até a derradeira madrugada de 1º de abril de 1964. Esses serão os assuntos analisados no próximo capítulo.

### **3 MUDANÇA DE ESTRATÉGIA: AÇÕES PARA ALÉM DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A partir do segundo semestre de 1963, Leonel Brizola afastou-se progressivamente do Congresso Nacional. Precisamente em julho, pediu licença por 30 dias;<sup>269</sup> mal terminaria o prazo fez, novo pedido “para tratar de interesses particulares”, por mais 95 dias, em 13 de agosto.<sup>270</sup> Essa intenção de deixar a Câmara, caso não houvesse avanços reais na aprovação das Reformas de Base, foi exposta desde o início de seu mandato, em fevereiro de 1963:

O deputado Leonel Brizola afirmou que esperará pouco tempo pela votação dessas leis básicas, e na hipótese de encontrar insensibilidade do Congresso, não ficará nêle por muito mais tempo, mas, ao contrário, procurará outros caminhos e outros meios, pois não pode suportar o sofrimento do povo e o analfabetismo de seus filhos, enquanto outras categorias esbanjam dinheiro e felicidade.<sup>271</sup>

Antes mesmo de oficializar seu pedido de afastamento, o ex-governador pronunciou-se longamente no plenário da Câmara esclarecendo suas futuras estratégias. Sua comunicação se dava num momento no qual atingira destaque dentro do Legislativo, por ter protagonizado debates acalorados com seus pares e, também, pela pressão que fomentava contra o Congresso Nacional além das vias institucionais:

Quero informar à Casa que com toda essa disposição concluí uma etapa de minhas atividades. Aqui vim pacientemente, querendo colaborar, insistindo por essas decisões, reclamando mesmo. [...] Confesso-me, sou franco em dizê-lo, muito decepcionado com o funcionamento do Congresso [...] quero dizer, Sr. Presidente, que não pretendo afastar-me desta linha de conduta, insistindo pelas decisões. Mas afirmo a V. Exa. que vou, a partir de hoje alargar o meu campo de ação, que agora não se restringirá, como até aqui irremediavelmente o foi, na minha insistência, aos apelos, às reclamações aqui dentro desta Casa. Vou, Sr. Presidente, para o contato das multidões [...] esquecidas da justiça social, famintas e maltrapilhas. Vou para o contato delas, vou relatar como está funcionando o Congresso, porque não estamos funcionando sem o conhecimento público. [...] Vou para o contato do povo, sem abandonar essa missão que procuro e procurei desempenhar com o máximo de dedicação nesta Casa, mas vou alertar o nosso povo porque estou convencido de que não sairá decisão alguma do Congresso, se o povo não se mobilizar nas ruas, por toda parte.<sup>272</sup>

<sup>269</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1963. p. 4. O periódico ainda informou que durante essa licença Leonel Brizola viajaria para Argélia e outros países socialistas. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1963. p. 4.

<sup>270</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I. Brasília, 14 de agosto de 1963. p. 5394.

<sup>271</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 1963. p. 4.

<sup>272</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I. 04 de maio de 1963. p. 2069.

Em 1964, manteve seu afastamento da Câmara dos Deputados quando novamente solicitou licença por 95 dias, a partir de 1º de fevereiro.<sup>273</sup> Sobre sua decisão, falou aos jornais que só pretendia voltar quando verificasse que a maioria dos parlamentares já estaria falando com seriedade sobre a Reforma Agrária. Acrescentou que não se prestava a brincar de discurso e que preferia continuar falando, mas pelo rádio e na praça pública “onde pelo menos quem nos ouve tem vontade de saber quem e como exploram êsse país”.<sup>274</sup>

A empreitada de Brizola para além das vias institucionais realizou-se em nome da Frente de Mobilização Popular (FMP), da qual ele era o principal representante. Apontamos, anteriormente, que a FMP reunia as principais organizações de esquerda, lutando pelas mudanças estruturais e, também, para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, especialmente a questão agrária. César Rolim (2009, p. 19), afirma que a frente alçava ainda outros objetivos: a reforma eleitoral (direito de votos aos analfabetos e aos soldados; direitos de elegibilidade aos sargentos e praças de pré); a anistia aos sargentos e soldados e a todos os presos políticos; a suspensão do pagamento da dívida externa e a expulsão da empresa norte-americana Hanna Minning Company.

Maria Celina D’Araújo (1996, p. 192) sintetiza a FMP como uma frente suprapartidária, de cunho nacionalista e reformista, que sucedeu à Frente de Libertação Nacional. Segundo a autora:

A FMP não era um instrumento eleitoral, e sim, claramente uma organização concorrente do PTB janguista fora do Congresso, sendo, por isso, uma evidência de que a liderança de Jango perdia terreno entre os radicais, que, via oposição sistemática, procuravam forçar o governo para posições mais claras quanto ao nacionalismo econômico.

Para Jorge Ferreira (2007, p. 548), a *Frente* possuía uma operacionalidade ágil e flexível, ou seja: reuniam-se os representantes dos diversos grupos políticos que a compunham, debatiam a questão e, conjuntamente, tomavam uma decisão. Brizola, como principal representante da organização, era o responsável pela divulgação das deliberações. Essas poderiam também ser publicadas no *Panfleto*.

O ex-governador sul-riograndense tinha uma grande aceitação entre as camadas populares, como havia confirmado a eleição de 1962; assim, juntamente com Sérgio Magalhães e Max da Costa<sup>275</sup> – líderes da Frente de Mobilização Popular - organizou

<sup>273</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I. 1º de fevereiro de 1964. p. 525. O comunicado aparece no Diário de fevereiro, no entanto foi solicitado em 28 de janeiro de 1964.

<sup>274</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 1964. p. 4.

<sup>275</sup> Advogado por formação, antes de eleger-se a cargo público manteve uma extensa carreira como consultor, assessor e procurador. Assumiu o mandato de deputado federal pela Guanabara em 1963, pelo PSB. Na

comícios e passeatas nas comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro para chamar a atenção dos moradores a respeito das Reformas de Base.<sup>276</sup> *Última Hora* resumiu os temas debatidos e as estratégias utilizadas naquele momento:

Na segunda parte da campanha da FMP, os grupos nacionalistas objetivarão não apenas conduzir o Congresso à votação das reformas, mas terão em vista também uma ação junto ao executivo, lutando por um ministério nacionalista. Uma reforma agrária satisfatória e a denúncia da compra das empresas da “Bond and Share” serão os dois temas da campanha que hoje será reiniciada. Dentro deste espírito é que os trabalhadores do CGT examinaram ontem a perspectiva de uma greve geral programada.<sup>277</sup>

Além dessas pautas, a FMP pretendia lutar por um aumento salarial real numa porcentagem não inferior a 70% tanto para os civis, quanto para militares; posicionava-se contrária à ação financeira do governo considerada submissa ao FMI; combatia o processo de espoliação econômica do país e, por fim, pedia revogação dos artigos 141 e 147<sup>278</sup> da Constituição, que estariam travando a reforma agrária.<sup>279</sup> A campanha organizada pela FMP incluía uma série de pronunciamentos no rádio e na televisão.

No *Correio da Manhã*, a jornada da *Frente* foi fortemente criticada: “Começa hoje, nas ruas do Rio, agitação de Leonel Brizola contra Goulart”, seguindo a linha oposicionista do jornal. Em contrapartida, *Última Hora* dá outro enfoque: “Brizola já começou a jornada pró-reformas”. Percebe-se que, embora fosse uma medida organizada pela FMP, a imprensa deu destaque ao deputado, o que denota a sua liderança nessas ações. O jornal de Samuel Wainer definiu a campanha da seguinte forma:

[...] uma jornada dura e difícil, que só o povo poderá levar avante, construindo a sua própria emancipação. Não esperemos que mudem a nossa vida com uma concessão das classes dominantes, como que se resolvem conceder uma esmola [...] a culpa não é dos estrangeiros, que defendem os seus interesses e o de seu país, mas dos maus brasileiros, dos traidores que só visam obter lucros.<sup>280</sup>

A presença do deputado guanabarinense em ações além do Congresso era frequente. Todavia, intensificaram-se para além do eixo Brasília – Guanabara - Porto Alegre, após a sua licença oficial da Casa. Por exemplo, em agosto, ele pretendia viajar para o Recife para firmar

legislatura atuou como líder do partido e vice-líder do bloco parlamentar PSB/PDC/PST/MTR/PRT. Compunha também a Frente Parlamentar Nacionalista. Foi cassado em 1964. Fonte: Sítio da Câmara dos Deputados, setor biografias.

<sup>276</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1963, p. 20.

<sup>277</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1963, p. 4.

<sup>278</sup> O Artigo 147 previa: “O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Fonte: BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)

<sup>279</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1963, p. 16.

<sup>280</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1963, p. 4.

junto com outros líderes nacionalistas a “Carta de Recife”, que seria lançada pela FMP. Esse encontro demonstrava a tentativa de unificação da estratégia esquerdista pela aprovação das reformas estruturais: “o documento preconizará a exigência das reformas de base em todo o país e a articulação de uma campanha de esclarecimento público em torno das mesmas”.<sup>281</sup> Em edição do jornal *Panfleto*, também há referência de comício da Frente em Belo Horizonte, que contou com a presença do ex-governador do Rio Grande do Sul.<sup>282</sup>

Uma situação que atraiu atenção de Brizola, para além do Congresso Nacional foi a tentativa de Carlos Lacerda de proibir a realização, na Guanabara, do *Congresso Continental de Solidariedade a Cuba*, que ocorreria ao final de março de 1963. Novamente, os dois maiores opositores do estado se enfrentavam. Como já abordamos no primeiro capítulo, o ex-governador teria sido convidado pelo PTB da Guanabara para contrapor-se a força política do udenista. Somente um nome de projeção nacional e que representava ideologicamente posição oposta ao velho político carioca poderia representar uma ameaça. O resultado das eleições demonstrou que a estratégia petebista foi acertada. Assim, a relação entre os dois políticos, que já era difícil, tornara-se ainda mais intensa. Esses dois nomes da política nacional se enfrentaram, também, no Congresso Nacional, quando ambos foram deputados federais, e durante a Campanha da Legalidade. Outra situação de embate entre eles deu-se quando o primeiro ainda era governador do Rio Grande do Sul. À época, houve uma crise de abastecimento de gêneros alimentícios na Guanabara, que Lacerda atribuía a um boicote promovido por Brizola, visto que o Rio Grande do Sul era o principal fornecedor de arroz, trigo e carne do mercado guanabarino (MOTTA, 1997, p. 17).

Retomando o episódio do congresso em alusão a Cuba, Lacerda interditou todos os locais em que ocorreriam as reuniões. Diante dessa situação arbitrária e dos protestos gerados, o presidente João Goulart interveio para garantir a realização do evento – que ao final foi realizado em Niterói - mesmo contra a sua vontade, pois sabia que sua atitude geraria mais destaque ao governador da Guanabara e o fortaleceria para a Convenção Nacional da UDN, que ocorreria em breve. Segundo Marina Mendonça (2002, p. 294):

Isso proporcionou a Lacerda o esperado retorno triunfal ao centro do palco, pois ao mesmo tempo em que tinha uma oportunidade de vincular o presidente aos comunistas, atiçava os temores dos radicais da UDN e dos grupos mais conservadores dentro das Forças Armadas quanto à influência da esquerda no governo.

---

<sup>281</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 07 de agosto de 1963. p. 4.

<sup>282</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, n 3, 02 de março de 1964. p. 5.



A polêmica também foi abordada no interior da Câmara dos Deputados, gerando acalorados debates envolvendo governistas e oposição. Naturalmente, os aliados ao executivo federal apoiaram a decisão de Goulart, asseverando que as medidas tomadas por Lacerda foram exemplos de repressão e autoritarismo, o que justificaria a intervenção no estado.<sup>283</sup> Brizola, envolvido diretamente no embate, categorizou o governador como um “homem sem princípios na vida pública, figura perniciosa desse país”.<sup>284</sup>

Em contrapartida, Adauto Cardoso (UDN/GB) condenou a intervenção federal e chamou Brizola de líder da subversão. Sua constante participação nos meios de comunicação incomodava a oposição e, portanto, era ponto recorrente de críticas e dúvidas quanto ao seu financiamento. Assim, o udenista aproveitou a ocasião para desqualificar as ações brizolistas:

[...] por aquele deputado que, sem cessar, através de quase uma centena de estações de rádio, através da propaganda mais rica, da propaganda mais poderosa e mais bem organizada de que se ouviu falar em terras da América do Sul, prega o descrédito do regime democrático neste país.<sup>285</sup>

Durante a discussão, Brizola acabou sendo hostilizado pela oposição. Ao contrapor-se, alegou que adversidades não o atingiam e que não passavam de provocações estereis, que só poderiam desconceituar o Congresso perante o povo. Segundo ele, sua missão era cumprir o que a população reclamava e, para tal fim, colaboraria com todos os deputados, mesmo que houvesse diferenças.<sup>286</sup> Presenciamos nessa última frase uma incoerência com as suas atitudes, uma vez que, não manteve um perfil de diálogo com a oposição; ao contrário, desaprovava o perfil conciliador de João Goulart.

Além dessa polêmica, Carlos Lacerda na XIV Convenção Nacional da UDN, obteve vitória com o fortalecimento do seu nome para as eleições presidenciais de 1965, derrotando Magalhães Pinto. A ala *Bossa Nova* do partido saiu enfraquecida, esta que pretendia aprovar uma moção de apoio às reformas encabeçadas pelo governo federal. Dias após a convenção, o udenista proferiu declarações polêmicas na televisão contra o governo e denúncias de corrupção. Contudo, dessa vez, suas provocações atingiram pessoalmente o presidente Goulart. Ao referir-se a uma diferença entre ele e o presidente, assegurou: “eu agarro o touro pelas guampas; agarro o touro pelos chifres” (MENDONÇA, 2002, p. 298). Segundo a mesma autora, a expressão foi interpretada pela plateia como uma insinuação de que Jango

---

<sup>283</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 30 de março de 1963, p. 1049.

<sup>284</sup> *Idem*, p. 1051.

<sup>285</sup> *Idem*, p. 1050.

<sup>286</sup> *Idem*, p. 1052.

era traído pela mulher, o que gerou gargalhada no público. O carioca ainda completou: “E ele os tem”.

As declarações foram mal recebidas pelos apoiadores do presidente, por isso, houve a convocação de um ato em desagravo a Jango a realizar-se no Largo do Machado, no Rio de Janeiro. Contou com o apoio do Ministro da Guerra, Amaury Cruel, do CGT e de Brizola. Mendonça (2002, p. 299) sugere que o objetivo do primeiro, ao dar respaldo à manifestação, era insuflar a população para que depois promovesse um ataque ao palácio Guanabara, justificando a mobilização do exército e uma possível intervenção federal no estado. Ao perceber essas intenções, o general Ferreira Alves, comandante do I Exército, recusou-se a garantir a segurança do ato e recomendou ao CGT que não apoiasse a mobilização. Por fim, o ato foi cancelado. De acordo com a imprensa, o presidente também pediu o cancelamento do comício. Contudo, os periódicos não apresentaram os motivos que o presidente teria alegado. Acreditamos que a decisão do presidente estava em sintonia com sua política de conciliação.

A respeito dessa polêmica, o IBAD, através do *Correio da Manhã*, publicou longa nota com a seguinte chamada: “A responsabilidade é sua, Sr. Presidente”. De acordo com o texto, Brizola havia exigido que Lacerda se desculpasse com Jango e, caso não o fizesse, tomaria medidas que iriam além das vias judiciais. Em suma, tratava-se de uma ameaça. Assim, o Instituto considerava a situação complicada e relegava a culpa à Goulart, pois acreditava que o presidente passava segurança aos setores que estavam agitando a população. Ao final do comunicado, um “recado” foi dado ao presidente: “deixe de culpar terceiros, pois a responsabilidade é sua”.<sup>287</sup>

No final, Lacerda acabou retratando-se,<sup>288</sup> no entanto a crise não ficou resolvida. Brizola, ao pronunciar-se no rádio e na televisão, rechaçou o pedido de desculpas do governador guanabarinense. *Última Hora* apresentou resumo do pronunciamento, no qual o deputado chamou o opositor de energúmeno e informou que dentro de duas semanas iniciaria a mobilização popular, em todo o país, pelas Reformas de Base imediatas, devendo essa mobilização também atingir os quartéis. Advertiu que:

Essa gente que está pensando em ‘gorilismo’, tente para ver. Não o conseguirá sem luta. Atenção, muita atenção, ‘gorilas’: não insistam com êsse processo de ditadura, porque nós, que estamos defendendo os interesses do povo, lutaremos pelos meios democráticos nessa defesa. Mas se assim não fôr possível, usaremos do meio a nosso alcance. [...] O povo está alerta, desde a morte de Getúlio [...] e o IBAD é uma caixinha de corrupção, que visa aguçar, dar forças a certos tipos humanos, sedentos

<sup>287</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1963, p. 5.

<sup>288</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 09 de abril de 1963, p. 4.

de poder, a formar crises e incidentes'. Tal era o caso do governador da Guanabara, açulado pelas classes dominantes.<sup>289</sup>

Dias após a polêmica entre Lacerda e Goulart, Leonel Brizola manteve sua propagação. Durante reunião do PTB, sugeriu a redação de uma emenda constitucional estendendo o voto aos analfabetos e aos cabos e soldados.<sup>290</sup> Neste mesmo dia, em sessão da Câmara, anunciou que o povo participaria da luta pelas reformas e criticou o trabalho nulo da Casa nos 33 dias de funcionamento. Encerrou com uma advertência:

Se o povo não for mobilizado para exigir do Congresso a aprovação das reformas, elas não sairão, porque não há como negar a existência de uma correlação entre a maioria da câmara e do senado com as classes dominantes e privilegiadas.<sup>291</sup>

Ou seja, o político gaúcho analisava corretamente essa associação entre a elite e grande parte dos grupos dominantes da política nacional, neste caso específico os do Legislativo. Inclusive, há interpretações históricas, com as quais coadunamos, que defendem a tese de que o golpe civil-militar de 1964 foi justamente uma ação das elites para barrar as mobilizações trabalhistas no campo e na cidade (FONTES, 2014, [s.p.]).<sup>292</sup>

Em outro episódio ocorrido fora do Congresso Nacional, Leonel Brizola se envolveu em nova polêmica. Chamou o comandante de Natal, Antônio Muricy, de golpista, quando estava de passagem pela cidade no início de maio. Essa ida ao Nordeste fazia parte da 'caravana' pelo país em defesa das reformas imediatas.<sup>293</sup> Conforme noticiou o *Correio da Manhã*, "Brizola chamou o general de gorila e golpista e oficiais quase o lincharam no hotel".<sup>294</sup> A reportagem dá detalhes do ocorrido:

No mesmo discurso, o ex-governador gaúcho fez apelos aos soldados do Exército, Marinha e Aeronáutica para pegar em armas na defesa das reformas de base, declarando que era necessário 'colocar mais fogo na fogueira e aumentar a pressão contra o Congresso para conseguir a aprovação das reformas indispensáveis à vida brasileira'. Num discurso que durou três horas, com grande comparecimento de massa popular, o ex-governador gaúcho pregou abertamente a revolução conclamando o povo a se unir em células de cinco pessoas, cada uma e, desta forma, resistir de todas as maneiras contra as insolências e abusos dos 'gorilas' que estão em toda parte, tramando o golpe. Criticou também o embaixador Gordon, chamando-o de *persona non grata*, assim como a Aliança para o Progresso.<sup>295</sup>

<sup>289</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1963, p. 2.

<sup>290</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1963, p. 4.

<sup>291</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1963, p. 4.

<sup>292</sup> Texto disponível na internet: <http://outraspalavras.net/brasil/o-golpe-contra-os-trabalhadores/>. Há ainda análises de maior fôlego dos historiadores Marcelo Badaró Mattos (2003), Demian de Melo (2014) e Yuri de Rosa Carvalho (2014) que também assumem essa premissa.

<sup>293</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 06 de maio de 1963, p. 4.

<sup>294</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1963, p. 16.

<sup>295</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de maio de 1963, p. 16.

Nesta citação há um indício de que Brizola já estava buscando a formação do que viria a ser os *Grupos de Onze*<sup>296</sup> quando afirmou que conclamaría o povo a se unir em células de cinco pessoas. A respeito da polêmica o envolvendo, atacou o Muricy em referência a sua atitude na crise política de 1961, pois este, à época, era chefe do Estado-Maior do III Exército e teve importante participação na tentativa de impedir a posse de Jango. Segundo Rolim (2009, p. 176), mesmo antes da Campanha da Legalidade, o gaúcho enfrentava a oposição do general, que era contrário a qualquer mobilização social.<sup>297</sup> Enfim, as declarações geraram grande repercussão; algumas de apoio, outras de reprovação. As contrárias vieram, naturalmente, do Exército. O comandante do I Exército, Nelson de Melo, enviou carta de solidariedade ao colega, na qual chamou o deputado de “agitador comunista”.<sup>298</sup> O Clube Militar classificou-o de “agitador a serviço de potência estrangeira”.<sup>299</sup> A atitude mais enérgica foi tomada pelo Ministro da Guerra, Amaury Krueel, que, segundo o *Correio da Manhã*, encaminhou manifesto assinado por 300 oficiais ao presidente João Goulart condenando as suas atitudes.<sup>300</sup>

Enquanto isso, apoiadores de Brizola também se mobilizaram. Encabeçados pelo deputado Sérgio Magalhães, elementos que formavam o pacto CGT-UNE-FPN armaram-se no Rio de Janeiro para exigir do presidente a exoneração de Amaury Krueel. Magalhães chamou-o de golpista e o acusou de estar articulado num esquema com Lacerda para liquidar o regime.<sup>301</sup> Em contrapartida aos oficiais, sargentos das três armas divulgaram apoio ao deputado guanabario em resposta ao manifesto dos oficiais.<sup>302</sup>

A relação de cumplicidade entre Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas era anterior à Guanabara. De acordo com César Rolim (2009), desde a Campanha da Legalidade, o então governador do Rio Grande do Sul, teve apoio aberto desses setores, especialmente os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército e os sargentos da 5ª Zona Aérea de Canoas, que tiveram atuação destacada no desfecho que contribuiu sobremaneira na posse de João Goulart, mesmo com poderes limitados. O autor assevera que, após 1961, os militares subalternos passaram a receber um maior reconhecimento do

---

<sup>296</sup> Abordaremos esse tema no próximo sub-capítulo.

<sup>297</sup> Situação em destaque foi quando uma missão soviética visitou o Rio Grande do Sul e na comitiva de recepção não havia nenhum representante do Exército; tal fato levou o governador sul-riograndense a comunicar Jango sobre o que vinha acontecendo (ROLIM, 2009, p. 177).

<sup>298</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 de maio de 1963, p. 6.

<sup>299</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>300</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1963, p. 1.

<sup>301</sup> *Idem*.

<sup>302</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1963, p. 12.

trabalhismo, o que permitiu que muitos sargentos e suboficiais se candidatassem pela legenda na eleição seguinte.

Nesse sentido, Brizola manteve-se ao lado dos subalternos das três forças quando o Supremo Tribunal Federal reafirmou a inelegibilidade dos sargentos eleitos em 1962. De acordo com a Constituição de 1946, são “inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132”. Esse artigo previa que não podiam alistar-se os eleitores às praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.<sup>303</sup> Não obstante à proibição, sargentos de vários estados candidataram-se à Câmara Federal e às Assembleias Legislativas no pleito de 1962. Segundo Rolim (2009), devido ao dispositivo constitucional, logo após as eleições, diversos recursos foram encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a diplomação dos eleitos. Assim, somente o sargento Antônio Garcia Filho, eleito deputado federal pela Guanabara, conseguiu tomar posse. O estopim da crise se deu quando o STF decidiu finalmente pela não elegibilidade dos sargentos.

Essa questão gerou muito debate na sociedade, pois parcela da população se identificava com a luta dos sargentos (a maioria deles era nacionalista e defensores das Reformas de Base). A situação acabou gerando o Levante dos Sargentos, em novembro de 1963, quando um grupo de subalternos tomou setores estratégicos de Brasília, inclusive fazendo reféns o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Vítor Nunes Leal, e o deputado Clóvis Motta (do PTB, presidente em exercício da Câmara). Apesar de toda oposição ao fato, mesmo por parte de baixas patentes do Exército e do presidente Goulart, Brizola apoiou a rebelião, afirmando que os sargentos estavam sendo perseguidos, não encontrando alternativa a não ser se rebelarem (ROLIM, 2009, p. 172).

Dando continuidade às suas atividades fora do Congresso, o ex-governador sul-riograndense participou de comício organizado pelo CGT, que pretendia decidir quanto à possibilidade de uma greve geral. Presentes, também, estavam ferroviários, marítimos, portuários, estivadores e funcionários públicos. Nessa ocasião, o deputado da Guanabara pleiteou diligências radicais: solicitou ao presidente Goulart a expulsão de Lincoln Gordon; a libertação imediata do padre Alípio de Freitas;<sup>304</sup> a não aquisição das companhias estrangeiras

---

<sup>303</sup> BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm).

<sup>304</sup> O português ordenou-se padre em 1952. Mudou-se para o Brasil e aqui construiu uma vida de militância, inclusive participando do grupo guerrilheiro Ação Popular (AP). Por apoiar as lutas no campo foi repreendido pela Igreja Católica, assim, decidiu abandonar a vida religiosa, em 1962. Contudo, continuou a ser reconhecido como “padre”. A prisão referida por Brizola ocorreu em João Pessoa, em abril de 1963, quando Alípio falava

no Brasil e a realização da reforma agrária com alteração na Constituição. Sobre a última reivindicação advertiu: se as reformas não vierem imediatamente “o sangue há de correr”.<sup>305</sup> Ao final da sua intervenção, transmitiu dois recados: um para o presidente da República e outro para o Congresso. Ao primeiro, disse para não se preocupar com os problemas que poderiam vir da área sindical e das inquietações justas dos sargentos; deveria era se preocupar com os “poderosos” e contra esses usar o seu poder. Ao direcionar-se ao segundo, asseverou que, ao votarem a Reforma Agrária, os interesses dos latifundiários, industriais ou banqueiros não deveriam prevalecer sobre os do povo.<sup>306</sup>

Brizola frequentemente opunha-se à imagem de Lincoln Gordon, que foi nomeado embaixador no Brasil, em 1961, por Kennedy, após ter participado da construção da Aliança para o Progresso. Anteriormente, havia atuado em setores importantes dentro do governo americano – por exemplo, diretor da Missão do Plano Marshall, em Londres - aliado à sua carreira acadêmica, era doutor em economia (GREEN; JONES, 2009, p. 72). A qualificação de Gordon denota a importância estratégica que o Brasil representava naquele momento para a política externa dos Estados Unidos. Já é sabido, há algum tempo, da decisiva influência do norte-americano no golpe que depôs Goulart. Seus telegramas enviados ao governo estadunidense desenharam uma situação muito mais preocupante aos interesses do país do que realmente era. Defendia que o presidente do Brasil pretendia dar um golpe nos mesmos moldes de Getúlio Vargas em 1937.<sup>307</sup> Portanto, a dura oposição de Brizola a ele não era descabida, mesmo que à época não houvesse provas concretas da sua conspiração golpista. Ainda assim, o deputado da Guanabara percebia, anteriormente a abril de 1964, as intenções e o poder dos Estados Unidos no restante da América:

---

em praça pública. Foi acusado de pregação comunista. À época, o ex-padre apoiava as Ligas Camponesas. Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 06 de abril de 1963, p. 2.

<sup>305</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1963, p. 12.

<sup>306</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1963, p. 12.

<sup>307</sup> Sobre a troca de mensagens entre Gordon e o governo estadunidense, ver: GREEN, Janes; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n° 57, p. 2009.

# BRIZOLA: GOLPE NA AMÉRICA LATINA SÓ COM APOIO DOS ESTADOS UNIDOS

— NA América Latina só subsistem governos instituídos por golpes de Estado com o apoio, ou pelo menos, com a concordância dos Estados Unidos, e o mesmo se deve dizer em relação às áreas sob domínio ou controle da União Soviética — diz o Deputado Leonel Brizola, em tese sobre o golpismo, apresentada no II Congresso do PTB do Rio Grande do Sul, realizado no dia 20 último.

Reproduzimos, a seguir, a íntegra do trabalho do deputado gaúcho, bastante oportuno em face do golpe ocorrido, ainda ontem, na República Dominicana, quando foi deposto o Presidente constitucionalmente eleito Juan Bosch, e um grupo de políticos, tutelados pelas Forças Armadas, se reuniu em palácio para escolher um novo Chefe de Estado, sem qualquer respeito pelo pronunciamento do povo, feito democraticamente através das urnas.

## O "Golpe"

Convencionou-se chamar de "golpe" a imposição de surpresa de um governo discricionário, de cúpulas e oligarquias civis e militares. Em muitos casos, como pode correr na atual situação brasileira, o golpe é até recebido, nos primeiros instantes, com aplauso e apoio por parte do povo, que vê nos fatos não só uma esperança mas, sobretudo, o mérito de pôr um fim na politicagem tradicional.

Como o governo, instituído através do golpe, é um governo de grupos dominantes civis e da alta hierarquia militar, isto significa, fundamentalmente, a manutenção da vigente estrutura econômico-social e, por conseguinte, os atuais termos do intercâmbio e dos atuais compromissos externos. Bastaria que tal governo assumisse posições independentes, de defesa dos interesses nacionais, em matéria econômica, contrariando as correntes da espoliação internacional a que estamos submetidos, e teria a hostilidade imediata dos EUA e outras nações dominantes. E a hostilidade dos EUA significaria a queda do governo em causa, a não ser que ele se decidisse pela quebra da estrutura econômico-social e

por modificações profundas nas relações externas, o que não poderia ocorrer porque tais decisões viriam contrariar o que fôra o pressuposto e a essência do próprio golpe.

## Só Apoiados

A conclusão é obrigatória: na América Latina só subsistem governos instituídos por golpes de Estado com o apoio ou pelo menos com a concordância dos EUA. O mesmo se deve dizer em relação às áreas sob domínio ou controle da União Soviética. Ora, se os EUA emprestam seu apoio ou sua concordância é porque convém aos seus interesses. Se convém aos interesses norte-americanos, obviamente é porque não convém aos de nosso povo e de nosso País, dado o conflito de interesses instaurado nos últimos decênios, entre a poderosa e absorvente economia dos EUA e a nossa, produtora de matérias-primas, subdesenvolvida, subjugada e espoliada.

## Dócil

Um governo instituído pelo golpe é sempre mais dócil ou mais facilmente dominável pelos interesses antinacionais, que um governo apenas com um mínimo que seja de investida democrática. O caso recente da compra do acervo da

Bond and Share é uma ilustração perfeita dessa particularidade. Efetivamente, se estivéssemos submetidos a um governo discricionário teria sido consumado este verdadeiro crime de lesa-pátria.

O golpismo na América Latina tende inexoravelmente para o servilismo e para as concessões aos interesses internacionais e, internamente, para medidas de fachada, de falsas reformas, sem modificações substanciais da estrutura ou do processo de espoliação econômica a que nós, latino-americanos, estamos submetidos.

## Estado Novo

O caso do "Estado Novo" precisa ser visto e analisado levando em conta as características da época em que se verificou, particularmente, a ocorrência e preparativos da Segunda Guerra Mundial. Os aspectos positivos do "Estado Novo", tais sejam, por exemplo, a realização em bases nacionalistas de algumas indústrias fundamentais como Volta Redonda e outras, de algumas reformas internas como a instituição da Legislação do Trabalho e da atual estrutura sindical, foram permitidos ao Presidente Getúlio Vargas levar a efeito em virtude dos preparativos e ocorrência da Segunda Guerra Mundial. Os EE.UU. e outras nações dominantes necessitaram, por conveniência própria, concordar com algumas concessões ao nosso desenvolvimento.

Portanto, o golpe somente pode servir aos interesses estrangeiros e de grupos e oligarquias locais, associados direta ou indiretamente a esses interesses e, também, aos interesses de grupos militares ambiciosos de mando e de poder. Não corresponde aos interesses do povo e do processo de emancipação nacional.

Não resolve a situação brasileira, como não conseguiu resolver a da Argentina.

## Conclusão

Concluindo: Neste período que estamos atravessando, ou seja, nas atuais circunstâncias em que se encontra a América Latina, qualquer governo instituído através de um golpe de Estado não resolverá a crise brasileira. Venha de onde vier, sejam quais forem os propósitos que anunciarem seus autores. Ao contrário, agravará a atual crise brasileira.

O golpe quer dizer antipovo e antinação. Significará uma regressão não apenas para as conquistas democráticas do nosso povo, quanto também para o processo de desenvolvimento e emancipação de nosso País. Só uma democracia autêntica, onde os interesses do povo prevaleçam sobre os interesses da minoria dominante e privilegiada, só uma democracia verdadeira e intransigentemente nacionalista, que realize um conjunto de transformações da estrutura interna e que elimine a espoliação internacional de nosso País, conseguirá encaminhar e resolver a atual crise brasileira. E uma democracia autêntica e nacionalista será, exatamente, a própria revolução brasileira, o que não quer dizer, necessariamente luta fratricida ou guerra civil, como também a guerra civil não quer dizer, por si só, uma revolução.

A revolução brasileira poderia, inclusive, realizar-se pacificamente se uma pequena minoria dominante consentisse abrir mão de seus privilégios anti-sociais e antinacionais. Infelizmente, porém, esta minoria vem se mostrando insensível e reacionária, cada dia mais apátrida, mais egoísta e detumada.

Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1963, p. 8.

Esse pronunciamento de Leonel Brizola demonstra, num primeiro aspecto, que a sua leitura acerca da influência estadunidense na política latino americana estava correta. Num segundo plano, denota que ele não defendia uma interrupção da ordem democrática, pois "qualquer governo instituído através de um golpe de Estado não resolverá a crise brasileira. Venha de onde vier, sejam quais forem os propósitos que anunciarem seus autores. Ao contrário, agravará a atual crise brasileira". Cumpre observar que, mesmo que pretendesse um

golpe, não o anunciaria publicamente. De qualquer forma, essa citação aponta para certa cautela do deputado guanabarrino, pois parece evidenciar sua contrariedade a tal estratégia.

Acreditava que para contrapor-se à influência norte-americana era preciso a mobilização popular dos setores reformistas, para, assim, pressionar o Congresso a aprovar as medidas para a reestruturação da sociedade e, conseqüentemente, barrar o avanço imperialista. Sob esse prisma, mais uma vez, dando sinais da sua insatisfação com os trabalhos do Congresso Nacional e indicando sua intenção de atuar além do Legislativo - antes mesmo do seu pedido formal de licença - pronunciou-se:

Quero dizer, Sr. Presidente, que não pretendo afastar-me desta linha de conduta, insistindo pelas decisões. Mas afirmo a V. Exa. que vou, a partir de hoje, alargar o meu campo de ação, que agora não se restringirá, como até aqui irrepreensivelmente o foi, na minha insistência, aos apêlos às reclamações aqui dentro desta Casa. Vou Sr. Presidente, para o contato dessas multidões...esquecidas da justiça social, famintas e maltrapilhas. Vou para o contato delas, vou relatar como está funcionando o Congresso, porque não estamos funcionando aqui escondidos, sem o conhecimento público. Poderão acusar-me de falta de ética. Devo dizer que quem tem fome, quem não tem o que comer, nem onde morar, como ocorre com milhões de brasileiros, não pode pensar em ética. Vou para o contato do povo, sem abandonar essa missão que procuro e procurei desempenhar com o máximo de dedicação nesta Casa, mas vou alterar o nosso povo, porque estou convencido de que não sairá decisão alguma do Congresso, se o povo não se mobilizar nas ruas, por toda parte. Não há como negar que há uma correlação entre a maioria da Câmara e do Senado com as classes dominantes e privilegiadas.<sup>308</sup>

Vemos aqui o quanto o líder petebista estava confiante na força do povo e tal confiança não era infundada, tendo em vista a vitória na Campanha da Legalidade, apesar da implantação do parlamentarismo. Nesse pronunciamento, há novamente duras críticas ao Legislativo federal, sempre associando este aos interesses dos setores conversadores; setores que não pretendiam às reformas. Ao destacar que a população sofria com a falta de condições básicas de sobrevivência, de certa forma, justificava possíveis ações mais radicais. Afinal, presenciamos nesse trecho do pronunciamento exatamente o tipo de enfrentamento que o petebista fazia às classes dominantes e ao Congresso, o que acabava sendo usado como pressuposto pelos setores golpistas para o taxarem de antidemocrático ou subversivo. Vale ressaltar que esta declaração se torna mais audaciosa, pois foi enunciada durante sessão plenária.

Em meio ao primeiro afastamento formal do deputado Leonel Brizola do Congresso Nacional, o presidente João Goulart reformularia novamente seu ministério objetivando conseguir mais apoio do Legislativo. Nesse sentido, indicou mais nomes do PSD, inclusive, substituindo pastas petebistas por pessedistas. Na análise de Moniz Bandeira (1978), o novo

<sup>308</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 04 de maio de 1963, p. 2069.



ministério tinha uma composição de centro. Era mais um esforço do presidente para manter a aliança PTB-PSD: “o presidente manteve sua estratégia de formar maioria no Congresso Nacional, unindo os trabalhistas aos pessedistas, e, desse modo, aprovar as reformas de maneira consensual” (FERREIRA, 2011, p. 346).

A pasta da Justiça ficou a cargo do pessedista Abelardo Jurema, que recebeu a missão de buscar entendimento no Congresso para a aprovação da Reforma Agrária; após a nomeação de João Caruso, a superintendência da SUPRA foi assumida por João Pinheiro Neto, que fora imbuído de negociar junto ao PSD de Minas Gerais, visando a acalmar os ânimos exaltados dos conservadores. A essa altura, o Plano Trienal definhava, mas Goulart mantinha-se com o propósito de combater a inflação e aprovar as Reformas de Base; assim, o papel do novo ministro da Fazenda era fundamental. Portanto, a definição por Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, ex-governador de São Paulo, pretendia a confiança do empresariado paulista.

Com os petebistas, ficaram: o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, nas mãos de Amaurí de Oliveira e Silva, do Paraná; a Agricultura, com Osvaldo Lima de Filho, do PTB pernambucano e membro da FPN; e, na pasta de Indústria e Comércio, o convidado foi Egídio Michaelsen, candidato do PTB gaúcho ao governo do estado em 1962. As escolhas por Paulo de Tarso, Educação,<sup>309</sup> e Darcy Ribeiro, Casa Civil, indicavam uma tentativa de Goulart de aproximação com o CGT, a intelectualidade, o movimento estudantil e as esquerdas (FERREIRA, 2011, p. 346). Quanto aos ministérios militares, assim ficaram definidos: Jair Dantas Ribeiro (Guerra); Silvio Mota (Marinha) e Anísio Botelho (Aeronáutica).

Brizola mostrou-se veemente contrário à nova composição ministerial, pois defendia um ministério mais nacionalista.<sup>310</sup> Em nota publicada à imprensa, informou que não participou da indicação de nomes depois de superadas as orientações que, insistentemente, propuseram ao presidente. Para ele, Jango fez uma “renúncia branca ao entregar o comando da política econômica financeira ao Sr. Carvalho Pinto, homem público prestigioso, mas representativo de um outro pensamento que não o do PTB e o da carta de Vargas”.<sup>311</sup>

---

<sup>309</sup> Segundo Jorge Ferreira (2011, p. 347), Paulo de Tarso adotou as propostas pedagógicas de Paulo Freire, a qual propunha que a alfabetização também era um processo de conscientização da realidade social.

<sup>310</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1963, p. 12.

<sup>311</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1963, p. 19. Carvalho Pinto era paulista oriundo de tradicional família ligada ao PRP. Manteve uma sólida carreira política em São Paulo, marcada pelo enxugamento da máquina pública. Difundia o lema “mais administração, menos política.” Atuou no governo estadual de Jânio Quadros e acabou o sucedendo, em 1959, com a coligação PTN-PSB.

O ex-governador do Rio Grande do Sul dotado de uma personalidade forte e até mesmo caricata, frequentemente envolvia-se em embates pessoais, geralmente com adversários políticos. Desde junho, Brizola e João Calmon – deputado federal pelo PSD – vinham trocando acusações, dentro e fora do Congresso. O segundo, após visita ao Rio Grande do Sul, denunciou que o atual deputado guanabarinense não havia feito Reforma Agrária em seu estado, mas sim “negócio agrário”.<sup>312</sup> Imediatamente, Leonel refutou as acusações, através de carta oficial<sup>313</sup> e pela TV-RIO, sendo, também, transmitido pelos microfones da Mayrink Veiga.<sup>314</sup>

Segundo o *Correio da Manhã*, as acusações que Brizola vinha sofrendo deviam-se também ao isolamento que Jango estava impondo ao cunhado, como exemplo, o fato de ter composto um Ministério sem nomes de aproximação com as políticas do deputado da Guanabara.<sup>315</sup> A briga entre os dois deputados alongou-se por um tempo. Ocorreria ainda solicitação de direito de resposta na TV Tupi e proposta de CPI para investigar as acusações, ambas vindas de Leonel Brizola.

Dentro do Congresso, o tema também repercutiu. O congressista Oswaldo Zanello (PRP-ES), de perfil conservador, defendeu Calmon: “essa campanha contra João Calmon se deve também à sua luta contra a malversação dos dinheiros públicos, contra o emprego de recursos do povo nessas tentativas de subversão da ordem contra o regime vigente”. Finaliza convocando o colega capixaba para continuar “nesta luta contra a demagogia, contra a bolchevização, contra a cubanização deste país”.<sup>316</sup> A desavença chegou a tal ponto que, em fevereiro de 1964, Leonel Brizola pediu a cassação do adversário.<sup>317</sup>

O embate ganhou maiores projeções porque se tornou uma disputa entre Brizola e a grande mídia, tendo em vista que João Calmon era, além de deputado, um dos diretores do conglomerado de mídias de Assis Chateaubriand e posteriormente, como veremos no próximo subcapítulo, colaborou diretamente na formação da *Rede da Democracia*. Os apoiadores do deputado guanabarinense alegavam que esse estava sofrendo uma campanha difamatória organizada pela imprensa, visando “um claro atentado contra a evolução do problema social brasileiro através das Reformas de Base e contra a estabilidade do regime democrático”.<sup>318</sup> A bancada do PTB na Câmara também emitiu nota de apoio ao gaúcho, alegando que a

<sup>312</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1963, p. 18.

<sup>313</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1963, p. 3.

<sup>314</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27 de junho de 1963, p. 4.

<sup>315</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1963, p. 6.

<sup>316</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I. 28 de junho de 1963, p. 3827.

<sup>317</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I. 27 de fevereiro de 1964, p. 1.

<sup>318</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1964, p. 6.

campanha movida no país através da televisão, rádio e da imprensa contra o petebista em “última análise objetiva atingir as instituições democráticas e a legalidade”.<sup>319</sup>

O próprio Brizola divulgou nota paga na imprensa, intitulada “Denúncia à Nação”, direcionada ao Presidente da República, aos membros do Poder Judiciário e ao Congresso, na qual ele denunciou as dívidas dos Diários Associados com o Banco do Brasil, alegando que a empresa tinha vantagens nas transações de empréstimos, portanto “operações irregulares, ilegítima”. Acusou os *Diários* de veicularem campanha de infâmias e calúnias contra ele e, ao encerrar, proferiu: “justiça é o que peço e reclamo, em nome dos sagrados direitos do nosso povo sacrificado”.<sup>320</sup> Até mesmo o ministro da Justiça, Abelardo Jurema, envolveu-se na crise baixando portaria proibindo as falas de João Calmon e Leonel Brizola sobre este assunto.<sup>321</sup>

O ponto máximo deste enfrentamento foi quando o representante da Guanabara tentou revidar com tapas os insultos de Calmon durante sessão da Câmara.<sup>322</sup> Sobre o ocorrido Brizola se pronunciou: “Agora chega. Chegou a hora da opção. De um lado eu, e de outro êsse ladravaz que não tem condições morais sequer de mencionar meu nome ou dar um aparte nesta Câmara Federal, antes de prestar contas dos bilhões que deve ao Banco do Brasil e aos Institutos”.<sup>323</sup> A situação ganhou destaque na capa de *Última Hora*:



Fonte: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1963. p. 1.

<sup>319</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 06 de julho de 1964. p. 4.

<sup>320</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de julho de 1963, p. 7.

<sup>321</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 de julho de 1964. p. 3.

<sup>322</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1964. p. 1.

<sup>323</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1964. p. 4.

Outro momento em que o ex-governador sul-riograndense se envolveu numa polêmica foi quando agrediu fisicamente o jornalista David Nasser, de *O Cruzeiro*. A agressão ocorreu porque este havia publicado, na edição de 20 de junho de 1963, críticas às ações do deputado. O incidente, porém, aconteceu somente em dezembro quando ambos se encontraram por acaso no aeroporto Galeão, na Guanabara. Na ocasião, Brizola tirou do paletó um recorte da revista que continha o artigo “Resposta a um Pulha” escrito pelo colunista, dizendo que o faria engolir a publicação, passando logo a agredi-lo. Ao chegar a Porto Alegre, o político gaúcho pediu desculpas ao povo brasileiro e a sua família. À noite, pela televisão, o repórter alegou que fora agredido pelas costas.<sup>324</sup> De acordo com a *Última Hora*, quando João Goulart soube do ocorrido disse: “quem diz o que quer...”.<sup>325</sup> A briga novamente ganhou capa de jornal:



Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1963. p. 1.

<sup>324</sup> De forma geral, a agressão cometida por Leonel Brizola não foi condenada. No Congresso Nacional, chegou a circular marchinha de carnaval sobre a briga: “Oh seu Davi, oh seu Davi/Surrinha boa assim eu nunca vi/Falavas tanto, mas ninguém te dava bola/Até que um dia fostes falar do Brizola/Foi aí que um tal de Leonel/Fêz o pobre do Davi/Engolir aquela fôlha de papel”. Segundo o jornal *Última Hora*, cópias foram feitas e prós e anti-brizolistas ensaiaram a música. *Última Hora*. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1964. p. 4.

<sup>325</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1963. p. 2.

Essas atitudes inconsequentes e agressivas de Brizola contribuíram para construir sua imagem de político radical e, como nascido no Rio Grande do Sul, favorecia o fortalecimento do mito sobre o gaúcho masculinizado que resolvia seus problemas através da violência, especialmente, para o restante do país. Essa caracterização também era cultivada pelo próprio deputado, que se valia muito de simbologias da tradição sul-riograndense. Não era à toa que frequentemente era fotografado tomando chimarrão, de bombacha ou com o tradicional lenço vermelho maragato no pescoço.<sup>326</sup> Até os dias atuais, a memória sobre Leonel Brizola remete-se a esse tipo de atitude pitoresca associada ao estereótipo do gaúcho valente.

Com o afastamento formal do deputado da Guanabara do Congresso Nacional, sua presença no rádio ganha maior importância, pois esse veículo tornou-se seu principal porta-voz. Assim, seus pronunciamentos virariam rotina e ganhariam mais ênfase. No próximo subcapítulo, analisaremos sua atuação no rádio, especialmente a partir do segundo semestre de 1963.

### **3.1 “A voz da Libertação do Povo Brasileiro”: Leonel Brizola e o rádio**

É sabida a utilização do rádio com fins políticos e ideológicos. A partir da década de 1930, o rádio despontava como a grande novidade tecnológica da comunicação. Seu poder de mobilização era muito abrangente, pois não tinha o empecilho do analfabetismo. Todos, desde que com acesso ao aparelho, poderiam informar-se por meio do eletrônico. Sua utilização com fins políticos e de mobilização, no Brasil, foi empreendida principalmente a partir do governo de Getúlio Vargas; enquanto na Europa, fora durante os primeiros passos dos regimes fascistas e nazistas (ZUCULOTO; LONGO, 2014).

Como já mencionado anteriormente, o rádio foi o principal meio de comunicação utilizado por Leonel Brizola. A opção por este veículo vinha desde o seu governo no Rio Grande do Sul, consagrando-se no evento da Campanha da Legalidade, quando, através da

---

<sup>326</sup> O uso do lenço vermelho ganhou significado político durante a chamada Revolução de 1923. Conflito civil no Rio Grande do Sul que pôs de um lado chimangos (governistas) e de outro os maragatos (oposicionistas). Esses últimos usavam o lenço vermelho, enquanto os primeiros usavam lenço branco. Para mais informações sobre a Revolução de 1923, ver: LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1971 e ANTONACCI, Maria Antonieta. RS: as oposições & a Revolução de 1923. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. O pai de Leonel Brizola lutou nesta guerra ao lado dos maragatos.

Rede da Legalidade (rede de rádios encampadas), o então governador convocou a população para lutar pela posse do vice-presidente João Goulart.

A partir de maio de 1963, Brizola mantinha um programa diário, veiculado em cadeia de rádio, intitulado “*A voz da libertação do povo brasileiro*”. Nele eram divulgados as propostas de FMP. No entanto, o deputado da Guanabara nem sempre estava presente.<sup>327</sup> Sua participação efetiva ocorria semanalmente na rádio Mayrink Veiga, num programa vinculado às sextas-feiras à noite, com horário fixo, das 22h e 30min até a meia-noite. Todavia, em algumas ocasiões seus pronunciamentos alongavam-se pela madrugada. Além da participação fixa na programação da emissora, o deputado também utilizava as ondas sonoras em situações adversas. Sempre que sentia necessidade de comunicar-se com seus eleitores, ou então, responder a críticas de seus opositores, Leonel Brizola recorria a essa opção.

Evidência dessa assertiva são as várias notas e informes publicados nos jornais, principalmente na *Última Hora*, divulgando ou cobrindo os pronunciamentos do político no rádio. Abaixo, apresentamos os resumos da fala brizolista através do rádio e publicados no jornal supracitado, em situações diferentes. A primeira delas refere-se ao momento em que Brizola pregava a união das forças populares; este pronunciamento sintetizou, satisfatoriamente, a estratégia política adotada pelo deputado após seu licenciamento do Congresso Nacional:

Falando ontem à noite numa cadeia de rádio o deputado Leonel Brizola conclamou as forças populares a se manterem unidas e em posição de luta contra os grupos interessados no esvaziamento das campanhas verdadeiramente nacionalistas. Nesse sentido denunciou as negociatas com companhias estrangeiras afirmando que somente pela nacionalização dos bens públicos é que poderemos sobreviver e alcançar nossa independência política e econômica. Assinalou que os trabalhadores de todo o país estão descontentes com qualquer política de conciliação por parte do governo e que graças ao movimento articulado pela FMP e outros órgãos representativos das classes trabalhadoras se encontram os mesmos prontos para a revolução social que está se processando no Brasil. Acentuou que a revolução sangrenta só é desejada pelos antinacionais, enquanto que a nossa revolução é pacífica e visa unicamente ao nosso progresso econômico e social.<sup>328</sup>

Em outro momento, o ex-governador do Rio Grande do Sul utilizou o rádio para criticar setores da imprensa que estavam informando sobre a existência de um movimento subversivo, armado atribuído às esquerdas. Essas informações, provavelmente, referiam-se à formação dos primeiros *Grupos de Onze*, situação que estava gerando grande desconfiança nos setores conservadores. Ainda nesta oportunidade, novamente citou o governo federal. Entretanto, diferente do trecho supracitado, o deputado afirmou que as forças populares – e

---

<sup>327</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 02 de maio de 1963. p. 4.

<sup>328</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963. p. 4.

percebamos que ele fala em nome delas como seu legítimo representante – apoiariam o governo “face a qualquer movimento reacionário”, mesmo não concordando com todas as suas decisões.<sup>329</sup>

A relação difícil que Leonel Brizola mantinha com o executivo federal destaca-se em outro pronunciamento no rádio. Já às vésperas do comício da Central do Brasil e com indícios da mudança do posicionamento de João Goulart à esquerda, ele não aliviou as críticas ao governo:

Através de uma cadeia de rádio, o Sr. Leonel Brizola, de posse de um relatório preparado por um grupo de economistas, coordenado pelo Sr. Cibilis Vianna, condenou a nova política cambial do governo federal. Deveu-se numa análise sobre a instrução 263, da SUMOC, considerada nociva aos interesses nacionais e ao mesmo tempo em que comentou a ‘rebelião agrária’ que eclode em diversos estados e a ‘Frente Ampla’ organizada pelo Sr. San Tiago Dantas como um suporte de sustentação do Sr. João Goulart.<sup>330</sup>

Como resposta ao programa de Brizola na Mayrink Veiga, que era bem recebido por seus apoiadores, setores da grande mídia formaram a *Rede da Democracia*. O objetivo era reunir a parcela da sociedade contrária àquelas reformas e, com discursos unificados, denunciavam o perigo comunista, a política econômica do governo e o próprio João Goulart. A *Rede da Democracia* surgiu em outubro de 1963 e manteve-se até a efetivação do golpe em abril de 1964 (DREIFFUS, 1981, p. 249).

Ela representava a reunião de mais de cem estações de rádio em todo o Brasil e entrava no ar no mesmo horário que o programa de Leonel Brizola, no qual eram transmitidos fortes ataques à esquerda e ao trabalhismo. Logo adiante, o debate político invadiu as páginas dos jornais – de grande tiragem e de âmbito nacional ou estadual - meio no qual os adversários do governo Goulart e de Leonel Brizola formavam a maioria. Os principais envolvidos na *Rede da Democracia* foram *O Jornal* e Rádio Tupi, dos Diários Associados; jornal *O Globo* e Rádio Globo, de Roberto Marinho; e *Jornal do Brasil* e Rádio JB. Além da transmissão radiofônica, os pronunciamentos dos oradores também eram transcritos nas páginas dos seus jornais.

Um dos principais nomes dessa formação era João Calmon, que, na época, acumulava o cargo de parlamentar e de diretor de *O Jornal*, dos Diários Associados. Naturalmente, as desavenças entre ele e Brizola acumularam mais um motivo. No momento de lançamento da *Rede*, o jornal *Correio da Manhã* definiu a iniciativa como uma forma de dizer basta ao “monólogo liberticida e subversivo”, em alusão a Brizola. Este, por sua vez, declarou que os

<sup>329</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1963. p. 4.

<sup>330</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1964, p. 2.

órgãos de divulgação envolvidos no conglomerado de mídia eram formados por empresas a serviço da aristocracia e da burguesia, não refletindo nenhum acontecimento que venha ao encontro dos interesses da classe trabalhadora.<sup>331</sup>

### **3.2 O Levante dos Sargentos e o pedido de Estado de Sítio**

Um dos momentos de maior instabilidade durante o segundo semestre de 1963 foi o Levante dos Sargentos, ocorrido em setembro daquele ano. Não pretendemos analisar esse episódio, mas sim observar o posicionamento do deputado Leonel Brizola diante de mais uma crise política enfrentada por João Goulart. Todavia, cabe explicarmos, resumidamente, o ocorrido.

No dia 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os sargentos não tinham direito de concorrer a cargos eletivos. Dessa forma, todos que foram eleitos em 1962 perderiam seus mandatos. A decisão foi recebida negativamente pelos sargentos, que, prontamente, reagiram contra a medida. Durante assembleia, em Brasília, decidiu-se pelo protesto, começando pela capital federal e devendo-se alastrar pelo restante do país. Dessa forma, bases das Forças Armadas foram tomadas, bem como a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal. Os presidentes do Judiciário e do Legislativo foram presos. Apenas o líder do Executivo não fora, pois estava na Guanabara.

Da mesma forma que a rebelião agiu rápido - os fatos mencionados acima ocorreram durante a madrugada de 12 de setembro de 1963 - a ofensiva das Forças Armadas veio na mesma rapidez e com maior intensidade. O Batalhão da Guarda Presidencial, ao lado de reforços vindos do Rio de Janeiro, entrara em confronto direto com os rebelados e, na tarde de 12 de setembro, a situação já estava controlada. Ao final, 536 militares rebeldes foram presos (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 180-181). Embora tivesse durado apenas poucas horas, a rebelião gerou grande desconforto no governo e entre as forças militares, pois foi exposto um problema de hierarquia. Numa instituição como as Forças Armadas, tal situação não é tolerada. Portanto, após a revolta de setembro de 1963, as associações dos sargentos sofreram grandes derrotas, com o objetivo de desmontá-las, e exigiu-se a punição severa dos rebelados.

---

<sup>331</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1963, p. 1.



Brizola mostrou-se ao lado dos sargentos, nada mais coerente, tendo em vista que a maioria dos setores subalternos das Forças Armadas eram apoiadores do líder esquerdista:

O deputado Leonel Brizola, falando ontem por uma emissora de rádio, afirmou que a rebelião dos sargentos se deve antes e, sobretudo, à doutrina de conciliação do próprio regime. O grupo de conciliação, sempre pressionando, gerou no seio do Governo uma tendência e uma mentalidade nas quais se inspirou o Supremo Tribunal Federal, para decidir contra os sargentos.<sup>332</sup>

Novamente, não perdeu a oportunidade de criticar o governo federal, delegando a crise com os sargentos à política de conciliação de Goulart. Na coluna de Paulo Francis, ele noticia que o ex-governador gaúcho acusou Jango de tentar a conciliação de forças inconciliáveis.<sup>333</sup> Além dele, outros setores da esquerda<sup>334</sup> divulgaram manifesto em solidariedade a esses militares, estendendo o apoio à classe operária e ao movimento sindical. No documento, reafirmaram também a necessidade da reforma constitucional, prevendo, assim, a elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas.<sup>335</sup>

Para agravar a crise, Carlos Lacerda voltava a polemizar, desta feita, fora do Brasil. Durante entrevista ao jornal estadunidense *Los Angeles Times*, e republicado pela *Tribuna da Imprensa*, em 1º de outubro, o governador fluminense insultou o presidente João Goulart, denunciou a influência comunista no governo através do CGT e pediu a intervenção norte-americana no Brasil. Ainda não satisfeito, declarou que os ministros militares discutiam entre si, em relação a Jango, o que seria melhor: “tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 187).

Como era de se esperar, a repercussão foi negativa. Os ministros militares divulgaram nota à imprensa condenando a declaração do governador da Guanabara, considerando-a um insulto ao país e caluniosa em relação às Forças Armadas. Para os ministros, a entrevista de Lacerda visava a gerar pânico na população e disseminar a teoria de que o país estava sendo conduzido por setores radicais (MENDONÇA, 2002, p. 301). Como medida de repreensão à Lacerda, exigiram que João Goulart encaminhasse ao Congresso mensagem solicitando o Estado de Sítio, alternativa que gerou forte alvoroço no parlamento antes mesmo do recebimento oficial da mensagem.<sup>336</sup>

De acordo com *Última Hora*, Goulart recebeu Leonel Brizola, no Palácio das Laranjeiras, para discutir a crise. Detalhe importante é que os dois petebistas não se reuniam

<sup>332</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1963. p. 2.

<sup>333</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1963. p. 3.

<sup>334</sup> Comando Geral dos Trabalhadores, a União Nacional dos Estudantes, entidades camponesas e feministas. Assinaram também deputados nacionalistas, dentre eles, Leonel Brizola.

<sup>335</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1963. p. 2.

<sup>336</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1963. p. 4.

há cerca de dois meses.<sup>337</sup> Todavia, a notícia não esclareceu se a possibilidade de solicitar o Estado de Sítio esteve em pauta. Moniz Bandeira (1979, p. 89-90) também comentou esse encontro. Segundo ele, o presidente expôs a gravidade da situação, dizendo-lhe que o governo estava sob forte assédio e que, se não rompesse, não seria mais possível realizar qualquer medida em favor do povo. Complementou, ainda, que estava disposto a adotar medidas de caráter excepcionais para conter a conspiração e, assim, necessitava da solidariedade do deputado da Guanabara. Este, anos depois em entrevista a Moniz Bandeira, afirmou não ter entendido bem o que Jango realmente pretendia, mas comprometeu-se em reunir-se com seus companheiros da FMP e transmitir mais tarde sua decisão final.

Enquanto isso, os ministros militares pressionavam João Goulart a encaminhar o pedido de Estado de Sítio ao Congresso Nacional. Então, este acatou a sugestão dos militares, mesmo sem ouvir a opinião dos setores reunidos com Brizola, e, em 04 de outubro, encaminhou o requerimento. Fato é que a medida proposta pelo presidente não foi bem-vinda, nem pela esquerda, nem pela direita. Inicialmente, o Estado de Sítio serviria para intervir no estado da Guanabara e, até mesmo, em São Paulo, onde Ademar de Barros encabeçava dura campanha contra o governo federal. No entanto, a esquerda mais radical sentiu-se insegura perante o aumento de poderes presidenciais, os quais poderiam também ser utilizados contra eles, tendo em vista que criticavam a política conciliatória do petebista. A principal ressalva da esquerda era em relação ao governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que vinha realizando uma administração popular e era mal visto pelos ministros militares.

Assim, a FMP declarou apoio às decisões de Jango contra Carlos Lacerda e Ademar de Barros por conspirarem contra o regime democrático; no entanto, opuseram-se ao Estado de Sítio que se dirigia aos movimentos populares.<sup>338</sup> Diante da impopularidade da sua decisão e da falta de apoio no Congresso Nacional, Goulart voltou atrás e retirou a mensagem da Câmara em 07 de outubro. De acordo com Marina Mendonça (2002, p. 303), a rejeição ao pedido enfraqueceu ainda mais o governo janguista e marcou a vitória de Carlos Lacerda no seu intuito de desestabilizá-lo.

Com os setores conservadores cada vez mais mobilizados e a imagem de João Goulart desgastada, Leonel Brizola, finalmente, põe em prática a criação de grupos de mobilização, algo que vinha há algum tempo evidenciando. Essa decisão gerou algumas consequências; sobre elas e sobre a formação dos *Grupos de Onze* que abordaremos no próximo subcapítulo.

---

<sup>337</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 04 de outubro de 1963. p. 1.

<sup>338</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1963. p. 2.

### 3.3 *Grupos de Onze: a tentativa de resistência*

Leonel Brizola, ao final de outubro de 1963, convocou a população para formarem os *Grupos de Onze Companheiros* ou *Comandos Nacionalistas*. Através de uma cadeia de estações de rádio liderada pela Mayrink Veiga<sup>339</sup> que detinha, na época, o maior percentual de ouvintes da classe baixa e atuava em rede nacional, o então deputado federal convocou homens e mulheres para formarem os *Grupos*. Além da convocação feita através do rádio, outro meio utilizado por Brizola foi o jornal semanário *Panfleto*, publicação criada em fevereiro de 1964 para divulgar as ideias e propostas da Frente de Mobilização Popular e que serviu também como meio de comunicação dos *Grupos de Onze*.

De acordo com a cartilha fundadora intitulada “*Organização dos ‘Grupos de Onze Companheiros’ ou ‘Comandos Nacionalistas’*”, divulgada pela Mayrink Veiga e pelo *Panfleto* os objetivos principais eram:

Atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência contra qualquer tipo de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbanas, e sagrada determinação de luta pela liberdade de nossa Pátria da espoliação internacional.<sup>340</sup>

Brizola sentia que as reformas não passariam pelo Congresso que representava, de forma geral, os interesses dos grandes latifundiários e da elite brasileira. Dessa forma, decidiu criar os *Comandos*, considerados uma força extraparlamentar e um meio de auto fortalecimento pessoal. Contudo, torna-se difícil definir claramente as reais intenções dos *Grupos*, haja vista a multiplicidade de interpretações historiográficas, bem como as discrepâncias entre os depoimentos daqueles que participaram do movimento. As historiadoras Carla Brandalise e Marluza Harres (2014, p. 182) sintetizam as variadas definições atribuídas a eles:

Boa parte das lideranças petebistas envolvidas acreditava tratar-se de grupos de apoio extraparlamentar em prol da causa trabalhista mais importante no momento, as Reformas de Base. A oposição, por sua vez, acusava fortemente Brizola de estar fomentando grupos guerrilheiros de franco teor comunista, de promover a violência na forma de uma guerra civil. As adesões populares, em geral, demonstravam razões

<sup>339</sup> Fundada no Rio de Janeiro em 1926 e fechada em 1965 pela ditadura civil-militar, justamente por ter participado da Cadeia da Legalidade em 1961, foi líder de audiência na década de 1930 e reduto de grandes nomes do rádio, como Carmem Miranda e Noel Rosa. A rua onde a rádio foi instalada recebeu o nome de Mayrink Veiga. Foi ao lado da Rádio Nacional uma das duas mais importantes emissoras do período que ficaria conhecido como a "Era do Rádio". MOREIRA, Sônia Virgínia. A porção carioca do rádio brasileiro. In: *Revista USP*, n. 56. São Paulo, 2002-2003, p. 42-47.

<sup>340</sup> *Caderneta de Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*, 1963, p. 8.

aleatórias para a inscrição ao movimento: admiração a Brizola, crença na efetividade imediata da reforma agrária, preparação armada para defender a distribuição de terras, garantia constitucional ao governo, etc. Mas, dentro do PTB, entre pessoas ligadas ao grupo brizolista, também havia desconfiança quanto à razão ou operacionalidade desses Grupos.

Segundo Paulo Schilling (1979, p. 243),<sup>341</sup> o objetivo era organizar um movimento de massa, com base na ideologia do nacionalismo popular-revolucionário:

A partir do movimento de massas constituído pelos “Grupos dos 11”, pensava-se organizar numa segunda etapa, o partido revolucionário, já então considerado indispensável por Brizola. Um partido que teria inclusive seu “braço armado”, constituído pela oficialidade nacionalista, pelos sargentos e marinheiros.

Para Elenice Szatkoski (2003, p. 148), que analisou a formação dos *Comandos* na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, “os grupos, além do potencial guerrilheiro, desempenhariam o papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário”. Marli Baldissera (2005), que também investigou os grupos no interior do estado, defende a tese de que os eles pretendiam pressionar o Congresso Nacional e João Goulart para promoverem as Reformas de Base. Sérgio Gonzalez, participante dos *Comandos* em Porto Alegre, descreveu parte das atividades daqueles que atuavam nos *Grupos*. O relato de Gonzalez (2010, p. 103) corrobora a premissa de que os *Grupos* agiam como forma de pressão:

Nosso trabalho consistia em pesquisar a situação social das periferias de Porto Alegre, detectando os problemas sociais e formando um quadro real das carências das populações pobres, suas necessidades e aspirações. Atuávamos muito na área rural, no chamado Cinturão Verde, implantado por Brizola, quando prefeito da capital gaúcha, no âmbito da então Secretaria Municipal da Produção e do Abastecimento, também criada por ele em 1956. Ao mesmo tempo em que fazíamos esse trabalho, sempre nos finais de semana, conscientizávamos o povo para a situação brasileira e a necessidade de união entre todos para pressionarmos o Congresso para a aprovação das Reformas de Base.

Quanto ao nome do movimento, faz-se necessária uma breve explicação. Brizola possuía uma relação direta com as massas populares, sabia atingi-las muito bem através de seus memoráveis discursos, e seu objetivo na formação dos *Grupos* era agregar um número grande de voluntários; então, nada mais apropriado que valer-se do que o povo mais entendia e gostava: o futebol. Nesse sentido “era uma organização popular simples, pois uma pessoa que juntasse mais dez amigos ou conhecidos formaria um ‘grupo de onze’, como um time de

---

<sup>341</sup> Paulo Schilling foi assessor durante o governo brizolista no Rio Grande do Sul, atuou como secretário-executivo da Frente de Mobilização Popular, atuando diretamente no jornal *Panfleto*. Seguiu para o exílio no Uruguai, junto a Brizola. Todavia, romperam ligações. Durante a redemocratização, Schilling foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Fonte: BRANDALISE; HARRES, 2014, p. 182.

futebol” (BALDISSERA, 2005, p. 74). Parece algo muito pequeno diante do amplo território brasileiro, mas a ideia era criar *Grupos* em todos os lugares, como uma rede de resistência e luta, segundo o próprio Brizola:

Pode parecer pequeno, mas também pequeno é um simples tijolo. E é exatamente com pequenos tijolos reunidos, somados, interligados, cada um com sua função e adequadamente dispostos é que se fazem as construções ou se complementam os grandes edifícios de concreto armando.<sup>342</sup>

Estima-se que mais de vinte mil *Comandos Nacionalistas* foram formados em todo território brasileiro; entretanto, esses números ainda não são confirmados. Paulo Schilling (1979, p. 243) apresenta um diagnóstico na casa dos 30 a 40 mil grupos. Uma das regiões que apresentou um índice representativo de *Grupos* foi o interior do Rio Grande do Sul, por dois motivos especiais: o sucesso da Campanha da Legalidade, que projetou Brizola como líder nacional e sua atuação à frente do executivo sul-rio-grandense, que lhe logrou grande prestígio regional. Foi um governo marcado pela identificação com os movimentos sociais, principalmente aqueles ligados à luta pela terra.

Uma das principais fontes sobre a formação dos *Grupos* é a cartilha “*Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*”<sup>343</sup> composta de dez páginas, contendo as diretrizes gerais para formação dos *Comandos*, bem como seus objetivos, já supracitados. Dentre as informações básicas para sua formação, consistia registrar em atas a organização do grupo, preencher as listas, as quais eram padrão e já vinham impressas, com os nomes e endereços dos componentes e depois enviarem à rádio localizada no Rio de Janeiro para comunicar o deputado Brizola da formação dos *Comandos Nacionalistas*. Foi através dessas listas que os militares, após o golpe, apoiaram-se para realizar suas perseguições e instalarem os inquiridos. A sede da organização seria a residência de qualquer um de seus membros. Em seu depoimento, Gonzalez (2010, p. 98) destaca o caráter informal dos *Grupos*:

Ninguém precisava fazer “juramento de obediência irrestrita ao chefe” e nem seguir qualquer decálogo ideológico para ser membro de um Grupo dos Onze. Lógico que eram todos de esquerda. Defendiam o trabalhismo de Alberto Pasqualini, base ideológica do PTB de Getúlio Vargas, o socialismo europeu e, os mais radicais como eu, o marxismo, que estudei por orientação do meu pai. Tinha apenas de ser alguém desejoso de trabalhar com o objetivo de evitar que o Brasil saísse dos trilhos da democracia, e levar adiante os avanços econômicos, sociais e políticos iniciados por Getúlio Vargas, seguindo sem solução de continuidade no governo do presidente João Goulart com as Reformas de Base.

<sup>342</sup> *Caderneta de Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*, 1963, p. 8.

<sup>343</sup> Localizada no acervo Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultura da PUCRS - no fundo sobre a Ação Integralista Brasileira.

Para Brizola esse era o momento de a população unir-se e promover intensas manifestações sociais de inconformidade. Como argumentação, ele recorria ao momento histórico da morte de Getúlio Vargas, que teria cometido suicídio visando a despertar o *povo* para a espoliação internacional, a qual levava para fora de nossas fronteiras o fruto do trabalho dos brasileiros. Por outro lado, havia o *antipovo* – conceito já mencionado anteriormente – aquela minoria privilegiada e dominante que não ficaria satisfeita com uma possível reação do grupo oposto. Esse era, então, o momento em que cada cidadão deveria decidir qual o seu posicionamento. Seria patriota ou traidor.

O deputado Brizola deixou claro na *Cartilha* o que previa para o futuro do país e alertava para a possibilidade de golpe. Talvez numa estratégia para arregimentar mais adeptos para a sua luta:

E daí caminham para o Estado de Sítio, para as pressões, para medidas policiais contra o que chamam de agitação, para as restrições das liberdades públicas e individuais, para o chamado governo forte, para o golpe e a ditadura. Dirão sempre que tudo é feito em defesa da ordem, da democracia do desenvolvimento econômico, da liberdade, da família brasileira e de nossas tradições cristãs.<sup>344</sup>

Os *Grupos de Onze* viriam, segundo Leonel Brizola, para unirem-se aos movimentos já existentes como Frente de Mobilização Popular, Comando Geral dos Trabalhadores, sindicatos, União Nacional dos Estudantes, Frente Parlamentar Nacionalista, as Ligas Camponesas e dentre os partidos, o PTB e o PSB. É importante destacar que em nenhum momento foi citado o PCB. Embora apresentasse uma relação dúbia frente aos comunistas, alternando momentos de aproximação e de críticas; não podemos classificá-lo como simpatizante do comunismo. Ao contrário, ele evitava ser comparado aos “vermelhos”.

Abaixo podemos analisar um modelo de ata de formação de um *Comando Nacionalista* evidenciando o caráter simples e de mobilização dos adeptos, além de conter basicamente toda a ideologia do grupo:

Nós, abaixo-assinados, nesta data, resolvemos nos constituir um comando nacionalista, em número de onze patriotas e escolhemos para Comandante o companheiro \_\_\_\_\_ e para Sub-Comandante, o companheiro \_\_\_\_\_. O Comando Nacionalista que fundamos tem por objetivo a atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional. A sede do comando será a residência de qualquer um de seus membros. Nesta data, resolvemos, ainda comunicar ao DEPUTADO LEONEL BRIZOLA, a cargo da rádio Mayrink Veiga, à

<sup>344</sup> *Caderneta de Organização de Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*, 1963, p. 2-3.

Rua Mayrink Veiga, 15 – Rio de Janeiro – Estado da Guanabara, a fundação do Comando Nacionalista, com os nomes e endereços de seus membros.<sup>345</sup>

No que se refere às características dos componentes dos *Grupos*, têm-se diferentes perfis. No interior do Rio Grande do Sul, era marcada por pequenos agricultores (muitos em situação de agregados), humildes, sem instrução e que batalhavam por melhorias no campo. Assinavam as listas na esperança de receber terras, sementes e maquinários, alguns chegaram a colocar nomes de filhos recém-nascidos para completar onze assinaturas. Naquela época, era comum as pessoas se reunirem na casa de algum vizinho para ouvir na rádio as mensagens de Leonel Brizola nos chamados “serões” (BALDISSERA, 2005).

Já no estado da Guanabara, a composição dos *Grupos de Onze* era diferente, segundo Jorge Ferreira (2004), por incluir militantes com maior grau de instrução (em geral, estudantes da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade Nacional de Filosofia) na sua formação. Eram mais organizados e atuavam mais incisivamente: praticavam pichações em muros, colavam cartazes e observância dos horários dos altos comandos das forças armadas, para no caso de golpe sequestrá-los, o que nunca realmente ocorreu. A localização na malha urbana favorecia este tipo de ações.

Tânia Tavares (2013, p. 87) apresenta dados quanto à quantidade e localização dos *Grupos* no Rio de Janeiro, com base nos documentos do DOPS/Guanabara. Esse acervo está localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde também há documentos apreendidos que tratam supostamente de um estudo encomendado por Leonel Brizola sobre “motivação e mobilização popular para a sua campanha”. Segundo as evidências, produzidas pela própria repressão, foram contabilizados 185 *Comandos* apenas no estado do Rio de Janeiro, divididos em 32 municípios. A região que mais apresentou *Grupos* foi Duque de Caxias, com 39; seguido por Nova Iguaçu, com 14; e, ainda, São Gonçalo e Niterói com 12 *Grupos* em cada uma das cidades.

Ainda segundo Ferreira (2004, p. 199-200), a formação dos *Grupos* foi recebida positivamente por grupos de esquerda, como AP, POLOP, tendências trotskistas, deputados do *Grupo Compacto* e pelo movimento dos sargentos alinhados com Brizola, mas criticada por membros do PCB. No entanto, a maior consequência, segundo o autor:

Foi a de gerar o medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Mesmo que a iniciativa de Brizola não tivesse tido tempo de prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações, na maioria das vezes imaginadas pelos donos dos jornais, dos Comandos

---

<sup>345</sup> *Caderneta de Organização dos Grupos de Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas*, 1963, contracapa.

Nacionalistas. Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas.

Em avaliação *a posteriori* sobre a formação dos *Grupos*, Brizola defendeu que seu “erro foi não chamar o Grupo dos Onze de ‘clubes da defesa da democracia’. Não tinham armas, não eram milícias [...] tentei formá-los a fim de arregimentar a sociedade civil contra o golpe de Estado” (BANDEIRA, 1979, p. 199, grifos do autor). Em determinada ocasião, na Câmara, o deputado Roland Corbisier, falou sobre o caráter legalista dos *Grupos*, para assim, reabilitar a imagem de Brizola junto ao Congresso.<sup>346</sup> Lembrando que ele fora o suplente que assumiu a vaga de Brizola após seu afastamento da Casa.

A imprensa teve papel fundamental na construção do imaginário sobre os *Grupos de Onze*. Se por um lado o rádio ajudou a formá-los, por outro, os jornais impressos da grande mídia criaram o medo em torno da sua formação. Esta foi uma das principais ferramentas de disseminação do anticomunismo; dessa forma, representavam os *Comandos Nacionalistas* como células comunistas que estariam se preparando para implantar a guerra revolucionária no Brasil. Ao que tudo indica, a imprensa relegou a essas organizações um destaque muito além das suas reais possibilidades, contribuindo para o clima de instabilidade daquele contexto.<sup>347</sup>

A *Rede da Democracia* diariamente publicava notícias alarmistas sobre os *Comandos*, sempre os relacionando ao comunismo. Essa estratégia contribuiu para criar, nas classes média e alta, a associação entre as Reformas de Base – um dos objetivos dos *Grupos de Onze* – e a tentativa de implantar o regime comunista no Brasil. Após a tomada do poder em 1964, as notícias relacionadas aos *Comandos Nacionalistas* aumentaram consideravelmente, apresentando falsas ações armadas e esquemas organizados de reação ao golpe.

Nos meses finais de 1964, depois da instalação de inúmeros inquéritos, verificou-se que os *Grupos* não eram tão ameaçadores quanto se imaginava. Diversas pessoas inqueridas mostraram-se surpresas quanto à acusação de comunistas.<sup>348</sup> Dessa forma, a imprensa também mudou seu foco e as notícias sobre os *Comandos* foram perdendo espaço. Gradativamente, a organização brizolista começou a ser desmitificada como células comunistas.

Como já mencionado, os participantes dos *Grupos de Onze* sofreram forte perseguição após o golpe de 1964 e, ao lado dos comunistas, estavam entre os primeiros a serem

<sup>346</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1964. p. 4.

<sup>347</sup> A imprensa começou a repercutir sobre o *Grupo de Onze* somente a partir de dezembro.

<sup>348</sup> Szatkoski (2003) e Baldiserra (2005), em suas pesquisas nos Inquéritos Policiais Militares na região do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, comprovam essas afirmações através dos depoimentos dados à justiça dos participantes dos *Comandos Nacionalistas*, principalmente dos pequenos agricultores.



combatidos. Essa perseguição deveu-se à importância política que Leonel Brizola desempenhou no contexto do pré-golpe, visto como um inimigo do novo regime instaurado. Portanto, fazer parte dos *Comandos Nacionalistas* tornara-se atividade criminosa, passível de repressão. Um dos indícios desse acosso foi a classificação realizada pelo *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Segundo essa categorização, a maior parte dos processos abertos ainda em 1964 pode ser definida como envolvimento em “participação em entidades ou movimentos de massas” (BNM, 1985, p. 4), característica que podemos atribuir às organizações brizolistas:

Desde o primeiro dia de abril de 1964 a repressão desfechada pelo novo regime se abateu com certa predileção sobre esses agrupamentos, apontando-os indiscriminadamente como comunistas vinculados ao PCB. Nas mais provincianas cidades do interior foram presos e perseguidos cidadãos que estariam articulando a formação dos Grupos de Onze e centenas de inquéritos foram instaurados pela própria polícia local, indiciando esses seguidores de Brizola. Na maioria das vezes os processos judiciais contra os Grupos de Onze tinham início na Justiça Comum, ao nível das comarcas, e isso explica o número relativamente reduzido de ações penais dessa natureza que alçaram a esfera do STM e puderam ser estudados na pesquisa. Uma quantidade incalculável de processos formados para apurar de Grupos de Onze em todo o país, terminou sendo interrompida sem sentença definitiva, por motivo dos ziguezagues observados na legislação pertinente à competência da Justiça Militar para apurar atividades políticas de civis, na fase anterior ao Ato Institucional nº2, de outubro de 1965 (BNM, 1985, p. 129).

Ao longo da nossa pesquisa, encontramos declarações referentes à quantidade de *Grupos* constituídos, entretanto, esses números não são absolutos, conforme já citado, haja vista que, na conjuntura anterior ao golpe, era interessante demonstrar que havia massiva mobilização em torno da convocação de Leonel Brizola. Segundo declaração deste, em fevereiro de 1964, já estavam formados cerca de 200 mil grupos em todo o país. Nesta ocasião também reafirmou os objetivos dos Comandos: “[a organização é uma] força poderosa, não somente visando às Reformas de Base, mas também constitui uma considerável força eleitoral para o próximo pleito de 65”.<sup>349</sup> A instabilidade numérica é tão alta que o jornal porta-voz de Brizola e da FMP, *Panfleteo*, divulgou outros dados:

A organização dos ‘Comandos Nacionalista’ atingiu um ritmo que supera de muito as previsões mais otimistas. Nas duas últimas semanas, a média de cartas comunicando a organização de grupos subiu para 300 (trezentos) por dia útil. Os Estados do Rio Grande do Sul, Guanabara, Estado do Rio, Minas e São Paulo lideram a organização, que nos três primeiros estados, já entrou em sua segunda etapa, ou seja, o interligamento dos grupos, com a constituição dos diversos escalões de comando. Com base nos G11 já organizados ou em organização, calcula-se que até junho-julho, seja atingida a meta prevista pelo Comando Nacionalista de 100.000 grupos em todo o país.<sup>350</sup>

<sup>349</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 1964. p. 4.

<sup>350</sup> *Panfleteo*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1964, p. 4.

Retomando os dados coletados pelo Projeto BNM, ao todo, foram registrados 12 processos envolvendo os *Grupos*, num total de 95 réus e mais 92 indiciados, oficialmente, durante o inquérito. Sendo todos os processos de 1964, dos quais 05 são do Rio de Janeiro, 02 do Rio Grande do Sul, e os demais do Ceará, Piauí, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, um por estado. Em suma, as buscas aos “subversivos” se davam através das listas enviadas à Rádio Mayrink Veiga e por denúncias – estas que em muitos casos eram incentivadas por divergências pessoais, permeadas ou não pela política. Não foram poucos os casos localizados em que pessoas foram presas sem ao menos saber o que significavam os grupos. Adversários políticos, vizinhos desafetos, e até mesmo familiares “desajustados” eram denunciados como participantes dos grupos para que de alguma forma fossem punidos por ações consideradas errôneas ou eliminados das disputas políticas, ou ainda comunitárias (PACHECO, 2013, p. 170). Após a identificação, as pessoas cujos nomes constavam nas listas, eram levadas presas para “esclarecimentos”.

Enfim, os *Grupos de Onze Companheiros* ou *Comandos Nacionalistas* formados ao final de 1963 e suprimidos com o golpe em abril de 1964, foram um fenômeno de curta duração. No entanto, as consequências e perseguições sofridas por seus participantes duraram por longo tempo, sendo acusados de comunistas e inimigos da nação pelo Estado brasileiro. A despeito das suas reais intenções, fato é que eles demonstraram, a contento, a capacidade de mobilização em torno do deputado da Guanabara, Leonel Brizola.

### **3.4 Leonel Brizola, ministro da Fazenda?**

A partir de dezembro de 1963, o relacionamento da esquerda radical com o presidente João Goulart ganhou maior entendimento. Sinal dessa mudança foi a reunião realizada em Brasília na qual a esquerda decidiu recompor o apoio a Jango. Segundo o colunista Flávio Tavares, Leonel Brizola teve papel de destaque durante o encontro, no qual foi debatido a situação do país e o panorama internacional nas assertivas.<sup>351</sup> Após a divulgação desse fortalecimento do apoio esquerdista ao governo janguista, iniciaram-se boatos sobre a indicação de Brizola para o Ministério da Fazenda, pasta sempre almejada pelos setores reformistas. Acreditamos que a especulação em torno do seu nome era mais uma tentativa de

---

<sup>351</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 1963. p. 4.

pressionar o presidente a desistir da política de conciliação, tão criticada por esses setores. Naturalmente, a imprensa também não ficou alheia a essa possibilidade:



Fonte: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1963, p. 4.

No entanto, Jango negou o convite ao declarar que, mesmo o deputado tendo grande experiência política e muitos votos, não o escolheria como Ministro, pois eram sabidas as críticas que ele fazia ao executivo federal e complementou: “Ministério merece tôda minha confiança”.<sup>352</sup> Ou seja, o cunhado evidentemente era alguém que ele não tinha sob seu controle. A charge acima demonstra justamente essa possível falta de controle sobre Brizola, considerando que o Ministério da Fazenda lhe possibilitaria fortes poderes, que poderiam levar a possíveis negociações para a implementação da Reforma Agrária.

O PTB do Rio Grande do Sul, no qual a influência de Brizola era igual ou até maior que a de João Goulart, decidiu encaminhar representantes até Brasília<sup>353</sup> para sugerir o nome do ex-governador ao Ministério. Essa decisão foi tomada durante reunião da direção trabalhista no estado e contou com a presença do próprio sugerido.<sup>354</sup> Na Câmara dos Deputados, o líder do partido, Doutel de Andrade, teceu elogios ao colega, mostrando-o como

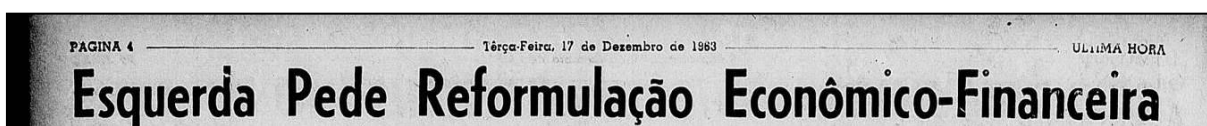
<sup>352</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1963. p. 1.

<sup>353</sup> Os escolhidos foram Ajadil de Lemos, eleito vice-prefeito de Porto Alegre, e Wilson Vargas, deputado estadual.

<sup>354</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1963. p. 4.

um bom nome para o Ministério. No entanto, alertou que cabia somente ao presidente da República fazer tais mudanças.<sup>355</sup>

No bojo da possível indicação de Brizola para a pasta da Fazenda, surgiram especulações sobre reformulação total do Ministério. Esse apresentaria uma composição de centro-esquerda, fruto da conversa que o presidente teve com representantes da esquerda no início do mês, na capital federal. Sobre o assunto, o deputado da Guanabara pronunciou-se confirmando as informações e alegou não reivindicar nenhum cargo pessoal.<sup>356</sup> A reforma ministerial tornou-se, naquele momento, objetivo da FMP, pois programaram uma série de manifestações pedindo um Ministério mais “agressivo e radical”:



**E**M manifesto ontem divulgado, a Frente de Mobilização Popular, órgão representativo de todas as facções do pensamento esquerdista no País, conclamou o povo a "mobilizar-se para reclamar do Presidente da República a imediata recomposição do Governo com homens vinculados a um programa que assegure radical reformulação da atual linha econômico-financeira".

Esclarece o manifesto que tal mobilização visa "a efetiva melhoria das condições de vida do Povo, a emancipação nacional e as reformas estruturais". O manifesto é assinado por deputados nacionalistas, membros do CGT, dirigentes do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, UNE, UBES, Ligas e outras Organizações Camponesas, Ação Popular, Organizações Femininas, Confederação dos Servidores Públicos, oficiais nacionalistas e representantes dos sargentos das três Forças Armadas.

Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1963. p. 4.

Novas informações divulgadas pela imprensa corroboraram a tese de que era uma especulação a indicação de Brizola ao ministério da Fazenda:

Queda do Ministério é boato e Brizola afirma: - Nunca reclamei nenhum posto. Julgo que as conversações em torno de o Ministério da Fazenda vir a ser ocupado por um representante dos interesses populares representaria para o Governo Federal um desejo de composição com as forças populares. E se as forças populares se recusassem a isso, estariam traindo sua missão histórica.<sup>357</sup>

Brizola, utilizando seu manejo político, não admitiu que tivesse interesses pessoais na nomeação; todavia, jogou a responsabilidade nos setores populares para mobilizarem-se pela alteração ministerial. Segundo Moniz Bandeira (1979, p. 91), o que teria ocorrido foi que João Goulart reuniu-se com Leonel e o convidou para integrar o governo através do Ministério de Obras Públicas. Este respondeu que não tinha motivação para esta pasta, seu interesse era

<sup>355</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1963. p. 1.

<sup>356</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 09 de dezembro de 1963. p. 4.

<sup>357</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1963. p. 1.

mais geral; além disso, entendia que a situação era difícil e que sua ida para o governo poderia prejudicar o presidente. Contudo, Jango e o General Assis Brasil - que havia intermediado o encontro – insistiram. Assim, o ex-governador fez uma contraproposta: “ele e Goulart, conjuntamente escolheriam um novo Ministro da Guerra, um militar da confiança mútua. Uma vez empossado, esse Ministro, em nome do Presidente, daria posse a Brizola no Ministério da Fazenda”. O nome para a pasta da guerra seria Henrique Teixeira Lott. O presidente não levou a proposta adiante.

Apenas a possibilidade do ex-governador sul-riograndense assumir a Fazenda gerou desconforto na direita, sendo, até mesmo, divulgado que se trataria de uma revolução radical.<sup>358</sup> João Calmon propôs que o seu partido, rompesse com o PTB caso Brizola fosse nomeado Ministro. Entretanto, a proposta não foi aceita porque o PSD percebeu tratar-se apenas de especulações.<sup>359</sup>

As especulações realmente se encerraram quando Carvalho Pinto renunciou ao Ministério da Fazenda, e foi nomeado Nei Galvão. O ex-ministro justificou sua decisão alegando que houve uma repetição do que ocorreu com o Ministério anterior: Leonel Brizola e grupos radicais de esquerda criaram o clima para a reforma do Ministério e os desmedidos do presidente Goulart foram insuficientes para tranquilizar os ministros.<sup>360</sup> Segundo Ferreira e Gomes (2014, p. 220), Carvalho Pinto vinha há algum tempo discordando de medidas tomadas pelo presidente, como os reajustes salariais, que contrariavam suas orientações em termos econômico-financeiros. De certa forma, as críticas da esquerda foram o estopim para a renúncia.

A opção por Nei Galvão, funcionário de carreira do Banco do Brasil, incomodou as esquerdas, acusando Jango novamente de praticar a política de conciliação. Brizola evitou polemizar sobre a nomeação: “embora meu nome tenha sido intensamente focalizado posso afirmar que jamais procurei encaminhar êste importante problema em termos pessoais. Esclareço que estou totalmente estranho à nomeação e à investidura do Sr. Nei Galvão no Ministério da Fazenda”.<sup>361</sup> Abaixo reproduzimos a íntegra do posicionamento brizolista diante da decisão do presidente da República:

---

<sup>358</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1963. p. 4.

<sup>359</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1963. p. 2.

<sup>360</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1963. p. 1.

<sup>361</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1963. p. 4.

## **Brizola: Governo Está Frente à Opção**

**A** FIRMANDO que a solução adotada pelo Governo Federal na substituição do Ministro da Fazenda é de sua inteira responsabilidade, o Deputado Leonel Brizola voltou ontem a pronunciar-se sobre o assunto.

Frisou não ter havido por parte das forças populares qualquer reivindicação pessoal no assunto, existindo apenas, o fracasso das fórmulas clássicas, o oferecimento das soluções reais para estagnar e vencer a crise brasileira.

### **O Pronunciamento**

O pronunciamento do Deputado Leonel Brizola tem o seguinte teor:

"A transparente intenção da "grande imprensa", como sempre divorciada dos interesses nacionais, de comprometer-se pessoalmente e, por meu intermédio, as forças populares com a solução adotada para a crise administrativa desencadeada com a renúncia do Professor Carvalho Pinto,

torna meu dever fazer claro:

1 — que as forças populares não apresentaram, nem pretendem apresentar, qualquer reivindicação pessoal ao Governo da República. Apenas oferecem a solução ditada pelo seu idealismo, derivada da análise realística da situação nacional, e baseada na segurança de que, diante da falência evidente de todas as fórmulas clássicas, que o próprio povo está sentindo na

carne, é tempo de aplicar-se,

aos moles brasileiros que se agravam hora a hora, o remédio ditado pelo nacionalismo e pelo patriotismo de Getúlio Vargas;

2 — que diante desta oferta, leal e franca, o Governo da República encontra-se em face de uma opção clara e irrecusável: identificar-se com as aspirações nacionais, inspirando sua orientação nas necessidades e esperanças do povo ou prosseguir, de fracasso em fracasso, na tentativa de conciliar um passado oligárquico e repudiado, com o desejado futuro democrático e progressista do País;

3 — que a solução adotada pelo Governo da República é de sua inteira responsabilidade, não envolvendo as forças populares cuja posição idealista não pode ser confundida

com reivindicações pessoais, nem comprometida por decisões protelatórias que, por sua evidente ineficácia, trabalham contra os interesses coletivos.

Ass. Leonel Brizola.

### **PTB Gaúcho**

Também o PTB gaúcho emitiu nota oficial ontem, afirmando não estar otimista com a marcha dos acontecimentos.

Diz a nota que "a atual situação só poderia ser considerada admissível como medida de transição para a verdadeira solução que todos estão aguardando."

Assinada pelo Sr. João Caruso, presidente da Comissão Executiva local, a nota do PTB gaúcho termina proclamando todos à mobilização para exigir "um ministério nacionalista".

**em Revista**

Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1963. p. 4.

Mesmo com a decisão impopular perante às esquerdas, João Goulart mantinha seu propósito de reconquistar o apoio dos setores radicais reformistas. Nesse sentido, reuniu-se com Leonel Brizola e conversaram por longo tempo no Palácio Rio Negro. Na ocasião, o presidente pediu apoio de todas as frentes de esquerda. Essa situação ratifica o papel de liderança que ex-governador sul-riograndense exercia entre as esquerdas. Mesmo que não fosse a única liderança, ou que houvesse divergências sobre o seu nome, era a ele que o presidente recorria para estabilizar o apoio das forças reformistas. Miguel Arraes também reconhecia a influência que ele exercia sobre alguns grupos. Para o governador de Pernambuco, a esquerda unida dependia dele, para de, tal forma, discutir a reformulação da vigente estrutura dos quadros políticos do país.<sup>362</sup>

Em resposta à solicitação do presidente da República, Brizola asseverou que as forças populares o apoiariam, no entanto, era necessário que Goulart tomasse medidas realmente nacionalistas, com um programa identificado com a carta de Vargas e com aqueles que o tinham posto no governo para assim, conter o problema inflacionário.<sup>363</sup>

<sup>362</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1963. p. 4.

<sup>363</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1964. p. 4.

Tendo a emenda do PTB sobre a Reforma Agrária negada na Câmara dos Deputados, em 17 de outubro, João Goulart, através da SUPRA, propôs novo projeto de reforma. Assumiu como estratégia o envio do anteprojeto para apreciação dos partidos, numa tentativa de sondar a reação dos agentes políticos. No dia 16 de dezembro de 1963, o superintendente da autarquia, José Pinheiro Neto, anunciou medidas que ficaram conhecidas como “*Decreto da SUPRA*”. Tais medidas previam que o governo federal decretaria como de interesse social, para fins de desapropriação, terras situadas às margens de rodovias e ferrovias federais, assim, daria início à Reforma Agrária no país. Ainda nesse anúncio foi informado a criação da CONTAG e o incentivo do governo na criação de sindicatos rurais que, segundo o dirigente da superintendência, somar-se-iam à pressão sobre o Congresso.<sup>364</sup>

A nova medida governista causou agitação política. Logo após o anúncio do projeto, que passou à apreciação dos partidos, o PSD declarou-se contrário à proposta do executivo. Por seu turno, a UDN, através de Bilac Pinto, declarou ser contrária ao projeto SUPRA, taxando-a de inconstitucional. Justificou-se que a implantação da Reforma Agrária não cabia apenas ao Presidente da República e que, agindo de tal forma, ele pretendia tirar prerrogativas privativas do Poder Legislativo “único órgão do governo que tem especificamente poder para alterar, modificar, derrogar e reformar as leis em vigor”. O udenista asseverou que, se Jango aprovasse o decreto, causaria “no país a confusão, a balbúrdia, o tumulto e o caos”.<sup>365</sup>

Ao final, frente à impossibilidade de “acalmar os ânimos” dos opositoristas diante do projeto da SUPRA, João Goulart apostou ainda em uma última alternativa de conciliação. Visando criar um clima favorável e de apoio ao presidente, San Tiago Dantas, seu principal aliado moderado, propôs a formação da *Frente Progressista de Apoio às reformas de Base*, qual seja: a organização de políticos moderados do PTB, PSD, de outras agremiações menores (PCB, PSB, PDC) e da ala *Bossa Nova*, da UDN; além de movimentos sociais, como sindicatos, por exemplo. Seu principal objetivo era restabelecer alianças para sustentar a presidência, impedindo seu isolamento (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 231). Além disso, pretendia elaborar um programa mínimo de reformas<sup>366</sup> que fosse aprovado por diferentes forças políticas e que tivesse reais chances de sucesso no Congresso Nacional. Acreditava que a *Frente* objetivaria as reformas pela via democrática (ONOFRE, 2012, p. 113).

Para o ex-ministro, havia dois tipos de esquerda. Aquela que pretendia as reformas pela via democrática através de negociações e que apoiava o presidente, chamada de

---

<sup>364</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 19 de dezembro de 1963, p. 6.

<sup>365</sup> *Correio do Povo*. Porto Alegre, 25 de dezembro de 1963, p. 40.

<sup>366</sup> Para maiores detalhes sobre as propostas da *Frente Progressista*, ver: ONOFRE, 2012, p. 115 a 118.

“esquerda positiva”, da qual participavam Goulart, Miguel Arraes e o próprio Dantas. Por outro lado, havia os grupos radicais de esquerda, que apresentavam uma ânsia pela aprovação das reformas, não se importando com os meios para atingir tal objetivo, podendo chegar até a medidas antidemocráticas, chamados de “esquerda negativa”. Os representantes desta estavam agrupados na Frente de Mobilização Popular e tinha como principal líder Leonel Brizola, além de Francisco Julião (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 155).

João Goulart autorizou Dantas a dar início às negociações para formar a *Frente* e conversou com Miguel Arraes, que, por sua vez, informou que participaria apenas se o presidente formasse um governo exclusivo das esquerdas. Leonel Brizola também foi procurado e, segundo San Tiago, o deputado “mostrou-se lúcido e compreensivo diante da idéia, admitindo sua consecução, naturalmente, dependendo de alguns pontos a serem acertados. Mas o certo é que não há nenhuma hostilidade de sua parte a que se concretize a Frente Ampla Pró-reformas”.<sup>367</sup> De acordo com Gabriel Onofre (2012, p. 128), o mineiro acreditava que sua melhor estratégia para fortalecer a *Frente* era ter o apoio do governador de Pernambuco, considerando que ele e Leonel Brizola disputavam espaço no interior das esquerdas devido à escolha do nome que representaria essas forças políticas na eleição presidencial de 1965.

Como bem aponta o autor, Brizola apresentava uma posição mais fortalecida em relação a Arraes, tendo em vista sua liderança consolidada na FMP. Acrescentamos ainda seu papel frente à Campanha da Legalidade, que o levou ao *status* de líder vitorioso no cenário nacional; e seu posicionamento, mais à esquerda e de enfrentamento, que representava grande parte dos movimentos sociais daquela conjuntura. Diferentemente do adversário que, por vezes, demonstrava-se mais moderado. Por esses fatores, Dantas empenhou-se em buscar o apoio do governador pernambucano, pois, assim, fortaleceria a *Frente* com o seu poder político e isolaria Brizola e seu grupo, que, até aquele momento, não havia se definido pelo apoio (ONOFRE, 2012, p. 128).

As negociações mencionadas acima ocorreram em janeiro de 1964 e delineavam um cenário favorável aos setores moderados da esquerda, aqueles que partilhavam da política de conciliação. Porém, o PSD, a principal força política que poderia representar o sucesso da *Frente* devido a sua maioria parlamentar, acabou por não apoiar a proposta de San Tiago. A principal condição peddista era que Goulart emitisse uma nota de apoio à candidatura de Juscelino Kubistchek para 1965, o que não acabou acontecendo (ONOFRE, 2012, p. 136).

---

<sup>367</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1964. p. 4.



Assim, sem o apoio do PSD, a *Frente Progressista* de Dantas ficou apenas no plano dos arranjos políticas.

Aliado à negativa pessedista, as esquerdas radicais não pretendiam ceder quanto à redução de direitos sociais e consideravam improdutivo o diálogo com o partido, visto como representante dos interesses latifundiários. Destarte, como sintetizam Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014, p. 237), “San Tiago não conseguiu atrair o PCB e o grupo político de Miguel Arraes para compor aliança com o PSD e com os setores do PTB que não reconheciam a liderança de Brizola”. Embora em diversos momentos desta dissertação tenhamos salientado que a esquerda radical não pretendia ceder quanto à conquista de seus direitos, acreditamos que a aparente inflexibilidade desses grupos não representava, necessariamente, má vontade política ou contrariedade a possíveis negociações. Representava um esgotamento por parte das classes menos favorecidas em sempre terem de se “contentar” com concessões mínimas vindas das classes altas ou médias, concessões às quais não alterassem o *status quo* dos privilegiados. Dessa forma, concordamos com a análise de Marcelo Badaró (2005, p. 17) que demonstra como os setores conservadores agiram durante a história brasileira: “mesmo as reivindicações de reformas limitadas são perigosas e o único caminho é a paciência dos de baixo para que, através das urnas, do parlamento e das leis, se desperte a possibilidade de concessões leves e graduais dos de cima”.

Fato é que, durante os primeiros meses de 1964, houve muita negociação intrapartidária e no interior das forças de esquerda, tanto que as divergências entre as correntes reformistas ganharam maior visibilidade. Segundo análise de *Última Hora*, Almino Affonso e Bocayuva Cunha estavam esforçando-se para reunir as esquerdas em apoio a Jango; no entanto, o setor representando por Leonel Brizola, Neiva Moreira, Max da Costa Santos e seus seguidores eram contrários à criação de uma frente política unificada.<sup>368</sup> Nesse sentido, as últimas ações políticas de Brizola foram duramente criticadas por esse periódico, demonstrando que a defesa ao governo janguista era absoluta:

Ninguém arrancará das mãos de Jango bandeira da liderança popular: não temos dúvida, por isso mesmo, em condenar as últimas atitudes que o Sr. Leonel Brizola e seu grupo de partidários extremados vem assumindo em relação ao presidente João Goulart. Seja por infantilismo político, seja por sua inequívoca vocação caudilhesca, o Sr. Brizola está contribuindo para enfraquecer e dividir as forças democráticas, populares e nacionalistas. [...] Não é a pessoa do Sr. João Goulart que está em jogo, e sim o destino da própria democracia e da emancipação nacional, que neste momento enfrentam a sua maior e mais decisiva batalha.<sup>369</sup>

---

<sup>368</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1964. p. 4.

<sup>369</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1964. p. 1.

Para Frente de Mobilização Popular, o momento era de mobilização nas ruas para pressionar o Congresso e, assim, aprovar as reformas. Confiavam na sua força diante do crescimento da direita e defendiam que aquele era o momento para impor as antigas demandas sociais almeçadas pela maioria da população. Portanto, para frear as forças conservadoras o governo federal deveria abolir a política de “conciliar o inconciliável”, pois se mantinha em contradições: decretou a Lei de Remessa de Lucros, mas se mantinha inócua com as instruções 263 e 264; pedia apoio para *Frente Progressista*, mas perseguia sargentos e cabos; financiava e concedia favores cambiais e tarifários a *O Globo* para a instalação de uma televisão, mas mandava executar a rádio Mayrink Veiga.<sup>370</sup>

Diante da pressão dos setores de esquerda e o insucesso da *Frente Progressista*, o presidente João Goulart decidiu por alinhar-se a Frente de Mobilização Popular e, conseqüentemente, ao cunhado Leonel Brizola, mesmo que de forma ainda instável. O marco dessa mudança de estratégia foi a convocação para o Comício da Central do Brasil, no qual o presidente anunciou medidas visando a efetivação das Reformas de Base. O próximo subcapítulo abordará os momentos finais do governo Goulart.

### 3.5 O último ato: o comício da Central do Brasil

Ao consultarmos a imprensa, percebemos que a participação de Leonel Brizola no comício da Central do Brasil foi decidida apenas alguns dias antes do evento. Apresentamos dois indícios dessa constatação: em nota, no dia 07 de março, o deputado Hércules Correa informou que ainda iria confirmar com o deputado da Guanabara se ele realmente falaria no comício.<sup>371</sup> No dia 11, há uma pequena referência sobre o político gaúcho: “o deputado Leonel Brizola voltou a ser convidado para o comício”.<sup>372</sup> As fontes utilizadas confirmam a preposição de Moniz Bandeira (1979, p. 92) quando ele afirma que o petebista estava afastado de João Goulart e, por esse motivo, não participou dos preparativos para o comício. Segundo o autor, o nome do deputado não constava na lista de oradores e só quase no último momento recebeu o convite.

---

<sup>370</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 09 de março de 1964, p. 8.

<sup>371</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 07 de março de 1963. p. 4. Hércules Correa era comunista que concorria pela legenda do PTB, à época deputado estadual (MELO, 2014, p. 23).

<sup>372</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 11 de março de 1963. p. 2.

Demian de Melo (2014, p. 23) afirma que a participação de Brizola era dúvida porque “se esperava de sua parte um discurso constrangedor sobre o governo Goulart”. As lideranças que organizavam o comício compreendiam a necessidade da sua participação para apresentar as esquerdas unidas em torno do presidente. Portanto, reuniram-se com ele já na madrugada de sexta-feira para negociarem sua fala, tentando, dessa forma, garantir um pronunciamento menos hostil ao governo federal. Essa instabilidade quanto à participação brizolista no momento mais importante das esquerdas durante o governo João Goulart demonstra o quanto a relação entre os cunhados era complicada.

Acreditamos que o ponto de inflexão na relação entre os dois foi a saída negociada na crise política de 1961. As encampações do governo brizolista no Rio Grande do Sul também se somaram a esse propósito, considerando que causaram mal-estar entre o presidente Goulart e os Estados Unidos. Para Jorge Ferreira (2011, p. 350), em seu estudo biográfico sobre o presidente, quem conseguia amenizar os ânimos entre os petebistas era Dona Tinoca, mãe de Jango e sogra de Brizola. Após sua morte, em junho de 1963, “desapareceu, com ela, a voz que evitava o afastamento definitivo dos dois políticos”. Para além dessa questão de âmbito pessoal, o contexto após o segundo semestre de 1963 apontava para um maior desgaste na relação entre eles. Este último assumia cada vez mais um posicionamento crítico ao governo federal que, por sua vez, seguia sua linha de conciliação tão questionada pelas esquerdas.

Nesse sentido, essa relação contraditória ganhou por diversas vezes destaque. Como bem avalia Nogueira (2006, p. 12), Brizola cobrava de Jango mais audácia e coragem nos seus atos de governo. A presidência da República nas mãos de Goulart representava, todavia, liberdade de ação para Brizola. Por outro lado, o autor defende que havia uma relação de interdependência recíproca estabelecida entre os dois políticos, considerando que o presidente também contava com o apoio de Brizola para legitimar-se junto às bases populares, através da sua política trabalhista e sindical.

Importante lembrar que a posição que Brizola ocupava como deputado federal apresentava menos responsabilidades, se comparada ao cargo de Presidente da República, o que lhe proporcionava maior margem de atuação; ao contrário de Jango, pois as decisões deste implicavam várias nuances. Nas palavras de Nogueira (2006, p. 14-15):

Há uma nítida diferença de posições que envolviam os dois políticos. Jango era o chefe de Estado e governo brasileiros. A autonomia do seu discurso era mais estreita. Qualquer posicionamento contrário àqueles que não o apoiavam, poderia representar o adiamento da sua queda. Relativamente a Brizola, a posição era distinta. Na condição de deputado federal e, conseqüentemente, representante do povo brasileiro, o seu discurso era mais livre, independente e ainda protegido por imunidades parlamentares. Essa posição “mais confortável” de Brizola deu-lhe

maior autonomia. Brizola podia ousar, pregar mudanças institucionais agudas. Para Jango, todavia, essas possibilidades não existiam ou eram consideravelmente mais estreitas.

Para Jorge Ferreira (2011, p. 350), João Goulart parecia compreender Brizola, pois o considerava um proscrito. Enquanto o segundo não se esforçava para tal intento. Contudo, o autor problematiza tal aspecto ao ressaltar que o deputado federal, devido aos laços de parentesco com o presidente, não tinha alternativas políticas, causando, assim, frustração aos seus anseios individuais. Em suma:

Para Jango, governar o país com Brizola era muito trabalhoso, mas, pela proximidade política e pessoal que mantinham, era difícil se libertar dele. Era uma relação embaraçosa porque Brizola concorria na mesma faixa que Jango: a de líder popular nacionalista e reformista (FERREIRA, 2011, p. 351).

Retomando, o comício foi realizado na Praça da República em frente à Central do Brasil, na Guanabara. Ao total, 14 oradores pronunciaram-se.<sup>373</sup> Naturalmente, o comício ganhou capa do jornal apoiador do governo federal, *Última Hora*; uma das manchetes era: “O POVO COM JANGO COMEÇA A REFORMA”. Segundo o periódico, “foi o maior comício da História do Brasil”.<sup>374</sup> Ainda de acordo com este jornal, além de Jango, os mais aplaudidos foram Leonel Brizola, Miguel Arraes e Seixas Dória.

Brizola foi o 11º orador e proferiu um discurso intenso, com críticas sutis ao governo federal; porém, buscou associar sua imagem a de Goulart, talvez para amenizar os boatos de indisposição entre eles. Iniciou seu pronunciamento falando em nome do povo, recurso de estadistas e líderes carismáticos objetivando a aproximação do público e sua identificação com ele. Assegurou que o povo estava ali não apenas para aplaudir, mas também para dialogar e declarar sua inconformidade com a situação que estavam vivendo, e, num recurso de retórica, evidenciou que a decisão final sobre os apelos da população era de João Goulart, dependente apenas da sua vontade política:

E estamos certos de que o presidente não veio, nesta noite apenas para falar, mas para ouvir e para ceder ao povo brasileiro. Para ceder a esta pressão, que não é pressão – é a voz que vem da fonte de todo o poder, é a pressão popular, a quem com honra, um governante deve se submeter.<sup>375</sup>

<sup>373</sup> São eles: João Pinheiro Neto (presidente da SUPRA); Hélio Ramos (deputado federal baiano, PSD); Douel de Andrade (líder do PTB na Câmara dos Deputados); Artur Virgílio (senador do Amazonas, PTB); José Lelis da Costa (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos); José Serra (presidente da UNE); Elói Dutra (vice-governador da Guanabara, PTB); Sérgio Magalhães (presidente da FPN, PTB); Miguel Arraes (governador de Pernambuco, PST); Seixas Dória (governador do Sergipe, PR); Badger Silveira (governador do Rio de Janeiro, PTB); Leonel Brizola (deputado federal da Guanabara); Lindolfo Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura representando o CGT) e finalmente o presidente da República, João Belchior Marques Goulart. Fonte: *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1963. p. 4.

<sup>374</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1963. p. 1.

<sup>375</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. p. 2.

Afirmou que apoiava e aplaudia as últimas decisões do governo federal, quais sejam: os decretos da SUPRA<sup>376</sup> e de encampação de todas as refinarias particulares de petróleo. No entanto, não deixou de reafirmar a necessidade, segundo sua estratégia, de se romper com a política de conciliação para, assim, organizar um governo realmente democrático, popular e nacionalista. Segundo *Panfleto*, neste momento houve aplausos e gritos de “*Brizola, Brizola!*”. Reconhecendo a reação como um momento oportuno para reafirmar o apoio da massa ali presente, Leonel perguntou ao público se queriam que continuasse a política de conciliação ou preferiam um governo nacionalista: “aos que desejam um governo nacionalista e popular, peço que levantem as mãos”.<sup>377</sup> De acordo com o jornal, os presentes responderam positivamente ao questionamento do orador.<sup>378</sup> Para o ex-governador sul-riograndense se houvesse a união do povo, como em 1961 e em janeiro de 1963, o presidente poderia retornar às origens do seu governo.

Ele acreditava na força da mobilização popular, a tal ponto de conclamar por uma Constituinte com a eleição de um Congresso popular, ou seja, promulgava o fechamento do atual Congresso Nacional, pois acreditava que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se identificavam com as aspirações do povo e “o povo olha para um dos pôderes da República, que é o Congresso Nacional, e êle diz NÃO, porque é um poder controlado por uma minoria de latifundiários, reacionários, privilegiados e ibadianos”.<sup>379</sup> Por isso, no Congresso popular a ser eleito deveriam participar “os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminados as velhas rapôsas da política tradicional (aplausos prolongados)”.<sup>380</sup>

Brizola ressaltou que o acusariam de “ilegal, subversivo e inconstitucional”, então, relegou a demanda ao povo: “Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão que o povo votará pela derrogação do atual Congresso”.<sup>381</sup> Dessa forma, o líder petebista pretendia demonstrar que era um porta-voz dos anseios populares; um representante

---

<sup>376</sup> A despeito da oposição que foi contrária ao Projeto da SUPRA quando esse foi apresentando, ainda em dezembro de 1963, João Goulart decidiu por incorporá-lo. Ao final, o decreto da SUPRA determinava, em síntese: “Art. 1º Ficam declaradas de interesse social por efeito de desapropriação, nos termos e para os fins previstos no art. 147 da Constituição Federal e na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, as áreas rurais compreendidas em um raio de 10 (dez) quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem”. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=114765>

<sup>377</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. p. 2.

<sup>378</sup> O momento em que a população se manifestou à pergunta de Leonel Brizola é a foto de capa da edição do *Panfleto* de 16 de março de 1964. Obviamente para destacar o pronunciamento do petebista e o apoio que suas propostas recebiam.

<sup>379</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. p. 3.

<sup>380</sup> *Idem*.

<sup>381</sup> *Idem*.

dos interesses daqueles que sofriam com “o processo de espoliação”. Além do poder Legislativo federal, ao qual pertencia, o líder petebista também criticou seu principal opositor na Guanabara, o governador Carlos Lacerda, chamando-o de energúmeno.<sup>382</sup> O público presente apoiou o orador.

Seu pronunciamento serviu também para reforçar a mobilização das massas: “devemos, pois, organizar-nos para defendermos nossos direitos”. Ressaltou o protagonismo dos de baixo, dado que a decisão deveria ser tomada pelo povo, pois “os poderes da República, até agora, com suas perplexidades, sua inoperância e seus antagonismos, não decidem”.<sup>383</sup> Finalizou seu pronunciamento com uma advertência: “Não aceitaremos qualquer golpe, venha êle de onde vier. [...] porque o povo precisa de mais liberdade [...]. O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência”.<sup>384</sup>

É evidente que o pronunciamento de Leonel Brizola se mostrou radical, sua preconização pelo fechamento do Congresso Nacional serviu de forte “munição” para os setores golpistas, a essa altura mais organizados. Contudo, não se deve descartar que a solução proposta pelo petebista àquele Legislativo, representante, na sua maioria, da elite nacional, era a eleição de uma Constituinte e, conseqüentemente, um Congresso popular, no qual estaria representada a base da população nacional. Portanto, não houve uma incitação para um governo apenas baseado no Poder Executivo. Ademais, o mesmo Congresso que o acusava por tramar um golpe, em apenas duas semanas, corroborou a tomada de poder pelos golpistas, quando chancelou a vacância da Presidência da República, mesmo com Goulart ainda em território nacional, na madrugada de 02 de abril de 1964 (MELO, 2014, p. 24). Em suma, a força do seu discurso estava no quanto ele refletia o quadro de lutas pelas questões sociais, econômicas e políticas das classes menos abastadas.

A oposição reagiu ao comício pedindo o impeachment de Jango. Em chamada de capa do *Correio da Manhã*, destacou-se que a UDN considerou a posição do presidente da República e sua concordância com o pronunciamento de Leonel Brizola razões suficientes para o impeachment.<sup>385</sup> Em contrapartida, os sindicatos pronunciaram-se mobilizados para greve geral caso o pedido fosse concretizado.<sup>386</sup>

Como era de se esperar, o enfrentamento de Brizola ao Congresso gerou repercussão na Câmara. Nas sessões seguintes ao comício, intensificou-se o embate ao representante

---

<sup>382</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964. p. 4.

<sup>383</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. p. 3.

<sup>384</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1964. p. 4; *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. p. 3.

<sup>385</sup> *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 15 de março de 1963. p. 1.

<sup>386</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 17 de março de 1963. p. 4.

guanabarinu por parte da oposição e, nas situações em que ele foi citado, houve a reafirmação de sua posição contrária ao parlamento, utilizando como exemplo o pronunciamento do comício. Por exemplo, durante pronunciamento de Jorge Coury (PDC/SP), que não tinha relação com o comício, o deputado classificou como acintosas as referências que Leonel fez ao Congresso, pregando, inclusive, sua dissolução por ser um poder imprestável.<sup>387</sup> Em outra sessão, o deputado Afrânio de Oliveira (UDN/SP) protestou contra o comício e indicou que o que se viu foi um “desafio ao Congresso”,<sup>388</sup> complementou intimando Brizola a dizer pessoalmente quais eram os deputados privilegiados que ele acusava. Finalizou afirmando que político gaúcho deveria aprender a respeitar os deputados.<sup>389</sup>

Enquanto a oposição bradava contra o comício de 13 de março, a esquerda radical finalmente tinha atingido seu objetivo: convencer João Goulart a desistir da chamada política de conciliação. Em artigo publicado no *Panfletos*, Neiva Moreira, sentencia: “a conciliação sepultada”. O deputado, aliado de Brizola, analisa o comício como uma demonstração de uma realidade nova que viria a dominar a fisionomia política e social do país, e que, após o governo federal ter se perdido ao longo do mandato, tinha se criado as condições para a mudança da estrutura. Todavia, não bastavam apenas palavras, e sim decisões audaciosas e rápidas, pois para Moreira, o inimigo batia às portas e não havia tempo a perder.<sup>390</sup>

Embora os líderes das esquerdas estivessem num momento de coesão com o governo federal,<sup>391</sup> eles sabiam que a oposição também se mobilizaria – resposta imediata foram as Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade – por isso, intensificaram a convocação dos seus apoiadores:

É preciso que os democratas apressem a organização popular, pois só conscientes e organizados poderão conter a tentativa golpista prestes a se desencadear. Milhares e milhares de grupos de onze devem surgir por todos os recantos do país para ficarem em estado de alerta e organização.<sup>392</sup>

Leonel Brizola, falando diretamente à população, alerta para o aumento da ofensiva conservadora e denuncia sua política:

Em nome da democracia pretendem calar a voz da esmagadora maioria dos brasileiros; em nome da ordem social cristã, buscam estimular o fanatismo religioso

<sup>387</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 19 de março de 1964. p. 1641.

<sup>388</sup> Diário do Congresso Nacional, Sessão I, 20 de março de 1964, p. 1675.

<sup>389</sup> *Idem*, p. 1676.

<sup>390</sup> *Panfletos*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964. p. 4.

<sup>391</sup> O próprio Brizola que apresentava as críticas mais duras ao governo federal declarou apoio ao presidente: “neste momento em que o governo João Goulart vem de praticar atos positivos e teve o gesto democrático de ir à praça pública dialogar com o povo o nosso dever é apoiar e incentivar seus atos concretos”. *Panfletos*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1964. p. 3.

<sup>392</sup> *Panfletos*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1964. p. 3.

para a eternização da própria injustiça; em nome da defesa da Constituição a violentam, negando ao povo os direitos que a própria Carta Magna consagra.<sup>393</sup>

Em editorial do *Panfleto*, reforçou-se a intensificação da tensão entre conservadores e reformistas, que teve como marco a mudança de posicionamento do presidente João Goulart. Abaixo, citamos trecho deste editorial:

O Brasil está vivendo um clima de Espanha, 1936. A reação se mobilizando, febrilmente, dispondo de recursos imensos e infiltrada em todos os escalões do Poder. As classes armadas estão envenenadas com uma propaganda que procura fazer delas um instrumento da 'guerra santa'. Emprega-se a mistificação religiosa, como se as reformas não fôsem da doutrina cristã ou se estivéssemos de novo na época das cruzadas, resgatando o túmulo de Cristo.<sup>394</sup>

Assim, tomamos conhecimento, de forma objetiva e clara, das demandas da Frente de Mobilização Popular que projetavam para o país: 1) manutenção intransigente das liberdades democráticas; 2) unidade das forças autênticas populares; 3) formação de um governo popular nacionalista; 4) plebiscito sobre a convocação de uma constituinte; 5) democratização do voto para a sucessão.<sup>395</sup> O texto encerra com um alerta sobre mudanças positivas, mas que deveriam ser vigiadas:

Esta é a hora de definição e de luta. O povo deve vigiar e agir. Nossa pátria não dará passos atrás, não será uma nova Espanha ou um Paraguai ampliado. O processo de libertação nacional seguirá seu curso, mesmo à custa de todos os sacrifícios.<sup>396</sup>

Leonel Brizola manteve sua campanha contra o Congresso, dias após o comício da Central do Brasil, ao responder para jornalistas quando estava de embarque para Porto Alegre: “a Constituinte é a única saída democrática e pacífica para a crise atual”, e acrescentou:

O atual Congresso transformou-se numa espécie de oligarquia; uma corporação que representa exclusivamente o interesse das atuais classes dominantes. Excluída, naturalmente, uma pequena minoria de representantes autênticos do nosso povo, que nada conseguem diante das resistências dêsse grupo minoritário.<sup>397</sup>

Já mencionamos anteriormente que a relação entre João Goulart e o cunhado era conturbada, ambos tinham os mesmos objetivos, mas divergiam quanto aos meios para atingi-los. Assim, o contato entre eles variava de acordo com a política nacional. Nos últimos dias do mês de março de 1964, os líderes petebistas aproximavam-se. De acordo com *Última Hora*, reuniram-se em Brasília para conversar sobre a Convenção Nacional do PTB e, também, sobre a política nacional. Leonel Brizola ponderou que estava ao lado do governo

<sup>393</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1964. p. 3.

<sup>394</sup> *Idem*, p. 8.

<sup>395</sup> *Panfleto*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1964. p. 8.

<sup>396</sup> *Idem*.

<sup>397</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1963. p. 4.



nas novas decisões, entretanto, mantinha um posicionamento independente, principalmente no que se referia à política econômica do governo e que, além disso, continuaria defendendo a ideia da Constituinte.<sup>398</sup>

Nos últimos dias de março de 1964, quando ainda ocorreria a Revolta dos Marinheiros, gerando uma crise hierárquica, e o discurso inflamado de João Goulart no Automóvel Clube para os sargentos, Brizola estava no Rio Grande do Sul para acompanhar a posse do general Ladário Pereira Teles no III Exército. Dessa maneira, acompanhou os momentos derradeiros da democracia brasileira à distância. Somente após receber a notícia de que tropas comandadas por Olympio Mourão Filho se dirigiam para a Guanabara, armou uma forma de resistência a partir de seu estado, inspirado na Campanha da Legalidade, de 1961.<sup>399</sup>

Novamente, pronunciou-se pelo rádio convocando a população para resistência. O ponto de encontro dessa vez era a prefeitura de Porto Alegre, comandada pelo petebista e seu apoiador, Sereno Chaise. O recém-empossado Comandante do III Exército era legalista e, junto com Brizola, receberam João Goulart na madrugada de 02 de abril, vindo de Brasília. A reação só ocorreria a mando do Presidente da República.

Segundo Moniz Bandeira (1978, p. 184), durante reunião com generais legalistas e algumas lideranças políticas da capital, Brizola sugeriu ao cunhado que o General Ladário Teles fosse nomeado Ministro da Guerra e ele, Ministro da Justiça. Assim, tomariam todas as medidas para reverter a crise. Como sabemos, o presidente João Goulart decidiu não resistir ao golpe. Não nos cabe analisar os motivos que o levaram a tomar essa decisão. Leonel discordou da decisão de Jango, tornando a relação entre eles insustentável.

Por fim, o golpe de Estado de 1964 obteve sucesso. Uma das suas primeiras ações foi eliminar seus opositores mais proeminentes. Desse modo, promulgou o Ato Institucional nº 1, publicado em 10 de abril de 1964. Tomando-o como base, foram cassados 46 mandatos de deputados federais, dentre eles, o de Leonel de Moura Brizola. Logo, o político sul-riograndense rumaria para o exílio no Uruguai e tornar-se-ia um dos principais inimigos da ditadura que acabava de ser instaurada.

---

<sup>398</sup> *Última Hora*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1963. p. 4.

<sup>399</sup> Sobre a tentativa de resistência em Porto Alegre, ver: KLÖCKNER, Luciano; ABREU, Luciano Aronne; MONTEIRO, Charles (Orgs.). *Segunda legalidade: Registros Históricos e Jornalísticos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória política de Leonel de Moura Brizola geralmente suscita controverso debate. Na mesma medida, sua história desperta interesse para pesquisadores, haja vista o elevado número de publicações a seu respeito, muito deles escritos por jornalistas ou aliados políticos. Contudo, o momento em que optou por sair do Rio Grande do Sul, estado onde iniciou sua carreira, e, portanto, ampliou sua base eleitoral era pouco abordado, especialmente pela perspectiva acadêmica. Dessa forma, essa dissertação pretendeu analisar esse período e contribuir com o debate sobre o percurso político deste destacado petebista. Além de estudarmos suas ações como congressista, buscamos desenvolver essa análise associada aos eventos que desencadearam o golpe de Estado de 1964, pois acreditamos que tais temas estão interligados.

Partimos, então, para tentar compreender os motivos que levaram o político sul-riograndense a atuar em outro estado, bem como as circunstâncias da sua escolha pelo recém-criado estado da Guanabara. Brizola estava sofrendo uma dura oposição no Rio Grande do Sul, embora dentro do partido estivesse fortalecido. Dessa forma, era importante manter-se no cargo até o final do mandato para, assim, amenizar as críticas oposicionistas. Só poderia, pois, candidatar-se a novo cargo político se fosse por outro estado. Diante dessa situação, o convite inicial de concorrer pelo Paraná cumpriria essa premissa; alargaria suas fronteiras eleitorais e, por fim, consolidaria sua popularidade conquistada a partir da Campanha da Legalidade. Lembramos que ele ter se mantido no Executivo do Rio Grande do Sul não surtiu efeito, pois o candidato petebista, Egídio Michaelsen, não se sagrou vitorioso.

Não obstante, o PTB da Guanabara apresentou-lhe interessante convite: ao de concorrer como deputado federal por esse estado. Leonel Brizola, vislumbrando maior destaque nacional, aceitou o convite, pois na ex-capital federal ainda se encontrava o centro nervoso da política nacional. Assim sendo, atuar naquele cenário era vantajoso para aquele que mantinha pretensões de ascensão ao governo federal. Ressaltamos que ele já era um político de alcance nacional, um dos líderes da esquerda reformista; antes mesmo de concorrer pela Guanabara. Do contrário, não justificaria uma eleição tão surpreendente como fez. Outro motivo deve ser considerado acerca da sua escolha pela Guanabara: Marly Motta (2000) defende que sua decisão se devia também ao intuito pessoal de medir forças com

Carlos Lacerda - considerado o maior opositor das chamadas forças progressistas e nacionalistas.

Em linhas gerais, a plataforma de campanha de Brizola se pautava por questões nacionais como as Reformas de Base e a antecipação do plebiscito para a confirmação do parlamentarismo ou a escolha pelo presidencialismo, previsto, inicialmente, somente para 1965. Sua luta travada contra o imperialismo, especialmente o norte-americano, ponto recorrente da sua trajetória, também foi mote da campanha eleitoral e do consequente mandato. Durante a campanha sofreu mais de uma vez tentativas de impugnação que utilizavam as mais variadas justificativas. Seus pontos altos foram comícios e participações no rádio, preferencialmente, a Mayrink Veiga. Sua expressiva votação serviu para dar a medida daquele contexto intenso. Votar no petebista em 1962 era um voto favorável às Reformas de Base. Ademais, votava-se no grande nome da Campanha da Legalidade, o ex-governador do Rio Grande do Sul, buscou fortalecer uma imagem de defensor da democracia logo após 1961. Embora, às vésperas do golpe, essa imagem já era insistentemente combatida por seus opositores.

Alçado ao posto de deputado federal manteve uma linha combativa dentro do Congresso Nacional, todavia, por pouco tempo. Desde o início de 1963, o petebista sinalizava a possibilidade de abandonar institucionalmente o parlamento caso esse não aprovasse as Reformas de Base sob os preceitos da esquerda reformista. O legislativo federal, ao qual Brizola se inseria, refletia o momento de mobilização popular que assolava o país. Contudo, estava, em geral, na contramão de muitas das reivindicações sociais, visto que se caracterizava pelo número significativo de legisladores representantes da elite nacional. Ainda que a bancada do PTB tivesse aumentado e, na proporção, reduzido as cadeiras do PSD, este cada vez mais se alinhava à UDN configurando, dessa forma, um Congresso Nacional conservador.

Os embates em que Brizola teve participação tratavam dos temas da pauta nacional e causavam a instabilidade do governo Goulart. Seus pronunciamentos foram permeados pela bandeira do nacionalismo, presente na sua trajetória política – antes e pós-exílio. Para ele, o nacional-reformismo era, acima de tudo, a defesa da soberania nacional. Pretendia que os recursos financeiros se mantivessem no país para resolver ou, ao menos, amenizar, os problemas sociais do *povo*, que era o principal prejudicado com a espoliação internacional e o latifúndio. Os representantes desses grupos formavam aquilo que chamava de *antipovo*: uma minoria poderosa e dominante sobre a vida do país disposta a aliar-se aos “espoliadores” da nação para manter sua condição privilegiada.

Dentre os temas abordados na Câmara, a Reforma Agrária foi a mais debatida e controversa. O deputado da Guanabara defendia uma reestruturação no campo que realmente alterasse o *status quo* das classes dominantes, mas que também fortalecesse o capitalismo a exemplo dos grandes países desenvolvidos. Ou seja, Leonel Brizola não preconizava uma luta pela implantação do comunismo. Seus preceitos baseavam-se no nacionalismo e na redistribuição dos lucros do capital de forma menos concentrada.

Outro elemento que manteve o ex-governador do Rio Grande do Sul sob os holofotes foi sua pressão sobre o Congresso Nacional, e, em certa medida, ao presidente João Goulart. Com relação ao Legislativo, acusava-o de não ter interesse na aprovação das Reformas de Base, em especial a agrária. Partindo de tal premissa, assumiu uma estratégia de desqualificação daquele Poder Republicano, desnudando-o à população com o intuito de provar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não representavam seus interesses. Ponto auge do seu embate ocorreu durante o comício da Central do Brasil, quando preconizou o fechamento do Congresso Nacional em prol de uma Constituinte com a eleição de um Congresso Popular, do qual participariam trabalhadores, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas; em suma, homens públicos autênticos, segundo sua perspectiva.

Como já observamos na dissertação, foi um pronunciamento radical e de embate. Naturalmente, sua preconização pelo fechamento do Congresso Nacional serviu de forte “munição” para os setores golpistas. Tanto na época do golpe, como posteriormente, quando se construiu uma imagem simplificada de Brizola como um radical golpista, essencialmente, por aqueles contrários ao político petebista. Todavia, para além da classificação de antidemocrático, deve-se perceber que a solução proposta pelo petebista àquele Legislativo da primeira metade da década de 1960 era a eleição de uma Constituinte e, conseqüentemente, um Congresso Popular. Portanto, consideramos que não se pode simplificarmente afirmar que ele incitava a implantação de um novo governo, respaldado, apenas, no Poder Executivo.

No que se refere à pressão sobre João Goulart, a esquerda radical condenava a política de conciliação do presidente. Para eles, não seria possível encontrar acordo com aqueles que não pretendiam abrir mão de históricas vantagens em prol da população. Se houvesse algum tipo de concessão vinda dos setores conservadores, essas não alterariam as estruturas da sociedade e, portanto, seriam apenas soluções paliativas. Em suma, essa esquerda pretendia manter-se fiel às suas proposições, quais sejam: as Reformas de Base. Esses setores mantiveram-se convictos porque acreditavam na força de mobilização do povo. Para a esquerda reformista radical, aquele era o momento propício para se fazer implementar as tão esperadas reformas estruturais, afinal tinha-se um presidente reformista e nacionalista no

poder. Leonel Brizola era uma das principais vozes desse entendimento. Entretanto, como a história nos mostrou, essa força que a esquerda acreditava ter não foi o bastante.

Nessa conjuntura de polarização e radicalização política na qual a pesquisa se insere, o afastamento formal do representante da Guanabara na Câmara dos Deputados, a partir de meados de junho de 1963, efetivou sua estratégia de pressão sobre o Legislativo federal através da Frente de Mobilização Popular e, em seguida, pelos *Grupos de Onze*. Por mais que os reais objetivos dos *Grupos* não sejam explícitos, a formação deles contribuiu, em certa medida, para a tensão vivida entre Brizola e seus opositores. Ademais, o deputado mantinha interesse em se destacar e manter-se como líder das forças populares; isto posto a formação dos *Grupos de Onze* corroborou esse intuito.

Nos meses anteriores à efetivação da tomada do Estado, o deputado da Guanabara procurou manter-se inserido em todos os debates daquela conjuntura. A polêmica envolvendo as declarações de Carlos Lacerda contra João Goulart foi mais um momento de embate entre Brizola e um dos seus principais rivais. Sem sombra de dúvidas, havia entre os dois políticos uma correlação de forças e, ao final da pesquisa, podemos asseverar que aquele despendeu razoável atenção ao udenista com o intuito de contrapô-lo. O Levante dos Sargentos foi a oportunidade de Brizola ressaltar sua posição de aliado aos setores subalternos das Forças Armadas, considerando o forte apoio que recebia destes. Um dos motes brizolistas no Congresso, e para além dele, foi a busca pelo direito de votos aos analfabetos e aos soldados e os direitos de elegibilidade aos sargentos e praças de pré. Dezembro de 1963 reservaria, ainda, mais uma de suas investidas para convencer Jango de que a saída para a crise e, conseqüentemente, a implantação das Reformas, seria uma guinada à esquerda. Dessa forma, ter o deputado da Guanabara no Ministério da Fazenda demarcaria o posicionamento do governo federal, além de ser sua a chance de agir efetivamente no governo federal, uma das pretensões pessoais do petebista sul-riograndense.

Acreditamos que as atitudes de Leonel Brizola dialogavam com as reivindicações da grande massa. Ele buscava ser representante das demandas populares e, se comparada com grupos que pretendiam uma Revolução propriamente dita, ou seja, alterar o sistema capitalista, seus objetivos não podem ser encarados como extremamente radicais. Devemos problematizar as argumentações que tendem a buscar “culpados” pelo golpe civil-militar de 1964, pois, geralmente, esses critérios personificam a história. Sabemos que nenhum processo histórico se dá integralmente através de ações individuais, mesmo tratando-se de destacadas lideranças. Os eventos históricos de grandes proporções só ocorrem através de contextos propícios e da ação de variados agentes. No caso do processo que culminou no golpe e a

instauração da ditadura civil-militar brasileira, algumas interpretações,<sup>400</sup> inclusive oriundos de setores à esquerda, apresentaram justificativas reducionistas e personalistas para explicar tais eventos.

Todavia, não deve ser menosprezado que as medidas de enfrentamento do grupo liderado por Leonel Brizola, dentre eles Sérgio Magalhaes, Neiva Moreira e Max da Costa, colaborou para o acirramento dos ânimos e serviu como fomento do medo disseminado pela grande mídia. Não negamos o discurso agressivo e audacioso que apresentava. Em contrapartida, os fatos nos mostraram que seus propósitos estavam muito mais no campo do debate do que com reais possibilidades de enfrentamento. Considerando que após a efetivação do golpe não foi encontrado indícios de uma ação concreta, podemos categorizar a ação de Brizola como de um radicalismo verbal, como defende Toledo (2004, p. 23).

O ex-governador gaúcho apresentava um discurso radical, assim como a maioria da esquerda daquele contexto, mas não no sentido de romper com a ordem democrática vigente. Todavia, o que se deve perceber é que a concepção de democracia para Brizola estava baseada na amplitude de direitos para as demais camadas sociais. Assim, se o Brasil enfrentava sérios problemas estruturais prejudicando a maioria da população, sua democracia ainda não estava plena e, portanto, era preciso alterar suas bases, inclusive através de emendas constitucionais. Provavelmente, o deputado federal tinha pretensões de chegar ao executivo - desejo que nutriu por toda vida -, mas que buscava, essencialmente, pela via eleitoral.

Dessa forma, reiteramos que ao aceitarmos a radicalização dos setores reformistas também como fator que levou à instauração da ditadura civil-militar não significa alinhar-se à interpretação historiográfica a qual defende que esses setores planejavam a tomada do Estado, ou que eles, mesmo que parcialmente, não tinham apreço à democracia, assim como os setores golpistas. Defendemos que o golpe de 1964 foi consequência de um processo de amadurecimento golpista, disposto a interromper a mobilização dos movimentos sociais urbanos e, principalmente, rurais.

Consideramos, ainda, que as atitudes de Leonel Brizola, devido ao seu grau de parentesco com o presidente João Goulart, ganhavam maior notoriedade e repercussão se comparada com outros nomes da esquerda. Porém, ter o cunhado na presidência do país representava certa liberdade de ação. Havia entre os dois petebistas gaúchos uma relação de interdependência recíproca, como defende Nogueira (2006). Se por um lado ele cobrava de

---

<sup>400</sup> Exemplo de testemunhos sobre o golpe que usam tais argumentos; está retratado no clássico livro: MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª edição, 2011.

Jango mais audácia e coragem nos seus atos de governo, por outro, este também contava com o seu apoio para legitimar-se junto às bases populares.

Por fim, acreditamos que um trabalho de pesquisa histórica, além de responder o questionamento levantado deve, também, suscitar novas perguntas para futuras pesquisas. Nossa pesquisa, em determinados momentos, cumpriu o papel de levantar hipóteses ou suposições tentando abrir horizontes para novas problemáticas. Embora não tenha sido um dos nortes da pesquisa, torna-se pertinente compreender o porquê de Leonel Brizola após anos de exílio decidir voltar para o Rio de Janeiro, e não para o seu estado natal, onde ainda mantinha força política. Afinal, foi um dos poucos líderes trabalhistas do passado que conseguiu retornar do exílio. Aquele que era seu maior rival em torno da herança política varguista, João Goulart, tinha morrido desmoralizado no exílio.

Julgamos que a pretensão de chegar ao executivo, impedida pelo golpe civil-militar de 1964, pode ter sido um dos motivos que levaram o sul-riograndense ao ainda centro político nacional, a despeito da capital Brasília. Podemos aventar que com o mandato de deputado federal na Guanabara, Brizola havia constituído uma base política resistente a qual possibilitou o retorno a esse cenário político com reais chances de disputa eleitoral. Evidente que esse campo político não era o mesmo de 1964, mas Brizola também não era.

Retornou, então, do exílio como uma lembrança no imaginário popular daquele início da década de 1960 marcada pela mobilização social e política, interrompida abruptamente pelo golpe. Isto é, sua figura, para alguns, retomava o sentimento daquela conjuntura, haja vista seu sucesso eleitoral nos anos 1980 no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, quando finalmente teve a chance de chegar à Presidência da República, encontrou um novo adversário, uma nova força política nascida junto com a redemocratização do Brasil: o Partido dos Trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves. *A modernização da imprensa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.2).
- AFFONSO, Almino. *1964 na visão do Ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014.
- AGEE, Philip. *Dentro da "Companhia": Diário da CIA*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- AGUIAR, Ricardo Osman G. *Leonel Brizola: uma trajetória política*. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- ALVES, Taiara Souto. *Dos quartéis aos Tribunais: a atuação das auditorias militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes à Lei de Segurança Nacional (1964-1978)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- ANDRADE, Jeferson Ribeiro. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- AMADO, João. *Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril; a primeira narrativa do golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. *Parlamento Mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na Região Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- BATISTA, Alexandre Blankel. *Notas sobre o deslocamento intelectual de Paulo Francis*. In: KOLING, Paulo José; SILVA, Marcio Antônio Both (Orgs.). *Anais do III Simpósio de Pesquisa Estado e Poder: processos de construção de hegemonias no Brasil contemporâneo*. Cascavel: Edunioeste, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O golpe de 1964 e a ditadura civil-militar brasileira no discurso de Paulo Francis*. In: Espaço Plural - Dossiê Ditaduras de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado. Ano XIII, nº 27, 2º semestre 2012.
- BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.



BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da baixada*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo – 1945/1964). In: *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 17. São Paulo: 1989.

BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2007.

BERGER, Christa Liselote. *Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais; as relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BERSTEIN, Serge. *Os partidos*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BIROLI, Flávia. *Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil*. In: *Revista História*, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2º v. Brasília: Unb. 2007.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. *Por um Trabalhismo Autêntico: a cisão do Partido Trabalhista Brasileiro e a criação do Movimento Trabalhista Renovador no Rio Grande do Sul (1959-1960)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (Coord.). *Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *Os Comandos Nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola*. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e Representação Política: a articulação nos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CARVALHO, Yuri Rosa de. *“Se dez vidas tivesse, dez vidas daria”*: o Movimento Revolucionário Tiradentes e a participação da classe trabalhadora na resistência (1964-1971). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964: agonia do poder civil*. Rio de Janeiro: Artenova S.A., 1975.

CEMIN, Viviana. *Nem só de pão vive o homem: a construção de escolas no governo Brizola a partir das fotografias da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini (1959-1963)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Org.). *O Congresso nacional camponês: trabalhadores rurais no processo político*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2010.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. *Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania*. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo/ ANPUH, v.27, 1994.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (Coleção As esquerdas no Brasil, vol. 2).

\_\_\_\_\_. (Org). *Tancredo Neves*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010 (Série perfis parlamentares, n. 56).

\_\_\_\_\_. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964)*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

DEZEMONE, Marcus. *Conflitos rurais no Brasil: breve exame no século XX*. In: *Revista Cantareira*, Niterói. Vol. 1, nº 1, ano 1, 2002.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.

\_\_\_\_\_. *Questão de Cuba: a Política Externa Independente e a Crise dos Mísseis*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas para seu uso para a pesquisa histórica*. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, v. 13. Porto Alegre, 1995.

\_\_\_\_\_. *Uma aventura com o Última Hora: o jornal e a pesquisa histórica*. In: *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, 2012.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.

\_\_\_\_\_. *O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: \_\_\_\_\_; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano; v.3).

\_\_\_\_\_. *Esquerdas do Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular*. In: Revista Anos 90, v. 16, n. 29, jul. 2009.

\_\_\_\_\_. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Crônica política do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Rio de Janeiro: uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. *Do Rio Grande do Sul à Guanabara*. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Alexandre Torres. *Paulo Francis, do teatro à política: “perdoa-me por me traíres”*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

FONTES, Paulo. *O golpe contra os trabalhadores*. In: Blog Outras Palavras, 2014. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/o-golpe-contra-os-trabalhadores/>

FREIRE, Américo (Coord.). *Conversando sobre política: José Talarico*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_; SARMENTO, Carlos Eduardo. *Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969)*. In: Revista Estudos Históricos, n 24, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal*. In: *Sociologia, problemas e práticas*. Rio de Janeiro, n° 64, 2010.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares de. *Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. FGV: Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. *Brizola e o trabalhismo*. In: *Revista Anos 90*, v. 11, n. 19/20. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Jorge. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GONZALEZ, Sérgio. *Grupos dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica*. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*. 2ª ed. Porto Alegre: Corag, 2010. (v. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964).

GREEN, Janes; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRYNSZPAN, Mario. *O período Jango e a questão agrária: luta e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HARRES, Marluza Marques. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do banhado do colégio*. Camaquã, RS. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

\_\_\_\_\_. *Rio Grande do Sul: governo Leonel Brizola e a questão agrária no início da década de 1960*. In: Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, IFCH. v. 18, n. 33, Porto Alegre: PPGH, jul. 2011.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JEANNENEY, Jean-Noel. *A mídia*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

KLÖCKNER, Luciano; ABREU, Luciano Aronne; MONTEIRO, Charles (Orgs.). *Segunda legalidade: Registros Históricos e Jornalísticos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS publicações, 2004.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. *O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul: a ação política liberal-conservadora*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. *Lacerda X Wainer: O Corvo e o Bessarabiano*. São Paulo: Editora SENAC, 1998.

LEIBRUDER, Ana Paula. *O posicionamento da UDN sobre o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1963-1964): estratégias de silenciamento da polifonia enunciativa*. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. *El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. *As eleições de 1962 na Guanabara: a consolidação de Brizola no cenário político nacional*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LUCA, Tania Regina. *Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). *Discursos selecionados do presidente João Goulart*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2006.

MATHEUS, Letícia; BARBOSA, Marialva. *O Jornal do Brasil e as noções do tempo histórico no fazer jornalístico*. Revista Famecos: Porto Alegre, 2008, n. 35.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia*. In: Revista História e Luta de Classes, ano 1, n° 1, abril, 2005.

\_\_\_\_\_. *O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n° 55, 2008.

MELO, Demian Bezerra de. *O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

\_\_\_\_\_. *O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia*. In: SILVA, Carla; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both (Orgs). *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. *O comício da Central: o Rio e as reformas de Jango*. In: Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1° sem. 2014.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidente*. 2ª ed. São Paulo: Códex, 2002.

MIRANDA, Samir Perrone. *Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *A porção carioca do rádio brasileiro*. In: Revista USP, n. 56. São Paulo, 2002-2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50*. In: Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 35. São Paulo, 1998.

MOTTA, Marly Silva da. *Guanabara, o estado-capital*. In: FERREIRA, Marieta (Coord.). Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

\_\_\_\_\_; FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo. *A política carioca em quatro tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado*. In: Revista Nossa História. Rio de Janeiro, maio, 2005.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

NOGUEIRA, Marcelo D'Allencourt. *As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis: polemista profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. *Em busca da esquerda perdida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista*. Dissertação (Mestrado em História). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

QUADROS, Claudemir de. *As Brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950*. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2002, n. 8.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 2003, n. 31.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos Cieps. Governo Leonel Brizola. Um governo que faz escola*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

\_\_\_\_\_. *Brizola e Jango no exílio e a luta pela anistia*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

ROLIM, César Daniel. *Leonel Brizola e as forças subalternas das Forças Armadas brasileiras (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. *Nacionalismo popular e jacobinismo na ação política de Leonel Brizola entre 1959 e 1964*. In: Anais do Simpósio Nacional de História: História e Ética, 25<sup>a</sup> ed. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O espelho partido da metrópole*: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983); liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca/FAPERJ, 2008.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global Editora, 1979.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo*: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, João Carlos Ferreira da. *Assaltos ao Parlamento*: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão. Monografia (Especialização). Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Brasília, 2007.

SILVA, Roberto Bitencourt da. *Alberto Pasqualini*: trajetória política e pensamento trabalhista. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

\_\_\_\_\_. *Em busca de uma esquerda esquecida: o nacionalismo trabalhista de Sérgio Magalhães*. In: *Revista de Ciência Política Achevas.net*, n. 47, Jan-Jul, 2015.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil*: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: SAGA, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, Amaury de; LIMA Jr., Olavo Brasil de; FIGUEIREDO, Marcus. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1985.

SOUZA, Thiago Nogueira de. *Ação Democrática Parlamentar*: anticomunismo e democracia no debate político brasileiro (1961-1965). In Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas científicas, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ação Democrática Parlamentar*: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onzes: Uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003.

\_\_\_\_\_. *O jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2008.

TAVARES, Tânia dos Santos. *Grupos de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2013.

TENTARDINI, Cleber Dioni. *O menino que se tornou Brizola*. Porto Alegre: Rígel, 2013.

TÉRCIO, Jason. *Rubens Paiva*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. (Série Perfis Parlamentares; nº 67).

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

\_\_\_\_\_. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: *Crítica Marxista*, n. 19, julho, 2006.

VERSIANI, Maria Helena. *Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4ªed. v.2. Brasília: UnB, 2004.

\_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. 4ªed. v.1. Brasília: UnB, 2009.



## FONTES

### Jornais

Correio da Manhã (Guanabara)  
Correio do Povo (Porto Alegre)  
Jornal do Brasil (Guanabara)  
Panfleto (Guanabara)  
Última Hora (Guanabara, Porto Alegre)

### Documentos Oficiais

Diários do Congresso Nacional (fevereiro de 1963 a abril de 1964).  
Acessado em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>

### Entrevista

José Talarico *In* FREIRE, Américo. *Conversando sobre política: José Talarico*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

## ANEXOS

### **1. Leonel Brizola sugeriu alteração no projeto de Reforma Agrária enviado por João Goulart à Câmara dos Deputados.**

Fonte: Diário do Congresso Nacional, 04 de maio de 1963, p. 2067-2068.

- a) Substituir o item do artigo 147, pelo seguinte texto:  
S 1º São isentos de quaisquer tributos federais, estaduais e municipais, por prazos que a lei determinar, as terras, os bens e os atos que se relacionem com a execução das reformas agrária e urbana.
- b) Acrescente-se mais o seguinte parágrafo no artigo 147:  
S 2º a cada família será assegurada uma propriedade rural ou urbana, que satisfaça o mínimo vital que a lei estabelecer.

\*\*\*

Instituição da Justiça Agrária (Emenda Constitucional) nas seguintes bases:

Art. ... – O art. 94 da Constituição fica acrescido do inciso VI que passa a vigorar com a seguinte redação:

VI – Juízes e tribunais agrários

Art. ... – o capítulo IV da Constituição – Do poder Judiciário – fica acrescido da Seção VII, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Secção VII

Dos Juízes e Tribunais Agrários

Art. .... – Os órgãos da Justiça Agrária são os seguintes:

I – Tribunal Superior Agrário

II – Tribunais Regionais Agrários

III – Juntas ou Juízes de Conciliação e Julgamento

S 1º O tribunal Superior Agrário tem sede na Capital Federal.

S 2º a lei fixara o número dos tribunais regionais Agrários e as respectivas sedes.

S 3º A lei instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem criadas, atribuir as suas funções aos juízes de direito.

S 4º Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça Agrária.

S 5º A Constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça Agrária serão regulados por lei ficando assegurada com igualdade, a representação dos órgãos federais executivos da política agrária, dos proprietários de terras e dos trabalhadores rurais.

Art. ... – Compete à Justiça Agrária conciliar, arbitrar e julgar as indenizações decorrentes de desapropriações por interesse social, processar e julgar tôdas as respectivas ações expropriatórias e as demais controvérsias oriundas de relações entre a União e os Estados, e, ainda, com os proprietários e os ocupantes das terras declaradas de interesse social.

S 1º A lei especificará os casos em que as decisões da Justiça Agrária poderão estabelecer normas e condições para a fiel aplicação da Reforma Agrária.

S 2º Prescreverão em dois anos quaisquer reclamações decorrentes dos atos de aplicação da Reforma Agrária.

\*\*\*

Transcorridos 30 dias do recebimento de um projeto de lei, excluindo o do Orçamento, em qualquer das duas Casas do Congresso, o seu Presidente a requerimento de um Senador ou Deputado, mandará incluí-lo na Ordem do Dia para ser discutido, independentemente de parecer, e, neste caso, votado até sua redação final num prazo improrrogável de 20 dias.

O parágrafo 3º do artigo 67 e o artigo 69 da Constituição Federal passam a ler a seguinte redação:

Art. 67 - ...

S 3º A discussão do projeto de lei de iniciativa do Presidente da República começara na Câmara dos Deputados, considerando-se o mesmo aprovado caso não tenha ultimado sua tramitação dentro do prazo improrrogável de 60 dias. A partir desta data, se não apreciado em igual prazo pelo Senado Federal, o Presidente da República o sancionará desde logo.

Art. 69 - Se o projeto de uma Câmara fôr emendado na outra, volverá à primeira para que se pronuncie acerca da modificação, aprovando-a ou não. Não sendo a mesma apreciada dentro do prazo improrrogável de 20 dias, ter-se-á como aprovada.

O artigo 70, parágrafo 3º, da Constituição federal passa a ter a seguinte redação:

“Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, êste convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o veto de 2/3 dos Deputados e Senadores presentes ou aceito o veto se não tiver sido apreciado dentro do prazo improrrogável de 20 dias”.

“Emenda à Constituição permitindo a redução do ‘quorum’ para a votação das reformas (artigo 217, parágrafo 3º, que exigem o ‘quorum’ de 2/3 para aprovação de emenda constitucional na mesma sessão legislativa)”.

Quarto: Emenda constitucional visando à democratização do voto, incluindo o voto do analfabeto e das praças de pré:

“Art. ... - O art. 132 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132 – Não podem alistar-se eleitores:

I – os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

II – os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos”.

“Parágrafo único: O voto do analfabeto terá garantido o seu sigilo através do processo que a lei estabelecer”.

“Art. ... - O art 138 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 138 – Os inalistáveis são inelegíveis”.

Proposição no sentido de que se façam alterações regimentais que permitam a tramitação das emendas à Constituição nas mesmas condições em que foi discutido e votado o Ato Adicional nº 4 que instituiu o parlamentarismo sobre tramitação, emendas, prazos etc.

## **2. Projeto sugerido pelo Deputado Leonel Brizola ao presidente João Goulart:**

### **“Esquema básico para o Plano Nacional de Escolarização”**

Fonte: Diário do Congresso Nacional, 04 de maio de 1963, p. 2068-2069.

I – Objetivos:

- Construir e fazer funcionar, no país, 100 mil novas escolas primárias para 12 milhões de novas matrículas a colocar em exercício 220 mil novos professores e auxiliares de ensino (alunas-mestras, AM).

- Vencer o déficit de matrículas, no ensino primário, existente no país. Potencialmente, a “escolarização de tôdas as crianças brasileiras”.

II – O Plano Nacional de Escolarização (PNE) deverá ser realizado em três anos, pelo Ministério da Educação e Cultura ou SENAM, através dos municípios (descentralizado) que serão os agentes executores do Plano e em íntima colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados.

III – O Governo Federal, por decreto, instituirá o “Grupo Executivo para a Expansão do Ensino Primário” (GEEDEP), grupo técnico e administrativo para planejar, administrar, coordenar, executar e fiscalizar o PNE. (A experiência do RGSul demonstrou que é necessário um número mínimo de pessoal. No RGSul o grupo executivo contava com apenas 12 pessoas e implantou neste programa (inelegível) mais de 3.500 escolas).

IV – O GEEDEP realizará amplo levantamento de dados e detalhado planejamento, adotando normas e projetos padronizados segundo as conveniências e indicações para os diversos ambientes, regiões e áreas do país.

V – O PNE terá seu planejamento e controle centralizado e a execução descentralizada.

VI- O PNE será realizado através da mobilização dos prefeitos e colaboração da Secretaria de Educação dos Estados. Com os prefeitos o GEEDEP firmará convênios, cujos termos essenciais serão os seguintes:

1. Assinado pelo chefe do GEEDEP e o prefeito.
2. Organização em cada município de uma Junta de três membros: o prefeito, uma professora estadual coordenadora, gratificada pelo GEEDEP e presidida por um cidadão respeitável da localidade, como representante do Presidente da República ou do Ministro da Educação (função honorífica uma espécie de desempatador nas decisões). Esta junta deverá, como o auxílio da estrutura administrativa municipal, em prazo determinado, localizar todas as escolas necessárias à escolarização de todas as crianças na área do respectivo município.
3. O projeto para o município “X” uma vez concluído deverá subir à apreciação do GEEDEP que, ao aprova-lo, adiantará ao prefeito 50% do orçamento para construção das escolas previstas. A medida que o prefeito for concluindo as escolas receberá o restante 50% e correspondente às unidades concluídas.
4. O prefeito deverá obrigar-se a mobilizar o auxílio da população local (terreno, mão de obra, materiais, etc.)
5. A professora-coordenadora, em cada município, deverá participar ativamente dos estudos e prospecções para localizar as escolas visando, particularmente, a escolha de pessoa ou pessoas com habilitação mínima (conforme estabelecer o regulamento), residente no local para assumir o ensino naquela unidade como aluna-mestra (simultaneamente e após treinamento e cursos intensivos).

6. A professora-coordenadora, em cada município, auxiliada pelo prefeito e autoridades municipais, organizará junto de cada escola uma Associação de Pais e Moradores das proximidades, com a finalidade de zelar pela conservação e consolidação da escola ali localizada.

7. As alunas-mestras não serão funcionárias federais nem estaduais e sim gratificadas pelos municípios, até que conclua o curso especial de formação de professores que passam a realizar. Depois de formadas, deverão integrar um quadro especial de professores do respectivo município. A remuneração, enquanto alunas-mestras deverá ser igual à das atuais professoras municipais ou conforme a realidade de cada município. O governo federal assumirá o compromisso de entregar mensalmente aos municípios as importâncias correspondentes às despesas que terão com as alunas-mestras, admitidas após seleção feitas pelas professoras-coordenadoras.

8. As coordenadoras com o concurso de outras professoras assistentes, remuneradas por serviços temporários, realizarão cursos especiais (3 a 5 anos) para as alunas-mêstras (cursos intensivos, cursos por correspondências, treinamento direto na própria aula em que leciona) e também para o restante do magistério municipal visando a elevar o nível do ensino na região. O material didático deverá ser padronizado.

VII - Convênios especiais, dentro dos objetivos do PNE, poderão ser feitos com entidades particulares.

VIII - As escolas serão de tipos padronizados, de material, madeira ou mistas, conforme as necessidades e as conveniências regionais. O tipo padrão principal será de 2 salas. Outros tipos de 1 ou de 3 ou mais salas poderão ser adotadas, conforme situações específicas.

IX - Deverá ser solicitada a colaboração da Secretaria de Educação dos Estados, muito embora o PNE deva ser levado a efeito diretamente com o município.

X - Orçamento:

a) 100 mil escolas ao custo médio de Cr\$ 504.100,00 importam numa inversão de 50,4 bilhões de cruzeiros, cuja aplicação distribuir-se-á da seguinte forma: 1963 - 3,8 bilhões; 1964 - 24,9 bilhões; 1965 - 16,7 bilhões. No custo unitário, estão incluídas tôdas as despesas com a administração, estudos, planejamento, implantação e controle de execução do PNE, permitindo ainda em cada prédio a montagem de uma pequena cozinha para preparação de alimentos. Idem. Idem despesas com todo o pessoal técnico e administrativo necessário.

b) Admitindo que a aluna-mestra deva ganhar em média de 18,4 mil cruzeiros mensais (na realidade será menos, dado que as gratificações serão fixadas pelos municípios em igualdade com os salários de suas professoras), teremos que somente em 1966 a despesa da

União atingirá o total de 57,6 bilhões por ano (com as cem mil escolas em funcionamento). Com efeito: para 100 mil escolas, em média de 2 salas, serão necessárias 200 mil alunas-mestras (AM) e com mais de 20% (férias, licença, etc.) totalizam 220 mil. Para 1964 estima-se em 9,6 bilhões as despesas com as AM; em 1965, em 37,5 bilhões; e, só em 1966 a despesa total de 57,6 bilhões.

(Neste cálculo global do montante das gratificações para as professoras e AM, estão incluídas as despesas com administração e gratificação de professoras-coordenadoras e assistentes, em cada município).

c) Assim as inversações se distribuíram por exercício:

1963 – 8,8 bilhões

1964 – 34,5 bilhões

1965 – 54,2 bilhões

1966 – 57,6 bilhões (apenas para as AM).

Total até 1965: 97,5 bilhões.

(nos valores unitários médios estão considerados os efeitos da inflação, nos termos previstos oficialmente pelo Governo Federal).

XI – Matrícula potencial – 100 mil unidades, em média de 2 salas representam 200 mil salas. Cada sala para 30 alunos (podendo comportar até 40) em dois turnos teremos 120 matrículas disponíveis em cada unidade. Portanto, 100 mil escolas com 120 matrículas por unidade, totalizam 12.000,00 (doze milhões) de matrículas.

Observação:

Como se pode verificar, o que torna possível atingir êsse número é a redução a um mínimo compatível dos indices da relação “aluno-professor-cruzeiros” (custo médio por escala: Cr\$: 504.100,00 despesa mensal) e média no triênio 1964, 1965 e 1966: Cr\$18.400,00: custo unitário por matrícula (investimento): Cr\$ 4.064,00. As escolas serão modestas, mas em condições higiênicas e de padrão muito superior, assim mesmo, à média existente no país. O plano deverá absorver todos os professores ou professoras formadas existentes no país, embora se saiba que êste número é reduzidíssimo, face às necessidades. O recrutamento maciço será feito entre pessoas, geralmente senhoras e moças, com uma habilitação aceitável, pessoal que atualmente está inteiramente ocioso e que passará a ter uma oportunidade excepcional para o meio em que vivem e, dessa forma, uma ativa participação em nosso processo de desenvolvimento. Além do objetivo principal que é o ensino primário para a criança, a mobilização de 220 mil pessoas, em todos os recantos do país, sua integração no

Plano, o treinamento e cursos que irão realizar representam impulsos e efeitos de dinamização e elevação social de valor e resultados de imensa significação nacional.